



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Teoria da Região

Volume Único

Alan Gustavo Pacífico

Alexandre Henrique Asada

Ana Carolina Barbosa

Arthur Pereira Santos

Augusto César Pinheiro da Silva

Leonardo Alves Martins



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Geografia

UERJ – Augusto César Pinheiro da Silva

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Alan Gustavo Pacífico
Alexandre Henrique Asada
Ana Carolina Barbosa
Arthur Pereira Santos
Augusto César Pinheiro da Silva
Leonardo Alves Martins

Direção de Design Instrucional

Cristine Costa Barreto

Coordenação de Design Instrucional

Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo da Cunha
Paulo Vasques de Miranda

Supervisão de Design Instrucional

Renata Vettoretti

Design Instrucional

Cecília Peixoto
Daniel Cavalcanti Figueiredo
Paula Barja

Biblioteca

Raquel Cristina da Silva Tiellet
Simone da Cruz Correa de Souza
Vera Vani Alves de Pinho

Coordenação de Produção

Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção

Bianca Giacomelli

Revisão Linguística e Tipográfica

José Meyohas

Ilustração

Vinicius Mitchell

Capa

Vinicius Mitchell

Programação Visual

Maria Fernanda de Novaes
Núbia Roma

Produção Gráfica

Ulisses Schnaider

Copyright © 2018, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e/ou gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

T314

Teoria da região. Volume único / Alan Gustavo Pacífico...[et al].
– Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2017.

314p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0109-2

1. Geografia. Teoria da região. I. Asada, Alexandre Henrique.
II. Barbosa, Ana Carolina. III. Santos, Arthur Pereira. IV. Silva,
Augusto César Pinheiro da. V. Martins, Leonardo Alves. 1. Título.

CDD: 900

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social

Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Luis César Passoni

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ruy Garcia Marques

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitora: Ricardo Luiz Louro Barbara

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 • Espaço, território e região: três conceitos centrais para a geografia.....	7
--	----------

Alan Gustavo Pacífico

Ana Carolina Barbosa

Aula 2 • Perspectivas da região: escolas, saberes e tendências	29
---	-----------

Alan Gustavo Pacífico

Ana Carolina Barbosa

Aula 3 • Um instrumento de análise para a geografia	47
--	-----------

Alan Gustavo Pacífico

Ana Carolina Barbosa

Aula 4 • Região como ferramenta de ação dos governos	71
---	-----------

Leonardo Alves Martins

Aula 5 • A Cartografia como mecanismo de poder	89
---	-----------

Leonardo Alves Martins

Aula 6 • Formação regional e regionalização no Brasil	105
--	------------

Augusto César Pinheiro da Silva

Leonardo Alves Martins

Aula 7 • A América e suas potencialidades: características e modelos de um continente heterogêneo.....	123
---	------------

Augusto César Pinheiro da Silva

Leonardo Alves Martins

Aula 8 • Os espaços regionais euro-africanos	143
---	------------

Leonardo Alves Martins

Aula 9 • Os espaços regionais da Ásia e da Oceania	165
---	------------

Augusto César Pinheiro da Silva

Leonardo Alves Martins

Aula 10 • Formação regional do estado do Rio de Janeiro	185
--	------------

Leonardo Alves Martins

Aula 11 • O fenômeno da globalização e sua repercussão mundial	201
---	------------

Augusto César Pinheiro da Silva

Aula 12 • Fragmentação e regiões rebeldes.....	219
---	------------

Alexandre Henrique Asada

Arthur Pereira Santos

Aula 13 • A regionalização e os modelos de espaços regionais241

Alexandre Henrique Asada

Arthur Pereira Santos

Aula 14 • A região em sala de aula: um instrumento pedagógico269

Alexandre Henrique Asada

Arthur Pereira Santos

Aula 15 • Revisão: resgatando os estudos regionais293

Alexandre Henrique Asada

Arthur Pereira Santos

Aula 1

Espaço, território e região: três
conceitos centrais para a geografia

*Ana Carolina Barbosa
Alan Gustavo Pacífico*

Meta

Apresentar os conceitos de espaço geográfico, território e região, suas particularidades e complementaridades.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as diferentes concepções de espaço geográfico;
2. analisar o conceito de território e sua relação com o poder e a dominação no espaço;
3. identificar as aproximações entre os conceitos de região e de território.

Introdução



A maior parte das conversas está repleta de termos dos quais muitas vezes não fazemos ideia da importância que possuem para algumas áreas. Nesse caso, uma simples conversa durante uma caminhada na trilha pra a Pedra do Sino está cheia de conceitos importantes para a Geografia.

Como toda ciência, a geografia possui alguns conceitos-chave, capazes de sintetizar seus objetivos enquanto campo de conhecimento científico, isto é, o ângulo específico com que a sociedade é analisada, ângulo que confere à geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais. (CORRÊA, 1995). Como ciência social, a geografia tem como objeto de estudo a relação entre o espaço e a sociedade, que, no entanto, é objetivada via **cinco conceitos-chave** que guardam entre si um forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana, modelando a superfície terrestre:

- Espaço,
- Região,
- Paisagem,
- Território,
- Lugar.

A Geografia, preocupada em analisar a realidade, busca, através de conceitos, interpretar a realidade a partir da dimensão espacial. Dessa forma, essas representações não são estáticas, mas sim dinâmicas. Por isso, destacamos que, no processo de elaboração das mesmas, o contexto histórico e as relações de poder são protagonistas. Assim, propomos uma análise integrada dos conceitos-chave que, segundo Haesbaert (2010), pode ser denominada constelação de conceitos, ou seja, a compreensão que determinado autor possui da realidade não ocorre de forma isolada. Portanto, as interseções ou fronteiras - semelhanças e distinções - entre essas conceitualizações colaboram para melhor entendimento/definição da identidade dos mesmos.

Cada um dos conceitos-chave tem sido objeto de amplo debate, tanto interno como externo à geografia, envolvendo também áreas como a filosofia, antropologia e outras ciências sociais. No centro do debate, cada conceito possui várias possibilidades de compreensão, cada uma calcada em uma corrente de pensamento específica. Espaço e região, por exemplo, têm sido diferentemente conceituados segundo as diversas correntes da geografia.

Nesse sentido, essa primeira aula representa um passo importante para os objetivos da disciplina de Teoria da Região e Regionalização. É apresentada parte importante do debate realizado em torno dos conceitos de espaço, território e região, chamando a atenção para a forma como estes se relacionam e contribuem para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos geográficos.

O conceito de região: reflexões introdutórias

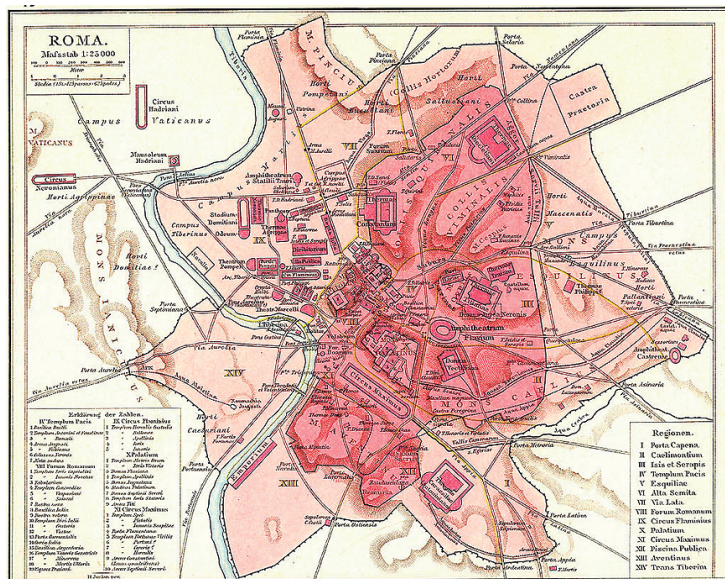
De acordo com Gomes (1995), na linguagem cotidiana do senso comum, a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. Ela pode assim ser empregada como uma referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mas ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial.

Empregamos assim cotidianamente expressões como – “a região mais pobre”, “a região montanhosa”, “a região da cidade X”, como referência a um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distinguem aquela área das demais. Notemos que, como simples referência, não exigimos que esta noção se defina sempre em relação aos mesmos critérios, que haja precisão em seus limites ou que esteja referida sempre a um mesmo nível de tamanho ou escala espacial (GOMES, 1995, p. 53).

A região também possui um sentido muito conhecido como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos estados. Desde o fim da Idade Média, ainda segundo Gomes (1995), as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes nos desenhos dos mapas.



A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical ‘reg’, que deu origem a palavras como regente, regência e regra. *Regione*, nos tempos do Império Romano, era a denominação utilizada para designar áreas que estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma.



Desconhecido

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/c5/Roma_Plan.jpg/1024px-Roma_Plan.jpg

Desta forma, os mapas que representavam o Império Romano são preenchidos pela nomenclatura destas regiões, que representam a extensão espacial do poder central hegemônico, onde os governadores locais dispunham de alguma autonomia, em função mesmo da diversidade de situações sociais e culturais, mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma.

Sendo assim, é possível percebermos que o emprego do conceito de região encontra-se próximo de sua etimologia, ou seja, trata-se de uma área sob um certo domínio ou uma área definida por uma singularidade de propriedades que a definem.

No entanto, durante as diferentes fases da história do pensamento geográfico, algum conceito ganhou mais a atenção dos estudiosos da ciência geográfica, aparecendo com maior destaque nas pesquisas. Da mesma forma, algumas correntes filosóficas priorizaram determinados conceitos em detrimento de outros. Por exemplo, algumas correntes definiram a região com *status* de conceito central da geografia, outras deram centralidade aos debates sobre o território, sempre buscando compreender a relação entre a sociedade e o espaço geográfico.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar algumas das diferentes concepções que as diversas correntes do pensamento geográfico desenvolveram, a fim de discutir o conceito de espaço, relacionando-o com os outros conceitos de destaque na geografia, especialmente o de região e o de território.

Espaço geográfico e suas diferentes concepções

Como nos adianta Corrêa (1995), a palavra espaço é de uso recorrente, sendo utilizada tanto no dia a dia como nas diversas ciências.



Figura 1.1: Entre os astrônomos, matemáticos, economistas e psicólogos, dentre outros, utilizam-se, respectivamente, as expressões espaço sideral, espaço topológico, espaço econômico e espaço pessoal.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1426257>

A expressão espaço geográfico, por outro lado, aparece como vaga, estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização. Além disso, a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas: global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa.

O que é, afinal, o espaço geográfico? Para respondermos a essa pergunta de maneira adequada, devemos observar as diferentes concepções de espaço vinculadas às diversas correntes da história do pensamento geográfico:

- Geografia tradicional;
- Geografia teórico-quantitativa;
- Geografia crítica ou marxista;
- Geografia humanista ou cultural.

O conceito de espaço para a geografia tradicional



A Geografia Tradicional

A chamada geografia tradicional compreende o conjunto de correntes que caracterizaram a ciência geográfica no período que se estende de 1870, aproximadamente – quando a geografia tornou-se uma ciência institucionalizada nas universidades europeias –, até a década de 1950, momento da denominada revolução teórica-quantitativa.

Horácio Capel



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/fb/Horacio_Capel_Saez-1.jpg/640px-Horacio_Capel_Saez-1.jpg

Horácio Capel Sáez é um geógrafo espanhol, particularmente conhecido por seu trabalho no campo da geografia urbana espanhola. Em 2008, ele ganhou o Prêmio Vautrin Lud, a maior distinção atribuída no campo da Geografia. Aqui está uma sugestão de leitura: CAPEL, Horácio. *Geografia Contemporânea: Ciência e Filosofia*. Editora EDUEM, 2010.

O espaço não representava um conceito privilegiado na Geografia tradicional. Segundo Corrêa (1995), paisagem e região eram os conceitos mais utilizados nos trabalhos geográficos do período. Assim, os debates incluíam os conceitos de paisagem, região natural e região-paisagem, assim como os de paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. A abordagem espacial, associada à localização das atividades dos homens e aos fluxos, era muito secundária entre os geógrafos, como aponta **Capel** (1982). Contudo, o espaço está presente na obra de Ratzel e Hartshorne, ainda que de modo implícito.

De acordo com Moraes (1990), o espaço em Ratzel é visto como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer natural, quer aquele socialmente produzido. Nesse sentido, o domínio do espaço transforma-se em elemento fundamental na história do homem. Hartshorne (1939), por sua vez, admite que conceitos espaciais são de fundamental importância para a geografia, sendo a tarefa

dos geógrafos descrever e analisar a interação e integração dos fenômenos espaciais. O espaço, portanto, na visão hartshorniana é o **espaço absoluto**, ou seja, aparece como um receptáculo que apenas contém as coisas. O termo espaço é empregado no sentido de área.

Espaço para a geografia teórico-quantitativa

Na Nova Geografia, através do raciocínio hipotético-dedutivo, modelos matemáticos e estatísticos, sistema de planejamento, foram métodos e técnicas bastante enfatizadas neste período. O espaço, então, aparece como um conceito-chave para a Geografia. O conceito de paisagem, lugar e território não são conceitos significativos para esta escola, e o conceito de região reduz-se a um processo de classificação de unidades espaciais (CORRÊA, 1995). Com o avanço da tecnologia, o espaço foi entendido, em função da acessibilidade, ao que chamamos de **espaço relativo** (*apontada por Harvey, 1969*) que está relacionado à posição que um lugar ocupa em relação a outras localidades, podendo ser expressa de diversas maneiras. A posição relativa pode sofrer transformações técnicas e dos meios de circulação e comunicação; o espaço relativo, entendido a partir das relações entre os objetos. Assim, considerou-se a Geografia como uma ciência espacial, que estudaria os fenômenos sociais e da natureza – organização espacial, planejamento espacial.

A geografia crítica e sua compreensão de espaço

Segundo Corrêa (1995), a Geografia Crítica era fundamentada no materialismo histórico e na dialética, sendo o espaço novamente um conceito-chave. A concepção dialética pensa o espaço como absoluto, relativo e relacional (Suetergaray). Continuando Corrêa (1995), o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. Lefebvre (1976, p. 25) define que “o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema”. Para o autor, o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

Influenciado por Lefebvre, Santos (1977) desenvolve o conceito de formação socioespacial, explicitando que a sociedade só se torna concreta através do seu espaço. De acordo com Santos (1985), o espaço deve ser analisado a partir das seguintes categorias:

- Forma: é o aspecto visível, formas espaciais em diferentes escalas – casa, bairro, cidade, etc.
- Função: uma tarefa, atividade desempenhada pela forma.
- Estrutura: matriz social onde as formas e as funções são criadas e justificadas.
- Processo: é uma estrutura em seu movimento de transformação.

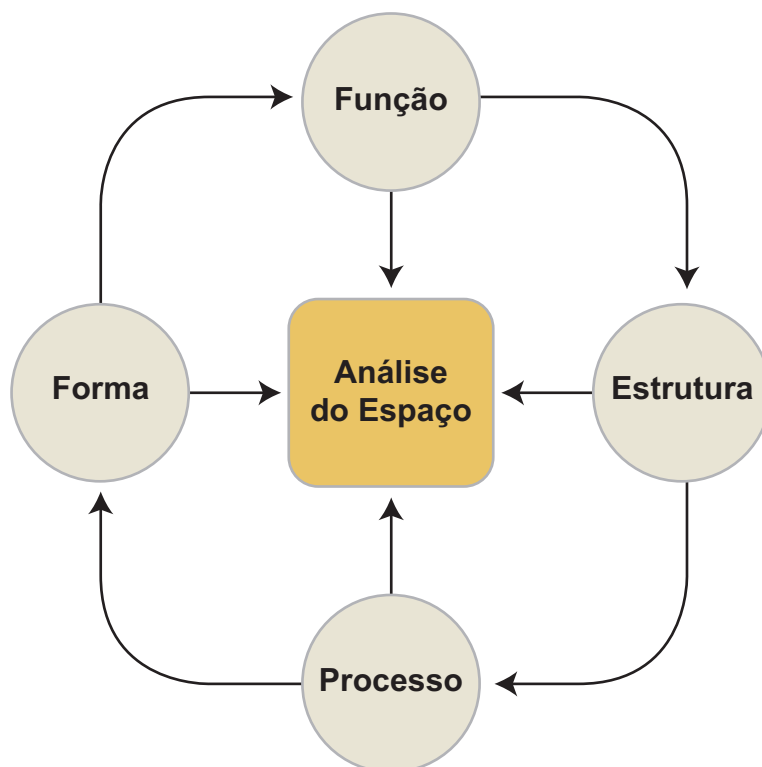


Figura 1.2: A análise do espaço é realizada através de categorias que se relacionam.

Considera-se também que o espaço é constituído dos seguintes elementos:

- Firms: função de produzir bens, serviços e ideias
- Instituições: produzem as normas, as leis
- Meio ecológico: complexos territoriais
- Infraestrutura: o trabalho humano materializado (casas, prédios...)
- Indivíduos: candidatos ao trabalho

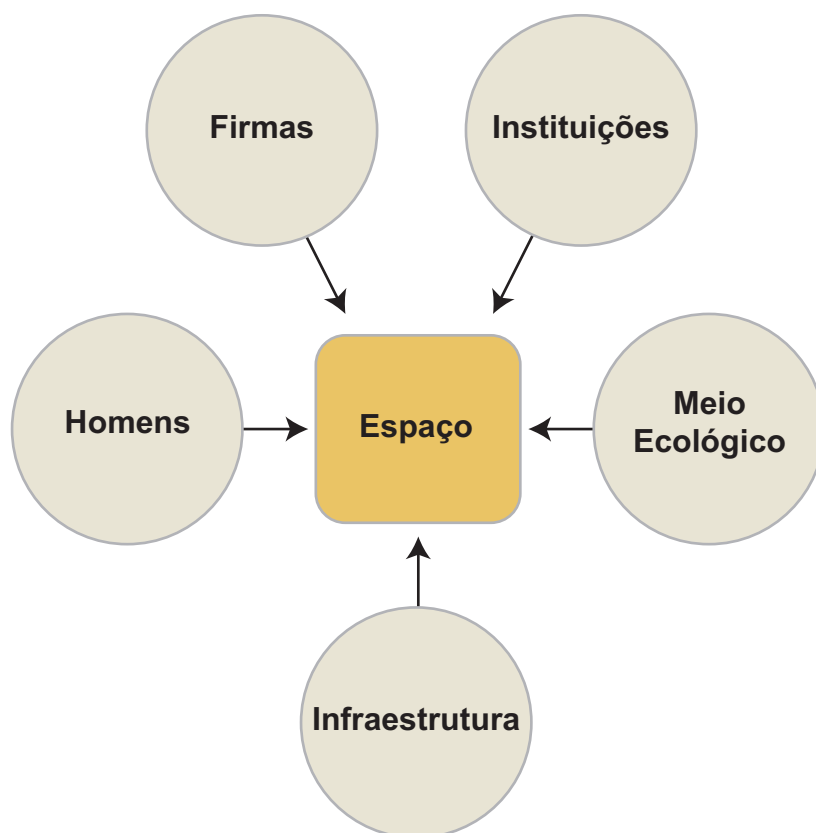


Figura 1.3: Elementos que fornecem insumos para a constituição do espaço.

Milton Santos destaca a importância da relação entre natureza e sociedade na constituição espacial. O espaço seria o movimento das relações entre a concretude física do planeta e a humanidade. Assim, através do trabalho, a construção do espaço é entendida como um conjunto indissociável de objetos geográficos, naturais e sociais, com a sociedade em movimento.

O espaço geográfico é visualizado como o resultado do desempenho do homem sobre a natureza, configurado como um sistema de ações, criando objetos técnicos que alteram a própria natureza e a sociedade humana.

O conceito de espaço para a geografia humanista e cultural

Durante a década de 1970, outra corrente do pensamento geográfico passou a ganhar destaque: a geografia humanista, que, na década

seguinte, foi acompanhada da retomada da geografia cultural. Calçada nas filosofias do significado, especialmente a **fenomenologia** e o **existencialismo**, a geografia humanista consiste numa crítica à geografia de cunho lógico-pragmático, resgatando o viés cultural presente na geografia tradicional.



A experiência e a vivência

É importante destacar que, de forma contrária ao positivismo, essa corrente do pensamento valoriza um método onde o conhecimento ganha legitimidade a partir das experiências vividas no cotidiano. Assim, na **fenomenologia**, valorizamos o essencial das experiências particulares e nos afastamos de categorias gerais ou universais.

Além disso, o **existencialismo** nos convida a repensar o lugar no qual o ser humano é um elemento central, seja na construção ou na percepção deste espaço. Portanto, a forma como percebemos e vivemos os lugares depende também do indivíduo. Sugere-se que você pense em um lugar que tenha sido importante na sua infância e depois faça esse questionamento a uma pessoa da família ou do seu círculo de amigos, ficará fácil notar que os significados atribuídos aos lugares são construídos a partir de vivências singulares.

Diferentemente das outras correntes da geografia, a geografia humanista está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência e no simbolismo, privilegiando o singular, e não o particular ou o universal, e, ao invés da explicação, tem na compreensão a inteligibilidade do mundo real.

A dimensão da paisagem ganhou maior significado, e o lugar se tornou o conceito-chave para a geografia humanista. Em relação ao espaço, este ganhou, para muitos autores dessa corrente, o significado de espaço vivido. Segundo Tuan (1979), consideram-se os sentimentos espaciais e

as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência. O espaço vivido também é o espaço das representações simbólicas. Dentro da geografia humanista e cultural, destaca-se também o viés da geografia da religião, onde se considera o espaço sagrado, que é onde ocorrem as manifestações do sagrado.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Como vimos, o conceito de espaço apresenta-se como central para a ciência geográfica; no entanto, existem diferentes concepções ligadas às diversas correntes do pensamento geográfico.

Apresente duas concepções de espaço, citando duas de suas mais importantes características.

Resposta comentada

A partir da Geografia Tradicional, abordamos o conceito de espaço, considerado **espaço absoluto**, ou seja, este é sinônimo de um receptáculo ou simplesmente a delimitação de uma área física. Já no contexto da Geografia Humanista e Cultural, trabalhamos o conceito de **espaço vivido**, no qual é importante destacar a experiência ou as percepções que podem estar ligadas ao espaço geográfico. Dessa forma, símbolos, a exemplo dos religiosos, passam a fazer parte das análises geográficas.

O conceito de território: poder e dominação.

O conceito de território foi tradicionalmente associado ao Estado-Nação; assim, a Geografia Política assume destaque nessa compreensão, em que o território nacional embasa o discurso do Estado, sendo este o gestor por excelência.



Adriana Paiva

Figura 1.4: Destacamos, portanto, a íntima relação entre patriotismo e dominação, na qual o discurso do Estado gera raízes e justifica a identidade nacional, ancorado no território.

Fonte: <https://flic.kr/p/8dS38E>.

O primeiro autor a trabalhar com o conceito foi Friedrich Ratzel e, para ele, existia uma forte relação entre o território e o solo de um país. Assim, podemos nos lembrar da própria origem da palavra *territorium*, que é sinônimo de *boden*, ou seja, solo. Nesse contexto, a ideologia, para o autor, acaba sendo considerada sinônimo de amor à pátria, o que contribui para fortalecer identidades nacionais, como é possível ver na figura 1.

Uma das principais críticas a essa concepção de território é o forte vínculo que contém com a escala nacional, restringindo muitas vezes o território às fronteiras de um país ou estado, por exemplo. Como consequência dessa crítica, surge a ideia de flexibilizar essa conceitualização, ou seja, como o território é definido a partir de relações de poder que se materializam no espaço, o conceito não precisaria estar restrito apenas à escala nacional.

A partir desse olhar mais flexível na geografia, fazemos uma associação entre território e um campo de forças que, quando materializado, define a diferença entre “nós” (os que pertencem, o grupo, os membros da coletividade ou comunidade os “*insiders*”) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Essa tática para o controle das áreas, que vai marcar o território, é chamada de **territorialidade**.

Territorialidade

A territorialidade pode ser entendida como uma estratégia para controlar recursos e pessoas, a fim de dominar determinada área que, quando materializada, chamamos de território.

Destacamos, portanto, que o território está atrelado às relações sociais projetadas no espaço e pode ser compreendido como multiescalar. Ademais, suas fronteiras não são rígidas ou imutáveis e, sim, um jogo resultante de um campo de forças. Atualmente, encontramos exemplos nos estudos geográficos que nos ajudam a entender esta interpretação do conceito. Citamos os territórios de prostituição na área central do Rio de Janeiro, que se materializam em diferentes escalas, possuem suas fronteiras móveis e um caráter cíclico, pois estão restritos a determinado período do dia, entretanto ficam configuradas relações de poder que demarcam esses espaços, no interior dos quais existem regras tácitas e uma identificação entre o grupo e o espaço.



Figura 1.5: Entrada da Vila Mimosa, território de prostituição na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: <https://flic.kr/p/8BeLki>

Apontamos, assim, que a característica principal para o entendimento do território é a **dominação**, permeada pelo contexto das disputas ou relações de poder, suscitando os questionamentos: “quem domina o espaço?” e “como o domina?”. Um dos principais autores a discutir esse conceito é Marcelo Lopes de Souza, em um artigo que consta no livro “Geografia: Conceito e Temas”, que colocamos nas referências. Vale a pena conferir!

Assim, vamos construindo nossa história a partir da relação entre os conceitos geográficos. Iremos agora pensar nas fronteiras e

complementaridades entre o território e a região, que já estão ligados na própria etimologia da palavra, pois o termo *regere* significa dominar, comandar, reger, que possui uma íntima relação com a própria definição de território, que vimos, ou seja, representa a primeira interseção entre essas leituras da realidade.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

Indique uma crítica à concepção que restringe o conceito de território a um Estado (ou país).

Resposta comentada

A definição de território tem por principal característica a delimitação do espaço em função de relações de poder; assim, é possível observar territórios em várias escalas, em períodos de tempo variados ou com caráter cíclico, a exemplo dos territórios de prostituição na área central do Rio de Janeiro.

Aproximações entre território e região

A proposta, nesse momento, é pensar a partir dos termos territorialização e **regionalização**, pois, segundo Haesbaert (2010), enquanto o primeiro é associado à produção do espaço baseada nas práticas sociais concretas realizadas pelos sujeitos, o segundo adquire um sentido epistemológico e destaca um recorte analítico proposto por um planejador. Dessa forma, a disjunção entre os conceitos está na relação entre território e sua dimensão política construída na relação entre espaço e poder e no distanciamento da região das práticas sociais, estando esta mais próxima de um instrumento analítico.

Regionalização

Propõe identificar parcelas do espaço articuladas ou dotadas de relativa coerência que sirvam como instrumento para nossas pesquisas (HAESBAERT, 2010).

Portanto, podemos pensar os conceitos a partir de perspectivas dissociativas ou integradoras (HAESBAERT, 2010), onde são trazidas para o centro da discussão as leituras de território e região com as quais nos identificamos. Na visão separatista, o território é visto através do enfoque político e representado pelas práticas do Estado, enquanto a região possui vínculo com a dimensão econômico-funcional na qual atua um sujeito-empresa e, mais uma vez, é destacada como recorte espacial e instrumento analítico.

Enquanto nas perspectivas associativas, chamamos atenção para leituras integradoras onde muitas vezes ocorre uma diluição dos conceitos, de forma que se confundem as fronteiras e um pode englobar (no sentido de fazer parte) do outro. Um exemplo de região como conceito mais amplo pode ser visto na interpretação da formação do espaço regional, sendo este recortado a partir de critérios (físicos, políticos, econômicos ou socioculturais) que apontem para uma coerência interna, de forma que, se o critério privilegiado for o político, este recorte também compreende um território. Citamos como exemplo oposto, ou seja, situação na qual o território é observado como conceito mais amplo, a jurisdição exercida pelo Estado-nação, na qual o território nacional representa dominação e a região é lida como uma das escalas estratégicas para esse domínio.

Dessa forma, a região, ao propor parcelas do espaço que contêm coerência interna ou identidade, também revela relações de poder na sua definição, pois destaca uma ação de controle, produção e qualificação do espaço. Portanto, é possível observar aproximações entre os conceitos na medida em que estes são leituras da realidade, interpretações do espaço ora conceituadas como território, ora chamadas de região. Essa definição vai depender principalmente do que se pretende observar, do objetivo do pesquisador e do objeto que se apresenta na realidade. Algumas questões como: qual a dimensão que mais chama atenção? (política ou econômica?), quais os principais atores envolvidos? ou mesmo: qual o objetivo da pesquisa? podem ajudar nessa escolha.

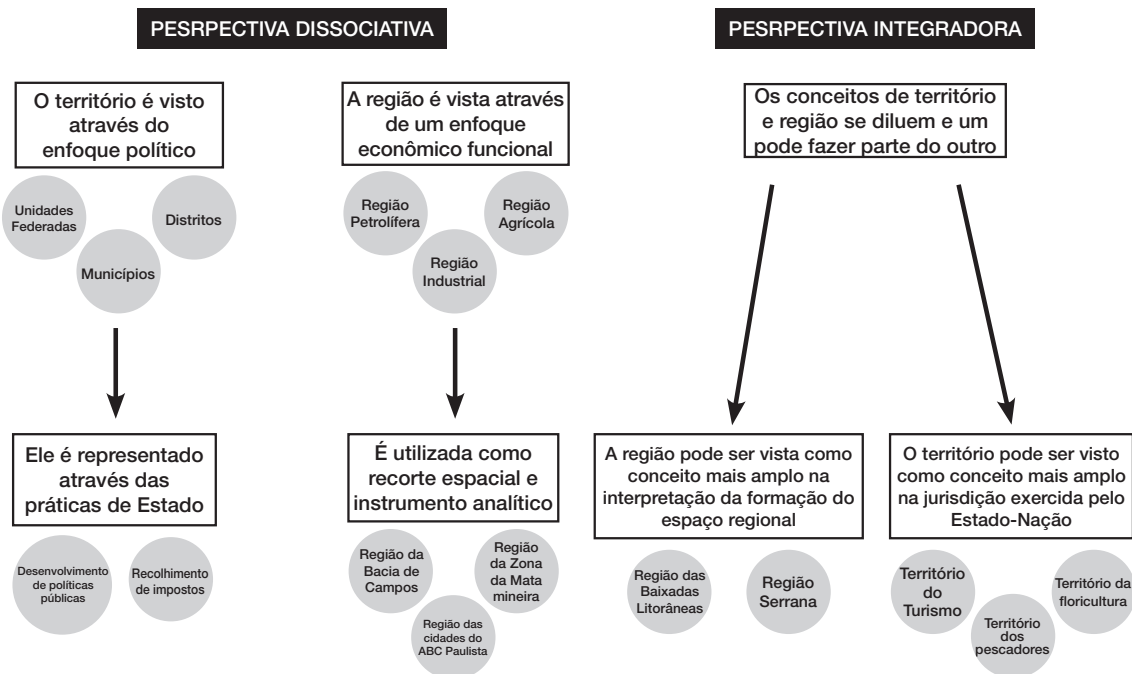


Figura 1.6: As diferentes perspectivas dos conceitos de território e região.

Conclusão

A geografia é uma ciência que se dedica a ler o espaço e, para isso, possui cinco conceitos-chave: espaço, território, região, paisagem e lugar. Dessa forma é importante perceber que estes são formas de entender uma realidade. Nesta primeira aula, nós nos dedicamos a identificar como o espaço, um conceito central, foi visto ao longo da história da nossa ciência.

A partir dessa perspectiva integradora, trabalhamos também o conceito de território e sua relação com a dominação de uma área, a materialização das disputas pelo espaço concretizadas, definindo quem pertence ou não ao território (*insiders* e *outsiders*). E nesse contexto de aproximação, iniciamos a discussão sobre o conceito de região, outro instrumento para delimitar áreas, porém com foco principal na homogeneidade interna, ou seja, nos elementos que dão unidade à região.

Os conceitos de território e região possuem semelhanças e diferenças que devem ser observadas a partir da realidade concreta e da intenção do pesquisador. Um bom exemplo é a relação do território com a dimensão política, muita marcada pelo poder e pelas disputas que ocorrem nas relações sociais; um exemplo seriam os territórios de prostituição, enquanto a região está mais próxima de um instrumento analítico ou

didático, como ocorre com a divisão do Brasil em regiões (sudeste ou nordeste, por exemplo).

Atividade final

Atende ao objetivo 3

Como vimos acima, os conceitos de região e território podem ser complementares e, em determinadas situações, um pode englobar o outro. Por exemplo, na região das Baixadas Litorâneas (RJ), coexistem inúmeros territórios. Podemos citar o território dos pescadores, dos condomínios e casas de veraneio, dos produtores de sal marinho, da indústria do turismo e até das atividades militares.



Figura 1.7: Mesorregião das Baixadas Litorâneas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RiodeJaneiro_Meso_Baixas.svg.

Pense num exemplo conhecido por você (pode ser em sua cidade, em seu bairro), em que uma determinada região englobe dois ou mais territórios, e preencha a tabela abaixo. Para auxiliar, preenchamos a primeira linha com o exemplo das Baixadas Litorâneas. Coloque o seu exemplo na segunda linha:

Região	Territórios
Baixas Litorâneas	Território dos pescadores, condomínios e casas de veraneio, produtores de sal marinho, indústria do turismo e atividades militares.

Resposta comentada

A resposta deve valorizar a diferença espacial entre as características dominantes de um espaço, para ser caracterizado como região. O poder político institucional de determinados grupos no espaço caracteriza territórios específicos.

Resumo

Na geografia, os cinco conceitos-chave guardam entre si um forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana, modelando a superfície terrestre: espaço, paisagem, região, território e lugar.

Assim, buscamos compreender as diferentes concepções de espaço geográfico, visto que este é, para nós, um conceito central.

A posterior preocupação em analisar a delimitação dos espaços nos levou ao estudo dos conceitos de território e região, de forma que existe uma perspectiva que aproxima (associativa) e outra (separatista) que marca as diferenças entre eles.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você saberá mais sobre o conceito de região e como este foi pensado e utilizado ao longo da história do pensamento geográfico. Não perca!

Referências

CORREA, Roberto Lobato; CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa (orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 352.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e modernidade*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 368.

HAESBAERT, Rogério. *Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Aula 2

Perspectivas da região: escolas,
saberes e tendências

*Ana Carolina Barbosa
Alan Gustavo Pacífico*

Meta

Apresentar a evolução do conceito de região, indicando as diferentes abordagens das principais correntes do pensamento geográfico.

Objetivos

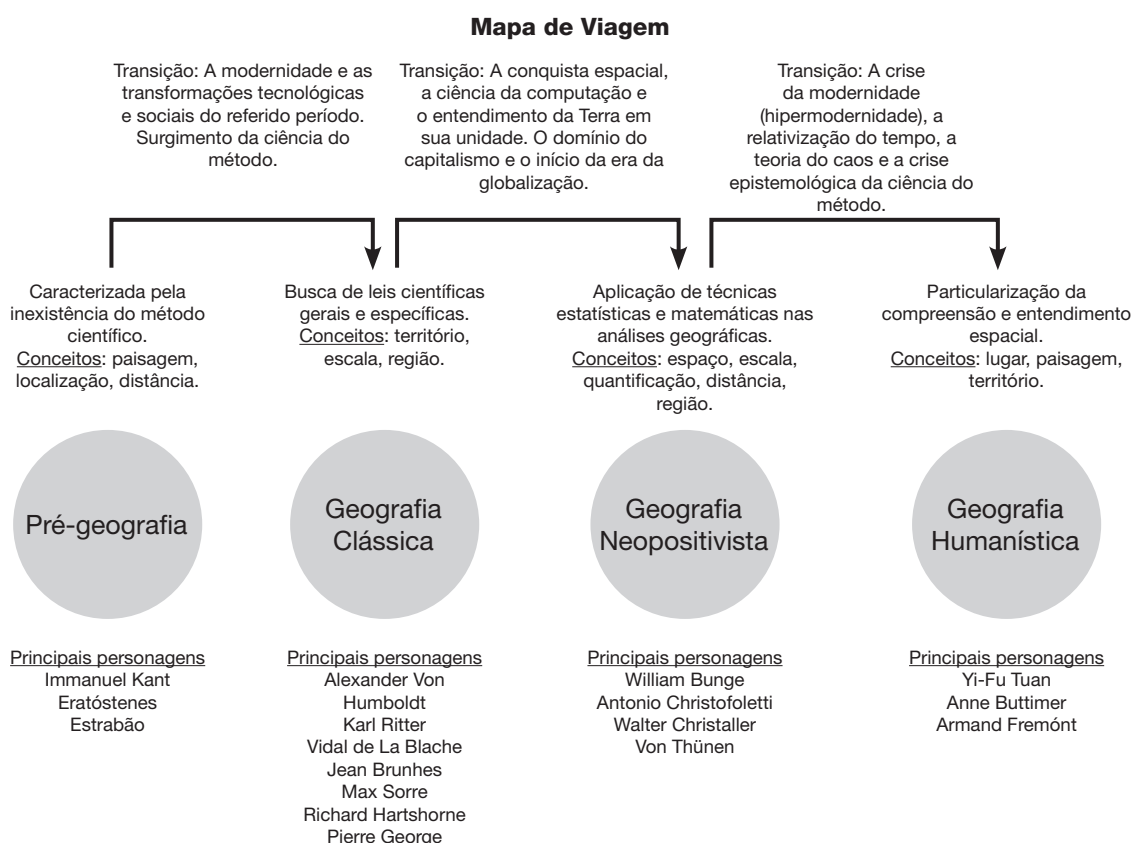
Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as modificações que o conceito de região sofreu ao longo do tempo;
2. identificar as particularidades das diferentes abordagens de região no campo da Geografia.

Introdução

Para o desenrolar da aula, adotamos um caminho retrospectivo da evolução da Geografia a partir da sistematização científica do conhecimento geográfico. Para isso, o recorte temporal se estende do nascimento da Geografia clássica, no final do século XIX, passando pela chamada Nova Geografia, pelas correntes críticas marxista e humanística e, por fim, no final do século XX, chegando a uma Geografia dita pós-moderna.

Para auxiliar nessa viagem no tempo geográfica, elaboramos um mapa de viagem que servirá de auxílio sempre que você precisar se situar durante a aula.



A ideia dessa proposta de estudo, perpassando pelas discussões **epistemológicas** da Geografia, não é somente conceituar a região, mas mostrar a relevância do seu estudo na construção de uma ciência projetada pela modernidade, bem como destacar as influências de pensamentos teórico-metodológicos que desencadearam diferentes formas de compreender a realidade. Sendo assim, nosso principal exercício é acompanhar as modificações do conceito de região nas diferentes correntes do pensamento geográfico.

Epistemologia

Segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, a palavra epistemologia significa: Estudo das ciências, no que cada uma, e o seu conjunto, tem por objeto apreciar seu valor para o espírito humano; teoria do conhecimento.

O conceito de região na Geografia Clássica

Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu a institucionalização do conhecimento geográfico, a partir da criação de cátedras de Geografia na Alemanha e na França. Estas duas escolas desenvolviam conhecimentos fundamentais para a sociedade burguesa e industrial desses dois países, como o conhecimento de novas terras e a aquisição de matéria-prima para a indústria que estava em expansão. Portanto, tornava-se cada vez mais necessário haver uma ciência que possibilitasse conhecer, cartografar e conquistar outros territórios, assim como constituir e afirmar um sentimento de nacionalidade. Dessa forma, deu-se à Geografia um caráter de ciência central naquele momento. A Geografia, com a responsabilidade de dar respostas às indagações científicas que surgiam, serviria como instrumento do processo de consolidação do capitalismo na Europa (CARVALHO, 2002).



Figura 2.1: Algumas sociedades geográficas. Da esquerda para a direita: National Geographic Society (EUA); Russian Geographical Society (Rússia); Royal Geographical Society (Inglaterra); Société de Géographie (França).

Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Royal_Geographical_Society_building_in_London.jpeg#mediaviewer/File:Royal_Geographical_Society_building_in_London.jpeg; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Muziy_SPb_2010_3392.jpg#mediaviewer/File:Muziy_SPb_2010_3392.jpg; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:National_Geographic_Society_Administration_Building.JPG#mediaviewer/File:National_Geographic_Society_Administration_Building.JPG; [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:184_boulevard_saint_germain_\(societe_de_geographie\).JPG#mediaviewer/File:184_boulevard_saint_germain_\(societe_de_geographie\).JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:184_boulevard_saint_germain_(societe_de_geographie).JPG#mediaviewer/File:184_boulevard_saint_germain_(societe_de_geographie).JPG);

Em relação ao aspecto metodológico, a institucionalização da Geografia, mesmo dando-se no século XIX, constituir-se-ia dos princípios positivistas do século XVIII, cujo idealizador, Immanuel Kant, também é considerado um dos fundadores da disciplina de Geografia. É com este filósofo, segundo Lencioni (1999), que aparece a “ideia de que o fundamento da Geografia é o espaço” e ainda “que o espaço geográfico é de natureza diferente do espaço matemático, porque divide em ‘regiões’ que se constituem no substrato da história dos homens”. É, portanto, com Kant que a região aparece, pela primeira vez, ligada à ideia de espaço geográfico.



Immanuel Kant (1724 – 1804): “Foi um filósofo prussiano, geralmente considerado como o último grande filósofo dos princípios da Era Moderna.

Kant é famoso, sobretudo, pela elaboração do denominado idealismo transcendental: todos nós trazemos formas e conceitos a priori (aqueles que não vêm da experiência) para a experiência concreta do mundo, os quais seriam de outra forma impossíveis de determinar.”

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Immanuel_Kant



Alguns conceitos existiam antes da própria Geografia!

A título de lembrança, é importante relevar que embora a Geografia tenha sido sistematizada no século XIX, conceitos como espaço e região, que se constituíram como categorias-chave da Geografia, já apareciam como conceitos sistematizados, como

visto na Aula 1, de tal forma que serviram de trampolim para muitos estudos geográficos.

Um fato a ser destacado é que este período, mesmo o que antecede à Geografia científica, é marcado pelos preceitos da ciência moderna, “nascida do projeto iluminista e institucionalizada dentro de uma vertente positivista e normativa” (GOMES, 1996, p.12).

Com a institucionalização universitária, a comunidade científica centrou seus estudos em diretrizes norteadoras do pensamento geográfico clássico, denominadas por Capel (1985) como: “problemas-chave definidores da disciplina”. Dentre eles, destaca-se aqui o estudo da relação homem-meio, sistematizador da Geografia atual.

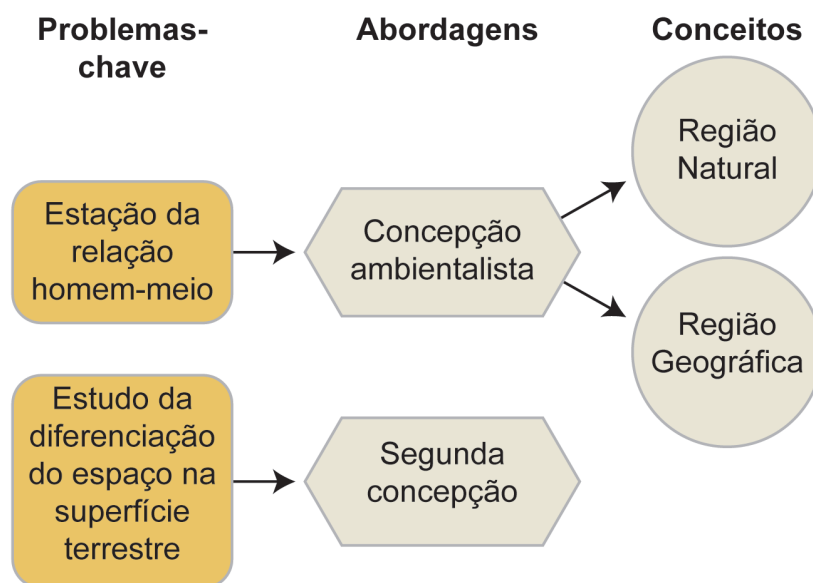


Figura 2.2: No que diz respeito à região, que se constituiu como primeira categoria, a mais importante delas foi a concepção ambientalista que, intermediada por um aparato metodológico de base naturalista, orientou a construção de alguns conceitos importantes na Geografia. Entre eles, o conceito de região natural, que encontrou em Ratzel seu expoente, e a região geográfica, cujo principal difusor foi Vidal de La Blache (CARVALHO, 2002).



A região para Vidal de La Blache



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vidal_de_la_Blache,_Paul,_BNF_Gallica.jpg#mediaviewer/File:Vidal_de_la_Blache,_Paul,_BNF_Gallica.jpg

Vidal de La Blache defendeu a região enquanto entidade concreta, existente por si só. Aos geógrafos, caberia delimitá-la e descrevê-la. Segundo ele, a Geografia definiria seu papel através da identificação das regiões da superfície terrestre. Nesta noção de região, acrescenta-se a presença dos elementos da Natureza, caracterizadores da unidade e da individualidade, a presença do homem.

A partir da inserção do elemento humano na caracterização da paisagem regional, outra dimensão pode ser evidenciada. Isto é, o processo histórico na relação homem/meio foi, pela primeira vez, enxergado, acrescentando grande riqueza à análise regional. O resultado dessa formulação é o conceito de região geográfica, que possibilitou a construção de uma Geografia regional com um aparato “fundamentalmente descritivo, mantendo a tônica de todo o

pensamento geográfico” (MORAES, 1995, p. 77). Este conceito passou a ser objeto de uma série de grandes teses regionais não só na França, mas também reproduzido no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O momento foi permeado pelo incentivo às monografias regionais, na tentativa de conhecer o mundo a partir de suas partes, das regiões. Logo, a região emergiu como categoria-chave na Geografia para a apreensão da realidade, e a Geografia regional passa a ser uma diretriz no pensamento geográfico. (CARVALHO, 2002).

A inclusão das ações humanas na análise regional inovou os estudos da Geografia, mas, por outro lado, causou o primeiro grande problema no interior da disciplina centrada no estudo da relação homem/meio: a dualidade da ciência. Como a Geografia clássica conseguiria se desdobrar para resolver este impasse? A Geografia, enfim, era uma ciência humana ou uma ciência da Natureza?

A solução estava na criação de uma Geografia regional, capaz de dar unidade à ciência. Dessa forma, gradativamente, foram realizados muitos estudos regionais por todo o globo, mostrando a eficiência das monografias regionais seguidoras da proposta **vidalina**, destacando a caráter único da paisagem. Todavia, como sinaliza Carvalho (2002), sem preocupar-se com o estabelecimento de leis gerais, gerando uma segunda dicotomia. Agora, entre Geografia geral e Geografia regional.

Foi esse novo desdobramento na Geografia que levou a Hettner, geógrafo alemão, a discordar do uso de um único método para as ciências naturais e humanas, como propunha o positivismo. Ele considerou necessário discutir a temática sobre as ciências **nomotéticas** - aquelas voltadas para os estudos gerais - e **idiográficas** - aquelas voltadas para os estudos particulares.

Para Hettner, a Geografia era tanto uma como outra. “Era uma ciência da superfície terrestre segundo as diferenciações regionais” (GOMES, 1995, p. 58). Hettner considerou ser, portanto, “o estudo dessa diferenciação ponto central da Geografia” (LENCIONI, 1999, p. 122). Convém lembrar que este enfoque diz respeito ao segundo problema-chave da disciplina que mencionamos anteriormente, referente à diferenciação de áreas, marca do estudo regional.

Vidalina

Chamam-se **concepções vidalinas** ou **lablachianas** aquelas associadas às perspectivas teóricas de Vidal de La Blache.

Quem assimilou mais profundamente as teorias de Hettner foi Hartshorne, outro importante geógrafo pertencente à Geografia clássica. Hartshorne considerou o conceito de diferenciação espacial, assim como a associação dos fenômenos heterogêneos numa área, ou seja, numa região. É somente na região que se combinam os elementos físicos e humanos.

Segundo Capel (1985, p. 338), “ao pôr ênfase na região, os geógrafos adotaram uma estratégia particularmente frutífera”. O método regional enraizou com muito sucesso por todas as escolas da Geografia da época.

Entretanto, a Geografia clássica possuía certas fragilidades no campo teórico e metodológico que levaram à crise dessa perspectiva. De acordo com Moraes (1995, p. 97), uma das maiores razões responsáveis pela crise desta Geografia, foi: “A falta de leis, ou de outra forma de generalização”.

Após muitas críticas, esta corrente passou, em meados do século XX, por uma fase de renovação de seu método e de suas concepções de ciência e de ver o mundo.

A concepção de região para a Geografia neopositivista

O conceito de Hartshorne de região influenciou os geógrafos da chamada **Geografia neopositivista**. Como fruto da influência quantitativa, a análise regional desta corrente é isenta da historicidade, visto que a mesma provém da crítica ao historicismo da Geografia tradicional, em especial dos conceitos de La Blache. Volta-se a insistir na unidade das ciências, no reducionismo naturalista, numa linguagem comum, clara e rigorosa, própria da filosofia positivista. Baseada nas leis da Matemática e da Física e na teoria geral dos sistemas, esta corrente acrescenta a explicação à descrição nos estudos geográficos. Portanto, a região passa a ser analisada descritivamente, procurando ver a integração única dos fenômenos diferenciados no espaço (CARVALHO, 2002).

A crise da Geografia clássica coincidiu com a discussão da importância dos estudos regionais, mesmo antes da institucionalização da Nova Geografia, nos anos 50. A crítica ao que se convencionou chamar de “excepcionalismo na Geografia” levou à crise do paradigma tradicional, cujo foco centrava-se na Geografia regional.

Geografia neopositivista

A **Geografia neopositivista**, fortemente presente nos trabalhos geográficos dos Estados Unidos a partir da década de 1950, também é chamada de Nova Geografia (*New Geography*), Geografia teórica, quantitativa, ou Geografia pragmática. Todas as expressões são referências do caráter teórico-metodológico desta corrente.

A proposta veio do geógrafo alemão, Fred K. Schaefer, que julgava que a ciência geográfica se encontrava num estado estático do ponto de vista teórico. Ou, como as palavras do autor: “De fato, o progresso da Geografia foi mais lento do que o de outras ciências sociais”. Utilizando-se de argumentos como este e apontando falhas metodológicas que acreditava haver, Schaefer lutou para justificar uma nova Geografia capaz de superar aquela que, segundo ele, não era de domínio científico. Nesse sentido, não poupou críticas aos autores clássicos da Geografia.

Muitas escolas de Geografia receberam com bastante ênfase essas críticas, marcando o fim da primeira Geografia, a Geografia tradicional. E, por ocasião desta, o fim dos estudos regionais nos moldes clássicos. Para os geógrafos da nova corrente, “a única Geografia científica (...) é a sistemática, já que ela permite buscar leis gerais, formular teorias que logo se aplicam ao estudo regional” (CAPEL, 1985, p. 390). Sobre o caráter da região nesta corrente de pensamento geográfico, Capel reflete: “A região se converte assim em uma espécie de laboratório em que se comprova a validade das teorias propostas pelo geógrafo sistemático”.

Sendo assim, na Nova Geografia, a região não é uma categoria-chave. Ao contrário. Assim como acredita Guelke (1982, p. 213): “A ascensão da Nova Geografia, na sua ênfase nas relações espaciais e o seu uso dos métodos estatísticos, coincidiu com o declínio na importância dos estudos regionais”.

À região foi reservado um caráter de classificação, agrupamento, subsidiado por técnicas estatísticas sofisticadas de laboratório e por uma linguagem mais burocrática, amparada pelas grandes teorias e em dados estatísticos e afastada do trabalho de campo. Constroem-se regiões cristalizadas no tempo e no espaço. Este fato leva muitos geógrafos a criticar esta forma de pensar a Geografia e de abordar suas categorias, caracterizando esta corrente como alienada.

O conceito de região e sua compreensão nas perspectivas marxistas e humanísticas

O geógrafo Milton Santos, em seu livro *‘Por uma Geografia nova’* (1996), contestando a eficácia da Nova Geografia, afirmou que: “O maior pecado, entretanto, da intitulada Geografia quantitativa é que ela desconhece totalmente a existência do tempo e suas qualidades essenciais”.

De fato, esta foi uma das grandes falhas desta corrente. O tempo, para a Nova Geografia, era entendido como um tempo linear; não levava em consideração a ideia de processos sociais.

Nesse sentido, também encontra-se a crítica de Capel (1985, p. 393-394), ao afirmar: “A Geografia Quantitativa é desde o princípio decididamente a-histórica”. É neste ponto que as críticas ao neopositivismo se concentram, e outras formas de fazer Geografia são expressas em novas correntes, chamadas de críticas, a partir dos anos 1970 (CARVALHO, 1970).

É importante considerar que, diante dos novos problemas urbanos e ecológicos que estavam surgindo nessa época, uma Geografia nos moldes da quantitativa não dava conta de compreender os fenômenos espaciais em sua plenitude.

Nesse contexto, desenvolvem-se as correntes críticas de base marxista e **fenomenológica** que, mesmo com suas particularidades, compartilham da mesma preocupação: a ausência do caráter social na Geografia.

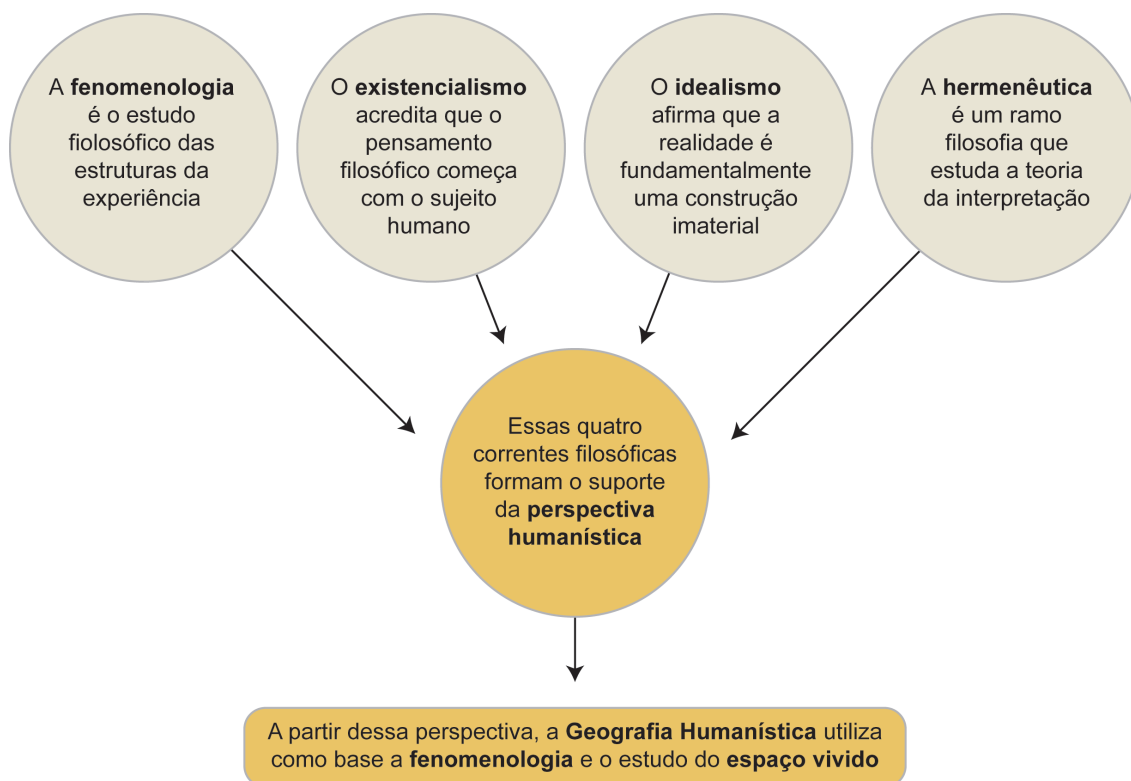


Figura 2.3: As bases da Geografia Humanística.

Ambas, recuperando a vertente histórica perdida, partiram para a construção de novos parâmetros de análise, incluindo questões essenciais, as quais tinham sido desconsideradas pelo paradigma quantitativo. Carvalho (2002) afirma que, no que diz respeito à região, uma nova Geografia regional foi se estruturando a partir de então, primando pelos temas históricos e culturais. Nas Geografias críticas, o que mudou, consideravelmente, foi a forma de abordar o mundo, destacando outros aspectos da realidade.

Para a perspectiva marxista, essa nova leitura geográfica baseada na compreensão das contradições do espaço, imposta pela concentração do capital, resultaria na maior diferenciação das áreas, acentuando, desta forma, o processo de regionalização. Segundo Thrift (1996, p. 231), “seria difícil negar que as regiões são desigualmente desenvolvidas e que o capital esteve metido nisso”. A Geografia, apropriando-se desta visão, seria, por meio da análise regional, um mecanismo de ação política na intervenção do espaço, como fizeram os mais notáveis autores da Geografia marxista, como Yves Lacoste, Pierre George, Henri Lefebvre e Milton Santos.

Por outro lado, a análise dessas questões inseriu nos estudos geográficos uma compreensão maior dos processos gerais das leis capitalistas mundiais. No entanto, isto significou um problema para o conceito de região, já que as características particulares tão próprias dos estudos regionais foram colocadas em um segundo plano. Segundo Castro (1997, p. 57), esta nova corrente de pensamento geográfico “eliminou as possibilidades explicativas da escala regional”. Negligenciando aspectos tão relevantes na apreensão da região, a Geografia de cunho marxista, com seu aporte teórico, enfrentou alguns abalos (CAPEL, 1985).

No entanto, na perspectiva humanística, o debate regional fluiu como essencial na Geografia. Os elementos de caráter subjetivo e pessoal, ausentes tanto na Nova Geografia como na Geografia marxista, foram inseridos na análise geográfica nessa perspectiva.

A Geografia Humanística foi a outra forma de reação à objetividade, à quantificação, à racionalização e à generalização. Considerada também antipositivista, deu primazia aos interesses do indivíduo, e não das classes, aos aspectos dos significados, dos valores e ações humanas, abordando-os a partir da experiência cotidiana dos homens. Neste sentido, foi de encontro tanto aos princípios da Nova Geografia quanto da Geografia de base marxista. No entanto, buscou resgatar da Geografia Clássica a dimensão social e cultural dos valores, bem como

a valorização da história e do mundo vivido. Nos preceitos de Vidal de La Blache, encontrou seu ponto de confluência (CARVALHO, 2002).

Entretanto, não foi a região o conceito de maior destaque na Geografia humanística, mas o espaço, ou melhor, o espaço construído por intermédio de relações práticas sociais. Esta noção possibilitou a valorização dos conceitos ligados à cultura dos homens e levou à compreensão dos sentimentos que os mesmos têm de pertencer a uma determinada região, e não a outra, ou seja, levou a entender a dimensão simbólica da identidade regional.

A corrente humanística incorporou o conceito de espaço vivido à análise regional na Geografia. Tuan (1982, p. 156) afirma que: “A descrição vívida de uma região é talvez a mais alta conquista da Geografia Humanística”. Assim, nesta corrente, chamou-se atenção para a revalorização de alguns dos elementos que, no passado da disciplina, tiveram seu lugar. A região, como bem salienta Gomes (1995, p. 67), “novamente, (...) passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial”.



Figura 2.4: Yi-fu Tuan - Importante geógrafo chinês que publicou um dos livros mais importantes para a expansão da Geografia humanística, intitulado *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*.

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Yi-Fu_Tuan-Festival_international_de_g%C3%A9ographie_2012_\(1\).jpg#mediaviewer/File:Yi-Fu_Tuan-Festival_international_de_g%C3%A9ographie_2012_\(1\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Yi-Fu_Tuan-Festival_international_de_g%C3%A9ographie_2012_(1).jpg#mediaviewer/File:Yi-Fu_Tuan-Festival_international_de_g%C3%A9ographie_2012_(1).jpg)

Em outras palavras, para compreender uma região, é preciso viver a região. Ou, como afirma Ribeiro (1993, p. 214), a região: “Trata-se de

uma porção territorial definida pelo senso comum de um determinado grupo social, cuja permanência em uma determinada área foi suficiente para estabelecer características muito próprias na sua organização social, cultural e econômica”. Este espaço é, portanto, socialmente criado, e vai se diferenciar de outros espaços vizinhos por apresentar determinadas características comuns que são resultantes das experiências vividas e historicamente produzidas pelos próprios membros das suas comunidades”.



Figura 2.5: Um bom exemplo de espaço socialmente criado são as macrorregiões do Estado do Rio de Janeiro – representadas pelas diferentes cores. Essas regiões são político-administrativas, definidas para um maior controle do território.

Fonte: http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Reg%20Gov_2013.pdf

Os desdobramentos das várias abordagens que permitem pensar a região, nos diversos contextos, possibilitam-nos afirmar que as correntes não se revelam como verdadeiras nem falsas. Todas deram a sua parcela de contribuição para o estudo regional e para a ciência geográfica. Naquilo que lhe foi ou é proposto, cada uma teve ou tem sua eficiência.

Não podemos ser inocentes em acreditar que há um conceito pronto e acabado sobre região ou qualquer outra categoria da Geografia, e que, diante de uma nova reflexão, não devemos mais estabelecer conexões com as clássicas. Este é o “debate aberto” de Capel (1985), que nos chama a atenção para a consciência de reconhecer “a validade dos argumentos

de uns e outros componentes”, ou de uma filosofia ou de outra na sua complementaridade.

É oportuno lembrar que a discussão da importância ou da existência da região, nos dias atuais, é enriquecedora e responsável por uma “Geografia regional renovada” (Haesbaert, 1999), assim como pelo debate epistemológico da ciência geográfica como um todo.

Conclusão

Pensar a Geografia na atualidade é pensar como os seus conceitos foram criados, seus períodos históricos e quais perspectivas científicas os balizaram. A região é um dos conceitos mais caros da Geografia e, através das relações entre sociedade e Natureza, é que as concebemos no nosso inconsciente coletivo. Ao definirmos uma região, estamos codificando impressões pessoais e coletivas das diferenças espaciais e, ao mesmo tempo, compreendendo as lógicas ideológicas produtivas emocionais e culturais para a sua compreensão.

Dessa forma, as histórias são contadas por imagens, informações, tecnologias e sociedades que nelas vivem e nelas se reproduzem, associadas às lógicas do momento histórico em que vivemos.

Atividade

Atende aos objetivos 1 e 2

Como vimos, o conceito de região apresenta-se como central para a ciência geográfica; no entanto, existem diferentes concepções ligadas às diversas correntes do pensamento geográfico. Utilizando o mapa de viagem e os conteúdos apresentados durante a aula, preencha a tabela abaixo, indicando, de forma resumida, como o conceito de região era abordado em cada corrente geográfica:

	Pré-Geografia	Geografia Clássica	Geografia Neopositivista	Geografia Humanística
Conceito de Região				

Resposta comentada

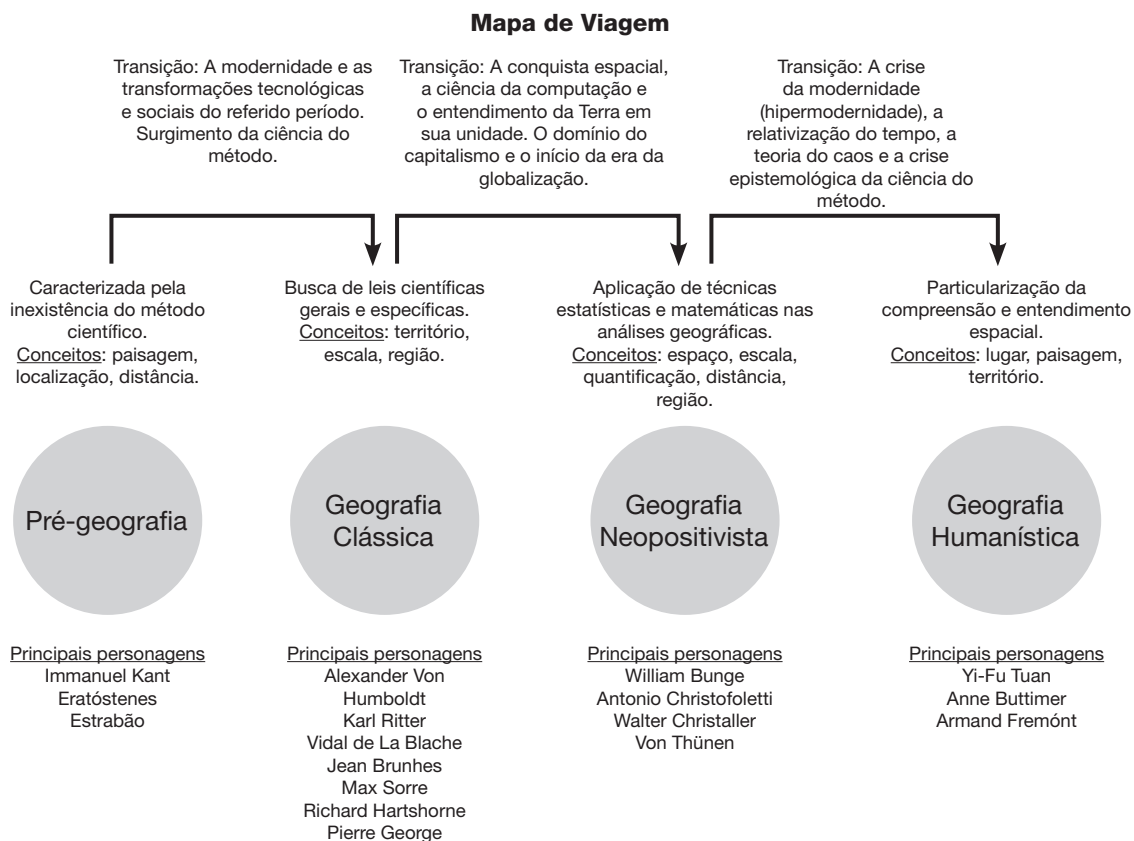
As concepções de região são construções científicas ligadas à história do pensamento científico. Assim sendo, em vários momentos dessa história, o pensamento geográfico foi concebido de uma ou várias formas, mas geralmente havia a predominância de uma das correntes do pensamento em determinado momento. Portanto, na pré-Geografia, a concepção de região era a que dominava o pensamento científico, assim como no período clássico, o do método científico, passou a ser outra, e sucessivamente a região passou a ser concebida e estudada de acordo com os pressupostos científicos dominantes de cada época.



Resumo

A aula visou identificar a formação e importância do conceito de região em quatro momentos fundamentais da consolidação da Geografia como ciência. Também passamos a compreender esse conceito-chave e entender a natureza dessa ciência na história da civilização ocidental.

Veja mais uma vez, abaixo, o mapa de viagem que utilizamos durante a aula.



Acreditamos que tenha ficado bem mais simples entendê-lo agora.

Até a próxima aula!

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos como o conceito de região é importante para a atuação do geógrafo, apontando outras formas de ler o mundo e sendo utilizado como instrumento prático para o planejamento.

Não perca!

Referências

CAPEL, Horácio. *Filosofia y ciencia em La ciencia contemporanea*. Barcelona. Ed. Barcanova, 1985.

CARVALHO, Gisélia Lima. *Região: a evolução de uma categoria de análise da Geografia*. Goiânia. Boletim Goiano de Geografia, volume 22, nº 01, jan./jun. de 2002.

CASTRO, Iná Elias de. *Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar*. In: SOUZA, Maria Adélia de. et al. (Org.). *O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: numa leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC- ANPUR, 1997.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUELKE, Leonard. *Geografia Regional*. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

HAESBAERT, Rogerio. *Região, diversidade territorial e globalização*. In: *GEOgraphia: Revista de Pós-graduação em Geografia*. UFF, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, jun. 1999.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

MORAES, A. C. R. de. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1995.

RIBEIRO, L. A. M. *Questões regionais e do Brasil*. In: RUA, João e outros (Org.). *Para ensinar Geografia*. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1996.

THRIFT. *Visando o âmago da região*. In: GREGORY, Derek. et al. (Org.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

TUAN, Yi-Fu. *Geografia Humanística*. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

Aula 3

Um instrumento de análise
para a geografia

*Alan Gustavo Pacífico
Ana Carolina Barbosa*

Meta

Apresentar a importância do conceito de região para a atividade do geógrafo, indicando sua potencialidade como instrumento de leitura e intervenção sobre o espaço.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. diferenciar a escala cartográfica da escala do fenômeno geográfico;
2. identificar a utilização da região como fato, meio e instrumento de ação;
3. identificar as transformações do conceito região devido ao processo de globalização.

Introdução

Analisar é o ato de subdividir algo complexo em suas partes constituintes, auxiliando a sua compreensão. Por exemplo, um administrador acessa uma série de dados para realizar uma análise organizacional que será importante para o crescimento da sua empresa; um biomédico utiliza o microscópio óptico para identificar componentes que indiquem a presença de uma doença, processo chamado de análise clínica.

Muitas vezes, o trabalho do geógrafo também consiste em subdividir temas complexos para facilitar o seu entendimento, o que entendemos como análises geográficas.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2



Fonte: <http://www.freeimages.com/browse.phtml?f=download&id=1157754>

A análise clínica geralmente é realizada através da utilização de um microscópio óptico, que amplia a escala celular, possibilitando a identificação de diversos microorganismos prejudiciais ao ser humano.

Na Geografia, um dos possíveis usos para a escala é utilizado justamente para alcançar o efeito inverso: apresentar grandes áreas em um espaço reduzido, como no mapa do Rio de Janeiro abaixo:

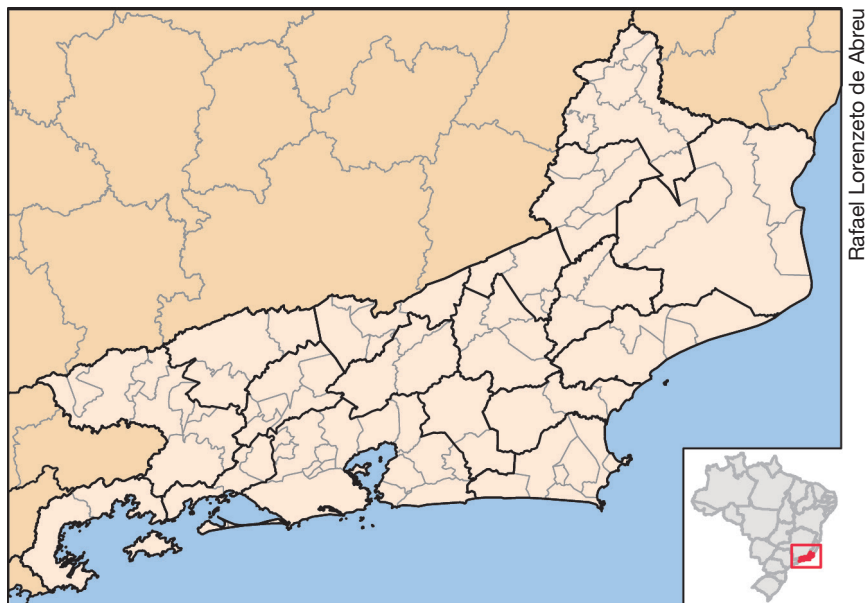


Figura 3.1: Rio de Janeiro – divisão em mesorregiões.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioDeJaneiro_MesoMicroMunicip.svg#mediaviewer/File:RioDeJaneiro_MesoMicroMunicip.svg.

Você consegue se lembrar de que tipo de escala estamos falando?

Nesse mapa, você provavelmente consegue identificar o lugar onde você vive. Liste algumas das características que você acredita serem essenciais para identificá-lo.

Resposta comentada

Você pode citar vários fatores referentes ao bairro onde você mora, como, por exemplo:

- Proximidade com a praia;
 - Presença de avenidas extensas;
 - Proximidade com áreas de reserva ambiental, parques...
-
-
-

Você provavelmente identificou que estamos falando da **escala cartográfica**, que é uma relação numérica entre espaço e representação cartográfica. Contudo, como você pôde perceber ao listar as características do local onde você mora, o espaço é mais complexo do que apenas uma relação numérica. Por isso, sugerimos, nesta aula, pensar a **escala do fenômeno geográfico**, onde nos preocuparemos com a dimensão espacial do fenômeno. Esta ponderação é importante na medida em que não ficaremos restritos ao conceito de região usado tradicionalmente, e sim agregaremos à fluidez e o movimento que fazem parte do contexto posterior à globalização.



Segundo Castro (1995), a escala cartográfica pode ser associada a uma relação matemática (uma fração) entre medidas do real e aquelas da representação gráfica, a exemplo dos mapas. Porém, a escala geográfica busca expressar a representação dos diferentes modos de percepção e concepção dos fenômenos. Associando o problema dimensional e a complexidade dos fenômenos.

Para melhor compreensão do conceito, sugerimos a leitura do texto “O problema da escala”.

CASTRO, Iná ELIAS. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. (orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Você já sabe como o conceito de região está presente no decorrer da história do pensamento geográfico, assim como é capaz de observar que este conceito foi mais utilizado pelos geógrafos em alguns períodos - escolas do pensamento geográfico - que em outros. Dessa forma, buscamos agora compreender como este conceito pode se configurar um instrumento de análise do espaço. Para isso, destacamos que as relações sociais, econômicas e políticas ocorrem em diversas escalas: local, regional e global.

Essa análise está relacionada à “morte” da região apontada por alguns autores que se basearam na nova fase do capitalismo e no processo de globalização, relacionando-os à desterritorialização, ou ao fim das regiões, em função da crescente homogeneidade imposta pelos novos e mais velozes meios de comunicação.

Neste momento, convidamos você a pensar como o conceito de região pode ser utilizado pelo geógrafo e, além disso, refletir sobre a concepção de região ontem e hoje, de maneira que o processo de globalização desponta como principal força transformadora da realidade socioespacial vivida, o que tem seus rebatimentos na compreensão das divisões regionais.

Região e nossas leituras: fato, meio e instrumento de ação

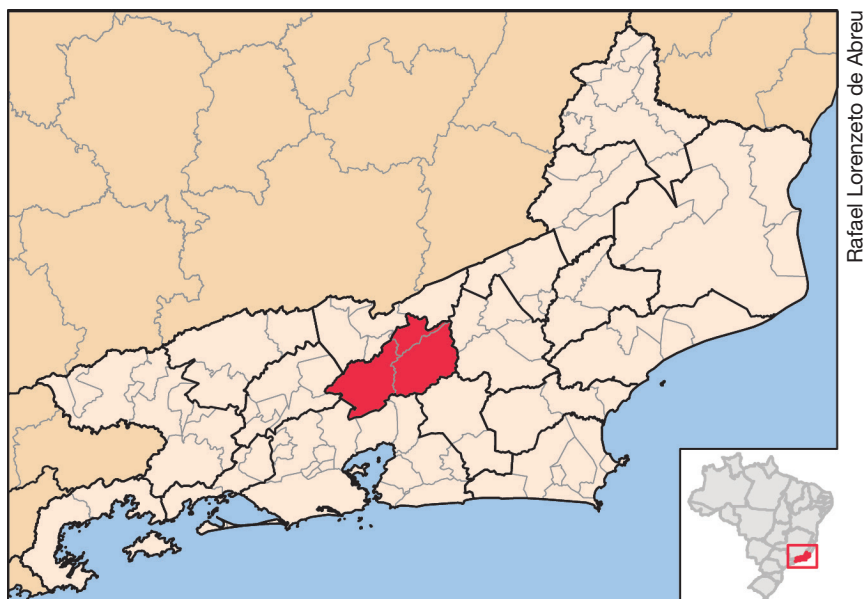
A leitura do espaço pelo geógrafo ocorre em função dos seus conceitos-chave, conforme trabalhado na aula 1 desta disciplina, dentre os quais destacamos o de região e, conseqüentemente, o processo de regionalização. Segundo Haesbaert (2010), essas concepções podem estar mais ou menos ligadas ao viés racionalista, a partir do qual a região seria uma construção intelectual do pesquisador.

Em contrapartida, elas também podem estar ligadas ao viés realista, onde são marcadas por fenômenos socioespaciais efetivos, ou seja, torna-se evidente a objetividade de divisões inter-regionais atreladas ao aspecto econômico ou identidades regionais, que chamam atenção para a importância da cultura nesse contexto.

Dessa forma, podemos compreender as diversas possibilidades de ler o conceito de região e as possibilidades de regionalização, ainda ancorados na classificação proposta por Rogério Haesbaert (2010). A princípio, consideramos importante pontuar que esta região pode ser entendida como um **fato**, diretamente ligada ao viés realista de reconhecimento das características que distinguem as porções do espaço, enquanto, na relação com o viés racionalista a região pode ser entendida como um **meio**, ou seja, uma construção intelectual do pesquisador.

Essas novas maneiras de conceber a região não estão desconectadas do que trabalhamos até o momento, como as diferentes compreensões do conceito nas escolas do pensamento geográfico feito na aula passada; assim, é possível traçar paralelos entre essas classificações e alguns exemplos, como veremos a seguir.

A região entendida como **fato** parte da concretude do real. É a região reconhecida ou vivida, é algo evidente para o geógrafo e encontra bons exemplos nas regiões naturais, associadas à Geografia Tradicional ou ainda à região como realidade social e histórica, marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado, atrelada à escola crítica da Geografia.



Rafael Lorenzeto de Abreu

Figura 3.2: Um bom exemplo de região natural é a Região Serrana Fluminense – um conjunto de municípios (Teresópolis, Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto) que se caracteriza como região em função de seu quadro natural – fundamentalmente, o fato de estarem localizados na serra e possuírem características climáticas e botânicas comuns.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioDeJaneiro_Micro_Serrana.svg#/media/File:RioDeJaneiro_Micro_Serrana.svg.

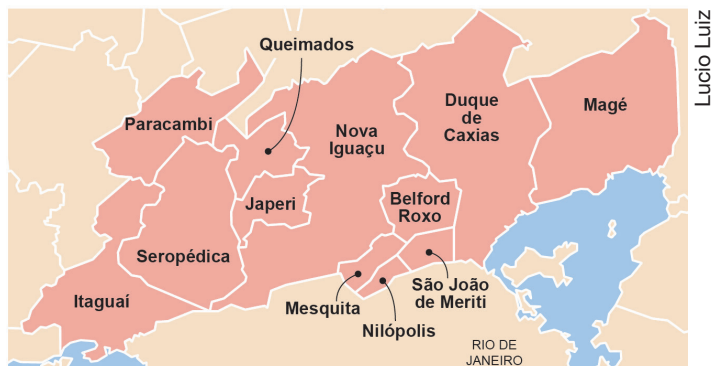


Figura 3.3: Um exemplo de região associada à realidade social é a Baixada Fluminense. A Baixada Fluminense não é uma região oficial de governo do estado do Rio de Janeiro, como a maioria pensa. O conjunto de municípios que compõem a Baixada Fluminense, na realidade, está na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas, em função da realidade social desses municípios – histórico de ocupação, periferização, habitações caracterizadas pela auto construção, precariedade dos serviços e equipamentos urbanos –, “conformar-se”, assim, uma região que existe em razão de suas características sociais.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Baixada.png#/media/File:Baixada.png>.

A região como meio possui suas bases no conhecimento, entendido como construção; assim, a realidade não é dada e possui mais de uma interpretação. Se a região pode ser vivida e interpretada, esta passa a ser um instrumento, um meio que o pesquisador utiliza para compreender o real. Observe que a definição de uma região é feita por um agente, em determinado contexto, o que nos leva a entender a capacidade de criação dos critérios que definem as regiões.

O melhor exemplo associado à região como **meio** pode ser encontrado na escola teórica ou quantitativa, onde o papel do geógrafo destaca o planejamento idealizado a partir de parâmetros que não foram tirados diretamente do real, através de trabalhos de campo, por exemplo, e sim, idealizados a partir de modelos lógicos, matemáticos.



Revista Brasileira de Geografia

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA	
SUMÁRIO DO NÚMERO DE JANEIRO-MARÇO DE 1943	
ARTIGOS	
BACIA DO ALTO PARAGUAI, pelo Dr. Ferno de Moura, do Conselho Nacional do Petróleo	3
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORMAÇÕES FERRO-CARBONÍFERAS BRASILEIRAS, pelo Prof. Maximas G. de Oliveira, doutor, consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia	39
ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DOS MÉTODOS DE PESQUISA GEOGRÁFICA, pelo Prof. Francisco Reckman, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil	51
A FERROVIA CORUMBÁ-SANTA CRUZ DE LA SIERRA, pelo Tit. Cel. Lucas Froehner, da Comissão de Redação da Revista Brasileira de Geografia	61
VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL	
ALFREDO D'ESCHAGNOLLE TAUNAY	83
ALFRED RUSSEL WALLACE	84
COMENTÁRIOS	
DO RIO AMAZONAS E DA FLORESTA, pelo Cel. Amílcar A. Botelho de Magalhães	87
CLASSIFICAÇÃO REGIONAL DAS ESTRADAS DE FERRO BRASILEIRAS, pelo Eng. Paulo Vieira	99
"THE FACE OF SOUTH AMERICA", obra de John L. Rice, compilada pelo prof. S. Paulo Assis	104
ATLAS DE GEOLOGIA (geognostische beschreibungen), obra de Fr. Braun e A. H. Zittel, compilada pelo prof. Delgado de Carvalho	113
TERMINOLOGIA GEOGRÁFICA, pelo Rodrigo	124
TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL	
ERVAS	127
ERVATEIROS	129
NOTICIÁRIO	
X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA	131
FIRMADO INTERCAMBIO CULTURAL ENTRE O C N G E THE AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY	140
BIBLIOTECA GEOGRÁFICA BRASILEIRA	141
CONCURSO DE MONOGRAFIAS DE ASPECTOS MUNICIPAIS	144
QUARTO ANIVERSÁRIO DO SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRAFICA	149
ADQUIRIDOS PELO ITAMARATI DOIS ANTIGOS ATLAS DO BRASIL	151
I CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO VISCONDE DE TAUNAY	154
BOLETIM DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA	161
TERTULIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS	162
HISTORIADOR MAX FRIEDRICH	164
CORONEL THEMISTOCLES PAIS DE SOUSA BRASIL	168
PROFESSOR FRANZ BOAS	169
Pag. 1 — Janeiro-Março de 1943	

Fonte: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201943%20v5_n4.pdf

Existe uma Revista Brasileira de Geografia – do IBGE, que registrou trabalhos geográficos entre 1940 e 1970. Seus números ainda continuam acessíveis. Grande parte dos trabalhos publicados nessa revista seriam bons exemplos da Geografia quantitativa.

Caso queira dar uma olhada, aqui está o *link* para acessar a edição mostrada na imagem:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201943%20v5_n4.pdf

Ainda na perspectiva da região como instrumento, a terceira forma de analisar o conceito não exclui as outras duas, porém estabelece como foco a intervenção no real. Nesse sentido, a região como **instrumento de ação** possui a especificidade de preocupar-se com leituras para as configurações regionais de forma vinculada ao planejamento, o que nos remete ao que a região “deveria ser” em prol de propósitos político-econômicos.

Não pretendemos, porém, indicar, com base nesta perspectiva, a Geografia regional como uma forma mais aplicada da ciência; estamos apenas chamando atenção para necessidade de distinguir essa concepção em função de seu caráter mais normativo. O que implica pensar, conforme sugere Haesbaert (2010), que esse planejamento não é feito livre de relações de poder, nas palavras do autor:

Assim, quando realizamos uma regionalização com vistas a determinados propósitos de intervenção, somos forçados a fazer concessões e a utilizar um instrumental próprio ou pelo menos adequado ou adaptado ao tipo de ação/ resultado que nosso projeto (“plano”) pretende alcançar – e ao qual estamos, de alguma forma, também sujeitos. (HAESBAERT, 2010, p. 105).

Dessa maneira, propor caminhos para as configurações regionais não pode ser feito sem entender essa elaboração como um artifício que cabe ao planejador, destacando a função do geógrafo de pensar o espaço e aprimorar critérios para sua regionalização. Entretanto, sem esquecer as tensões e interesses diversos que irão compor esses cenários.

Elaboramos um pequeno quadro com objetivo de relacionar os conceitos trabalhados até aqui com algumas características representadas por palavras-chave, mas essa síntese não esgota as possibilidades de compreender ou exemplificar as leituras de região.

Tabela 3.1: Painei Sintético.

Região como Fato	Meio: Região como instrumento metodológico	Região como instrumento de ação
Viés mais realista	Viés mais epistemológico	Sentido mais normativo
Concretude	Construção Intelectual	Intervenção no real
Passível de ser reconhecida/ produzida	Instrumento	Instrumento de ação

Fonte: Baseado em: Haesbaert (2010). Elaborado por Barbosa, A.C; Pacifico, A. (2014).

Atividade 2

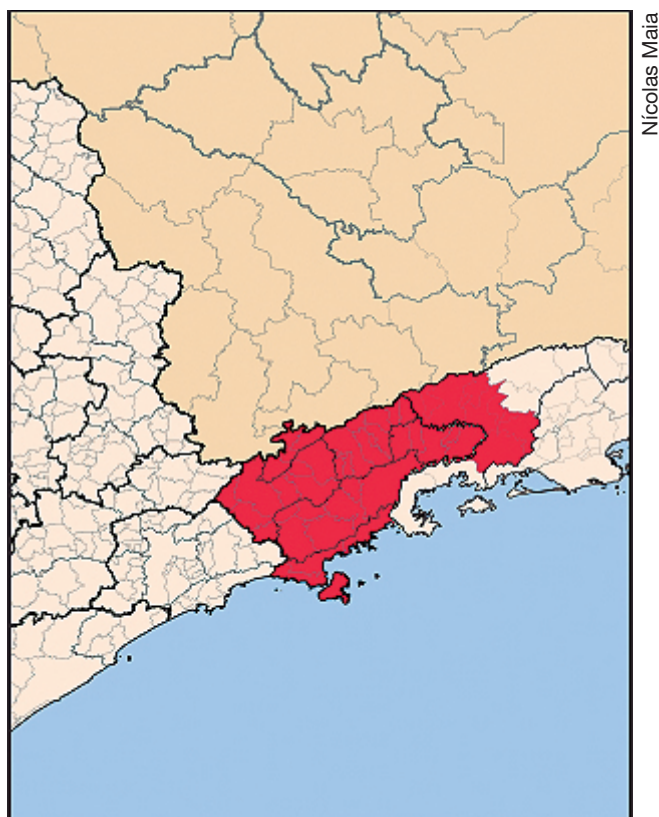
Atende ao objetivo 2

As três regiões descritas abaixo podem ser classificadas como fato, meio ou instrumento de ação? Classifique cada uma delas, indicando as características que o levaram a tal escolha.

Região do Vale do Paraíba

O Vale do Paraíba é uma região socioeconômica que abrange a Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista, no estado de São Paulo, e Mesorregião Sul Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, e que se destaca por concentrar uma parcela considerável do PIB do Brasil. O nome deve-se ao fato de que a região é a parte inicial da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

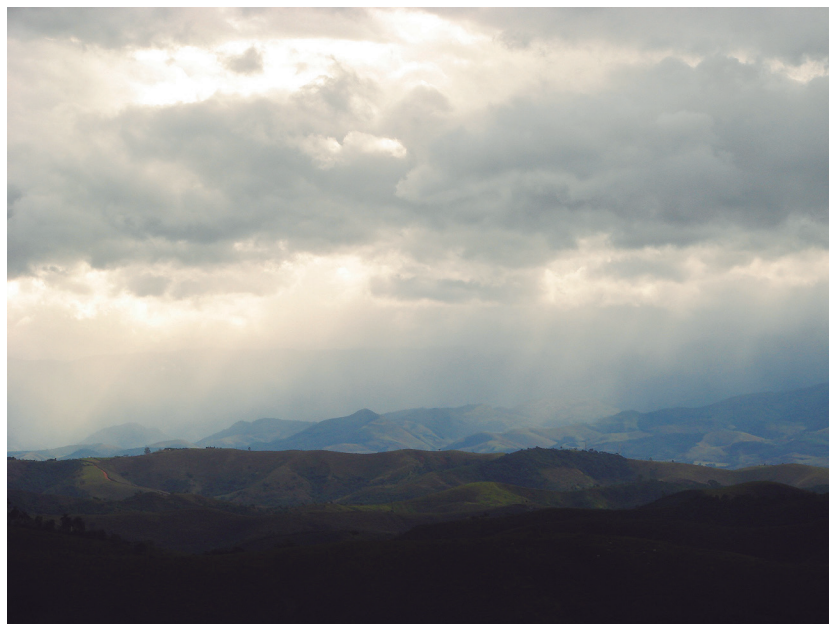
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_do_Para%C3%ADba



Nicolas Maia

Figura 3.4: A mesorregião do Vale do Paraíba Paulista e microrregião do Vale do Paraíba Fluminense.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vale_do_Para%C3%ADba.PNG#/media/File:Vale_do_Para%C3%ADba.PNG.



Glauco Umbelino

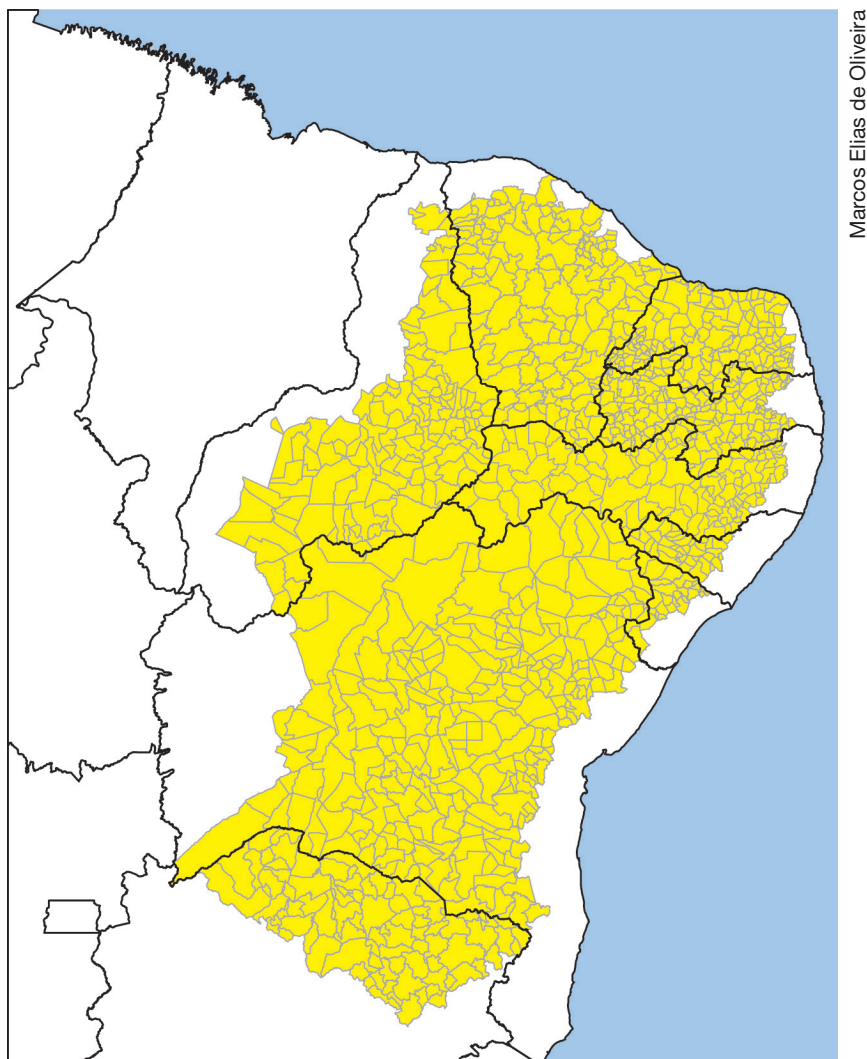
Figura 3.5: Mares de morros do Vale do Paraíba.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Valedop.jpg#/media/File:Valedop.jpg>

Região do polígono das secas

Os 1348 municípios que formam o polígono das secas são aqueles relacionados no Manual de Preenchimento da DITR, situados nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, compreendendo grande parte do nordeste brasileiro geoeconômico. É reconhecida pela legislação como sujeita a repetidas crises de prolongamento das estiagens e, consequentemente, objeto de especiais providências do setor público.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADgono_das_secas



Marcos Elias de Oliveira

Figura 3.6: Mapa dos municípios que compõem o clima semiárido brasileiro, conforme delimitação feita pelo Ministério de Integração Nacional em 2005.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Semi%C3%A1rido_brasileiro.svg#/media/File:Semi%C3%A1rido_brasileiro.svg

Zona da Mata Pernambucana - Região Canavieira

A Zona da Mata de Pernambuco é composta por 43 municípios, ocupando uma área de 8.738 km², correspondente a 8,9% do território estadual e estando situada entre os meridianos de 34°80' e 30°20' Oeste

de Greenwich e os paralelos 8°20' e 9°00' Sul. Até bem pouco tempo, a maior parte desta área era referida como “região canavieira”. É uma das regiões de maior potencial econômico do Nordeste, pelos recursos naturais disponíveis (água, solo, etc.), pelas vantagens locais (em torno da Região Metropolitana do Recife), com razoável infraestrutura econômica (estradas, portos marítimos, aeroportos) e abundante contingente de mão-de-obra. No último censo demográfico, a sua população era de 1.132.544 habitantes, equivalendo a 15,9% da população do estado, dos quais 62% se encontravam na zona urbana. Nessa região concentra-se a monocultura canavieira, que, em uma área de aproximadamente 450 mil hectares, chegou a empregar, em épocas de safra, mais de 200 mil pessoas.

Fonte: http://www.ancora.org.br/textos/011_jansen-mafra.html



Cícero R. C. Omena

Fonte: <https://flic.kr/p/2d5Qdo>.

Resposta comentada

Podemos avaliar a região do *Vale do Paraíba* como instrumento de ação, devido ao fato de que a região citada está diretamente ligada ao

planejamento e aos propósitos político-econômicos. Cabe aqui, no que diz respeito ao planejamento, a gestão dos recursos presentes na área que envolve os diferentes estados da região do Vale do Paraíba.

Os propósitos político-econômicos se encaixam na medida em que o manejo da bacia hidrográfica (de que participam os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) envolve um bem comum a todos eles: a água.

Quando falamos da região denominada Polígono das Secas, podemos avaliá-la como **região meio**. Mas, de que forma podemos chegar a essa conclusão? Se nos remetermos ao texto, podemos perceber a seguinte colocação:

“Observe que a definição de uma região é feita por um agente, em determinado contexto, o que nos leva entender a capacidade de criação dos critérios que definem as regiões”.

Esse agente seria o órgão de pesquisa, como o IBGE, por exemplo. O critério de ser uma região que possui índices pluviométricos muito baixos, além de ser uma área muito pobre, nos define – como critério – para chegarmos a essa conclusão.

Já a Zona da Mata, utilizamos a classificação *Região como Fato*, devido à realidade vivida, ocupada social e historicamente. Além disso, podemos usar o critério de “região natural”, devido às suas belas paisagens, que as diferenciam do restante da região nordeste pela sua proximidade com o mar. O seu contexto histórico é marcado por desigualdades e diferentes ocupações, desde sua colonização aos dias de hoje.

As diferenças não foram apagadas: revalorização do conceito de região na atualidade

O processo de globalização provocou uma expectativa de “morte” da região. Apontou-se para o fim das especificidades e culturas locais em função de padrões globais, de maneira que não haveria mais necessidade do estudo das regiões. Afinal, a sociedade em rede substituiria a região nesta concepção associada a um espaço homogêneo, bem delimitado e contíguo. Porém, é preciso considerar a resistência local a esse processo de homogeneização típico da globalização.



Figura 3.7: O processo de globalização anda lado a lado com as características locais.

Fonte: <https://flic.kr/p/vGkR4>

A autora Doreen Massey (2004), aponta para uma concepção de lugar que se faz na interseção entre as características globais e as locais, ou seja, a singularidade deste lugar é forjada na combinação desses fatores.

O que para nós é útil quando voltamos a pensar na importância da região como escala de análise geográfica, de forma análoga ao lugar de Massey (2004), podemos considerá-la um importante nó na relação entre o local e o global. Assim, se o Estado-nação já foi estudado em contraposição ao local, hoje este é suplantado pelo global, o que mais uma vez afirma a necessidade de considerar outras escalas:

Somos da opinião de que a escala regional, como escala intermediária de análise, como mediação entre o singular e o universal, pode permitir revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais. Nesse sentido, o regional pode se reabilitar frente ao global como particularidade da globalização e, assim a própria noção de região também se reabilita. (LENCIONI, 1999, p. 194).

Da mesma forma que as profecias de homogeneização do mundo não se cumpriram, destacamos que o Estado não perde seu papel, apenas transforma sua atuação. Isso quer dizer que, apesar da consideração das escalas local, regional e global já citadas neste texto, o Estado permanece como um agente fundamental na compreensão das organizações

espaciais e, mesmo, relaciona-se às atuações dos governos, como será explorado na próxima aula.

Nesse sentido, é importante refletir sobre os trabalhos feitos recentemente, envolvendo este conceito, destacando a influência das mudanças na organização do espaço em função do novo contexto, que para nós será marcado pela globalização.

O contexto que agrega grande parte dos trabalhos está, de alguma forma, vinculado ao **pós-estruturalismo**, conforme aponta Haesbaert (2010) ou as Geografias pós-modernas, segundo Lencioni (1999), enfatizando o heterogêneo e valorizando as diferenças nas novas identificações espaciais. “A região, assim, num sentido bastante genérico, se torna mais porosa, instável, não possui limites claros e é dotada de grande variabilidade interna” (HAESBAERT, 2010, p. 84).



Nesta aula, trabalharemos “Geografias pós-modernas” e o próprio **“pós-estruturalismo”** como uma possibilidade de enfatizar um novo interesse nas diferenças como elemento-chave para emergência da região, destacando o espaço como relacional e heterogêneo.

Além disso, destacamos que essa concepção vincula-se ao que foi trabalhado na aula 2: “Escolas do pensamento geográfico” como mais uma forma de ler os conceitos, porém em um contexto que questiona “verdades absolutas” e busca dar voz a outras possibilidades de ler o mundo, a exemplo dos trabalhos vinculados ao pós-colonialismo, que possuem como base a obra de autores fora do eixo europeu, de forma a partir da leitura dos colonizados para produção científica.

Assim, a morte anteriormente anunciada do conceito de região estava vinculada aos moldes clássicos em que o conceito foi concebido. A delimitação de um espaço homogêneo, contíguo e com uma função de síntese não se aplica à realidade atual, onde se destaca a fluidez e o movimento para compreensão dos espaços. Entretanto, a mediação entre o local e o global, ou como trabalha Corrêa (1997), entre o universal

(processos gerais) e o singular (atrelado ao lugar), possibilita a região fundar-se com base nas diferenças entendidas como particularidades.

O questionamento se ainda hoje a região se apresenta como conceito atrativo para leitura do mundo vai sendo respondido por sua capacidade de reinventar-se. A exemplo da “região discursiva”, citada por Haesbaert (2010), onde esta é “inventada” discursivamente e possui íntima relação com a identidade regional, de forma análoga produzida nas bases da linguagem, da repetição e da criação de uma identidade comum.

A figura do Nordeste brasileiro ilustra esse conceito, pois a região vai sendo construída na representação do sujeito nordestino e na percepção que temos daquela região enquanto materialidade. A luta pela diferença pode ser apontada, neste exemplo, como uma das características desse regionalismo; afinal, o nordeste se faz, enquanto região, através das diferenças com as demais regiões brasileiras, mesmo que este internamente também não seja homogêneo. Percebemos, assim, que as características que dão coesão a região nordeste não precisam eliminar suas diferenças internas.



Para os interessados em mergulhar nas características regionais nordestinas, selecionamos algumas sugestões de leitura, músicas e um documentário sobre o tema.



Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Os_Sert%C3%B5es_livro_1902.jpg#/media/File:Os_Sert%C3%B5es_livro_1902.jpg; <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Luiz-Gonzaga-Est%C3%A1tua-de-bronze.jpg#/media/File:Luiz-Gonzaga-Est%C3%A1tua-de-bronze.jpg>; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Garapa-poster.jpg#/media/File:Garapa-poster.jpg>.

Livros

Os Sertões - Euclides da Cunha: O livro trata da Guerra de Canudos, presenciada, em parte, pelo autor, quando era correspondente do jornal O Estado de São Paulo. É entendida como uma obra sociológica, histórica e geográfica, sendo de fundamental importância para o entendimento da região nordeste.

Vidas Secas – Graciliano Ramos: A obra é inspirada em muitas histórias sobre retirantes, que o autor ouvia quando criança. O livro retrata a vida de uma família de retirantes nordestinos e é apresentada magistralmente através do olhar de cada membro da família, composta por Fabiano, o pai; Vitória, a mãe; os filhos, chamados apenas de Menino mais novo e Menino mais velho, e a cachorra desnutrida, chamada Baleia.

Músicas

Chico Science e Nação Zumbi: Os principais colaboradores do movimento Manguebeat, que mistura ritmos regionais nordestinos com rock, hiphop, funk e música eletrônica. As músicas tratam, em maior parte, do descaso com as regiões fora do eixo Rio – São Paulo, em especial a desigualdade de Recife. Outras músicas interessantes são:

Gilberto Gil - Parabolicamará

Gilberto Gil - Pela Internet

Paulinho Moska, Zeca Baleiro, Chico César e Lenine - O Mundo

Elba Ramalho - Nordeste Independente

Luiz Gonzaga - Estrada de Canindé

Luiz Gonzaga - Asa Branca

Luiz Gonzaga e Gonzaguinha - Triste Partida

Zeca Baleiro – Samba do approach

Documentário

Garapa – José Padilha: O documentário tem como tema principal a fome, retratando famílias nordestinas que sofrem um tipo de fome diferente do esperado, uma desnutrição baseada em uma alimentação altamente calórica, utilizando como insumo principal a água misturada com açúcar, chamada garapa.

Outro exemplo da revalorização do conceito pode ser observado nas “biorregiões”, em que uma preocupação com a questão ambiental é atravessada pelo contexto da globalização. Destacamos que a defesa da diversidade aplicada ao ambiente agrega a tensão entre a monocultura atrelada a grandes corporações e a defesa da diversidade imbricada ao consumo da dieta básica, diversa em função das características regionais e culturais das localidades.



Cintia Barenho

Figura 3.8: Monocultura de cana-de-açúcar no Mato Grosso.

Fonte: <https://flic.kr/p/aDQpng>

Assim, as chamadas “regiões de vida” sugerem ainda uma reflexão sobre a importância de agregar elementos físicos e humanos para a compreensão dos fenômenos geográficos.

Atividade final

Atende ao objetivo 3

Baseado na aula e nos textos abaixo, indique as mudanças ocorridas no conceito de região devido ao processo de globalização, correlacionando com as mudanças na região Nordeste.

Homenagem a Manuel Correia de Andrade: a geografia e a política do nordeste brasileiro

por Marcos Costa Lima

(...)

Sua obra mais conhecida é “A terra e o homem no Nordeste”. Publicada em 1963, um ano antes do Golpe Militar de 1964, pela editora Brasiliense, com prefácio de Caio Prado Júnior, granjeou espaço nos meios acadêmicos nacionais, sendo em seguida traduzida para o inglês e para o alemão. Manuel Correia preocupou-se em tratar das relações de trabalho dominantes no meio rural, dos processos de ocupação e apropriação do espaço nordestino, sendo um defensor ativo da reforma da estrutura agrária do país e, particularmente, da região Nordeste, que vivia as intensas lutas das Ligas Camponesas em Pernambuco e Paraíba, assim como no município de Governador Valadares, coração do latifúndio mineiro. Essa preocupação com os “deserdados da terra” fez com que Manuel Correia assumisse a direção do Grupo Executivo de Produção de Alimentos (Gepa) e a presidência do Grupo de Trabalho para elaboração de sugestões visando à aceleração do processo de Reforma Agrária (GTRA-PE), nos poucos momentos em que esteve afastado da lide acadêmica.

No prefácio de A terra e o homem, Caio Prado Júnior afirma que o livro é

[...] um paciente e exaustivo trabalho de campo, que se complementa de larga informação de conhecimentos geográficos, econômicos e sociológicos gerais [...]. E agora podemos dizer que pela primeira vez nos é apresentada a análise de conjunto da economia agrária nordestina, numa síntese de alto valor científico (1980, p. 14).

Em uma conferência pronunciada na 55ª Reunião Anual da SBPC, sob o título de “A terra e o homem no Nordeste, hoje”, Manuel Correia passa em revista sua obra escrita há quarenta anos e afirma com alegria que “as idéias [...] expostas foram, depois, aceitas pelos movimentos sociais rurais, como os da Contag e dos Sem-Terra [...], e vêm sendo objeto de discussão durante todo esse tempo” (p. 193). O relato das mudanças ocorridas desde então, na região, tomando como parâmetro a definição do autor das cinco sub-regiões nordestinas e a situação dos estados do Maranhão e Piauí, mostra a dimensão da sua sensibilidade e da pertinácia de sua análise. Manuel Correia afirma que o crescimento econômico e a expansão do povoamento

[...] foram feitas com grandes danos ecológicos e sociais, como a intensificação do desmatamento, deixando o solo à mercê da ação das intempéries e o desalojamento de populações indígenas com

massacres como em Barra da Corda e dos caboclos que vieram do Sertão há décadas e que plantavam lavouras itinerantes e formavam pequenos povoados, verdadeiramente desconhecidos dos órgãos oficiais (p. 199). Fonte: http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=A+Terra+e+o+Homem+no+Nordeste,+resumo+do+livro<r=a&id_perso=2399).

A globalização e o Nordeste

por Carlos Magno Lopes

Satanizada por muitos sob a alegação de que só beneficiaria os países desenvolvidos, a globalização mostrou, afinal, que ideologias que negam a relevância de critérios de eficiência econômica como essenciais para o progresso humano e material, não resistem a nenhum tipo de investigação factual. Com efeito, foi a globalização que possibilitou o surgimento de países “emergentes”, as novas locomotivas da economia mundial. Além disso, foi a globalização que criou as condições objetivas para que centenas de milhões de pessoas superassem a condição de pobreza extrema e ganhassem o passaporte para o mercado consumidor. Resta a lição: não se pode agredir os fatos!

No Brasil, a globalização produziu resultados além das expectativas mais otimistas como, por exemplo, o volume crescente de investimentos estrangeiros diretos, que chegaram a USD 66,7 bilhões em 2011, o que representa um atestado do status de potência emergente que o país desfruta. É verdade que nem tudo são flores: segmentos menos competitivos da indústria cambaleiam e defendem o protecionismo comercial ou a depreciação do câmbio como saída. Ambas alternativas, contudo, já foram testadas por décadas e, finalmente, reprovadas.

Do ponto de vista regional, a globalização também trouxe suas consequências. Pernambuco e Ceará talvez sejam os estados nordestinos que mais intensamente se beneficiaram com a interdependência da economia mundial, graças aos portos de Suape e Pecém.

Os portos de Suape e Pecém têm atuado como imãs de atividades econômicas organizadas a partir da intensa movimentação de cargas, oriundas de importações ou destinadas a exportações. Isto é, atividades para as quais a competitividade internacional só pode ser alcançada com a ajuda de modernos complexos portuários e de logística. Por reunir esses atributos, Suape e, em menor escala, Pecém, concentraram volume inédito de investimentos nos anos recentes. É importante observar que todos esses investimentos obedecem a critérios rigorosamente baseados em parâmetros ditados pela competitividade global, ou seja, pela globalização.

Evidentemente, não basta a globalização. Tampouco outros fatores, além de portos e logística, são necessários para um país ou região atingir níveis elevados de competitividade global. No mundo global, não basta ter potencial, o que não falta ao Nordeste que, por sinal, o possui para um número quase infinito de atividades econômicas. É preciso, também, produzir com eficiência para que comprar e vender no mercado global aumente o bem-estar. (2 DE FEVEREIRO DE 2012).

Fonte: <http://www.blogdatametrica.com.br/2012/02/globalizacao-e-o-nordeste.html>

Resposta comentada

A macrorregião Nordeste se caracterizava historicamente pelas grandes questões político-territoriais ligadas ao controle e propriedade das terras agrícolas, fonte originária de recursos e sobrevivência para grande parte do povo nordestino, notadamente os das sub-regiões Caatinga e Agreste. Com a reconexão da macrorregião na escala nacional e, desde os anos de 1990, na escala internacional através da globalização da economia, houve uma refuncionalização daquele espaço regional, com forte urbanização e concentração significativa de população nos centros urbanos. A metropolização, que vem homogeneizando o espaço nacional, gerou outras perspectivas, e os investimentos públicos e privados levaram a macrorregião a ter uma economia e infraestrutura mais diversificadas, o que gera dividendos para a região, mas não elimina os graves – podendo até agravar – problemas de acesso à terra da história do homem nordestino.

Resumo

- O conceito de região pode ser lido a partir da sua classificação como fato, artifício e instrumento de ação;
- A morte do conceito de região foi contraposta na medida em que a homogeneização do espaço não ocorreu; assim, a revalorização do conceito está associada à resistência da diversidade e sua relação com as escalas local e global;
- Através do contexto pós-estruturalista, valorizamos as leituras de região, para além de um espaço delimitado, homogêneo e contíguo, através dos exemplos das “regiões discursivas” e “biorregiões”.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos outra faceta do conceito de região, quando é utilizada como ferramenta para a ação governamental, no planejamento e execução de políticas públicas territoriais.

Não perca!

Referências

CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. (orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. (orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. *Regional – Global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

Aula 4

Região como ferramenta de
ação dos governos

Leonardo Alves Martins

Meta

Apresentar o conceito de região como ferramenta para compreensão da organização espacial em função de diferentes tipos de regionalização.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a regionalização como uma representação que não é neutra e possibilita várias compreensões do espaço;
2. relacionar os diferentes tipos de regionalização aos critérios adotados para sua elaboração;
3. indicar a importância da regionalização para atuação dos governos de países centrais e periféricos.

Introdução

Começaremos esta aula pensando o tema que já viemos trabalhando nas aulas anteriores: a região. Entretanto, iremos fazer o esforço de mergulharmos um pouco mais fundo no tema e pensar: Como a região pode ser uma ferramenta de ação dos governos? Como a região pode ser um mecanismo de conhecimento e poder? Para respondermos a essas e outras perguntas, iremos juntos iniciar nossos estudos, analisando alguns fatores essenciais.

Quando passamos a diferenciar os diversos tipos de critérios para regionalizar determinado território, automaticamente fazemos o exercício de compreender melhor o espaço. Os países e os continentes são diferenciados devido aos diversos elementos presentes neles, como o clima, o solo, o relevo, a vegetação, as correntes marítimas, etc. Além disso, a presença humana faz toda a diferença no que diz respeito a construção e a habitação dos diversos espaços terrestres. Sendo assim, temos imbuídos nessa construção, a cultura, os hábitos, a vestimenta, as tradições, músicas, entre outros símbolos sociais.



Rodrigues Pozzebom



José María Pérez Nuñez

Figuras 4.1 e 4.2: A vestimenta da baiana e a venda de acarajés são fortes símbolos que caracterizam a Bahia. Já a indumentária gaúcha marca essa região, assim como o hábito de tomar o chimarrão.

Fontes: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Baiana-acaraj%C3%A9-Salvador.jpg>;
http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Los_gauchos.jpg.

Regionalizar uma porção (ou algumas porções) do espaço geográfico significa arrumá-las de acordo com algumas características que, de alguma forma, possuem algo em comum. Cabe lembrarmos que qualquer tipo de regionalização possui seus equívocos, visto que sempre há um determinado ponto de vista ou interesse de quem está regionalizando.

Lembre-se de que, logo no início da aula, levantamos uma questão: Como a região pode ser um mecanismo de poder e de conhecimento? Podemos começar a pensar algumas possíveis respostas para

essa questão a partir do momento em que pensamos a região delimitada por determinados agentes (no caso brasileiro, o IBGE) com seus devidos interesses e finalidades. Mais uma vez, ressaltamos na nossa leitura que, independentemente da forma com que determinado espaço for regionalizado, sempre haverá preferência de alguns aspectos perante outros.

Por exemplo, pense no mapa-múndi como uma proposta de apresentar a região e a regionalização. Repare que na regionalização Norte – Sul (Norte desenvolvido e Sul subdesenvolvido), os países que se encontram acima da linha do Equador possuem uma economia diferenciada dos países que se encontram abaixo da mesma. Além disso, reparem que grande parte dos países que fazem parte da porção sul foi colônia de exploração, além de ter seu território explorado em todos os aspectos.

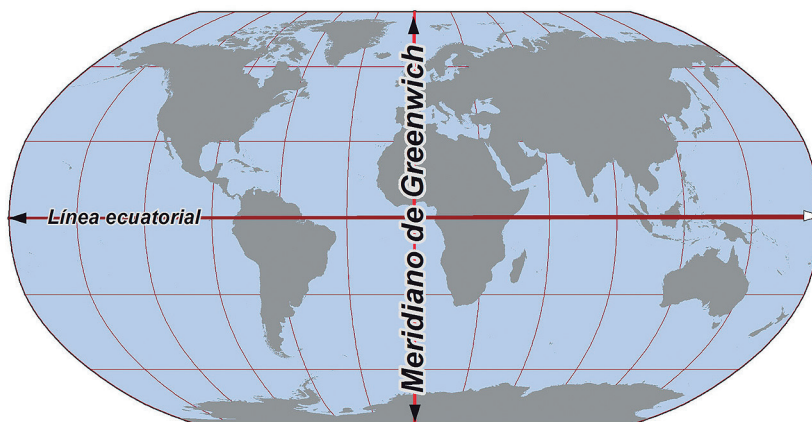


Figura 4.3: Mapa Mundi: uma forma de apresentar a região e regionalização.
 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Meridiano_de_Greenwich#/media/File:Meridiano_de_greenwich.jpg.

Diferentes mapas, diversas abordagens

Quando analisamos um determinado mapa, podemos perceber que quem o fez escolheu uma determinada forma de representá-lo, ou seja, escolhendo algum critério. Quando representamos determinada porção de um território, país ou continente, muitos fatores são deixados de lado. Há uma razão muito simples para tal fato: é impossível representar tudo o que existe numa determinada área; logo, se faz necessário uma filtragem do que se quer representar.

Veremos a seguir alguns tipos de mapas temáticos. Observe que cada um deles aborda uma temática diferente:

► **Continentes**

Mostra todos os continentes de forma simples. Especificamente neste mapa escolhido, não é possível observar as divisões territoriais e fronteiriças, entretanto nos mostra claramente a divisão dos continentes.



Figura 4.4: Mapa Mundo.

► **Aspectos físicos ou naturais**

Neste mapa (**Figura 4.5**), observamos que o critério de análise utilizado se baseou nos recursos naturais presentes no planeta. Identifique o continente sul-americano. Agora, observe que na porção oeste está grifada pela cor marrom, deferente da porção leste, que possui cores mais leves, como o amarelo. Você saberia dizer o motivo? É simples. As cores mais escuras (como o marrom) mostram que as altitudes do relevo são maiores, e as cores mais claras apontam para a presença de relevos planos ou quase planos. Logo, a porção oeste do continente sul-americano é banhada por uma Cadeia de Montanha (no caso, Cordilheira dos Andes) e a porção leste por planícies. As tonalidades de azul no mapa representam as redes hidrográficas, ou seja, os principais rios que banham seus devidos territórios. Quanto maior for a tonalidade de azul, entendemos que maior será a sua rede de drenagem.

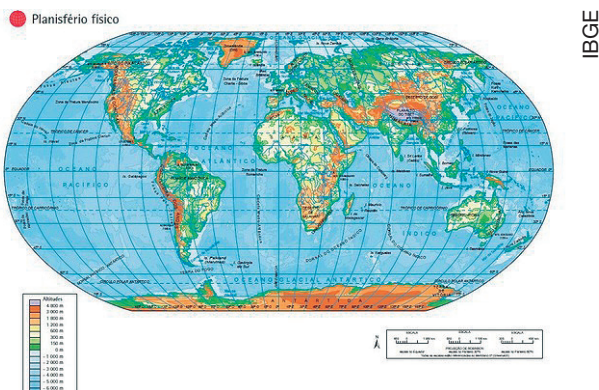


Figura 4.5: Mapa Mundo Físico.

Fonte: <http://geografiadoespaco.spaceblog.com.br/1540919/Mapa-Mundi-Fisico-IBGE/>.

► Indicadores sociais

Em mapas assim, podemos identificar alguns aspectos sociais dos países. A taxa de natalidade e de mortalidade, por exemplo, indicam o nível de escolaridade, saneamento básico, políticas públicas e planejamento familiar presentes em determinados países. Isso reflete com intensidade na densidade demográfica do país, na sua economia e na sua relação com as políticas externas.

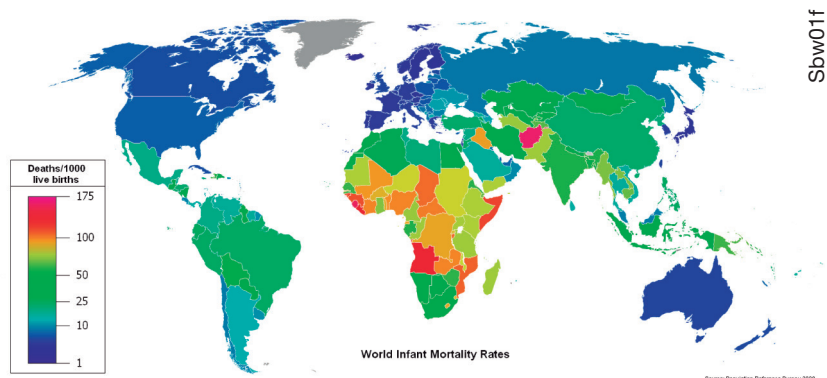


Figura 4.6: “Mundo: taxa de mortalidade infantil”: dados de 2008.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Infant_Mortality_Rate_World_map.png.

► Grau de desenvolvimento

Este tipo de mapa foi muito utilizado no período da Guerra Fria até o início do século XX. As duas potências que dominavam o cenário econômico e político global na época (EUA e URSS) disputavam sua

hegemonia e sua expansão pelo mundo. Os países destacados no sul são países que foram colônias de exploração e que vieram a desenvolver o seu parque industrial muito tardiamente.

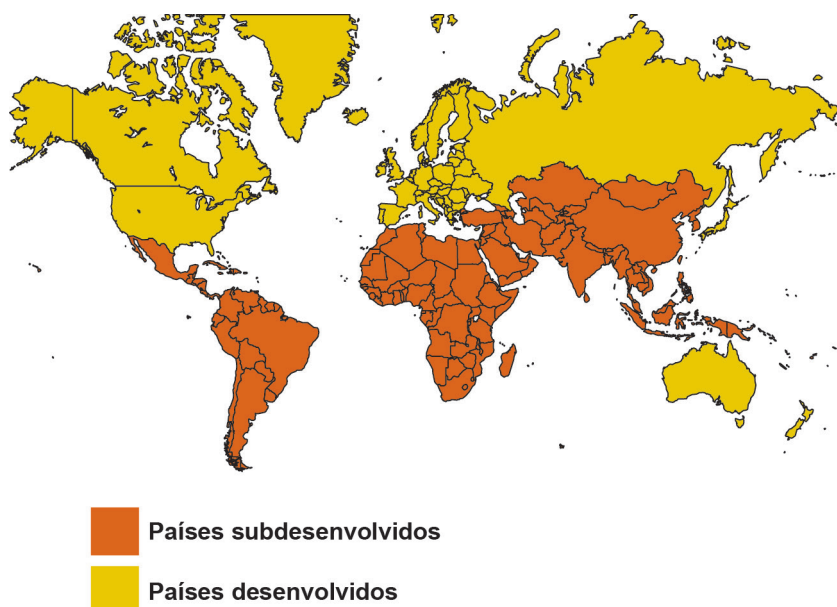


Figura 4.7: Mapa que divide o mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Uma breve reflexão acerca do subdesenvolvimento

Vale a pena refletirmos sobre a seguinte questão: Todos esses países, ditos subdesenvolvidos, se encontram no mesmo patamar econômico, social, político e ambiental? De antemão, já podemos dizer que não, pois, como já vimos nos jornais, revistas e estudos acadêmicos desenvolvidos por vários cientistas sociais, alguns países que antes eram denominados subdesenvolvidos, hoje têm sua economia muito promissora, alguns deles integrando um bloco que atualmente é muito conhecido e possui uma influência no mercado mundial deveras importante: os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).



Um pouco sobre os BRICS

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os cinco países que compõem os Brics têm atuado juntos para pôr em prática acordos comerciais e desenvolver projetos conjuntamente.

O grupo, ao contrário do que muitos pensam, não representa um bloco econômico como o Mercosul ou a União Europeia. Os países participantes apenas compartilham de uma situação econômica parecida.

Fonte: <http://economia.terra.com.br/brics/>

Para entendermos o interesse de algumas nações ditas “desenvolvidas” que visavam ao enriquecimento e ao acúmulo de bens e mercadorias, precisamos nos remeter ao final do século XIX, que alguns autores caracterizam como a origem da primeira Divisão Internacional do Trabalho (DIT), ou da Produção.

No entanto, podemos dizer que o conceito da Divisão Internacional do Trabalho surge no fim do século XV, quando a expansão marítima europeia alcança dimensões muito grandes em termos de mercado, conquista de terras e expansão territorial. As colônias tinham como função principal fornecer matérias-primas para suas devidas metrópoles, que, por sua vez, transformavam-na em produtos industrializados. Denomina-se DIT a diferença que existia entre os países que possuíam maiores vantagens político-administrativas, além de econômicas.

Se observarmos numa perspectiva do cenário global atual, veremos que, de certa forma, ainda há economias que dependem de outras para se manterem erguidas no sistema em que vivemos. Ainda temos casos de países, no continente africano e asiático, de economias fragilizadas, que usufruem de mão de obra barata e, até mesmo, escrava. Países que não possuem uma industrialização sólida e que dependem de países desenvolvidos para importarem suas matérias-primas.

No que diz respeito a desenvolvimento econômico, alguns autores denominam economias como: desenvolvidas, subdesenvolvidas ou em

desenvolvimento. Outros denominam como periféricas, semiperiféricas ou centrais. Independentemente da classificação, o que nos importa é a forma que determinados países impõem suas normas e influenciam outras economias, tendo por base a sua influência no cenário mundial.

Parte dos conflitos existentes hoje no Oriente Médio, por exemplo, é fruto de uma matéria-prima conhecida como petróleo. Por ser um recurso natural que possui um valor alto no mercado de todo o mundo e que desperta o interesse de potências que dele necessitam para as suas atividades produtivas, esse recurso é motivo de conflitos sangrentos, justamente porque os países que detêm suas jazidas não querem perder o controle sobre suas ricas terras para outros países.



Figura 4.8: Os campos de petróleo kuwaitianos destruídos a mando de Saddam durante a Guerra do Golfo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Golfo#/media/File:Operation_Desert_Storm_22.jpg.

As nações desenvolvidas, ou centrais, também possuem um aparato tecnológico muito consolidado, fazendo com que elas detenham grande parte das multinacionais e de produtos que são comercializados no mundo inteiro, como celulares, aparelhos eletrônicos, computadores, jogos, etc.



Uma classificação, múltiplos fatores

É difícil caracterizarmos um país, atualmente, como desenvolvido, subdesenvolvido ou em desenvolvimento. Dizemos isso porque existem vários fatores que caracterizam uma economia, como, por exemplo: PIB, escolaridade, rentabilidade, acesso a saneamento básico, exportação, etc. Entretanto, existem países que possuem, por exemplo, um PIB muito elevado, mas uma taxa de analfabetismo ainda considerável.

Atividade 1

Atende ao objetivo 2

Aponte dois tipos de regionalização e explique os critérios adotados.

Resposta comentada

Você pode citar, dentre as destacadas no texto, a regionalização Norte-Sul e a Leste-Oeste.

Na regionalização Norte-Sul, observa-se que os países do hemisfério norte possuem um avanço tecnológico mais elevado, expectativa de vida maior, reduzidas taxas de natalidade e menor taxa de analfabetismo.

No hemisfério sul, caracterizam-se países com um passado marcado pela colonização de exploração (tanto dos recursos minerais quanto de mão-de-obra). São países caracterizados como subdesenvolvidos (periféricos) ou em desenvolvimento.

Atividade 2

Atende ao objetivo 1

Dentre as opções abaixo, se você tivesse que optar por uma forma de regionalizar o mundo, qual escolheria?

- () Regionalização Norte-Sul
- () Países Centrais-Periféricos
- () Clima/vegetação
- () Países que disponibilizam de recursos/riquezas naturais.
- () Outros

Justifique sua escolha.

Resposta comentada

Você pode optar por qualquer uma das opções, pois, como vimos até aqui, há diferentes formas de regionalização sem que tenha certo e errado na escolha. O importante nessa questão é refletir quais aspectos estão implícitos em sua escolha e o que isso representa da sua visão de mundo.

As duas primeiras opções (regionalização norte-sul e países centrais-periféricos) são similares (analisar resposta da questão anterior).

Na terceira opção (clima/ vegetação), você pode citar a regionalização caracterizada por biomas (cerrado, caatinga, mata atlântica...) ou pelo clima (tropical continental/ oceânico, subtropical, temperado...)

Na quarta opção, você pode destacar a questão da água doce (que tem suas reservas mal distribuídas pelo globo), do petróleo, do ouro, etc., e destacar também o interesse dos países centrais nesses recursos.

O período da Guerra Fria: o mundo bipolar

A Guerra Fria tem seu marco inicial com o término da Segunda Guerra Mundial. Os grandes protagonistas desse cenário são os Estados Unidos e a União Soviética, que vão disputar o cenário político, econômico e militar no mundo.

A União Soviética adotou um sistema socialista, calcado no padrão de economia planificada, partido único e ausência de democracia. Por outro lado, os Estados Unidos, a outra potência mundial, lutava pela expansão do capitalismo, que tinha como base a economia de mercado, democracia e a propriedade privada. No período da Guerra Fria, estas duas potências tentaram influenciar outros países a adotarem seus respectivos sistemas econômicos.

Podemos definir Guerra Fria como um conflito que ocorreu apenas no campo ideológico. Não houve um conflito sangrento entre as duas potências, até porque estas duas potências estavam armadas com muitos mísseis e armas nucleares. Uma guerra direta significaria a extinção dos dois países e, provavelmente, do nosso planeta.



Paz Armada

Parece contraditório, mas uma expressão que exemplifica esse período é esta: a existência da Paz Armada. Ambas as potências mergulharam numa corrida bélica, disseminando exércitos e armamentos em seus territórios e em outros países. Ao passo que houvesse um equilíbrio bélico entre as respectivas potências, a paz pairava, pois haveria o receio do contra-ataque.

O avanço do capitalismo e uma nova configuração mundial

Com o avanço do capitalismo e o aumento da concorrência, houve necessidade de disponibilizar produtos mais baratos no mercado e, para isso, foi preciso baratear o custo da produção. Isso implicou eliminação de barreiras entre os países e enfraquecimento do Estado.

(...) Então, os avanços tecnológicos, particularmente nos transportes e comunicações, permitiram que as grandes corporações adotassem um novo procedimento - a estratégia global de fabricação - que consiste em decompor o processo produtivo e dispersar suas etapas em escala mundial, cada qual em busca de menores custos operacionais. A produção deixa de ser local para ser mundial, o que também ocorre com o consumo, uma vez que os mesmos produtos são oferecidos à venda nos mais diversos recantos do planeta. Os fluxos econômicos se intensificam extraordinariamente, promovidos, sobretudo, pelas grandes empresas, agora chamadas de transnacionais. A divisão internacional do trabalho fica subvertida, pois se torna difícil identificar o lugar em que determinado artigo industrial foi produzido.

Após a derrocada do socialismo, a internacionalização do capitalismo atinge praticamente todo o planeta e se intensifica a tal ponto que merece uma denominação especial - globalização -, marcada basicamente pela mundialização da produção, da circulação e do consumo, vale dizer, de todo o ciclo de reprodução do capital. Nessas condições, a eliminação de barreiras entre as nações torna-se uma necessidade, a fim de que o capital possa fluir sem obstáculos. Daí o enfraquecimento do Estado, que perde poder face ao das grandes corporações.

Fonte: <http://www.coladaweb.com/geografia/globalizacao/globalizacao-a-nova-ordem-mundial>.

O papel da ONU como instrumento de ação para os Governos

É importante termos em mente que existem algumas organizações internacionais que têm papéis muito importantes no cenário global. Esses organismos fiscalizam, regularizam e colocam em prática algumas normas que serão seguidas tanto no mercado (exportações e importações) como nos direitos humanos, no comércio, nos empréstimos aos países de economia mais fragilizada e dentre tantos outros setores.

A seguir, leremos um texto que discute os principais propósitos da ONU e um pouco do seu histórico.

Em 1919, com o fim da Primeira Guerra Mundial, foi proposta a criação de um organismo internacional destinado a arbitrar conflitos e manter a paz. A Liga das Nações foi, então, criada.

O papel desempenhado pela Liga das Nações, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (1918-1939), foi extremamente limitado, visto que os atritos entre os países europeus eram muito nítidos e que, aproximadamente na década de 1930, a Itália e a Alemanha passaram a demonstrar interesse em um novo conflito mundial.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a ideia da criação de um organismo, como o mesmo objetivo da Liga das Nações, foi repensada e discutida nas várias Conferências de Paz.

Representantes de cinquenta nações (do bloco Aliado) reuniram-se na Conferência de São Francisco, nos Estados Unidos, entre abril e junho de 1945, assinando a Carta das Nações Unidas que criava a ONU. A partir daí foi criada a ONU, com sua sede oficial estabelecida na cidade de Nova Iorque.

Objetivos e Propósitos da ONU

- Manter a paz e a segurança internacionais;
- Desenvolver relações amistosas entre as nações;
- Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
- Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

Fonte: http://www.passeiweb.com/estudos/sala_de_aula/diversos/onu



Roberto Stuckert Filho/PR

Figura 4.9: Plenário da Assembléia Geral da ONU, em Nova York.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rousseff_UN_General_Debate.jpg.

Conclusão

As regionalizações estudadas nesta aula mostram a importância dos critérios escolhidos para sua elaboração, a exemplo dos aspectos físicos ou da semelhança paisagística, que possibilita a organização do espaço a partir de características comuns. Dessa forma, as intenções de quem (ou qual organismo) elaborou a regionalização nos ajudam a entender contextos políticos e diferenças socioeconômicas ali representadas.

O exemplo da regionalização Norte-Sul e a relação dessa organização com as desigualdades de distribuição de recursos ou as relações históricas que colaboram com esta realidade ilustram como a regionalização pode ser uma ferramenta para elaboração de políticas públicas. Assim, regionalizar, ou “dividir o espaço”, torna-se uma forma de conhecer melhor a área a ser gerida.

Para entender as formas de ação dos governos, lembramos brevemente do processo histórico que polarizou o mundo (Guerra Fria) e dos avanços tecnológicos, que trazem as corporações como novos agentes nas decisões, agora globais. E, através da ONU, mostramos que essa gestão pode ocorrer em várias escalas. Assim, um organismo internacional apresenta uma alternativa para solução de conflitos e fiscalizações que podem referir-se a práticas de mercado ou a garantia de direitos humanos.

Atividade final

Atende ao objetivo 3

Estudamos, durante esta aula, as diferenças e disparidades presentes nos países e nos continentes. No atual cenário mundial em que vivemos, tendo por base o início do século XXI até os dias de hoje, você seria capaz de citar uma medida que um país desenvolvido tomou para se beneficiar economicamente e que, por consequência, afetou um país periférico ou semi-periférico?

Resposta comentada

Podemos citar o exemplo das multinacionais norte-americanas implantadas em países como Brasil, China e África do Sul, com o objetivo de lucrar com o mercado consumidor abundante, custos e locações mais baratas e isenções fiscais. Algumas usufruem, inclusive, da mão de obra barata chinesa, além da mão de obra infantil.

Resumo

Vimos, na aula de hoje, as seguintes temáticas:

- A importância dos países subdesenvolvidos e desenvolvidos no cenário global, como modelos de regionalização.
- A regionalização pode ser feita de formas distintas, como por aspectos físicos, sociais, econômicos e políticos, por exemplo.
- Entendemos que cada região que compõe os diversos países no nosso planeta possui suas características culturais, de vestimenta, religiosa e política, de formas distintas, fazendo com que cada uma delas possua suas particularidades. No caso do Brasil, repare que o sotaque e a vestimenta se diferem da região sul para a região nordeste.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, iremos descobrir como a regionalização também pode ser um mecanismo de conhecimento do espaço e quais as formas de poder relacionadas à sua elaboração.

Não perca!

Referências

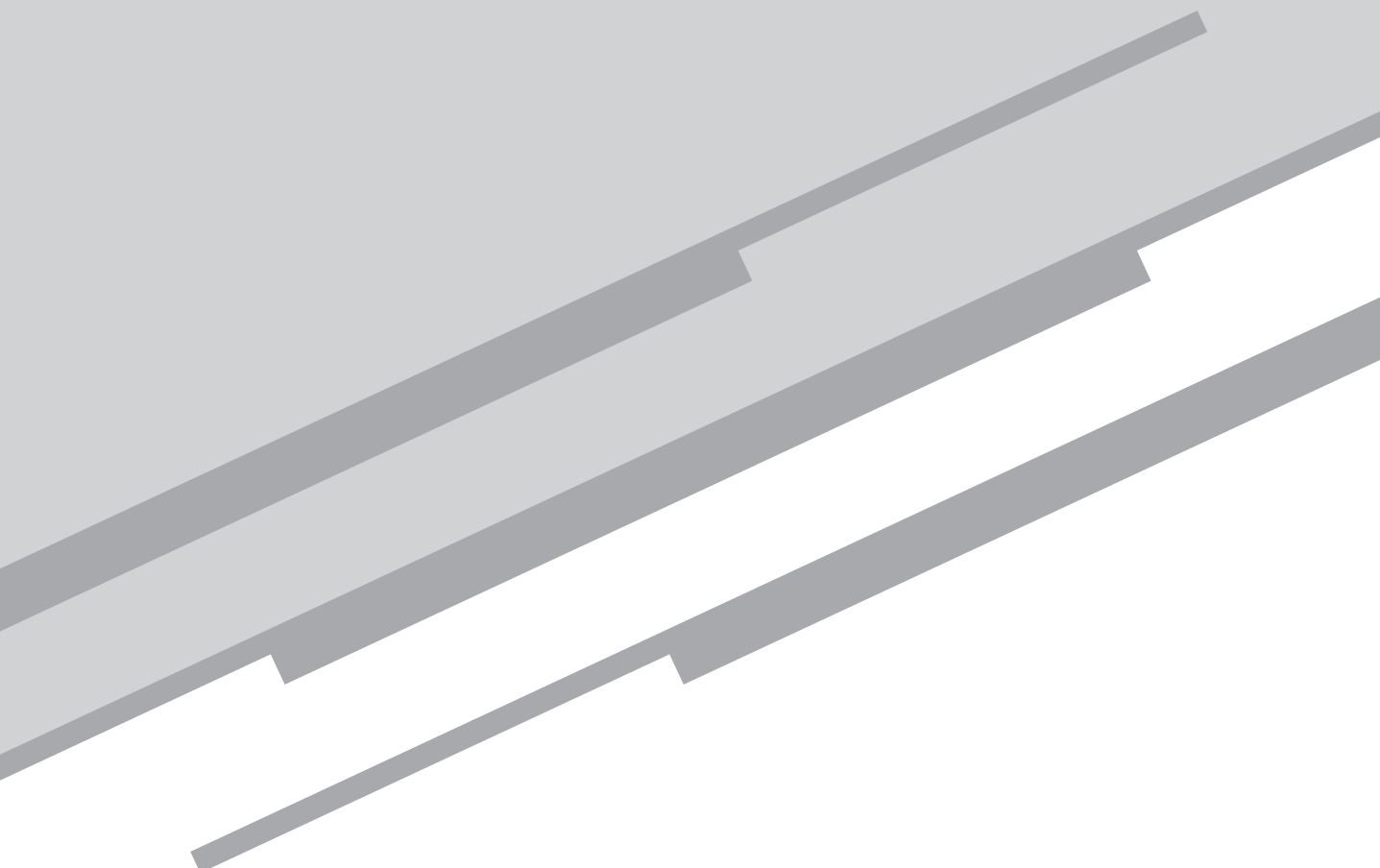
CORREA, Roberto Lobato; CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa (orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 352.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 368.

HAESBAERT, Rogério. *Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Aula 5

A Cartografia como mecanismo de poder



Leonardo Alves Martins

Meta

Apresentar a Cartografia como um mecanismo de poder utilizado durante séculos para execução da dominação territorial.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a Cartografia como instrumento de poder;
2. explicar a relação entre poder e dominação a partir de grandes impérios e sua influência no mundo;
3. apresentar a importância da Cartografia e a disputa pelo poder no período da Guerra Fria.

Introdução

Na aula passada, abordávamos um tema muito pertinente dentro da temática Região, que é o foco das nossas aulas. O tema trabalhado, “Região como ferramenta de ação dos governos”, nos fez entender como o sistema-mundo se dá de forma desigual e heterogênea e, também, como os países que detêm maior poder econômico também usufruem do poder – no amplo sentido da palavra, ou seja, poderio bélico, político, etc. Esta palavra, poder, será o foco da aula de hoje.

Quando falamos em poder, podemos pensar de diversas maneiras. Quando duas pessoas brigam por um mesmo espaço, quem vencerá essa batalha? Com certeza, aquela que tem mais poder, certo? Entretanto, como se adquire esse poder e como ele é utilizado?

Optamos, na aula de hoje, por trazer uma abordagem diferencial que é muito pertinente à Geografia e, sobretudo, é fundamental para entendermos o poder (dominação e força). Estamos falando da Cartografia, ciência que estuda os mapas e os interpreta.

Entendendo os mapas

A Cartografia é a ciência que estuda os mapas e as representações cartográficas. Elas possuem importância fundamental e usufruem de recursos técnicos, como imagens de satélites, GPS e imagens georeferenciadas para tratar de algum aspecto que se queira estudar.

Quando queremos representar a superfície da Terra em um mapa, não há como fugirmos de algumas distorções (principalmente, quando falamos do planeta Terra). Os mapas tentam representar o real com suas devidas distorções, de acordo com o tamanho do recorte espacial que queremos estudar. As projeções cartográficas são elaboradas para reduzirem as imperfeições dos mapas e para nos apresentar uma maior proximidade do real.



Figura 5.1: Mapa-mundo.

Fonte: <http://bonstutoriais.com.br/mapas-mundias-em-vetor-gratis/>

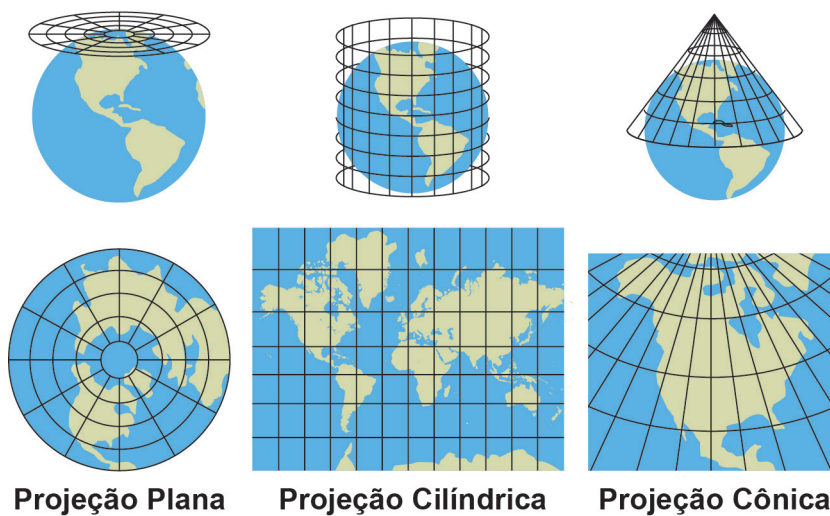


Figura 5.2: Principais projeções cartográficas.

Um pouco de história: como entender a relação entre Cartografia e poder?

A história dos mapas tem uma relação muito forte com tempos pretéritos. Se buscarmos os primeiros vestígios das rotinas dos primeiros moradores do nosso planeta, observaremos que algumas rotas, trilhas, caminhos em busca de água e alimento eram expressas nas rochas, para que esses caminhos pudessem ser gravados e, assim, traçados novamente.



Conhecimento e poder

Sempre quando falamos em poder, podemos relacioná-lo ao conhecimento. Podemos condicionar isso a qualquer ciência. A afirmação “quem possui o conhecimento detém o poder” é verdadeira, pois, se analisarmos todo o processo de construção e evolução das sociedades (seja ocidental ou oriental), quem detinha o conhecimento de rotas, esconderijos, obtenção de alimentos e de abrigos, detinha o poder.

Partindo para outro período histórico, o período da comercialização de especiarias e produtos com o oriente, percebemos que, naquela época, mesmo com a ausência de qualquer tecnologia, já havia a noção de que existiam hemisférios (norte e sul) e de que havia outras terras emersas ao longo do planeta. Os portugueses, ingleses e franceses já mantinham contato com as Índias, por exemplo. A partir do momento em que foram traçadas as rotas e que novos territórios foram ocupados, a Cartografia tem um papel fundamental nesse avanço, pois ela cataloga os principais referenciais e as distâncias aproximadas entre continente e oceano.

Estamos destacando aqui o continente europeu, devido ao seu contexto imperialista e colonizador. Lembre-se de que, ao se lançarem ao mar, os portugueses eram amparados por instrumentos que outros povos não possuíam, entre eles, os mapas (de outras rotas de navegação).

Ora, se estamos falando em equipamentos mais sofisticados e liderança marítima, é seguro afirmar que eles desfrutavam de melhores condições, logo, poder.



Fatores da Expansão Marítima

Ambição dos povos europeus

Interesses:

- Chegada a novos mercados orientais;
- Comércio lucrativo;
- Barateamento das mercadorias;
- Novo acesso de metais preciosos para a troca de moedas;
- Conquista de novos fiéis para a Igreja Católica.

Fonte: http://pt.slideshare.net/nih_ela/a-expansao-maritima-europeia-nos-sculos-xv-e-xvii-14968480



Figura 5.3: Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, em 1500.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oscar_Pereira_da_Silva_-_Desembarque_de_Pedro_%C3%81lvares_Cabral_em_Porto_Seguro_em_1500.jpg.

Os primeiros pensadores e reflexivos sobre política associavam os mapas aos representantes do Estado. Esta relação tem um sentido muito forte. Pense: se um representante do Estado possuía mapas com representações e localização de áreas de reservas minerais, fontes de água doce, matérias-primas e outros bens, automaticamente, ele detinha o conhecimento das áreas mais ricas e interessantes (economicamente) do território. Logo, ele tinha o poder.



Definições de poder

“O Poder nas relações internacionais é definido de várias maneiras diferentes. Cientistas políticos, historiadores e profissionais de relações internacionais (diplomatas) têm utilizado os seguintes conceitos de poder político:

Poder como meta dos Estados ou líderes;

Poder como medida de influência ou controle sobre resultados, eventos, questões e atores;

Poder como se refletisse uma vitória em algum conflito e a obtenção de segurança;

Poder como controle sobre recursos e capacidades.

O discurso moderno atual, em geral, fala em termos de poder do Estado, indicando o poder econômico e militar. Os Estados possuem quantidades significativas de poder nas relações internacionais e são referidos como: Média potência, Potência regional, Grande potência, Superpotência ou Hiperpotência/Hegemonia, embora não haja um padrão habitualmente reconhecido para definir um Estado poderoso.”

(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Poder_nas_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais)

Temos alguns exemplos interessantes a serem destacados a respeito da relação mapa/poder. Podemos exemplificar com os regimes políticos militares. Se pararmos para pensar no que aconteceu no mundo no período de 1945 a 1990, veremos que essa época foi marcada pela Guerra Fria, onde o mundo ficou dividido em dois sistemas: capitalista e socialista.

O sistema socialista era representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que era representada por uma base militar e por tecnologia armamentista. Nesse período, a quantidade de mapas e catalogações que foram elaboradas com o intuito de descobrir e deter conhecimento sobre o território alheio foi muito grande. As bases militares da URSS investiram a maior parte do seu capital para a indústria bélica e estratégica. Falaremos sobre esse período mais adiante.

De toda forma, percebemos que os mapas, muito mais do que simples representações, podem servir de armas ou ferramentas para derrotar uma potência ou como fonte de gestão e planejamento do território.

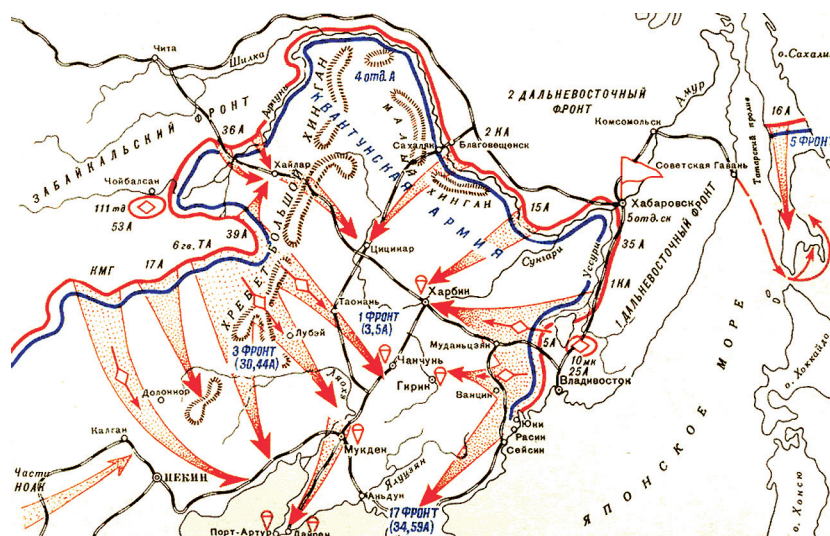


Figura 5.4: A Batalha da Manchúria, em 1945, consistiu em uma grande ofensiva terrestre da União Soviética contra as forças japonesas que ocupavam o Norte da China (Manchúria), a Coreia e as ilhas Sakhalinas e Curilas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Tempestade_de_Agosto.

Atividade 1

Observe a ilustração abaixo e, em seguida, responda:



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/18/Astrolabe-Persian-18C.jpg>; <https://www.flickr.com/photos/38703275@N06/6884645302>; https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/99/Kompas_Sofia.JPG

Qual era a importância dos mapas para os portugueses no período colonial, tendo em vista a expansão marítima europeia?

Resposta comentada

Os mapas tinham fundamental importância para a demarcação das rotas estabelecidas pelas metrópoles e para a ocupação de novos territórios. A partir do momento em que os portugueses se lançaram ao mar, eles sabiam que caminhos deveriam traçar por intermédio dos mapas. Além disso, o mapeamento de regiões que possuíam recursos minerais, como ouro, ferro, cobre, etc., eram de extrema importância para a metrópole, visto que o enriquecimento da mesma dependia da exploração da colônia.

Mapa e poder: Cartografia e Geografia

Os geógrafos têm conhecimento de que todos os mapas possuem suas devidas distorções. Entretanto, essas distorções surgem do ponto de vista e do objetivo que cada cartógrafo quer alcançar com o seu mapa.

Se meu objetivo é mostrar a relação de poder existente no território africano, por exemplo, em uma determinada região, eu irei utilizar atributos que me auxiliam a entender esse conflito, como, por exemplo, terras, recursos, facções, etc. Quando estabeleço esse tipo de objetivo, automaticamente, o meu mapa não dará conta de representar outras características presentes naquela região, como, por exemplo, clima, relevo, vegetação, entre outros fatores. Atrelado a isso, cada ser humano tem vivência, educação e criação diferentes; logo, o olhar e a forma com que cada geógrafo elabora seu mapa tem um pouco de si.

Devemos reconhecer que todo mapa e toda cartografia são uma distorção do real, como já vimos; entretanto, cabe a nós, como geógrafos, utilizá-los de forma coerente, ou seja, de acordo com nossos objetivos. Quando, em sala de aula, quisermos explicar o motivo pelo qual determinados mapas do século XV e XVI apresentavam a Europa numa proporção maior que os outros continentes, como centro do mundo, por exemplo, podemos afirmar que as projeções da época davam ênfase ao continente europeu devido ao poder e à influência política e econômica que ele tinha.

A professora Valdirene Passos corrobora com a nossa leitura, quando afirma que:

Além de instrumentos práticos de localização e orientação, os mapas sempre foram importantes fontes de poder. No império romano, assim como na maioria dos impérios centralizados da Antiguidade, as cartas cartográficas foram fundamentais para organizar os deslocamentos dos exércitos, calcular as distâncias terrestres, facilitar as viagens entre as regiões dominadas e manter o controle do Estado sobre elas.

(...)Yves Lacoste, importante geógrafo francês, publicou no livro “A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” um pensamento sobre a importância da interação entre mapa e Geografia. As relações destacadas por Lacoste são basicamente a estratégia e o poder segundo uma distribuição e organização do espaço geográfico. Os mapas são ferramentas através das quais os diferentes agentes planejam sua intervenção no espaço.

(disponível no site: <http://valdirenepassos.blogspot.com.br/2011/03/Cartografia-mapa-instrumento-de-poder.html>)

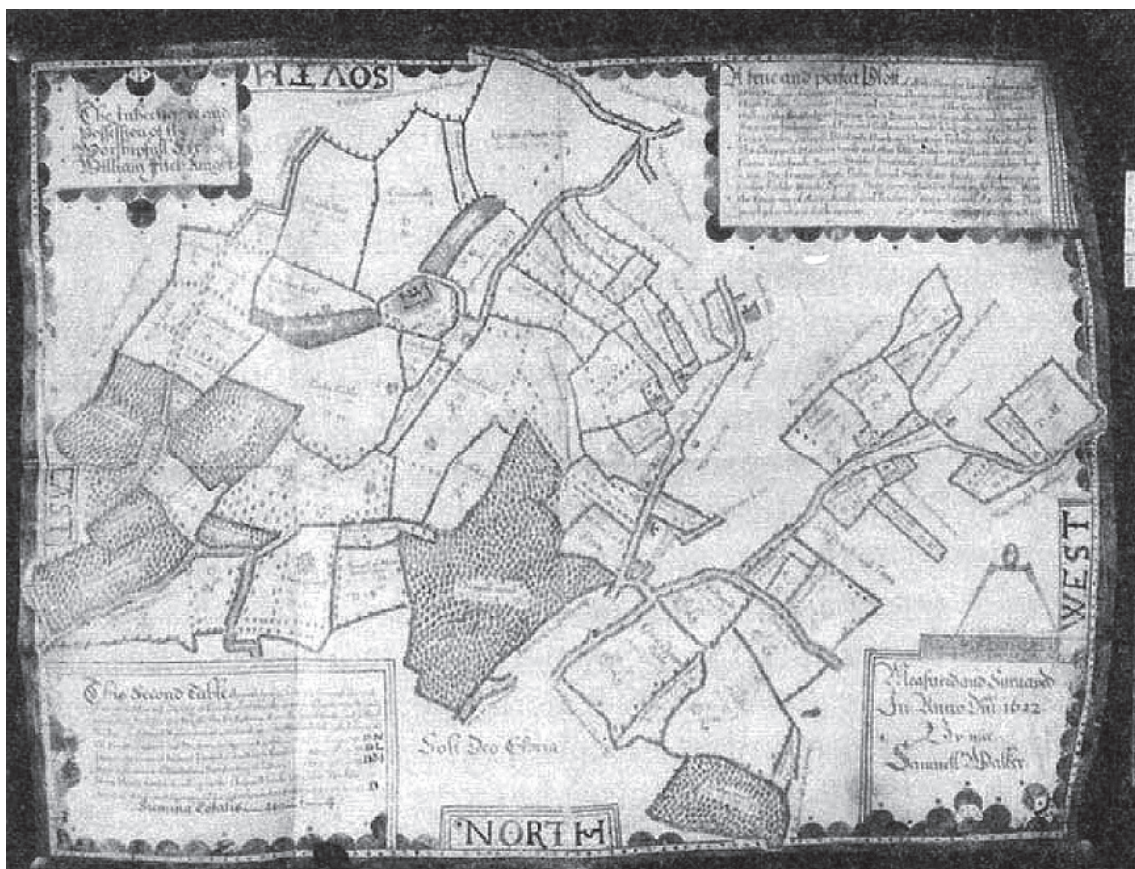


Figura 5.5: “Mapas fundiários em grande escala e cadastros escritos tornaram-se, a partir do século XVI, um instrumento na ascensão do capitalismo rural na Inglaterra. Neste fragmento de mapa fundiário de Garnetts, em Essex (1622), atribuído a Samuel Walker, os detalhes das propriedades”.

Fonte: <http://confins.revues.org/5724?lang=pt#tocto1n4>

Atividade 2



Figura 5.6: Escravidão africana.

Fonte: <http://opatifundio.com/site/?p=2485>

Durante séculos, o continente africano foi palco de escravidão, mortes e dominação. Se hoje o continente africano vive um cenário de subdesenvolvimento e dependência econômica, podemos afirmar que o contexto histórico está totalmente ligado a essa questão.

A partir do texto “Definições de poder” (ver Boxe Curiosidade da Seção 2) e da imagem, estabeleça as principais relações contidas entre Poder, Estado e Grandes Potências, dentro do contexto africano.

Resposta comentada

Devido ao fato de não deter recursos técnicos, como bússolas e mapas, e, além disso, desde seus primórdios, ser palco de conflitos e disputas

étnico-territoriais, o continente africano sempre passou por situações críticas, como fome, miséria e proliferação de doenças. O domínio de grandes potências sobre esse continente (como Inglaterra e França) fez com que as desigualdades aumentassem e o poder exercido fosse cada vez mais brutal, extraindo recursos naturais e dizimando as aldeias ali existentes. As grandes potências europeias exerciam uma influência impactante sobre aquelas culturas e aumentavam os conflitos já existentes. As consequências são claras no cenário atual. O continente africano é o menos desenvolvido e o mais dependente em termos econômicos.

O Período da Guerra Fria: Cartografia, Geopolítica e Poder

O período que se estende de 1945 ao fim da década de 1990 tem um marco fundamental na geopolítica mundial. Pensando no tema da nossa aula, que envolve Cartografia e poder, podemos estabelecer essa relação de forma que entendamos a importância dos mapas como estratégia de guerra e para vermos o quanto eles podem se modificar num curto período de tempo.

Após a Segunda Guerra Mundial, o oriente e o ocidente viveriam um momento decisivo, caracterizado pela disputa de dois sistemas hegemônicos: o capitalismo e o socialismo. As duas grandes potências que representavam esses sistemas eram, respectivamente, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Nesse momento (de 1945 a 1990), o mundo se dividia em dois grandes polos, capitalista e socialista; por isso, esse período foi chamado de “mundo bipolar”. Os EUA influenciavam grande parte do ocidente (principalmente, a Europa Ocidental) com a perspectiva do consumo e da abertura do mercado, a diversidade de marcas e a livre concorrência. Os EUA tinham como principal objetivo conter o sistema socialista e dissipar as suas grandes marcas e indústrias pelo mundo.

Por outro lado, a URSS (União Soviética) influenciou a porção oriental da Europa, sob o domínio do socialismo. O objetivo da URSS era expandir o socialismo pela Europa e pelo mundo. Para isso, essa

potência investiu em armamentos pesados, a fim de se precaver de uma investida americana.

Agora nos perguntamos: qual é a relação da Guerra Fria com a Cartografia e o poder? A resposta é simples: tanto o exército norte-americano quanto o soviético necessitava ter o domínio do território, para investir em corridas espaciais, lançamento de foguetes, controle de fronteiras e bases aéreas em territórios opostos. Os mapas permitiam que os grandes chefes de Estado e o exército pudessem ter domínio de guerra; sobretudo, eles poderiam se defender de quaisquer ataques com uma boa base cartográfica.

Foi nesse período que grande parte da tecnologia cartográfica teve seus avanços e, mais que nunca, a orientação e a localização eram fundamentais para qualquer assunto referente à guerra. Nesse período, também foram criadas tecnologias georeferenciadas – o GPS é um exemplo – para que mísseis e satélites fossem identificados no espaço. As bases militares soviética e americana tinham mapas até então muito avançados para a época. Como pertenciam às forças armadas dessas nações, nenhum civil tinha acesso, nem as próprias empresas que davam suporte à confecção.

O fim deste período, chamado Guerra Fria, deixou um legado para a História: a era tecnológica, a informação e o poder estavam apenas dando um ponto de partida. Da década de 1990 em diante, as tecnologias da informação têm avançado em passos galopantes, e os mapas, que até então eram confeccionados a mão, passaram a ser elaborados por *softwares*, tendo seus dados muito mais detalhados e avançados.

Conclusão

Na presente aula, alcançamos mais um passo no processo do conhecimento e da aprendizagem. Entendemos como a Cartografia pode ser um instrumento muito útil na delimitação do território, na regionalização e na detenção do poder.

Esclarecemos a importância do crescimento de alguns impérios no século XV, para compreendermos o mundo atual, pensando sua influência no mercado, na economia, na política e em outros países que se subordinam devido à ausência de recursos.

Atividade final

Atende ao objetivo 3

A partir da nossa leitura, interprete a *charge* abaixo e descreva a importância da tecnologia no período da Guerra Fria.



Figura 5.7

Fonte: <http://www.gondim.net/2010/06/resumo-e-banco-de-questoes-com-gabarito.html>

Resposta comentada

A *charge* aponta, de forma metafórica, a disputa dos EUA e da URSS pela hegemonia mundial. O globo terrestre se apresenta como uma bola de futebol pela qual as duas potências disputam a vitória. A tecnologia se fez fundamental nesse momento, para localização de exércitos, fronteiras e possíveis ataques. O GPS teve seu primeiro uso nesse momento, e a corrida aeroespacial teve grande importância nesse período.

Resumo

Vimos, nesta aula, aspectos importantes da Cartografia como instrumento de poder. Observamos o quanto os mapas tiveram importância na elaboração de rotas e descobertas e, além disso, percebemos que os grandes chefes de Estado detêm o poder quando têm o domínio dessa ferramenta: o mapa. Frisamos o período que marca as grandes navegações - século XV – devido às estratégias utilizadas pelos grandes navegadores para dominar novas terras, e traçamos um panorama sobre a importância da Cartografia na Guerra Fria.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, iremos dar um passo bem interessante no nosso trajeto; abordaremos a regionalização no contexto brasileiro. Você irá perceber que as aulas terão um contexto muito mais próximo de nós, pois estudaremos nosso país de modo que suas regiões e sua regionalização acarretem uma série de implicações na gestão e no planejamento de nosso território.

Vale a pena conferir!

Referências

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escala de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CLAVAL, Paul. *Elements de Geographie humaine*. Paris. M.Th. Genin, 1974.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Trad. José Ricardo Brandão Azevedo. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Aula 6

Formação regional e
regionalização no Brasil

*Augusto César Pinheiro da Silva
Leonardo Alves Martins*

Meta

Apresentar a abordagem regional brasileira a partir da sua primeira divisão (em 1942) até a nossa atual divisão. Analisar as perspectivas regionais do IBGE e do geógrafo Pedro Geiger, para compreender os critérios estabelecidos e suas diferenças.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. explicar os critérios de regionalização do Brasil;
2. explicar a importância da regionalização para analisar as diferenças e disparidades entre as regiões brasileiras;
3. relacionar os diferentes tipos de regionalização.

O território brasileiro e suas múltiplas diversidades: explorando as macrorregiões

Desde pequenos, aprendemos que o Brasil possui cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Mas será que sempre foi assim? Na verdade, os estudos da Divisão Regional feitos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) só tiveram início em 1941. A proposta sugerida inicialmente, e que predominou até os anos 1970, foi dividir o país em cinco regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

Se pararmos para pensar, todos nós fazemos certas regionalizações, por exemplo, dos diferentes sotaques brasileiros, das diferentes paisagens, estilos de vida, e também comida.

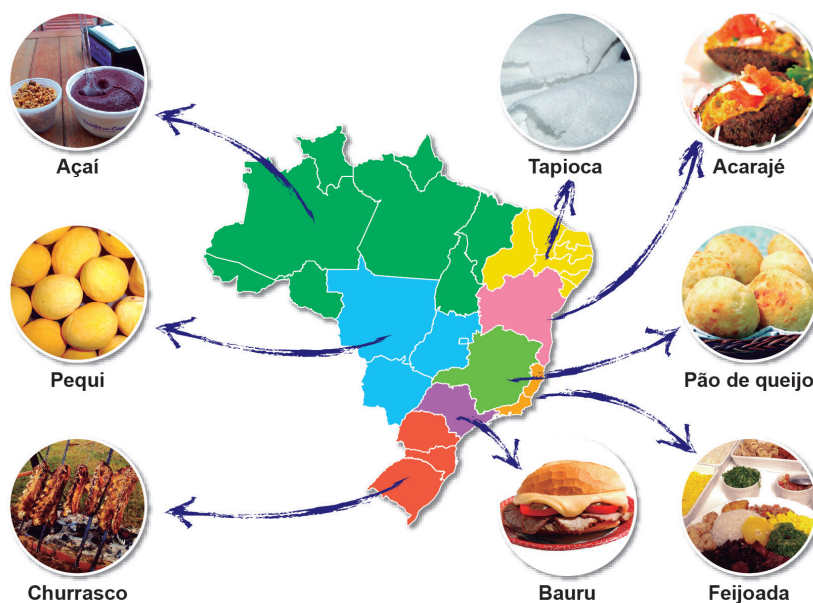
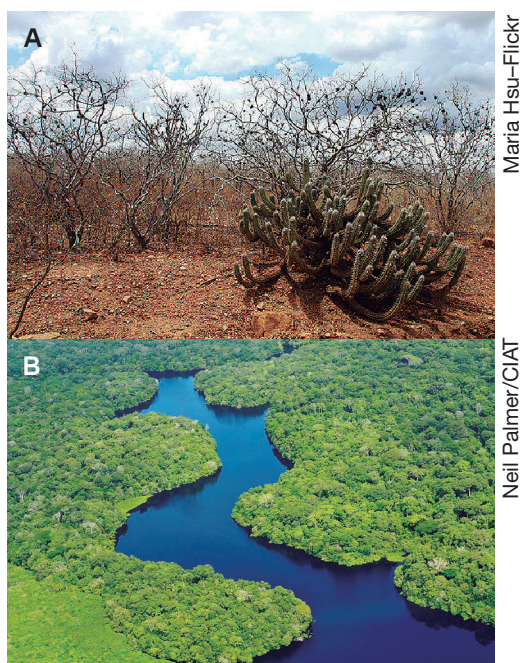


Figura 6.1: Nós mesmos podemos criar diferentes tipos de região. Nesse caso, dos diferentes pratos típicos brasileiros.

Fontes: Açaí: <https://www.flickr.com/photos/j-cornelius/4386387492/in/album-72157623379177927/> - Autor: Jaan-Cornelius K.; Bauru: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5c/Sandu%C3%ADche_Bauru.jpg; Feijoada: <https://www.flickr.com/photos/jotagedf/6521942055/in/photolist-aWjC6i-aWjE9P>. Autor: João Guilherme de Carvalho Barbosa; Tapioca: <https://www.flickr.com/photos/baciadojacuipe/5869704616/in/photolist-9WCVqK-9WFM91-9WFLTL-9WFLFJ-9WFLtE-9WCU2-9WFL2S-9WFKQJ>. Autor: Pensar Filmes Território Bacia do Jacuípe; Pequi: <https://www.flickr.com/photos/fernandotatagiba/5224403916>. Autor: Fernando Tatagiba; Churrasco: <https://www.flickr.com/photos/jmarconi/4316928295/in/photolist-7zx9Q9-7ztooc>. Autor: Jean Marconi; Pão de Queijo: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/20/Cheesebread.jpg>; Acarajé: <https://www.flickr.com/photos/sbogdanich/13986896255/>. Autor: Stephanie

Mas, afinal, por que regionalizar o país? Quais são os critérios necessários para tal? E o primordial: o que significa regionalizar? Ao longo desta aula, veremos a resposta para todos estes questionamentos, passando por todas as regiões brasileiras.

Quando falamos em regionalizar, seja um país, uma cidade, um estado ou até mesmo o planeta, estamos querendo, na verdade, estabelecer regiões a partir de alguns critérios, que podem ser naturais, históricos, culturais, econômicos ou políticos. Em muitos casos, a regionalização pode inter-relacionar mais de um desses aspectos, desde que garanta um caráter de individualidade a cada região.



Maria Hsu—Flickr

Neil Palmer/CIAT

Figura 6.2: (A) Bioma Caatinga: Uma das características naturais do nordeste brasileiro, caracterizado pelo clima semiárido e por baixos índices pluviométricos; (B) Floresta Amazônica: Rica em biodiversidade, fauna e flora abundante, presença de chuvas ao longo de todo o ano. Floresta equatorial.

Fontes: A: https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_da_Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil#/media/File:Caatinga_-_Sert%C3%A3o_nordestino.jpg; B: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Amaz%C3%B4nia#/media/File:Amazon_CIAT_\(3\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Amaz%C3%B4nia#/media/File:Amazon_CIAT_(3).jpg).

Podemos perceber que as regiões não são fixas (estáticas), ou seja, elas podem ser alteradas devido à dinâmica da transformação da paisagem, devido aos processos históricos que alteram as formas de ocupação dos territórios e atrelam novos padrões de desenvolvimento tecnológico.

A regionalização agrupa espaços com características que, de alguma forma, se assemelham e se diferenciam dos demais. O levantamento de dados nos permite comparar e perceber as discrepâncias regionais presentes em nosso território e a maior possibilidade (e necessidade) de intervenção governamental para enxugar essas diferenças.

Como dito anteriormente, as regiões podem ser modificadas por vários fatores. Um exemplo é a criação de novos estados, que podem alterar não apenas as divisões político-territoriais, mas também gerar novos interesses econômicos (**Figura 6.3**). Esta variação das regiões pode ocorrer também para atender a certos objetivos de algumas instituições (como o IBGE) que têm como finalidade a coleta de dados estatísticos, como PIB, IDH, saneamento básico, transporte, etc.

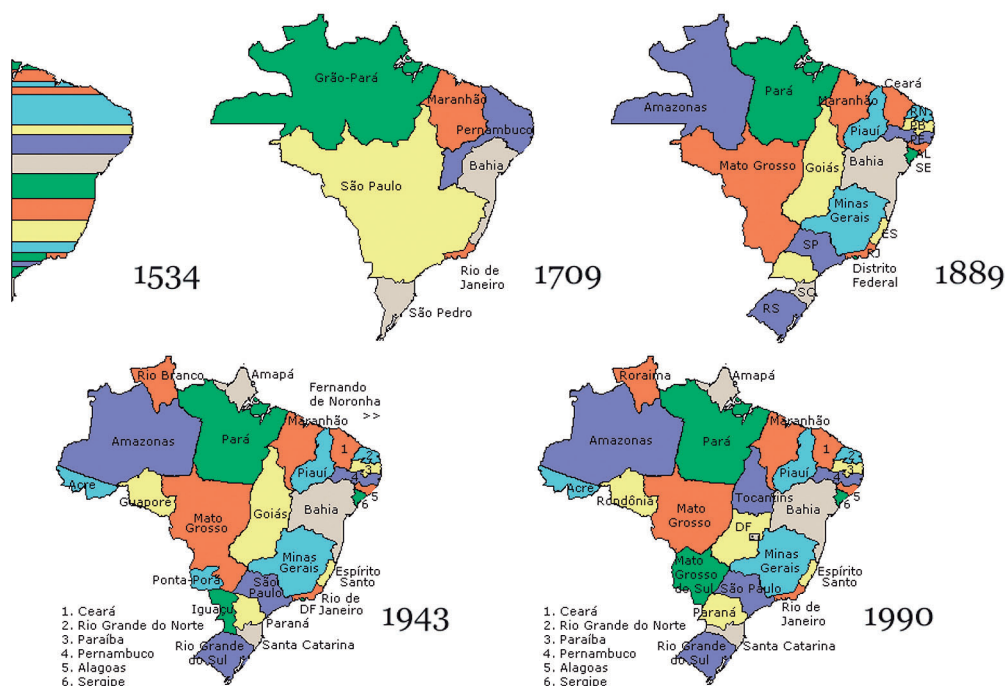


Figura 6.3: No mapa acima, podemos ver as diferentes regionalizações que o território brasileiro sofreu. Perceba que a regionalização de 1534 se difere de forma intensa da regionalização de 1789. Entretanto, de 1943 a 1990, as transformações não foram tão acentuadas.

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e8/Brazil_states.gif

Observando os mapas da **Figura 6.3**, conseguimos perceber que o território brasileiro sofreu inúmeras alterações. Isso ocorreu devido a alguns fatores, como, por exemplo, a necessidade de dividir um determinado

estado em dois (o estado de Goiás, por exemplo, se fragmentou, dando origem a um novo estado: Tocantins) ou devido à necessidade de agregar um novo estado ao nosso país (o Acre é um exemplo).

Pensando na autonomia de cada região, a geógrafa Bertha Becker (1990) diz que “as regiões não são entidades autônomas”. Isto porque elas se configuram a partir de diferenças entre si, e cada uma tem um papel distinto tanto nos espaços nacionais quanto em dimensões sociais. Ou seja, podemos afirmar que há uma interdependência entre as regiões que compõem o Brasil, já que elas fazem parte de uma política e da economia do mesmo país.



Figura 6.4: (A) Sertão Nordestino. Caracterizado pela seca e pela fome. Uma região onde o poder público atua de forma quase nula e onde os investimentos são baixos. (B) Litoral da Paraíba. Área atrativa a investimentos. Potencial turístico.

Fontes: A:https://pt.wikipedia.org/wiki/Seca_no_Brasil#/media/File:Seca_no_Brasil.jpg; B:[https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil#/media/File:Ba%C3%ADa_da_Trai%C3%A7%C3%A3o_-_Para%C3%ADba_-_Brasil\(2\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil#/media/File:Ba%C3%ADa_da_Trai%C3%A7%C3%A3o_-_Para%C3%ADba_-_Brasil(2).jpg).

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Explique a importância de regionalizar o Brasil.

-
-
2. Crie, no mapa a seguir, sua própria regionalização. Indique os critérios que você utilizou e os motivos para as divisões criadas. Para diferenciar as regiões, pinte-as de cores diferentes.



Resposta comentada

1. Devido ao nosso país possuir uma extensão territorial muito grande, uma cultura bem diversificada e uma intensa desigualdade social, foi necessário dividir o Brasil em grandes regiões. Percebemos que cada região possui características socioeconômicas parecidas.
 2. Para criar as regiões, baseie-se no mapa que criamos na **Figura 6.1**. Tente utilizar outros parâmetros, que não comidas típicas, mas folclore, por exemplo, dentre outros.
-
-
-

Como dissemos no início desta aula, a divisão regional do Brasil sofreu diversas modificações ao longo do tempo. No início do século XX, houve os primeiros estudos e as primeiras iniciativas de regionalização, como a do geógrafo Delgado de Carvalho, em 1913.

Carvalho propôs a primeira regionalização do Brasil em macrorregiões, utilizando critérios físicos, como clima, relevo e hidrografia. Ele criou este método pensando que haveria pouquíssimas variações dentro das grandes regiões, ou seja, o domínio Caatinga, por exemplo, permaneceria com suas características durante muitos anos, assim como o domínio Amazônico, o Cerrado, os Pampas, entre outros.

Em 1930, com a criação do IBGE, os levantamentos estatísticos foram formalizados e se tornaram mais sólidos. Nesta mesma época, foram recolhidos os dados obtidos e o país foi agrupado oficialmente em macrorregiões ou **regiões administrativas**.

Regiões Administrativas

Áreas definidas pelo poder público em um território, com função de administração de um governo central, a título de descentralização das decisões políticas sobre as formas de atuação do poder local e sobre a melhor distribuição de serviços públicos.

As macrorregiões do IBGE

Nas regionalizações feitas pelo IBGE ao longo do tempo, ocorreram inúmeras modificações. Em 1942, o IBGE publicou a primeira divisão regional oficial do Brasil (**Figura 6.5**), em que o critério utilizado foi o fisiográfico, ou natural. Os critérios físico/naturais objetivavam principalmente apenas regionalizar de forma que não houvesse modificações, devido à presença da fauna e flora de cada região e suas devidas características, que dão forma característica à paisagem. Ou seja, pensar a regionalização como regiões estáticas, que não se alteram (ou pouco se alteram), foi um dos critérios utilizados pelo geógrafo brasileiro Delgado de Carvalho e pelo IBGE.



Figura 6.5: Brasil com suas macrorregiões estabelecidas pelo IBGE em 1945. No mapa acima, podemos perceber a divisão das macrorregiões brasileiras já na década de 1940, em que os critérios físicos ainda eram muito relevantes para delimitar as regiões.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html>

Durante a década de 1960, foi necessário reavaliar os critérios adotados pelo IBGE para estabelecer as regiões brasileiras. Isto porque, desde a última divisão feita, ocorreram intensas transformações, tanto no espaço geográfico do Brasil quanto na divisão político-administrativa do país.

Devido a impactos ambientais ocorridos ao longo deste período, as diversas paisagens florestais existentes nas mais extensas áreas do país desapareceram, principalmente em estados onde a economia possuía uma dinâmica mais intensa. Ocorreram inúmeras obras e projetos de infraestrutura hidroviários e rodoviários que alteram trechos do relevo e das redes hidrográficas. Foi a partir desses projetos que os aspectos econômicos começam a se sobressair. Nessa mesma época, Brasília é construída para ser a capital do Brasil, e o antigo Distrito Federal, sediado na cidade do Rio de Janeiro, foi transformado no estado da Guanabara; o território do Acre foi elevado à categoria de estado; o território de Rio Branco passou a ser chamado de território de Roraima (**Figura 6.6**).

Percebemos que a região nordeste não mais é dividida em leste e oeste, porém em uma só região nordeste. Os estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais enquadram-se na mesma região, devido à proximidade entre eles e suas características econômicas. O Rio de Janeiro é um caso específico, que veremos daqui a algumas aulas.

Repare que São Paulo se encontra na região sul; isso se deve a questões econômicas, tendo em vista que este estado possui, junto ao Rio de Janeiro, uma das maiores economias do país, além de um PIB elevado. Os estados do Sul, por terem um desenvolvimento social muito elevado, além de baixas taxas de analfabetismo, enquadraram-se com o estado de São Paulo, formando o complexo do Sul.



Figura 6.6: Brasil com suas macrorregiões estabelecidas pelo IBGE em 1960. Perceba que os critérios utilizados nesse período se aproximam um pouco mais do atual critério.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html>

Em 1970, o IBGE estabelece uma nova face à regionalização do Brasil, que foi dividido em cinco grandes macrorregiões, cujos nomes se mantêm até os dias de hoje. Além desta nova divisão, ocorreram

alterações nas divisões político-administrativas, que sofreram mudanças ao longo deste período (Figura 6.7).



Figura 6.7: Brasil com suas macrorregiões estabelecidas pelo IBGE em 1970. Repare que, na década de 1970, os critérios já são bem próximos aos de hoje. Alguns estados, como Tocantins, não foram incorporados; entretanto, São Paulo e Rio de Janeiro já fazem parte da mesma região (sudeste).

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html>

Ao longo das décadas seguintes, ocorreram novas modificações, até chegar ao panorama atual do Brasil. Tais mudanças foram estabelecidas na Constituição de 1988 e foram incorporadas pelo IBGE em 1990. São elas:

- A incorporação do estado da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro, em 1975;
- A criação do estado do Mato Grosso do Sul, em 1977;
- O fim dos territórios federais, tornando Roraima e Amapá estados;
- Fernando de Noronha deixou de ser território e foi incorporado como município do estado de Pernambuco;

- Na porção norte do estado de Goiás foi criado o estado de Tocantins, que passou a pertencer à região Norte.

A partir destas modificações, o Brasil ficou configurado da seguinte forma: cinco macrorregiões e 27 unidades político-administrativas, sendo 26 estados e um distrito federal, onde está a capital, Brasília (Figura 6.8).



Figura 6.8: Brasil com suas macrorregiões estabelecidas pelo IBGE em 1990.
Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html>

As diferenças espaciais brasileiras e sua regionalização

As regiões brasileiras são muito desiguais em termos das paisagens em que se constituem, sejam elas naturais ou socioeconômicas. Por ser um país muito extenso, tanto longitudinal quanto latitudinalmente, as paisagens naturais são diversas, o que afetará o contexto dos grupos sociais que lá vivem. Clima, vegetação, altitude, geomorfologias são diferentes e afetam as formas de trabalhar e produzir bens diversos, o que gerará uma gastronomia

diferenciada, arquitetura e outras formas de expressão da vida social. Além disso, a formação do país deu-se por processos distintos e fases bem marcadas, onde os territórios foram sendo construídos conforme o crescimento do país e suas fases foram chegando aos rincões mais distantes do litoral, onde a ocupação colonial foi iniciada. Assim sendo, a associação de características naturais específicas e dinâmicas socioeconômicas e culturais criou paisagens diferenciadas capazes de promover a sua delimitação regional para o seu domínio e gestão territorial. Portanto, o ato de regionalizar garante ao poder público, nas suas diferentes frentes, a capacidade de gerenciar o espaço total do país, definindo estratégias de apropriação e uso, ao serem reconhecidas potencialidades específicas de cada espaço, fragmentado em regiões, mas pertencentes a uma totalidade territorial que chamamos de país.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Indique as principais diferenças entre as atuais regiões do Brasil, delimitadas pelo IBGE, indicando fatores econômicos e sociais.

Resposta comentada

É importante que você estabeleça uma análise das diferenças existentes nas grandes regiões do IBGE (desigualdades econômicas, sociais, investimentos em infraestrutura). Como exemplo, a região sudeste, com o maior IDH, destaca-se pelo setor de serviços e comércio. A região Nordeste, apresentando as menores expectativas de vida e a presença do setor primário como fonte de renda e, por fim, a região Norte como uma área de intensa vegetação e menos ocupação.

Os complexos regionais

Além da atual e vigente regionalização proposta pelo IBGE, existem outras formas de regionalizar. O geógrafo Pedro Pinchas Geiger, por exemplo, desenvolveu, durante a década de 1960, uma divisão regional bem diferente da que temos atualmente. Ela leva em conta não apenas os aspectos naturais, mas também o humano (pautando-se nos critérios socioeconômicos) e os processos históricos de formação do país. Além disso, ele também pensou no processo industrial pelo qual o Brasil se encontrava. Na **Figura 6.9**, podemos observar os três Complexos Regionais em destaque: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul.



Figura 6.9: Divisão do país em Complexos Regionais, desenvolvida por Pedro Pinchas Geiger.

A proposta de regionalização de Pedro Pinchas Geiger divide o Brasil em três grandes regiões geoeconômicas – ou, como alguns autores preferem denominar, complexos regionais. Diferentemente do IBGE, que considera principalmente os aspectos socioeconômicos, Geiger utilizou critérios menos específicos, ligados aos tipos de espaços produzidos no território brasileiro desde o período colonial.

A divisão proposta por Pedro Geiger leva em conta a formação histórico-econômica do nosso país e o processo de modernização econômica que ocorreu nos espaços urbano e rural, a partir da dinâmica que foi estabelecida no Brasil ao longo do tempo, passando de uma economia agroexportadora para uma economia urbano industrial. Logo, esse modelo é um reflexo do desenvolvimento econômico e social brasileiro ao longo da história. É importante lembrarmos que ele foi construído na década de 1960, não acompanhando a nossa atual realidade.

Esta perspectiva de regionalização do território brasileiro é espelho dos arranjos espaciais da industrialização dos quais o país fazia parte. Uma industrialização tardia, que, diferentemente do modelo desenvolvido na Europa e nos EUA, se pauta na abertura do mercado brasileiro para as indústrias multinacionais durante as décadas de 1950 e 1960, na atração de investimentos estrangeiros e na expansão das rodovias, interligando o território e intensificando o processo de urbanização do país. Esta perspectiva de divisão em complexos regionais não leva em conta o limite entre os estados, diferentemente dos modelos utilizados pelo IBGE.

Se analisarmos o mapa, veremos que o norte de Minas Gerais se encontra em parte no Nordeste. A maior parte do território mineiro encontra-se no Centro-Sul. Parte do estado do Maranhão encontra-se no Nordeste, enquanto a outra parte encontra-se na Amazônia. O sul de Tocantins e do Mato Grosso passam pelo mesmo problema, visto que uma parte encontra-se no Centro Sul e outra no Complexo Amazônia. Isso ocorre justamente porque existem, dentro de um próprio estado, alguns municípios ou algumas regiões que possuem uma dinâmica diferente das demais. No próprio Rio de Janeiro, se analisarmos, o município de Varre-Sai não tem uma dinâmica nem um pouco parecida com o município do Rio, ou com Caxias, ou com Nova Iguaçu.

Atividade final

Atende ao objetivo 3

Faça um quadro comparativo, pontuando os principais critérios de regionalização do IBGE e dos complexos regionais elaborado pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger. A seguir, discuta as vantagens e desvantagens de cada forma de regionalização.

IBGE	Complexos Regionais

Resposta comentada

O modelo do IBGE se pauta nas divisões socioeconômicas, onde podemos encontrar o Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, na mesma região, devido ao seu destaque no PIB da economia brasileira. Durante as primeiras regionalizações elaboradas pelo IBGE, destacamos a presença dos aspectos físicos, onde os domínios climáticos e vegetais eram os parâmetros que norteavam a divisão.

No modelo de Geiger, podemos perceber o contexto histórico, de ocupação do território, da dinâmica econômica. Percebe-se que a grande região nordeste abarca, também, parte do centro-oeste, onde se encontram algumas características comuns historicamente: área pouco habitada demograficamente, se comparada com as demais do território brasileiro; área coberta de muita vegetação. A região sudeste possui destaque como Centro Sul, que envolve a porção do território brasileiro que possui economia mais consolidada.



Resumo

Nesta aula, vimos o motivo pelo qual é importante regionalizar o Brasil, tais como diferenciar economicamente suas devidas regiões, suas paisagens e suas culturas. As grandes regiões do Brasil, divididas em Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste tiveram, no passado, recortes bem diferentes dos dias atuais.

Vimos que o IBGE utiliza o critério socioeconômico como principal para dividir o Brasil em grandes regiões.

Vimos que a paisagem de cada região se diferencia, assim como as comidas e, até mesmo, o sotaque; a presença da Caatinga na região Nordeste, a floresta Amazônia na região Norte e as danças típicas na região Sul.

Estudamos, também, a regionalização proposta pelo geógrafo Pedro Geiger, que divide o Brasil em três grandes macrorregiões. Nelas, os estados ficam com suas devidas fronteiras divididas entre duas regiões diferentes. Ele se utiliza de uma perspectiva histórica para diferenciar as regiões.

Portanto, regionalizar é o ato político e/ou econômico de juntar e diferenciar determinado fragmento espacial por semelhanças que tenham e que o agente político e/ou econômico achar importante.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, exploraremos o continente americano; para isso, vamos entender a divisão regional estabelecida nesse continente: América do Sul, América Central e América do Norte. Estudaremos as principais características dessas regiões e suas diferenças. Nossa jornada continua! Lembre-se de que, a cada aula e a cada leitura, nosso conhecimento se torna mais abrangente, fazendo de nós educadores profissionais cada vez mais capacitados para trabalhar em sala de aula!

Referências

BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo. Ática, 1990.

BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma revisão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas*. 1999. (Tese) Doutorado em Geografia. UNESP.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. RJ: Bertrand Brasil, 2001.

SILVA, Simone Afonso da. *Regionalizações do espaço brasileiro*. Trabalho de Graduação Individual, 2010.

SIMIELLE, M. *Atlas Geográfico*. Ed Ática. 2013.

ROSS, J (org). *Geografia do Brasil*: Edusp. 2012.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L: *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Ed.Record, 2013.

Aula 7

A América e suas potencialidades:
características e modelos de
um continente heterogêneo

Augusto César Pinheiro da Silva
Leonardo Alves Martins

Meta

Apresentar as principais características sociais, econômicas e políticas do continente americano.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. diferenciar os modelos de desenvolvimento das América do Norte e do Sul;
2. entender os diferentes modelos de industrialização dentro do continente e suas desigualdades;
3. analisar a importância do continente americano para o mercado externo.

Por dentro da história! Entendendo o contexto histórico-geográfico do continente americano

Antes de aprendermos os diferentes modelos de desenvolvimento nos países do continente americano, precisamos entender seu contexto histórico. Será que as formas de colonização de cada país afetaram o jeito como cada um se desenvolveu? E quais são as diferenças entre cada parte do continente? E como cada uma afeta o mercado mundial?

O continente americano, antes de sua descoberta pelos europeus, era habitado por índios, sem contato algum com as civilizações do continente europeu. Durante os séculos XV e XVI, a Europa se caracterizava como “centro do mundo”, tendo em vista que era neste continente que havia os grandes impérios, a grande concentração de riquezas, os países líderes no pioneirismo marítimo e, sobretudo, a influência da Igreja Católica.

Durante essa época, a Europa passou por uma série de transformações, dentre elas, a transição de um regime basicamente feudalista para um focado no sistema capitalista. Mas, afinal, qual é a relação entre a expansão marítima europeia (e a descoberta da América) e a inserção do sistema capitalista?

Podemos considerar que o sistema capitalista tem como objetivo central o acúmulo de riquezas e a concentração de capitais, e que as nações europeias eram líderes em navegações e grandes expedições. Sendo assim, com a descoberta de novos territórios, essas nações poderiam conquistar novos espaços, que serviriam de colônias para a exploração tanto de matéria-prima quanto de mão de obra. Aí está a relação!

As potências europeias lançavam-se ao mar, ocupavam novos territórios, exploravam riquezas (minérios, madeiras, especiarias), levavam-nas para a Europa e abasteciam suas economias.

Nos caminhos da história: América Latina e América do Norte e seus modelos de desenvolvimento

A chegada de Cristóvão Colombo ao continente americano representou o descobrimento de um novo território desconhecido dos habitantes do continente europeu. Os espanhóis, naquele momento, passaram a ser “proprietários”, assim como os portugueses, das terras

sul-americanas. Logo lançaram-se à conquista das porções centrais do continente, assim, ocupando, aos poucos, todo o território da América Central. Cabe aqui fazermos um destaque importante no que diz respeito ao choque cultural e étnico. A entrada do cristianismo e da língua castelhana no território, atrelada ao choque da cultura hispânica com a indígena, foram o marco principal para o início da exploração e abuso aos quais os índios foram submetidos. Os portugueses, logo quando ocuparam o território brasileiro, no início do século XVI, estabeleceram uma relação de domínio e exploração de nossas terras. A partir desse século, países como França e Inglaterra viram-se “fora do jogo”, ou seja, almejavam também desfrutar das fatias do território americano. Logo iniciaram os ataques às frotas espanholas e portuguesas que, geralmente, iam carregadas de ouro e prata para a Europa.

E é durante o século XVII, que a França e a Inglaterra iniciam um confronto para deter o controle e a ocupação do território norte-americano. Com a potência marítima e militar, além do maior número de colonos, a Inglaterra domina e ocupa a porção norte do continente americano. A colonização, que foi caracterizada pela presença decalvinistas e protestantes radicais, se consolidou pelo sangrento massacre dos índios que, aos poucos, foram sendo dizimados.

Os protestantes e calvinistas que chegaram ao Novo Mundo entraram em confronto direto com os habitantes das 13 colônias dos EUA e, em 1765, o governo da Inglaterra infligiu um pesado imposto sobre documentos jurídicos e posse de terras, além das transações comerciais. Este período, que se estende do século XVIII ao século XIX, é marcado por muitas guerras e ocupações. Os britânicos impunham cada vez mais regras - o que, consequentemente, aumentava as rixas com os colonos.

Ao longo do século XIX, os EUA já possuíam suas porções leste e central ocupadas. Entretanto, surgia a necessidade de ocupar a porção oeste e, assim, agregar novos estados, sendo pela compra ou pela conquista. A ideologia política americana se pautava na concentração de capitais e na unificação do território. A relação entre os grandes comerciantes protecionistas da porção norte dos EUA e os latifundiários cambistas da porção sul passou por um grande período de tensão na metade do século XIX. Logo, as colônias do sul, insatisfeitas com a política antiescravista imposta na época, tentaram se separar e tornar-se independentes. Sua estrutura escravista e latifundiária não suportou a organização e o crescimento das colônias do norte. Após a derrota dos sulistas, os Estados Unidos experimentaram intenso desenvolvimento industrial.

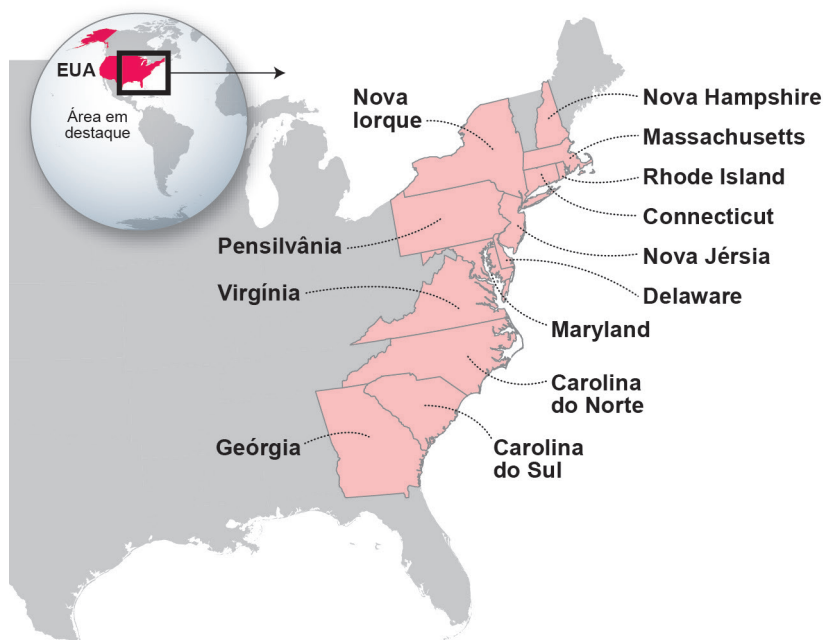


Figura 7.1: As treze colônias norte-americanas.

Depois da Primeira Guerra Mundial, os EUA transformaram-se na maior potência econômica do mundo. O fim da Segunda Guerra Mundial deu início a um novo cenário mundial, caracterizado de “Guerra Fria”. Marcado pela oposição ao bloco socialista (liderado pela União Soviética) e pela difusão política e econômica da ideologia capitalista (contendo a maior parte dos países ocidentais, incluindo os emergentes), essa situação se manteve até o fim do bloco socialista e o declínio da União Soviética, no início da década de 1990.

Ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, a evolução histórica da América Latina durante os séculos XIX e XX se deu pela fragmentação e pelo conflito entre os diversos países, por uma instabilidade política e econômica atrelada a uma sucessão de golpes de estado e ditaduras militares. O desenvolvimento latino-americano se baseou em modelos de colônias de exploração, de onde as matérias-primas eram retiradas e enviadas diretamente para a metrópole. Não era objetivo dos colonizadores ocuparem o território com o intuito de desenvolver modelos educacionais e dissipar culturas: a única finalidade era a exploração.

A partir desse breve contexto, podemos entender alguns dos motivos pelos quais os modelos de desenvolvimento foram fracassados, dos déficits na qualidade de diversos serviços, além do elevado grau de corrupção.



Figura 7.2: Mapa da América Latina e dos países que a integram – todos os das Américas do Sul e Central e o México.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Estabeleça as principais diferenças entre os processos de colonização ocorridos na América Latina e na América do Norte.

Resposta comentada

A colonização da América Latina se deu por colônias de exploração, em que o objetivo principal era extrair riquezas e enriquecer a metrópole. Não houve interesse - nem investimento - em estabelecer um mercado e relações comerciais, diferentemente do que ocorreu na América do Norte, onde houve a divisão entre as colônias do sul e as colônias do norte. As colônias do norte se diferenciavam pelo processo de povoamento, onde os refugiados religiosos ocuparam o território com o intuito de difundir a cultura, a língua e estabelecer relações e práticas comerciais.

América Latina: destacando alguns países emergentes

O que são países emergentes? São os países que tiveram um processo de modernização econômica tardio, notadamente industrial, diferentemente dos países europeus ocidentais e os EUA, onde tal modernização foi bem anterior. Eles são muito visados pelas grandes potências mundiais; um dos motivos é porque tais países são grandes importadores de produtos industrializados, já que possuem um grande mercado consumidor.

Os países emergentes apresentam uma grande possibilidade de investimento para grandes potências, pois oferecem vantagens para instalação de grandes empresas multinacionais (que ampliam seus lucros), tais como baixos salários, impostos reduzidos, câmbio desvalorizado, entre outros benefícios.

Até a década de 1980, esses países eram chamados de Países Recentemente Industrializados – NIC (Newly Industrial Countries). Na América Latina, fazem parte desse grupo o Brasil, o México e a Argentina.

É comum a existência de grandes disparidades econômicas, políticas e sociais entre esses países. No contexto latino-americano, presenciamos um processo de industrialização diferenciado devido à desigualdade

econômica entre eles, ao tamanho do território e à realidade social de cada um deles. Uma característica econômica que destaca o processo de industrialização da América Latina é o modelo de produção, voltado para o mercado interno. Durante muitas décadas, os países exportaram matéria-prima e pouco se empenharam em investir no mercado tecnológico, além de se inserirem no modelo industrial tardiamente, diferentemente dos países desenvolvidos que, já nos séculos XVIII e XIX, sofreram uma mudança intensa na produção, passando pela Revolução Industrial.

Brasil, México e Argentina

Independentes desde o século XIX, estes países só se inseriram no processo de industrialização após a Primeira Guerra Mundial, e de forma um pouco mais intensa na década de 1930.

Crise de 1929

Crise econômica que ocorreu nos Estados Unidos (que, naquela época, já se destacavam como potência mundial) e que afetou grande parte da economia mundial.

A **crise de 1929** foi um período muito difícil para a economia mundial. A economia norte-americana sofreu um déficit muito grande, pois as ações na bolsa de valores sofreram uma desvalorização abrupta, fazendo com que muitas empresas falissem. Com consequências econômicas globais, a crise de 1929 fez com que os países industrializados passassem a comprar menos produtos primários, como o café.

Os países latino-americanos viram suas balanças comerciais despencarem, pois, não havendo compradores para sua produção, eles não poderiam importar os produtos necessários. Mas, a partir dessa grande dificuldade, ocorreu uma intensificação do processo de industrialização, com o intuito de substituir os produtos que eram importados. Em meados do século XIX, ocorreu um princípio de industrialização, porém de forma muito singela, quando algumas fábricas produziam materiais mais simples, não duráveis.

A esse princípio de industrialização, é agregado um fator político. Mesmo sem a intensidade da revolução industrial que ocorreu na Europa, em países como Brasil, México e Argentina, ocorreram algumas revoluções burguesas. Neles, surgiu uma oligarquia industrial, muito interessada na formação de um mercado consumidor voltado para o próprio país.

Como a vasta pesquisa acadêmica sobre a industrialização no Brasil afirma, as primeiras fábricas pertenciam a grandes latifundiários, barões e oligarcas. Com as exportações de gêneros agrícolas e minerais,

eles conseguiram acumular um montante de capital suficiente para investir na indústria e no setor terciário. Grandes fazendeiros argentinos, por exemplo, enriqueceram com a exportação de gado e de trigo. Já no Brasil, a burguesia industrial era composta pelos barões de café e, no México, pelos grandes fazendeiros.

Podemos classificar esse tipo de modernização como modernização conservadora, pois grande parcela dos barões e oligarcas se transformou numa burguesia industrial, passando a investir maciçamente na indústria e no mercado.



As oligarquias industriais e o crescimento urbano

O desenvolvimento de uma oligarquia industrial explica a razão da existência de muitos latifúndios nos países latino-americanos. Muitas dessas terras são improdutivas, mesmo com o processo de industrialização. A ausência (ou insuficiência) de uma reforma agrária é um dos grandes fatores que explicam a intensa urbanização desses países, caracterizada pelo inchaço das cidades e por modelos de desenvolvimento desiguais.

O Estado tem fundamental importância no processo de industrialização de uma nação. Entretanto, muitas vezes, ele dá suporte para grandes empresas, por meio de financiamento e crédito. Na Inglaterra, por exemplo, no século XVIII, a burguesia teve auxílio do próprio governo para investir e dar o pontapé inicial à Revolução Industrial. Não podemos pensar nesse processo única e exclusivamente sendo desenvolvido pelo Estado ou pela iniciativa privada. No caso dos países latino-americanos, o Estado foi um agente de fundamental importância no início do processo de industrialização, investindo em indústrias, como as de base e infraestrutura.

Após o período de instabilidade mundial, caracterizado pelas duas grandes guerras mundiais, esse modelo industrial passou a falhar, pois o

volume de capital necessário era muito maior do que o Estado possuía. Devido a este fator, não havia investimento em indústrias mais pesadas; além disso, os investimentos em pesquisa e ciência não se comparam aos dos dias de hoje.

Entre os anos de 1940 e 1960, as grandes empresas internacionais ingressaram e instalaram-se no Brasil e em outros países da América Latina. Essas empresas procuravam países onde pudessem se instalar de forma que os custos fossem mais baixos e o lucro significativo. É a partir daí que as empresas automobilísticas, químicas, eletrônicas e de equipamentos pesados ganharam destaque. Não apenas nesses setores, mas também no setor alimentício e têxtil, as multinacionais ganharam espaço, algumas vezes, juntando-se às indústrias nacionais que aqui já existiam.

Este período foi um salto muito grande para a economia do Brasil, da Argentina e do México, pois acelerou a industrialização, o que aumentou o número de empregos e incentivou o crescimento do número de cursos profissionalizantes para a capacitação de mão de obra especializada.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Observe as imagens a seguir e faça uma linha do tempo, explicando o desenvolvimento industrial nos países emergentes da América Latina.



Figura 7.3: Crise de 1929
Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Great_Depression#/media/File:American_union_bank.gif

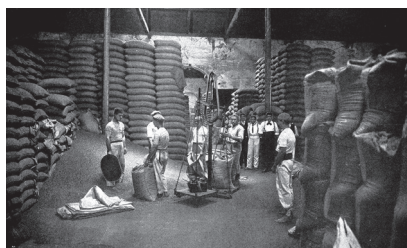


Figura 7.4: Crise do café no Brasil
Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Great_Depression#/media/File:American_union_bank.gif



Figura 7.5: Empresas automobilísticas
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bundesarchiv_B_145_Bild-F038788-0014,_Wolfsburg,_VW_Autowerk,_K%C3%A4fer.jpg

Schaack, Lothar

[illegible]

Resposta comentada

Na análise da linha do tempo explicitada nas imagens, podemos observar, primeiramente, a crise de 1929, que ocorreu nos EUA e teve repercussão mundial. Com a crise da bolsa de Nova Iorque, as exportações de países periféricos e semiperiféricos para os Estados Unidos reduziram-se ao extremo. Assim, não só as economias subdesenvolvidas, mas também a Europa, ficaram com seu mercado fragilizado e com um déficit na balança comercial.

A crise do café foi um período-chave para o Brasil, visto que este gênero agrícola era de extrema importância para nosso país. Ele movimentava grandes quantidades de capital e, a partir de sua queda, houve um direcionamento/incentivo à industrialização, transformando o espaço geográfico brasileiro. A partir de 1930/1940, o Brasil adota o modelo de substituição de importação, dando mais atenção à produção nacional e reduzindo as importações.

A entrada das empresas automobilísticas no Brasil ocorre na década de 1950/1960, quando o Brasil abre seu mercado para o capital externo e para os diversos tipos de investimento. Nesse período, o Brasil passa por transformações intensas com a construção de rodovias, expansão de centro de pesquisas, e as desigualdades se tornam mais graves (desigualdades sociais).

EUA: A potência do século XXI

Os fatores da industrialização

Desde o início da história americana, o processo de desenvolvimento e organização das treze colônias foi diferenciado. As colônias sulistas eram caracterizadas pelo modelo de exploração e pautadas numa sociedade estratificada, no trabalho escravo e em grandes latifúndios. Sua economia era baseada no modelo de *plantation*, ou seja, grandes latifúndios que produziam apenas um tipo de gênero agrícola (no caso dos Estados Unidos, o algodão) utilizando mão de obra escrava. Uma grande parcela da produção tinha como destino final o Reino Unido, e grande parte do capital se concentrava na mão de fazendeiros. Devido a estes fatores, o mercado interno não possuía grandes perspectivas.

Nas colônias do norte, por outro lado, a dinâmica era diferente. A maior parcela do capital se concentrava na burguesia industrial e comercial, que expandiam grande parte de seus negócios. Com o passar do tempo, a economia nortista foi crescendo e alcançou um montante muito grande de capitais, o que fortaleceu tanto a produção quanto o mercado. Essa diferença entre espaços coloniais nos EUA acabou por gerar conflitos entre eles, sendo a base da futura independência dos EUA, que se tornou o primeiro país desenvolvido da América.



Capitalismo e Protestantismo

Embora o aspecto cultural não seja determinante, pois, na Itália católica e no Japão xintoísta, o capitalismo também floresceu, é indiscutível que o protestantismo criou um caldo de cultura extremamente favorável ao desenvolvimento de um espírito empreendedor, de uma ética de trabalho, condições importantíssimas para a acumulação de capitais. O papel do puritanismo nesse processo foi analisado, entre outros, pelo sociólogo Max Weber, que já os desvenda no próprio título de seu livro *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*.

Com efeito, quando Deus, em cujas disposições o puritano via todos os acontecimentos da vida, aponta para um de Seus eleitos

uma oportunidade de lucro, este deve aproveitá-la em um propósito e, conseqüentemente, o cristão autêntico deve atender a esse chamado, aproveitando a oportunidade que se lhe apresenta.

Um fator fundamental que intensificou a industrialização americana é de ordem natural. Se analisarmos o mapa dos EUA, perceberemos que, além de estar próximo do oceano, o território possui grandes jazidas de carvão e minérios. Como sabemos, não pode haver desenvolvimento industrial sem haver matérias-primas, mão de obra e capitais diversos, assim como tecnologias; nesse contexto, o território norte-americano tinha todas as condições para que fosse alavancado o processo industrial.

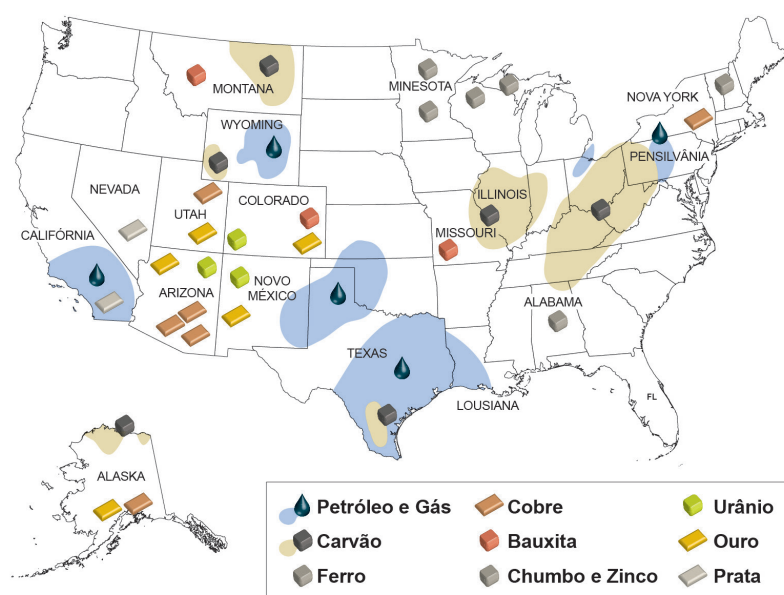


Figura 7.6: Recursos minerais disponíveis nos Estados Unidos. Podemos perceber, neste mapa, os principais recursos presentes no país. Repare que a quantidade de petróleo é uma das mais significativas. Mas, mesmo assim, o país necessita importar, devido ao seu consumo muito elevado.

Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_EAPHygJIJt4/TKKEMgOOA_I/AAAAAAAAAN0/0KpaOEYaEHc/s1600/eua_recursosminerais.GIF

Além das potencialidades já mostradas, algumas regiões nesse imenso território ajudaram, pelas suas características naturais, o processo de industrialização. A região dos Grandes Lagos, por exemplo, favoreceu, de forma muito intensa, o transporte de mercadorias, a partir de obras

de engenharia, como canais e dutos, comunicando essa região com o Oceano Atlântico (através do Rio São Lourenço). O Rio Hudson, em seu trajeto, desemboca no Oceano Atlântico, onde podemos encontrar o porto de Nova Iorque. Esse é um dos principais motivos de a cidade possuir destaque como potencialidade na economia americana.

A indústria nos EUA

A primeira região dos Estados Unidos a passar pelo processo de industrialização foi a região nordeste, onde havia grande quantidade de capitais, devido ao processo de industrialização inicial. Esta porção do território foi colônia de povoamento e, devido à sua proximidade estratégica com o Oceano Atlântico e o Canadá, o processo de industrialização nessa região foi mais intenso e dinâmico.

As grandes indústrias siderúrgicas concentraram-se no estado da Pensilvânia, devido à grande disponibilidade de carvão mineral e, por motivos estratégicos (localização), o comércio com outros países era intenso.

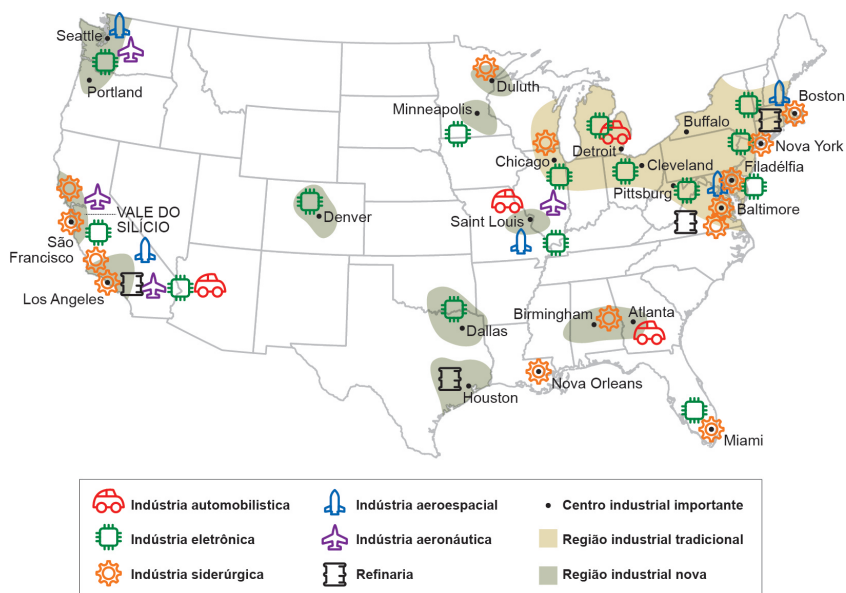


Figura 7.7: Principais regiões industriais norte americanas.

Detroit também é um polo importante a se destacar. Localiza-se na parte central e, durante muito tempo, facilitou a recepção de matérias-primas e camponeses; além disso, tinha uma posição estratégica para

enviar os produtos já acabados. As sedes de três grandes indústrias automobilísticas se encontram lá: GM, FORD e CHRYSLER (a última foi comprada pela Alemanha).

Chicago é conhecida como “a capital do Meio-Oeste”. Concentra um parque industrial bem variado, destacando-se a fabricação de material ferroviário e agropecuário.

Devido ao seu grande potencial econômico, os EUA desempenham uma grande influência sobre os órgãos financeiros e mercados internacionais, intensificando a abertura da economia de países periféricos. Mas, ao mesmo tempo, eles exercem medidas e políticas protecionistas à entrada de produtos provenientes de outros países, criando taxas alfandegárias.

Desde a Segunda Guerra Mundial, os americanos vêm se destacando como uma potência militar, investindo maciçamente na indústria bélica e em tecnologia militar. A partir desse momento, o país não parou de crescer.

Apesar da crise econômica mundial iniciada em 2008 nos EUA e que se espalhou por todo o mundo, atualmente, os EUA deram a volta por cima e o crescimento da economia norte-americana recomeçou a crescer, mostrando a força e confiabilidade de uma sociedade que tem, no controle de patentes e tecnologias, a base do comando da economia mundial ainda hoje.



Entenda a crise financeira dos Estados Unidos

Da Redação, em São Paulo

Financeiras americanas confiaram de modo excessivo em clientes que não tinham bom histórico de pagamento de dívidas nos últimos anos. Esse tipo de financiamento, de alto risco, é chamado de “subprime” (traduzido como “de segunda linha”).

Os clientes davam como garantia suas casas, mas o mercado imobiliário entrou em crise em meados do ano passado. Os preços dos imóveis caíram, reduzindo as garantias dos empréstimos.

Com medo, os bancos dificultaram novos empréstimos. Isso fez cair o número de compradores de imóveis, agravando ainda mais a crise no setor, que começou a ser observada em julho de 2007.

O problema pode afetar o nível de emprego e o consumo, causando uma recessão geral na economia dos EUA.

Bancos transformaram esses empréstimos hipotecários em papéis e venderam a outras instituições financeiras, que também acabaram sofrendo perdas.

Alguns dos maiores bancos dos Estados Unidos anunciaram prejuízos bilionários, como o Citigroup e o Merrill Lynch, que perderam quase US\$ 10 bi cada um no 4º trimestre.

Como os EUA estão entre os maiores consumidores do mercado global, todo o mundo é afetado. Países que exportam para lá, como o Brasil, podem vender menos.

As bolsas mundiais, incluindo a brasileira, sentiram o baque e tiveram perdas fortes nos três primeiros meses do ano. Na Europa e na Ásia, os índices de ações regionais tiveram o pior desempenho trimestral desde 2002.

Nos últimos meses, têm-se falado em “blindagem” da economia brasileira. O raciocínio é de que a demanda de países emergentes, principalmente a China, por matérias-primas (setor em que o Brasil é forte) e o consumo interno aquecido ajudariam a contrabalançar uma eventual redução de exportações para os EUA.

No plano financeiro, o inédito volume de reservas internacionais do Brasil, hoje próximo de US\$ 200 bilhões, ajuda os investidores a manterem a confiança na capacidade do país de honrar suas dívidas.

Os EUA conseguem ampliar a difusão de sua cultura através da mídia, da moda e dos meios de comunicação em massa, como séries, *reality shows*, seriados, músicas e da indústria cinematográfica.

Trecho retirado de: <http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/03/31/ult4294u1176.jhtm>.

De 31 de agosto de 2008

Acesso em 09.09.2016

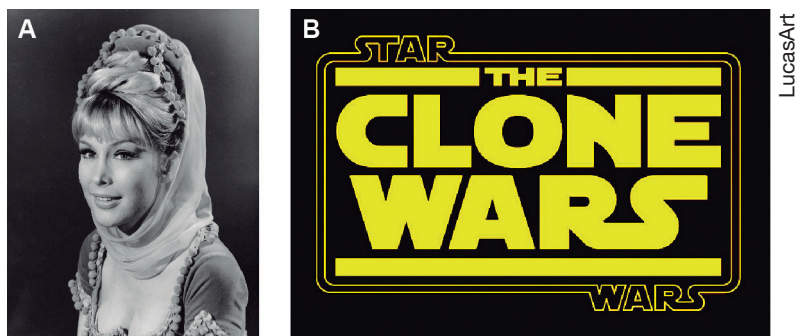


Figura 7.8: (A) “Jeannie é um Gênio”, série americana famosa durante as décadas de 60 e 70. (B) Star Wars, franquia de uma série de filmes e animações para TV.

Fontes: <https://pixabay.com/pt/barbara-edden-atriz-retro-tv-s%C3%A9rie-395849/>;
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Star_Wars_The_Clone_Wars.png.

Cerca de 90% das maiores bilheterias de todos os tempos são americanas, o que comprova que sua indústria cinematográfica é a mais rentável do mundo. Os EUA detêm um terço do mercado mundial de cinema, assim como uma boa parcela das vendas do mercado fonográfico global. O país destaca-se também na indústria do entretenimento, com inúmeros parques temáticos que arrecadam bilhões de dólares (quase quatro vezes a receita gerada pelos turistas estrangeiros no Brasil).



Cinema americano e algumas restrições

Os EUA têm em Hollywood, desde a década de 1920, o seu “cartão postal”. Segundo a MPAA (sigla em inglês para Associação de Filmes da América), em 2007, as produções norte-americanas arrecadaram cerca de 26,7 bilhões de dólares (sendo 17,1 bilhões em bilheterias fora do país).

O alcance e o sucesso comercial dessa indústria se dão de formas tão intensas que alguns países, como a França, adotaram medidas que restringem a entrada dos filmes americanos, assim protegendo as produções nacionais. Devido a esta restrição por parte do governo francês, os filmes de Hollywood ocupam apenas um terço do que está em cartaz no país.

Atividade 3

Atende ao objetivo 2

Diferencie o modelo de industrialização norte-americano do modelo latino-americano. Cite dois ramos industriais que se destacam na indústria norte-americana.

Resposta comentada

Devido ao modelo colonial nos países latino-americanos, a industrialização latino-americana se pautou na exportação de matérias-primas e, mais tardiamente, no século XX, abriu espaço para a instalação de multinacionais. O modelo de industrialização americano é bem diversificado, caracterizado por indústria de base e alimentícia, até eletrônica e cinematográfica. Os EUA se destacam por ter uma indústria diversificada e potencial. Citam-se a automobilística e a cinematográfica.

Assim sendo, desde o século XX, os países de colonização latina na América e os EUA passaram a compor uma forte relação na divisão internacional do trabalho nas atividades industriais. Enquanto os primeiros passaram a se especializar na exportação de produtos primários e a consumir produtos industriais, os EUA passaram a ser o maior consumidor de bens primários e exportador de bens industriais das Américas, compondo uma inter-relação que, para uns, mostra a dependência latino-americana e, para outros, uma complementariedade necessária. Nesse sentido, os EUA têm, não apenas na América Latina, mas também em todo o mundo, um papel fundamental no comércio mundial, pois são o maior mercado consumidor que existe (rivalizando-se com a China, atualmente) e um consumidor voraz de matérias-primas diversas, o que favorece à movimentação da roda do mercado global desde o início do século XX.

Apesar de todos os problemas atuais que esse grande país vem sofrendo desde 2008, com a crise financeira mundial, a potência EUA parece estar longe de terminar, pela força da sua sociedade e economia.

Atividade final

Atende ao objetivo 3

Cite uma influência econômica e uma influência cultural que a América Latina reflete no cenário externo

Resposta comentada

Influência econômica: A América Latina possui uma diversidade de países, dentre eles, destacam-se o México, o Brasil e a Argentina como potencialidades desta região. Esses países estabelecem comércio com a Europa e com a China, grandes mercados consumidores internacionais. A economia desses países cresce devido à grande produção de grãos e gado, além de indústrias, como a automobilística (a Argentina, por exemplo). A música e as comidas influenciam diversos outros países (o tango, o pagode e o *funk* (música), o taco (comida mexicana), e a feijoada, além das paisagens, que atraem turistas de todo o mundo.

Resumo

- Os EUA se diferenciaram dos demais países da América pelo seu tipo de colonização, pautado nas colônias de exploração e nas colônias de povoamento;
- Os EUA, após Segunda Guerra Mundial, enriqueceram o suficiente para se destacarem como potência mundial, destacando-se em diversos ramos da indústria. Dentre elas, temos a automobilística e a cinematográfica;
- A indústria americana é uma das mais diversificadas, com vários polos de produção, refletindo na economia global, a partir da influência

cultural que os Estados Unidos têm com os demais países, por meio de filmes e seriados;

- A América Latina, devido ao modelo de colonização de exploração, ainda apresenta déficits sociais graves, como a desigualdade social. Entretanto, o turismo e o setor primário se destacam como dois potenciais que geram muito lucro e atraem investimentos para os países;
- A economia norte-americana é uma das mais dinâmicas do mundo, importando bens primários e exportando tecnologias e máquinas diversas, sendo, portanto, uma das que mais movimentam a economia global.

Referências

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: a formação da nação*. São Paulo, Contexto, 2001 [Repensando a História].

PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: Atual, 2003.

WASSERMAN, Claudia (Coord) *História da América Latina: cinco séculos*. 2.ed. Porto Alegre, UFRGS, 2000.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. v.1. 2.ed. São Paulo: EDUSP; Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

HEALE, M.J. *A Revolução Norte-Americana*. São Paulo: Ática, 1991.

ROMANO, Ruggiero. *Os Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

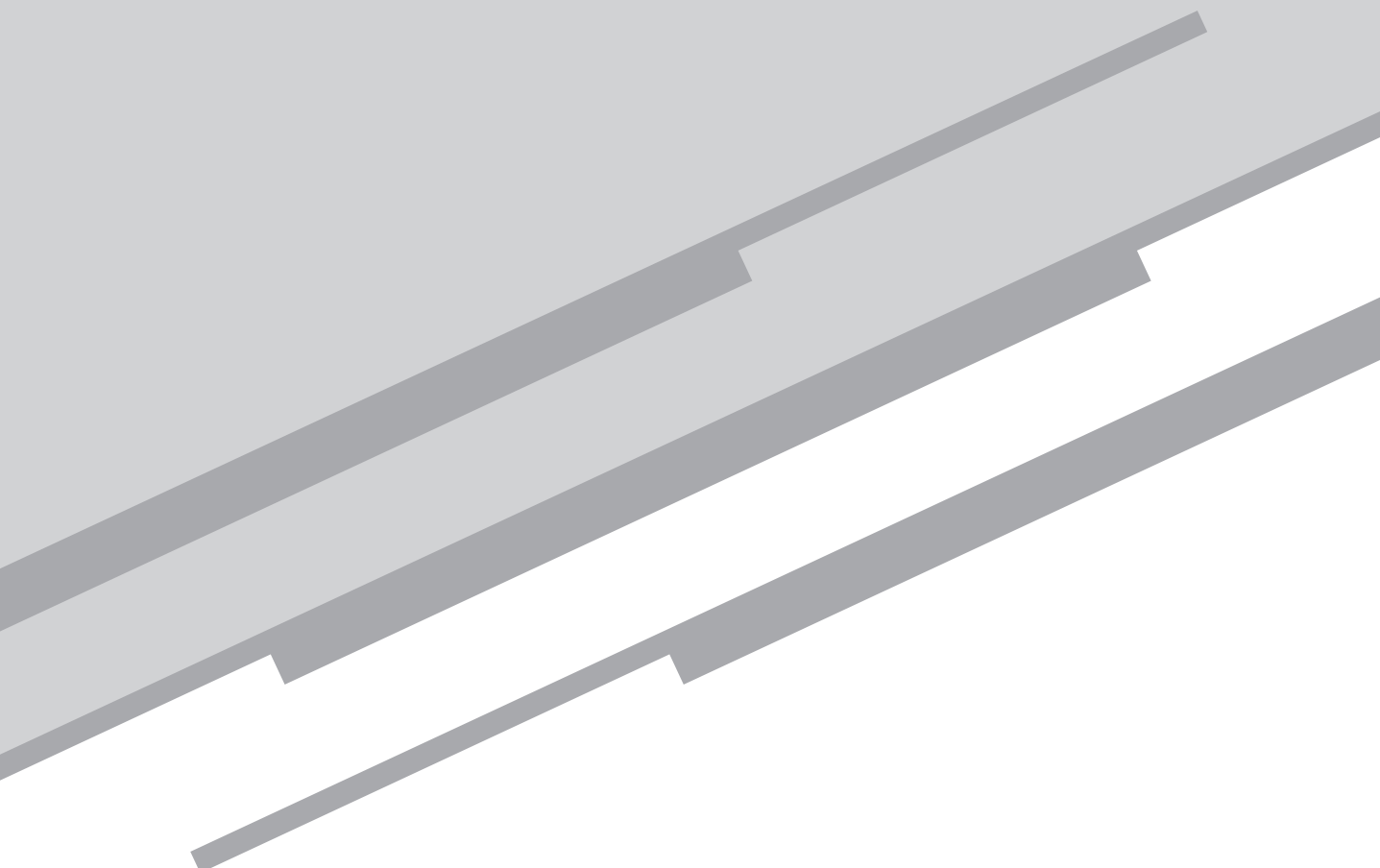
TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VAINFAS, Ronald (Org.). *América em Tempo de Conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. SP, 1989. p.116.

Aula 8

Os espaços regionais euro-africanos



Leonardo Alves Martins

Meta

Destacar os principais fatores que caracterizam a economia e a sociedade dos continentes europeu e africano – IDH, industrialização, população, economia, entre outros –, abordando o seu papel na economia global.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a diversidade que permeia o continente europeu, tanto no que diz respeito à sociedade quanto à economia;
2. perceber o atraso econômico em que o continente africano se encontra;
3. diferenciar o modelo econômico dos dois continentes (África e Europa); entendendo suas diferenças econômicas e culturais.

Introdução

Nesta aula, estudaremos dois continentes que carregam uma história e uma geografia muito rica. Esses continentes têm relações muito fortes, visto que um deles foi explorador e, o outro, explorado. Estamos aqui nos referindo à Europa e à África, respectivamente.

Iremos estudar os principais fatores econômicos e sociais que se destacam no cenário desses países. Além disso, traremos um pouco da culinária e algumas abordagens específicas, como veremos ao longo da aula.

Vamos lá?

Uma visão panorâmica do continente europeu

A Europa é um continente que se divide em 49 países e possui uma área de aproximadamente 10,6 milhões de quilômetros quadrados. O Brasil e a Europa quase atingem proporções continentais.



Figura 8.1: Mapa político da Europa.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_europa.svg

Se observarmos, a Rússia possui terras em dois continentes: Europa e Ásia. Embora apenas 25% do território russo se encontre em porções europeias, a maior parte da população se concentra, visto que a maioria dos serviços e comércio estão lá.

A Turquia e o Cazaquistão também possuem seus territórios divididos nos continentes asiático e europeu, porém possuem sua maior extensão territorial na Ásia. Segundo a classificação da ONU, a Rússia se caracteriza como país europeu, e a Turquia e o Cazaquistão como asiáticos.

O continente europeu costuma ser dividido em duas porções: ocidental e oriental. A Europa Ocidental é o berço do sistema em que vivemos (sistema capitalista) e da primeira Revolução Industrial. A Europa Oriental teve uma experiência um pouco distinta, caracterizada pelo socialismo. Essa experiência teve origem na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e, após a Segunda Guerra, se estendeu a outros países da Europa oriental. A **U.E (União Europeia)**, que teve sua implantação inicial em 1957, é outra forma de divisão regional do continente. Falaremos sobre a UE mais adiante.



UE

A União Europeia é uma parceria econômica e política com características únicas, constituída por 28 países que, em conjunto, abarcam uma grande parte do continente europeu.

A UE teve início no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de incentivar a cooperação econômica na Europa, partindo-se do pressuposto de que os países com relações comerciais se tornam economicamente dependentes, reduzindo assim os riscos de conflito.

(Fonte: http://europa.eu/about-eu/index_pt.htm)

As cidades e a população europeias

Segundo dados da ONU (de 2010), a taxa média de urbanização europeia era de aproximadamente 72,8 % (Sene e Moreira, 2013). Desde o fim do século XVIII, com o início da industrialização e a modernização da agricultura, o espaço urbano europeu passou a ganhar destaque, tendo em vista que o êxodo rural se intensificou e as indústrias passaram a ocupar espaço nas cidades, atraindo emprego.

Apesar das altas taxas de população urbana, o continente Europeu é caracterizado por uma urbanização muito heterogênea. Não há cidades muito grandes no continente, apesar de haver três megacidades: Moscou, Paris e Istambul. Entretanto, é importante destacar que a maioria das cidades globais, que são as mais interligadas no mundo, se encontra na Europa, cabendo aqui destacar as cidades de Londres e Paris.



Benh Lieu Song

Figura 8.2: A cidade de Paris à noite.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Paris_Night.jpg.

A população europeia possui um padrão de vida relativamente alto, destacando-se a Europa Ocidental. Segundo o relatório de desenvolvimento humano de 2011 (PNUD 2011), dos 47 países com IDH muito elevado, 31 são europeus, a maioria na Europa Ocidental. Os países que apresentam os IDHs mais baixos da Europa são aqueles que faziam parte do antigo bloco socialista, que passaram por profundas crises econômicas e políticas.

A questão da migração na Europa

Desde o início do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, o continente europeu foi palco de profundas emigrações que acabou contribuindo para o aumento da população americana e asiática. No pós-guerra, grande parte do território da Europa Ocidental encontrava-se

devastado e, por intermédio dos Estados Unidos, uma grande reforma econômica foi feita, garantindo a recuperação do continente. Esse posterior progresso fez com que o continente atraísse uma maciça imigração. Até o momento atual, a Europa Ocidental ainda atrai muitos imigrantes, principalmente poloneses, romenos e húngaros.

Considerando o continente europeu como um todo, a Rússia se caracteriza como o país que possui mais estrangeiros, embora grande parte tenha provindo das antigas repúblicas soviéticas. A União Soviética era um Estado com diversas etnias, composta por mais de 100 povos diferentes que conviviam nas 15 repúblicas que compunham o território. Quando o então território se repartiu em 15 países independentes, as pessoas que moravam em repúblicas distintas daquela que nasceram passaram a ser imigrantes, como podemos analisar no texto a seguir:

Tendências de migração na antiga União Soviética

Quando a União Soviética se desmembrou, em 1991, 28 milhões de pessoas tornaram-se migrantes internacionais – mesmo que não tivessem se deslocado um centímetro. Isso porque as estatísticas definem um migrante internacional como uma pessoa que vive fora do país onde nasceu. Essas pessoas haviam-se deslocado dentro dos limites da União Soviética antes de 1991 e passaram a ser classificadas como nascidas no estrangeiro. Sem que o soubessem, passaram a ser “imigrantes estatísticos”. De certa forma, essa reclassificação faz sentido. Um russo em Minsk (capital de Belarus) vivia em 1990 no país onde nascera (a URSS), mas no final de 1991 passava a ser tecnicamente considerado um estrangeiro. Isso faz parecer que ocorreu um súbito aumento nos deslocamentos internacionais, interpretação essa que, porém, é enganosa.

(Relatório de desenvolvimento humano 2009. Nova York. PNUD, Coimbra. Ed Almedina, 2009. Pg.31.)

Com a desfragmentação da URSS, grande parte da população voltou às suas devidas repúblicas, fazendo com que, desde a década de 1990, o número de estrangeiros se reduzisse bastante nos novos países. No caso da Rússia, além de muitos russos terem retornado ao país de origem, o país se tornou um polo de atração demográfico, especialmente em 2000. Entretanto, grande parte dos imigrantes que ali residem são “imigrantes estatísticos”. O país do continente que se destaca pelo maior número de imigrantes é a Alemanha.

Atividades econômicas europeias

Como podemos ver até aqui, o continente europeu é composto, em sua porção ocidental, por países desenvolvidos, tradicionalmente capitalistas e, a porção oriental, por países do antigo bloco soviético. Dos 34 países que compõem a **OCDE** (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), 24 são europeus.

Atualmente, a Europa ocidental é uma das regiões mais industrializadas do mundo. Alemanha, Reino Unido, França e Bélgica são as principais potenciais econômicas dessa porção do continente. Em quase todos os países que integram a Europa ocidental, o setor terciário é intenso e diversificado, destacando-se o turismo.



OCDE

A OCDE foi criada em 1961 e é atualmente constituída por 34 Estados-Membros, estabelecendo relações frequentes com outros setenta países – integrando-se nestes as economias emergentes e em desenvolvimento –, organizações governamentais e não governamentais, bem como a sociedade civil. A missão da OCDE é promover políticas que permitam:

- Alcançar o crescimento econômico sustentado e o emprego e melhorar a qualidade de vida nos Estados-Membros, mantendo a estabilidade financeira e assim contribuindo para o desenvolvimento da economia mundial;
- Apoiar a expansão econômica sólida nos Estados-Membros e em outros países em processo de desenvolvimento econômico;
- Contribuir para o crescimento do comércio mundial numa base multilateral e não discriminatória.

Fonte: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/58/>

A União Europeia

A União Europeia foi criada a partir do Tratado de Roma, assinado em 1957, com a denominação Comunidade Econômica Europeia (CEE). O atual nome só foi validado no início da década de 1990. Seus primeiros integrantes foram França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. O processo de aproximação e conexão de suas devidas economias iniciou-se em 1958, quando o tratado de Roma entrou em vigor. Desde então, o bloco permaneceu em expansão alcançando 27 países em 2007. Neste mesmo ano, o tratado de Lisboa outorgou mais competências ao Parlamento Europeu, o poder legislativo do bloco, o equiparando ao mesmo nível de importância da Comissão Europeia.

O Parlamento Europeu simboliza os cidadãos dos países integrantes e seus parlamentares tomam decisões que repercutem em toda U.E. A Comissão Europeia representa o interesse comum do bloco, no entanto é independente dos governos.

O texto a seguir fala um pouco sobre outra formação surgida após o fim da URSS:

O fim da URSS e a formação dos Estados Independentes

A Comunidade dos Estados Independentes (CEI) é uma organização governamental fundada no dia 8 de dezembro de 1991, composta pelas antigas repúblicas soviéticas e, de certa forma, sucessora parcial da antiga União Soviética. Inicialmente esta comunidade estava composta por três membros: Bielorrússia, Ucrânia e Rússia. Duas semanas depois de sua criação, outras oito ex-repúblicas soviéticas (Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Moldávia, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão) também foram admitidas como membros fundadores, sujeitas à aprovação dos seus respectivos parlamentos. Estônia, Lituânia e Letônia, anteriormente tinham se tornado independentes e declinaram do convite de integrar a CEI. A Geórgia rechaçou a proposta até 1993. Os membros da CEI atuam como estados independentes. À unidade central, formada de modo semelhante à Comunidade Econômica Europeia (atual União Europeia), foi conferida uma autoridade limitada, que inclui o estabelecimento de uma esfera econômica comum e a coordenação na política exterior e imigração, a proteção do meio ambiente e a luta contra os delitos. A União Soviética dissolveu-se formalmente e os estados assumiram a propriedade de suas instalações. Os líderes deixaram o controle das armas nucleares

de longo alcance sob a tutela do presidente russo Boris Yeltsin e do comandante e chefe das forças armadas da CEI, o marechal Evgeni Shaposhnikov. O presidente ucraniano, Leonid M. Kravchuk insistiu em conservar o direito de cancelar o lançamento das armas desde o território ucraniano. Os líderes das repúblicas concordaram em aceitar os acordos internacionais da União Soviética, incluindo a política de desarmamento nuclear. A Rússia ficou com uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas que tinha pertencido à União Soviética. Os EUA reconheceram a independência das repúblicas e todas elas se tornaram membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde sua fundação, a CEI tem se caracterizado pelas disputas entre os estados membros e o não cumprimento dos acordos escritos. Segundo os primeiros acordos, as repúblicas tinham o direito de possuir suas próprias forças armadas ou unidades de guarda nacional. As repúblicas adotavam o rublo russo como unidade monetária comum e concordavam em relação aos direitos humanos, na necessidade de preservar as culturas das diferentes etnias minoritárias e a cooperação e coordenação de reformas que ajudassem a estabelecer economias de livre mercado. No entanto, as diferenças étnicas e regionais contidas durante décadas pela autoridade central ressurgiram na forma de guerras civis na Geórgia, Moldávia, Tajiquistão e na região do norte do Cáucaso da Rússia e como conflito entre a Armênia e o Azerbaijão.

(Texto de autoria da professora Thaís Pacievitch, disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/comunidade-dos-estados-independentes-cei/>)

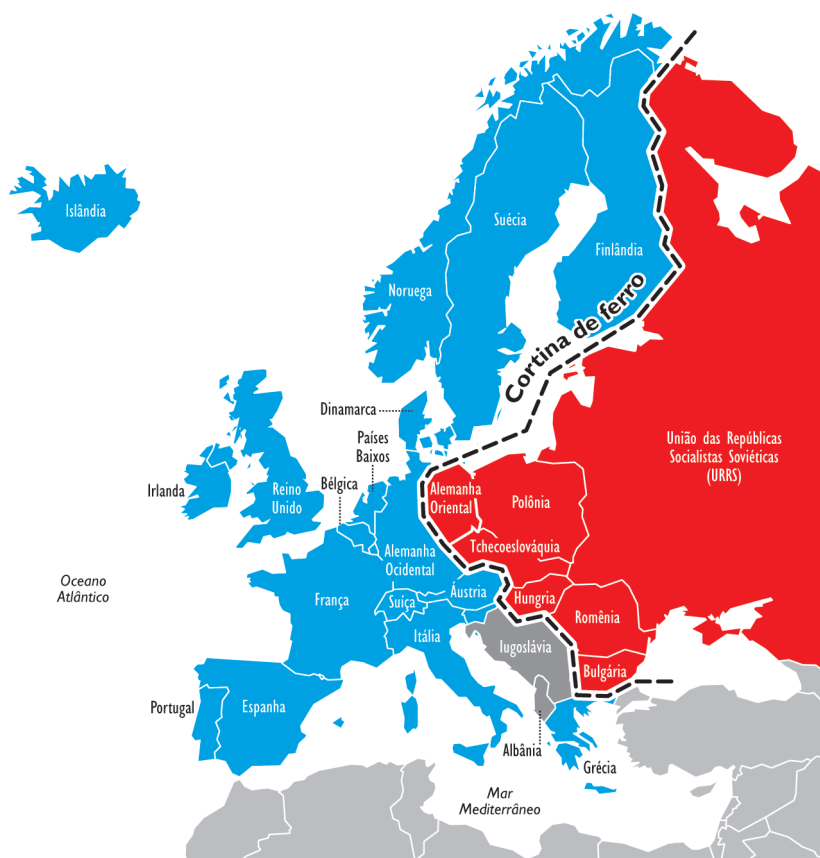


Figura 8.3: Continente europeu no período da Guerra Fria.

Produção e circulação de produtos na Europa

O parque industrial europeu (ocidental) é caracterizado por uma diversidade de produção, além de ser moderno e competitivo. Vários setores são desenvolvidos, como o siderúrgico, o automobilístico e o petroquímico, além dos setores tecnológicos (informática, telecomunicações e biotecnologia).

Grande parte das concentrações industriais se encontra no eixo que vai do Vale do Pó, na porção norte da Itália, até a Grande Londres e a porção central da Grã Bretanha, perpassando por zonas industriais em diversos países, como França, Alemanha e Espanha.

Os setores que comportam tecnologias de ponta se encontram nos tecnopolos, como os de Paris e Sophia-Antipolis, na França, além de Munique, na Alemanha.

A densa e complexa malha de transportes rodoviários, hidroviários e ferroviários dá suporte à circulação de pessoas e de mercadorias, principalmente nos países que integram a porção ocidental. Encontramos na Europa o décimo porto mais movimentado do planeta, o Porto de Roterdã. Ele se encontra na foz do Rio Reno, onde sua bacia hidrográfica engloba diversas regiões industriais de países europeus. Vale destacar que, desde o período da Revolução Industrial, foram construídos canais artificiais interligando as redes hidrográficas para expandir as exportações.



Figura 8.4: a) A região às margens do rio Reno, que atravessa a Alemanha, é uma das mais industrializadas da Europa.

Fonte: a) <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Heilbronn-kraftwerk-vom-haigern.jpg>.
b) Porto de Roterdã. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Amazonehaven.JPG>

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

A economia do continente europeu não se dá de forma igual em todos os países, principalmente na porção leste, que possui países com renda e IDH menos elevados, comparados aos da Europa ocidental (oeste). Explique o motivo dessa disparidade.

Resposta comentada

Devido ao passado marcado pela Guerra Fria e pelo socialismo, que era o sistema vigente na Europa Oriental, esta porção do continente não alcançou o desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, manteve toda sua economia ligada ao capital interno sob domínio do Estado. Quando a União Soviética não encontrava mais possibilidades de se manter como sistema, os países que a compunham tiveram que, de alguma forma, se inserir no modelo capitalista – que predominava em quase todo mundo – e, aos poucos, abrir os seus mercados e suas economias. Essa transição se deu de forma lenta. Esses países encontraram (e encontram) dificuldades de atingir uma industrialização intensa e uma economia consolidada.

O continente africano: uma abordagem inicial

A África é um continente constituído de mais de 55 países e ocupa uma área de mais de 25 milhões de quilômetros quadrados (Moreira e Sene, 2013).



Figura 8.5: Mapa político da África.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_pol%C3%ADtico_da_%C3%81frica.svg.

O continente africano costuma ser dividido em duas grandes porções: África do Norte e África Subsaariana. Esta divisão, na verdade, é um critério socioeconômico, visto que a África Subsaariana é uma porção com baixas condições de vida e altos índices de mortalidade infantil.

A paisagem africana da porção norte (ou setentrional) é tomada pela presença do deserto do Saara, onde o clima é árido. No que se refere à cultura, é marcante a presença árabe. Grande parte dos moradores dos países que se encontram na região (Egito, Líbia, Tunísia e outros) tem o Islamismo como religião e fala a língua árabe.



Figura 8.6: Mapa da África, com a região subsaariana destacada em verde.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica_subsaariana#/media/File:Sub-Saharan-Africa.png.

Há também outro tipo de divisão regional na África do Norte: a Argélia, a Tunísia e o Marrocos formam o Magreb, considerada como a parte mais ocidental do mundo árabe, delimitada pela presença da Cadeia do Atlas. Essa cordilheira impede a penetração das massas de ar provenientes do oceano, concentrando a umidade na porção costeira.

A porção sul do deserto do Saara possui uma paisagem mais homogênea, tendo em vista que grande parte dela é marcada por savanas e desertos, como o Calaari.

Em termos de cultura, grande parte da população é de cor negra, devido à pouca concentração de colonização branca na região.

Em relação à culinária:

A culinária da África do Sul é bastante variada. Deriva...

- Dos costumes dos Khoisan, Xhosa, Sotho e outros povos locais;
- Dos costumes estrangeiros introduzidos durante a época colonial, pelos afrikaners e britânicos, assim como por seus escravos e serventes, incluindo as influências da culinária malaia dos povos provenientes da Indonésia.

Uma das tradições culinárias da África do Sul é a reunião social chamada braai, um churrasco geralmente com vários tipos de carnes e enchidos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_da_%C3%81frica_do_Sul



Kwang Cho

Figura 8.7: Culinária africana.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:CuisineSouthAfrica.jpg>.

A sociedade e os conflitos armados na África

Em 2010, segundo relatório da ONU, a África possuía pouco mais de 1 bilhão de pessoas, com uma densidade demográfica de 34hab./Km². Entretanto, essa população está concentrada na porção costeira do Golfo de Guiné. Nessa região, encontra-se o país mais populoso do continente, a Nigéria. Há uma concentração de pessoas muito grande na região do Nilo também, fundamentalmente no Cairo, e na África do Sul, em Johannesburgo.

Grande parte dos países do continente africano é predominantemente rural. O que se considera mais urbanizado, com a maior taxa de industrialização, é a África do Sul. Outros países, como Argélia e Líbia, são grandes produtores de petróleo. São pouquíssimos os países que têm mais da metade de sua população vivendo no espaço urbano.

O continente africano possui os piores índices de desenvolvimento do mundo. Segundo o PNUD (2011, pg133-136) dos 46 países com baixo IDH no mundo, 36 estão na África, todos na Região Subsaariana.

Além dos baixos indicadores sociais em grande parte do continente e da ausência de infraestrutura e da mão de obra pouco qualificada, a população é assolada por diversas doenças, como a malária, a tuberculose e a AIDS.

Que relações podemos estabelecer entre conflitos e pobreza?

Os conflitos bélicos são destacados como um problema muito grave na África. Eles influenciam de maneira muito radical na expectativa de vida da população e no aumento de crianças sem família. Esses conflitos entre estados vizinhos ou guerras civis também contribuem para a proliferação da pobreza, além de afastar investidores estrangeiros e não estimular a economia do continente.



Figura 8.8: As guerras civis e suas consequências para a população. (a) Rebeldes Líbios. (b) Crianças tendo aula em uma escola danificada pela guerra civil, em Kuito, Angola.

Fontes: a) http://commons.wikimedia.org/wiki/File:NTC_fighters_claim_Bani_Walid.jpg; b) http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_em_Angola#/media/File:Kuito_class.jpg.



Mapa de conflitos

Indicamos um mapa que mostra as relações que podemos estabelecer entre fronteiras, violência, movimentos civis e outras implicações na disputa étnica e territorial na África.

Acesse: <https://washingtoncandido.wordpress.com/2011/02/15/africa-um-conjunto-de-estados-e-de-nacoes/>

A maioria dos problemas da África tem sua raiz no processo colonizador e no imperialismo. No período da expansão colonialista, os colonizadores europeus utilizaram mão de obra escrava africana, durante séculos, para explorar territórios americanos. Os escravos eram tidos como mercadorias e eram vendidos e comprados por colonizadores que tinham terras e dinheiro para ter posse. A escravização detonou as relações sociais e a economia do continente, deixando grandes impactos nos dias atuais.



Figura 8.9: Transporte de escravos africanos.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:AfricanSlavesTransport.jpg>.

Após séculos, no período do expansionismo imperialista, o continente foi dividido de outra forma: pelas potências europeias que detinham o

avanço industrial na época. Elas queriam garantir a matéria-prima, que se fazia de extrema importância para a industrialização. Porém, esses países europeus industrializados, em nenhum momento, contribuíram para o desenvolvimento dos países que outrora exploraram.

Após esse período, ocorreram inúmeras lutas de independência contra os colonizadores, fundamentalmente no pós-guerra. Grande parte dos países que compõem o continente alcançou a independência, porém, até hoje, não conquistaram um desenvolvimento tecnológico, infraestrutura urbana e, muito menos, condições básicas de saúde e saneamento. Grande parte deles ainda é exportadora de matérias-primas, fornecendo não só para os países centrais, mas também para o Brasil, Índia e China.

Além disso, mesmo com a conquista da independência, os novos estados africanos, em sua grande parte, permaneceram com os limites que já estavam delimitados no século XIX pelos europeus, que não levou em conta as divisões étnicas locais. Como consequência, muitas civilizações passaram a viver dentro de um mesmo território, dando origem a muitos conflitos bélicos.

África do Sul: a maior economia do continente africano

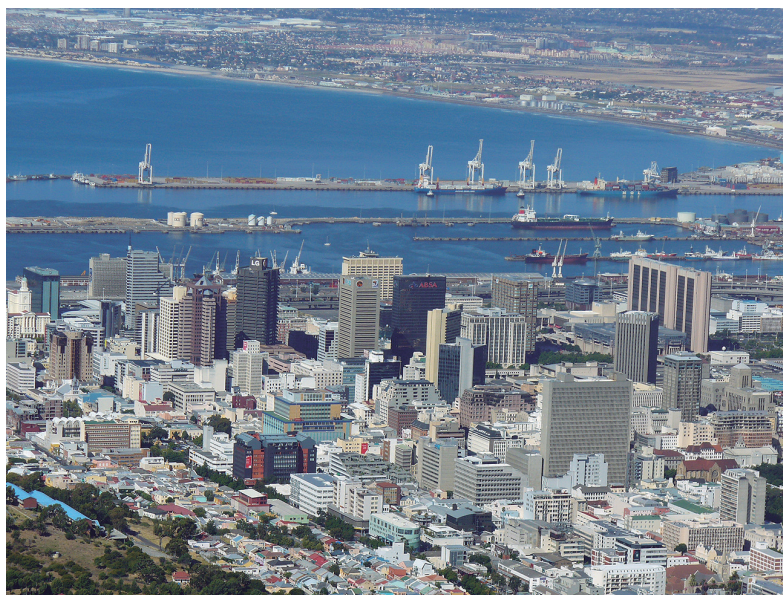


Figura 8.10: Cidade do Cabo, uma das capitais da África do Sul.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Central_Cape_Town.jpg.

A África do Sul é o país que possui a maior industrialização e reservas de minérios do continente. É um dos maiores exportadores de minérios do mundo (na forma bruta, matéria-prima). Aproximadamente 29% de sua exportação é pautada em minérios dos mais diversos tipos. No país, também se encontram indústrias siderúrgicas e metalúrgicas que fornecem matéria para outras indústrias, como a automobilística e a de bens duráveis.

Comparada aos demais países do continente, a África do Sul se destaca no setor industrial; portanto, isso acaba contribuindo para que sua economia seja mais forte, correspondendo a mais de 25% do PIB do continente (Sene e Moreira, 2013).

Dentre os fatores que influenciaram a decolagem de sua economia, a predominância da elite branca ligada ao Reino Unido acabou por favorecer investimentos e entrada de capital norte-americano no território. Atrelado a isso, o governo sul-africano optou por investir em infraestrutura e indústrias de base.

Quem investe na África?

Pensando no continente como um todo, a África não está integrada ao processo de globalização. Isso acaba por dificultar a solução dos principais problemas que atingem o continente, em termos sociais e econômicos. Por exemplo, apesar do atual crescimento que se nota em alguns países da África, o fluxo de capitais e informação, emprego e tecnologia continuam muito abaixo do considerável, comparando com os demais países do globo.

Além do fluxo de investimentos e capitais ser reduzido, ele se mantém concentrado em pouquíssimos países (o caso que se destaca é a África do Sul). Tendo em vista um passado colonial marcado por escravidão e massacres, o continente africano teve parte do seu território (re)demarcado por potências europeias, fazendo com que o território se tornasse alvo de mais disputas e conflitos. Porém, recentemente, têm crescido bastante os investimentos de países emergentes em alguns países da África. Um dos exemplos de investidores é a China. Os chineses têm-se apresentado como interessados em suas matérias-primas para abastecer seu mercado, além de sua utilidade como fonte de energia para suas indústrias e seu crescimento econômico.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

O continente africano se encontra em situação de emergência. Instituições como a ONU, por exemplo, além de organizações não governamentais chamam atenção para a situação da fome, que é um dos problemas mais fortes e altamente discutíveis na pauta de alguns países, como a Etiópia e o Zimbábue. Cite um motivo pelo qual a África se encontra nesse patamar de pobreza e cite um país que possui uma economia diferenciada das demais, caracterizada por uma industrialização, mesmo que tardia.

Resposta comentada

Motivo: Colonização: a investida europeia no continente, a escravidão e o imperialismo.

Um país industrializado: África do Sul

Conclusão

Na presente aula, enriquecemos um pouco mais o nosso estudo sobre região. Destacamos aqui alguns pontos nodais para que possamos fixar um dos pontos mais importantes do nosso estudo. São eles:

- A diferença econômica e política da Europa Ocidental e Oriental e seus diferentes modelos de industrialização;
- A exportação e os polos de desenvolvimento europeus;
- As desigualdades no continente africano (a fome, a miséria, a proliferação de doenças e a mortalidade infantil);
- A diferença entre os dois continentes, no que diz respeito aos aspectos sociais, políticos e econômicos.

Atividade final

Atende ao objetivo 3

Diferencie o modelo econômico europeu do africano, citando 3 (três) exemplos.

Resposta comentada

Modelo europeu:

1. Parque industrial baseado na tecnologia e em tecnopolos
2. Rede de transportes bem articulada
3. Taxas elevadas de exportação, além do PIB e o IDH serem elevados em grande parte do continente

Modelo africano:

1. PIB e IDH muito baixos
2. Industrialização baseada em setores como metalurgia e base
3. Fome e miséria acentuadas

Resumo

Na presente aula, podemos entender e analisar os seguintes aspectos:

- A diferença que existe entre os dois continentes estudados – África e Europa – a partir de sua economia, população, industrialização, colonização e desenvolvimento.
- A importância da urbanização no continente europeu para que a industrialização ocorresse e, conseqüentemente, para o surgimento de grandes cidades.

- A desigualdade intensa em que a África está mergulhada. A industrialização precária e os conflitos étnicos e civis que ocorrem em grande parte do território.
- O modelo de desenvolvimento da África do Sul, que se diferencia por uma industrialização tardia, porém se destaca como o país mais forte do continente africano.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos o continente asiático e a Oceania. Veremos como o continente se distribui desigualmente no que se refere à população, etnia, cultura e economia. Veremos um país que chama muita atenção no cenário mundial, a China, além do Japão e dos Tigres Asiáticos.

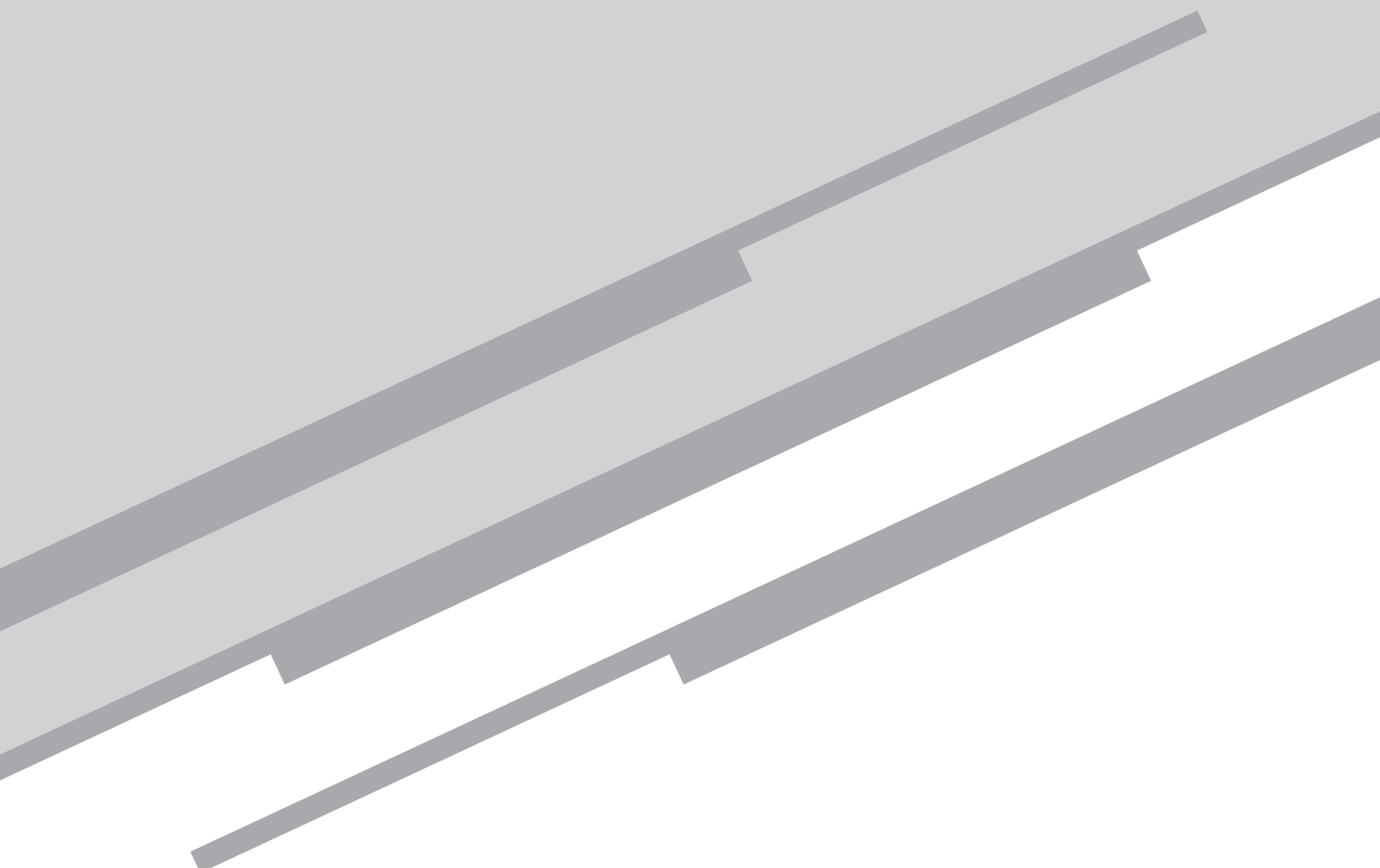
Referências

MOREIRA, E; SENE, J. Carlos. *Geografia. Projeto velear*. Ed Scipione, 2013.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. SP, Paz e Terra, 2003.

Aula 9

Os espaços regionais da Ásia e da Oceania



*Augusto César Pinheiro da Silva
Leonardo Alves Martins*

Metas

Apresentar a abordagem regional da Ásia e da Oceania, apontando seus principais índices econômicos e sociais. Analisar o crescimento e desenvolvimento de ambos os continentes.

Objetivo

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. contextualizar a dinâmica do continente asiático no panorama global;
2. apresentar o crescimento da China comparado ao de outras economias;
3. apresentar as principais características da Oceania.

O continente asiático

Uma breve introdução

Dos seis continentes do nosso planeta, a Ásia é o mais extenso deles. Neste continente, podemos identificar seis regiões com características geomorfológicas, culturais e sociais diferentes:

- **Leste da Ásia:** Região com abundância de clima e relevos diversificados (cadeias de montanhas, planícies, planaltos, clima tropical, equatorial, árido), além de formações vegetais diversas (desde desertos a florestas). Nessa porção, encontramos o país mais populoso do mundo: a China.
- **Ásia Oriental:** Nessa porção, a cultura árabe é mais concentrada, com a influência da língua árabe e da religião islâmica. Além disso, essa região tem sua economia baseada na exportação do petróleo. Mesmo fazendo parte da região, Turquia, Israel e Irã possuem diferenças dos demais países. Israel não faz parte do islamismo, pois sua religião é o judaísmo e o idioma falado nesta região é o hebraico. A Turquia e o Irã fazem parte do mundo islâmico, porém, possuem idiomas próprios: o turco e o persa.
- **Ásia Central:** Essa porção é constituída por países que faziam parte da antiga União Soviética.
- **Sibéria:** Essa porção envolve o território asiático da Rússia. O clima da região é polar, sobretudo no extremo norte. Sua economia é baseada no extrativismo.
- **Sul da Ásia:** Encontramos nessa região o segundo país mais populoso do mundo: a Índia. A maioria da população desse país segue a religião hindu. Há outro país que também possui uma população relativamente numerosa, o Paquistão. Nessa região, predominam os muçulmanos. Cabe destacar que ambos os países foram colônias inglesas e, desde que se tornaram independentes, intensificaram os conflitos. O principal ponto de conflito entre os dois países é a região da Caxemira.



O que é Caxemira?

“Caxemira é uma região que abrange parte do território da Índia e do Paquistão. Na parte indiana, nos estados de Jammu e Caxemira, onde predominam os muçulmanos, há um movimento separatista que pretende anexá-la ao Paquistão, onde os muçulmanos são maioria. Na independência política ocorrida em 1947, a separação da antiga colônia britânica em dois países – Índia e Paquistão – deu-se por causa das diferenças religiosas.”

Texto retirado do Livro: Geografia. SENE, E; MOREIRA, J.C. Projeto Velar.

- **Sudeste da Ásia:** Nessa região, encontramos países que, nas décadas de 1980 e 1990, passaram por um processo intenso de industrialização e urbanização. Esses países abriram suas economias e seus mercados e formam os chamados Tigres Asiáticos. São eles: Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan, Malásia e Indonésia.



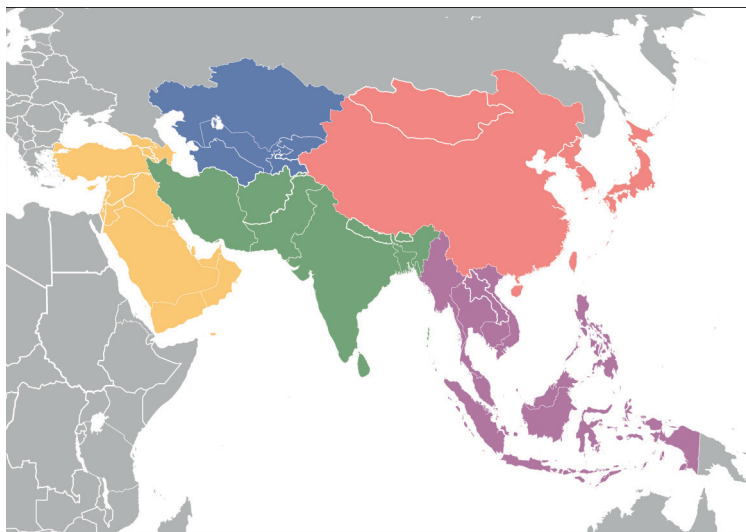
Figura 9.1: Continente asiático.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Asia-pt.svg>.



Outras divisões

Existem outros critérios de divisão do território asiático, como a divisão estabelecida pela ONU, a seguir:



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81sia#/media/File:United_Nations_geoscheme_\(Asia\).svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81sia#/media/File:United_Nations_geoscheme_(Asia).svg)

Os indicadores de desenvolvimento humano

Segundo a ONU, em 2010, a população asiática já passava de 4,2 bilhões de pessoas. Os maiores adensamentos humanos - na China e na Índia - se dão, sobretudo, em vales de rios, como o Ganges e o Brama-putra (ambos na Índia) e no Yan-tsé e no Huang-ho (na China). Neste continente, o IDH é muito diferenciado entre os países. Dentre os países com o IDH mais elevado, destacamos o Japão. Além dele, há, também, outros países com uma qualidade de vida boa, como a Coreia do Sul, Singapura e Israel. Há países com baixas taxas de qualidade de vida e infraestrutura, dentre eles, Afeganistão e Bangladesh.

Tabela 9.1: Ásia – Indicadores Sociais

	IDH (2011)	Expectativa de vida –anos (2011)	PIB per capita – dólares (2009)
Japão	0,901	83,4	39864
Coreia do Sul	0,897	80,6	17225
China	0,687	73,5	3769
Filipinas	0,644	68,7	1747
Índia	0,547	65,4	1075
Nepal	0,458	68,8	436
Timor-Leste	0,495	62,5	593
Iraque	0,573	69	830

Fonte: Pnud, Relatório do Desenvolvimento Humano 2011.

A economia do continente asiático

No quesito econômico, a Ásia também é bem heterogênea. Além de abrigar a segunda e a terceira maior potência do mundo, também abriga países subdesenvolvidos (como os já citados, além do Camboja).

No continente asiático, encontramos economias muito prósperas e muito dinâmicas. O Japão, desde a Segunda Guerra Mundial, foi a economia que mais cresceu, fundamentalmente até os anos de 1990. Desde então, desacelerou seu crescimento e reduziu sua dinâmica industrial, apresentando taxas de crescimento econômico muito baixas.

China

A China é uma potência que vem crescendo em ritmo acelerado desde 1980, com a abertura de mercado e com a transição política (saída de Mao-Tsé-Tung e entrada de Deng-Xiao-Ping).



Mao-Tsé-Tung

Liderou a Revolução Chinesa e instalou o comunismo na China. Na foto, aparece proclamando a fundação da República Popular da China, em 1 de outubro de 1949, em Pequim. Morreu em 1976, sendo considerado responsável por muitas mortes daqueles que foram contra seu regime ditatorial.



Figura 9.2: Mao-Tsé-Tung.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:China,_Mao_\(2\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:China,_Mao_(2).jpg).

A China se transformou em uma grande potência a partir do momento em que Deng-Xiao-Ping toma posse do governo chinês e toma medidas importantes para a abertura do mercado e para o início de uma revolução. O modelo vigente na China no período da antiga União Soviética, caracterizado por um regime centralizado, coletivizava as terras e as plantações, fazendo com que a maior parte da produção se voltasse ao estado. Esse modelo se aproximava com os moldes de produção soviética; porém, na China, denominado comunas populares. Nesse período, o estado também controlava as fábricas e os recursos, fazendo com que a economia se tornasse cada vez mais centralizada.

A partir de 1978, sob o mandato de Deng-Xiao-Ping, deu-se um pontapé inicial no processo de reformas políticas e econômicas, no que se referia à cidade e ao campo. Aos poucos, o Estado foi aceitando as iniciativas privadas e, com o tempo, passou a aceitar o estímulo à abertura de mercado a empresas multinacionais. Desde então, a China passou a crescer de uma forma intensa, a uma média anual de aproximadamente 10%.



Deng-Xiao-Ping



Figura 9.4

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Deng_Xiaoping.jpg.

Fez parte do governo de Mao-Tsé-Tung e do partido comunista; no entanto, devido a críticas ao partido, sofreu represálias e chegou a ser preso. Com a morte de Mao, volta a liderar o partido, mas estabelece maior abertura econômica e inicia o crescimento do país. O seu governo também foi marcado pela continuidade da imposição de um partido único, massacrando movimentos democráticos.

Moderna e industrializada, a China recebe praticamente todos os investimentos financeiros estrangeiros, cabendo destacar que a grande concentração de suas empresas e a densa malha urbana se concentra na região que abarca o litoral sudeste do país. Nesta região, encontram-se as Zonas Econômicas Especiais (ZEE's), regiões de alto dinamismo, destacando a indústria tecnológica.



Concentrações industriais da China

Para visualizar a distribuição e os tipos de indústrias na China, acesse: http://www.geografiaparatodos.com.br/img/infograficos/china_conc_industriais.jpg

Muitas empresas na China ainda são estatais; entretanto, com todo o percurso que estamos estudando e com toda a reforma política e econômica que o país alcançou, o número de empresas privadas no país tem crescido bastante.

Cabe destacarmos aqui que a China também possui uma realidade desigual em seu território. Grande parte das aldeias que se localizam no interior do país e na porção oeste ainda vive uma situação de pobreza intensa, além de condições precárias de vida. Essa porção da população não se beneficiou da industrialização. Na verdade, a mesma não chegou a essas regiões.

Em 2010, 47% da população chinesa habitava as cidades. Esse percentual equivale a 630 milhões de pessoas. Agora, pensemos juntos: imagine se a taxa de urbanização da China se equiparasse à dos países desenvolvidos e altamente industrializados, como os EUA! Os problemas enfrentados seriam infinitamente maiores, principalmente quando tratamos das questões ambientais e dos problemas sociais.

O país vem, já há algum tempo, deparando-se com esses problemas, que são fruto de seu crescimento desordenado e de seu modelo de desenvolvimento pautado na industrialização e urbanização sem pensar nos impactos ambientais e nos ecossistemas.



Figura 9.5: O outro lado da industrialização chinesa: a poluição gerada afeta o mundo inteiro.

Fonte: <http://pixabay.com/pt/montanha-cidade-china-polui%C3%A7%C3%A3o-301554/>

Leitura Complementar

“Os enormes desafios ambientais da China são importantes para todos nós. As escolhas do Partido Comunista, do governo e do povo chinês influenciam não somente a saúde e o bem-estar do país mas o futuro do planeta. A China afeta em escala global a mudança climática, a destruição da camada de ozônio, a perda de biodiversidade, a desertificação, a chuva ácida, os preços das commodities, a atividade de pesca, as migrações da vida selvagem e uma série de outros desafios internacionais. A expansão econômica, o consumo de energia e a escassez de terras aráveis chinesas acarretam problemas ambientais em outros países - do Canadá, onde as areias betuminosas em Alberta estão sendo exploradas com o mercado chinês em mente, passando pelo Quênia, onde vastas áreas de terras agrícolas pertencem hoje a chineses, ao Sudeste Asiático, cujas atividades estão sendo afetadas pela construção de barragens nos rios Salween e Mekong, na China.”

“... A poluição de material particulado no ar (poeira) na China é regularmente medida nos estados americanos da Califórnia, do Oregon e de Washington e no oeste do Canadá. A China é a principal fonte de deposição de mercúrio no Oeste americano, um lembrete marcante de que os problemas ambientais não respeitam fronteiras políticas.

As barragens que a China está construindo nos rios Mekong e Salween afetam o abastecimento de água de países como Laos,

Camboja, Tailândia, Vietnã e Mianmar. Os cambojanos temem que os lagos sequem e prejudiquem a pesca, sua principal fonte de proteína, enquanto os vietnamitas acham que não terão água suficiente para sustentar a produção agrícola e outras atividades básicas. A construção de inúmeras represas na China pode colocar em risco o abastecimento de água para a população da Índia, Nepal, Paquistão, Bangladesh e Cazaquistão”.

Fonte: O desastre ecológico da China. Judith Shapiro. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/livro-judith-shapiro-desastre-ecologico-crescimento-china-684853.shtml>

Atividade 1

Atende ao objetivo 2

Apresente dois fatores que auxiliaram o crescimento da China e consolidaram seu desenvolvimento econômico.

Resposta comentada

- Abertura dos mercados e ingresso no sistema capitalista.
- Investimento em multinacionais e empresas pautadas em tecnologia de ponta.

Japão

Este país foi, durante um longo período, a maior economia asiática e a segunda maior do mundo. Mas, como podemos ver nesta aula, o Japão perdeu posto de maior economia do continente para a China, que vem crescendo em passos gigantescos. Em meados dos anos de 1990, o PIB do Japão chegou a alcançar um patamar muito próximo do dos EUA; desse período em diante, seu ritmo desacelerou e sua economia não pode mais ser equiparada à economia norte-americana.

Entretanto, mesmo com o baixo crescimento econômico, o país se estrutura como uma economia forte. Sua base industrial é bem heterogênea, tendo diversos polos de produção. Dentre elas, podemos destacar: automobilística e tecnológica. Devido à mão de obra ser extremamente qualificada, o custo dos produtos é mais alto.

Na capital do Japão (Tóquio) está localizada grande parte das empresas nacionais. Segundo pesquisas da revista Fortune, 70% das empresas estão sediadas em Tóquio e 15% na região metropolitana de Osaka-Kobe. Cabe destacar que é na região metropolitana e na megalópole (formada por duas regiões metropolitanas) que se concentram os grandes centros econômicos e financeiros do país, além da bolsa de valores.



Figura 9.6: Bolsa de Valores de Tóquio.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tokyo_Stock_Exchange_1146.jpg.

Devido à sua estrutura geológica, o Japão é preenchido por um solo muito pobre em matérias-primas e recursos minerais. Por esse motivo, o país se torna um grande importador de matéria-prima, principalmente combustível fóssil.



Distribuição industrial no Japão

Para visualizar a distribuição e os tipos de indústrias no Japão, acesse:
<http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2011/10/distribuicao-das-industrias.html>



Figura 9.7: Centro de Tóquio.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Skyscrapers_of_Shinjuku_2009_January.jpg.

Oriente Médio

Nessa porção do continente asiático, encontramos os países que têm grande parte do seu PIB e de sua economia baseada na exportação de petróleo. Nessa região, encontramos reservas de petróleo muito extensas (mais de 50% das reservas mundiais). Além disso, encontramos grande parte dos países que integram a OPEP.



A OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

É um cartel que tem como objetivo coordenar e unificar a política petrolífera nos países membros, controlando a produção e o preço desse combustível fóssil. Um cartel é um grupo de países (nesse caso) ou de empresas (o que é mais comum) que firmam acordos para atuação coordenada em um determinado setor da economia, visando a satisfazer seus interesses comuns. Esse cartel já foi criado em 1960 por cinco países: Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela – e hoje conta com mais sete membros, totalizando doze. Os membros da OPEP detêm 81% das reservas de petróleo existentes no planeta, 42% da produção mundial e 61% das exportações. A sede da organização fica em Viena, na Áustria.

Fonte: SENE e MOREIRA. Geografia, 9º ano. Ed. Scipione, 2013. Pg 229.

A extração do petróleo é bem concentrada no entorno do Golfo Pérsico, onde encontramos os países com maiores produções da matéria-prima. Podemos destacar dois países que possuem uma dinâmica econômica diferente nessa porção do continente: Israel e Turquia. O primeiro é considerado um país desenvolvido, com um parque industrial bem modernizado, fundamentalmente no que diz respeito à indústria eletrônica e tecnológica, além da armamentista. A Turquia é considerada um país emergente (em desenvolvimento). Possui, também, um parque industrial diversificado e uma agricultura mecanizada. O país é um dos maiores produtores de trigo e algodão. Além disso, outra atividade importante é o turismo. Segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), em 2010, o país recebeu mais de 20 milhões de estrangeiros. Isso nos prova como o turismo tem papel fundamental na economia.



Figura 9.8: Golfo Pérsico: a região que concentra grande parte da produção de petróleo mundial.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Persian_Gulf_ES.PNG.

Cabe destacarmos que a indústria de construção civil, além do turismo e do petróleo, também tem-se expandido muito nesses países. Projetos de infraestrutura de grande porte estão situados nesses países. Um exemplo nítido é Dubai, nos Emirados Árabes.



Figura 9.9: Imagem de Dubai, com o luxuoso hotel Burj Al Arab ao fundo.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Burj_Al_Arab_Dubai.jpg.

Atividade 2

Atende ao objetivo 1

Cite dois países do continente asiático (um desenvolvido e outro em desenvolvimento ou subdesenvolvido) e resalte a importância de cada um deles para o comércio internacional.

Resposta comentada

Japão (desenvolvido);

Turquia (em desenvolvimento).

- O Japão é uma grande potência econômica caracterizada por um parque industrial bem diversificado. Suas exportações são pautadas em tecnologia de ponta, robótica e eletrônica. Países em desenvolvimento, como Brasil, África do Sul e Índia são grandes credores de seus produtos.
- A Turquia possui uma infraestrutura turística muito forte. Seu território possui belezas e patrimônios que atraem diversos tipos de pessoas de toda parte do mundo. Sua agricultura também é importante para manter a sua balança comercial, exportando para todos os continentes.

Oceania



Figura 9.10: A Oceania: pouco povoado e pouco populoso.

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oceania,_broad_\(orthographic_projection\).svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oceania,_broad_(orthographic_projection).svg).

Desconsiderando a Antártida, a Oceania é o continente menos populoso do globo. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (2010), abrigava somente 36,6 milhões de habitantes. Se fizermos uma breve comparação, percebemos que equivale, aproximadamente, à população de São Paulo. Desse índice demográfico, aproximadamente 61% se localiza na Austrália, que tem 22,3 milhões de habitantes. Devido a enormes áreas desabitadas no interior de seu território, devido à presença de desertos, caracterizamos o continente como pouco povoado e pouco populoso.

A maior parte da população se encontra na região litorânea, onde o clima é temperado, tropical e subtropical (leste-sudeste). Destacamos que mais de 80% da população é urbana.

A Oceania não tem nenhuma megacidade, devido ao índice demográfico. Em contrapartida, possui seis cidades globais: Sidney, Melbourne, Brisbane, Perth, Adelaide e Auckland (Nova Zelândia).

Grande parte dos habitantes do continente é de origem europeia, devido ao processo civilizatório. Nos dias de hoje, ainda é considerado como um território de imigrantes, pois 23% da sua população nasceu em outros países. Apenas dois países do continente (Austrália e Nova Zelândia) são considerados desenvolvidos. Os demais são considerados países em desenvolvimento, sendo alguns mais pobres, como a Nova Guiné.

Atividades Econômicas

A Austrália é considerada a maior economia da Oceania. Suas atividades econômicas têm muita força, sendo responsável por 85% do PIB do continente. Austrália e Nova Zelândia possuem um parque industrial diversificado, caracterizados como os únicos países industrializados do continente. Os outros países sobrevivem praticamente da agricultura de subsistência e da indústria extrativa mineral, como é o caso da Nova Guiné, Polinésia e Melanésia.

A Austrália também é um país exportador de matérias-primas, especialmente para a China e para o Japão (são considerados os maiores mercados de parceria comercial).

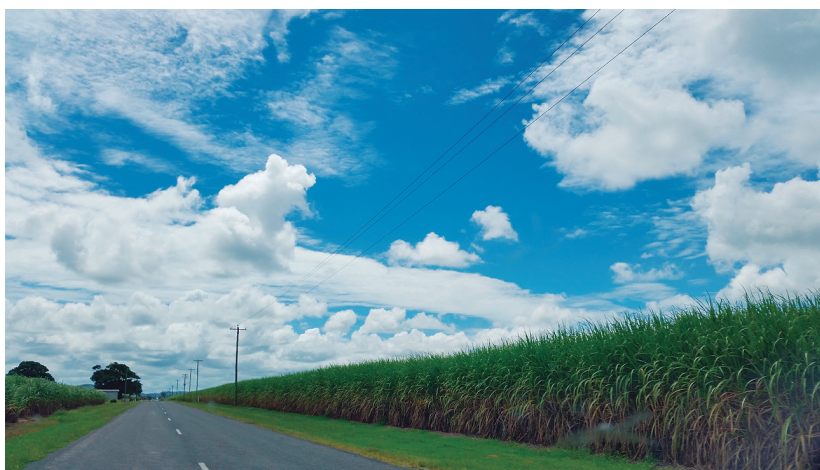


Figura 9.11: Plantação de cana-de-açúcar, na Austrália.

Fonte: <https://pixabay.com/pt/estrada-pa%C3%ADs-austr%C3%A1lia-rurais-707818/>.

Atividade final

Atende ao objetivo 3

Explique o motivo de a Oceania possuir uma baixa densidade demográfica.

Resposta comentada

Seu território possui intempéries climáticas que impossibilitam a sua ocupação, como desertos. Além disso, o continente é relativamente “novo”, por ser um dos últimos a serem colonizados.

Resumo

Vimos, na aula de hoje, a importância de alguns países que compõem o continente asiático para a economia global. Analisamos o crescimento da China e do Japão, que tiveram modelos de desenvolvimento econômico distintos, mas que alcançaram uma taxa de exportação muito elevada, além de um parque industrial bem diversificado. Além disso, conhecemos um pouco do Oriente Médio e seu principal recurso, o petróleo. Por fim, tivemos contato com a Oceania, um continente relativamente novo, que é composto por uma economia que se destaca: a Austrália.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, teremos contato com um objeto de estudo que é bem próximo de nós: O Rio de Janeiro. Veremos a regionalização do nosso estado, suas perspectivas econômicas e sociais e, além disso, veremos um pouco da história do nosso Estado e da nossa cidade.

Não perca!

Referências

SENE, E.; MOREIRA, J. C. *Geografia*, 9º ano.

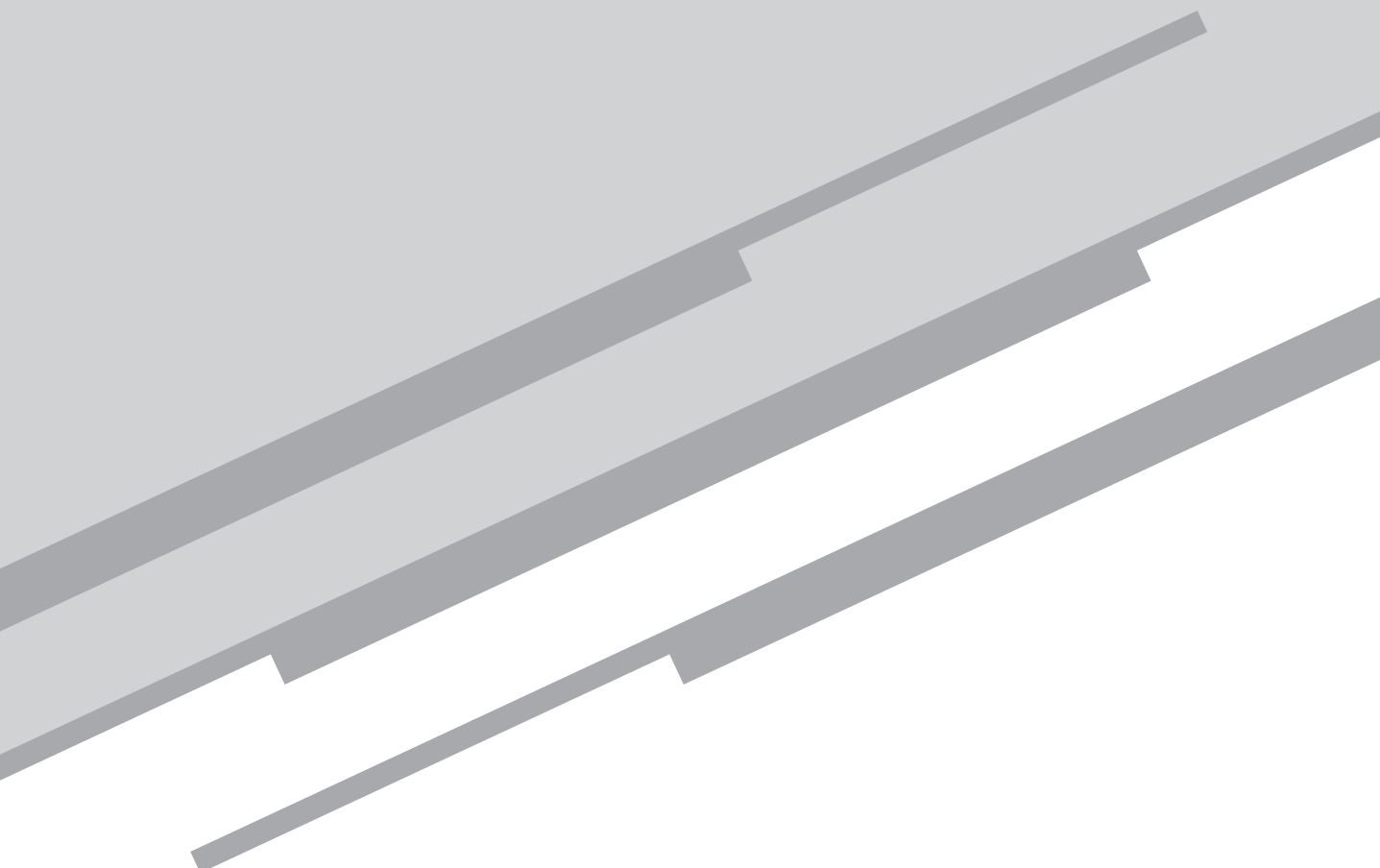
GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. ED LPM. 2008.

MARQUES, E. *O milagre econômico da China*.

Sítio visitado: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>

Aula 10

Formação regional do estado
do Rio de Janeiro



Leonardo Alves Martins

Metas

Apresentar a evolução histórica do estado do Rio de Janeiro a partir de suas características centrais. Destacar os diferentes atores e cenários que envolvem a paisagem e o espaço do estado e suas principais potencialidades.

Objetivos

1. explicar as linhas gerais da organização política do estado do Rio de Janeiro;
2. identificar as dinâmicas envolvidas nos principais problemas ambientais que afetam o litoral do estado do Rio de Janeiro;
3. identificar a configuração espacial, as virtudes e os problemas das redes de transporte presentes no território do estado do Rio de Janeiro.

Introdução

Na aula de hoje, estudaremos o nosso estado: o Rio de Janeiro. Entretanto, de qual Rio de Janeiro estamos falando? Essa é uma confusão muito comum, visto que a capital tem o mesmo nome do estado. Temos três esferas diferentes: o estado do Rio de Janeiro, a região metropolitana do Rio de Janeiro e o município do Rio de Janeiro. Na presente aula, daremos conta de estudar a sociedade e o espaço fluminense, onde estas perspectivas estarão presentes. Para iniciarmos, abordaremos um breve resumo da evolução histórica do nosso atual estado do Rio de Janeiro.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO: MUNICÍPIOS

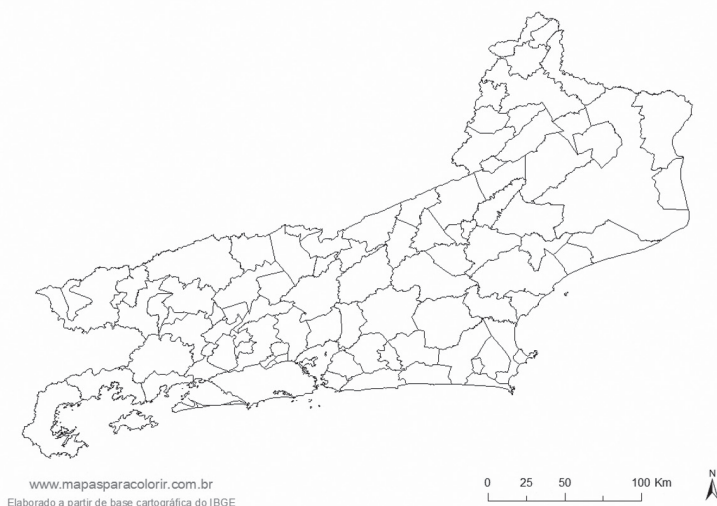


Figura 10.1: Mapa dos municípios do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa/estado/rj/estado-rio-de-janeiro-municipios.png>

O Rio de Janeiro do passado

A ocupação e a expansão do Rio de Janeiro se iniciam e se organizam praticamente juntas, ou seja, no início da história do nosso país (no século XVI). Há relatos que provam que, já em 1501, a primeira esquadra portuguesa chegou ao território fluminense. Há uma teoria defendida pelo primeiro historiador brasileiro, Francisco Adolfo, de que a Baía de Guanabara foi confundida com a foz de um grande rio e que a descoberta teria ocorrido no primeiro mês do ano (janeiro) de 1502.

Aproximadamente em 1519, aparece o nome Rio de Janeiro no mapa de um cartógrafo chamado Pedro Reinel. Alguns outros mapas usufruíram dessa colocação. Todos os mapas que destacavam o Brasil no período da descoberta (século XV-XVI) foram confeccionados por estrangeiros que, na verdade, eram espíões. As confecções cartográficas originais portuguesas nunca foram encontradas. Os mapas, naquela época da grande expansão marítima, eram considerados segredos de Estado.

O atual território do Rio de Janeiro (estado) estendia-se aproximadamente ao que correspondiam às capitanias hereditárias de São Tomé e São Vicente. As capitanias não obtiveram muito sucesso, logo, a coroa desistiu de um projeto de colonização “totalmente privada” do Brasil e, em 1548, institui o Governo-Geral. A partir daí, o Estado português passou a investir muito fortemente na chamada empresa colonial, que se tornou responsável pela defesa militar da colônia.

O primeiro representante do nosso país foi Tomé de Souza – entre 1549 e 1553. O mesmo fundou a cidade de Salvador (que foi capital do Brasil), que foi a sede do Governo-Geral. Os portugueses tinham um sério interesse econômico na região nordeste, devido à plantação da cana-de-açúcar. Esse até então “abandono” do Rio de Janeiro abriu uma janela para que os franceses ingressassem uma tentativa de colonização da chamada França Antártica, em 1555.

A escolha dos franceses pelo interior da Baía de Guanabara foi de cunho estratégico. Como a baía tem entrada estreita (oferecendo proteção de tempestades marinhas, além de segurança às embarcações), ela servia de ponto de controle para boa parte do litoral sul do Brasil.

Diante disso, a coroa portuguesa enviou uma tropa para expulsar os franceses, liderada por Estácio de Sá. Então, em 1565, funda-se a primeira cidade da capitania, o Rio de Janeiro. Essa decisão foi um projeto bem pensado de proteger o litoral sul do Brasil, mantendo-o sob o poderio português.

A independência brasileira e a mudança das fronteiras territoriais

Em 1822, o Brasil se torna um império, sendo administrado por Dom Pedro I. Nesse período (em 1824), a primeira constituição do país foi elaborada, dividindo o país em províncias, eliminando as capitanias.

Então, nesse momento, passou a existir a província do Rio de Janeiro, que tinha os mesmos limites do atual território do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, a cidade do Rio de Janeiro, em 1834, tornou-se município neutro, separado da província, que tinha como capital a cidade de Niterói.

No século XIX, além da matéria-prima cana-de-açúcar, que era uma atividade importantíssima para o país e, fundamentalmente, para o norte da província do RJ, assistimos à expansão e cultivo de um gênero agrícola que integrou o Rio de Janeiro a outros estados: o café. Primeiramente, era plantado no município neutro; porém, logo depois, expandiu-se para a baixada fluminense e, mais tarde, para a região do vale do Paraíba. O café foi o gênero agrícola que promoveu a maior riqueza do nosso país em meados do século XIX e início do século XX. Nesse período, o porto do Rio de Janeiro era um eixo fundamental como escoamento de mercadorias para o exterior.

A proclamação da República e as novas mudanças

Em 1889, o Brasil se torna uma república federativa; logo, torna-se uma federação. Isto quer dizer que nosso país integrou uma “organização territorial na qual cada ente federativo tem sua autonomia, enquanto a federação é detentora da soberania”. (SANTANA e DUARTE, 2009). No caso do nosso país, as unidades federativas são os estados (exs: Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul). Assim, a antiga província do RJ se tornou estado do RJ, e o município neutro tornou-se distrito federal e, enquanto isso, Niterói passou a ser a capital do estado do Rio de Janeiro e a divisão municipal foi mantida.

Essa conjuntura territorial permaneceu até a década de 1960, quando a cidade do Rio de Janeiro perdeu o posto de capital do país (Distrito Federal) para Brasília. Logo, o antigo Distrito Federal passou a ser um novo estado, a Guanabara, numa situação muito diferente: ser um estado com apenas uma cidade. O estado do Rio continuou com a sua capital sendo Niterói.

Em 1975, durante o governo militar, o antigo estado da Guanabara se fundiu com o estado do Rio de Janeiro. Então, Niterói, que era a capital do Rio de Janeiro, perde sua condição, e o antigo estado da Guanabara foi transformado no atual município do Rio de Janeiro.

Na década de 1970, mais especificamente em 1975, o Rio de Janeiro já possuía 92 municípios. O município mais novo do estado do Rio é Mesquita, que se separou de Nova Iguaçu em 2002.

As regionalizações no Rio de Janeiro

O estado do Rio de Janeiro é dividido em oito grandes regiões. Essas regiões não têm uma forma autônoma de governo, pois são compostas por municípios, cada qual com seu prefeito. Entretanto, elas são de suma importância para a gestão e o planejamento do governo, pois reúnem municípios com características em comum.

Os municípios são a menor porção do território que possui um governo próprio. A prefeitura e os símbolos políticos se localizam no núcleo urbano. Em algumas ocasiões, a cidade ocupa toda a área do município. Nesses casos, não existe zona rural.

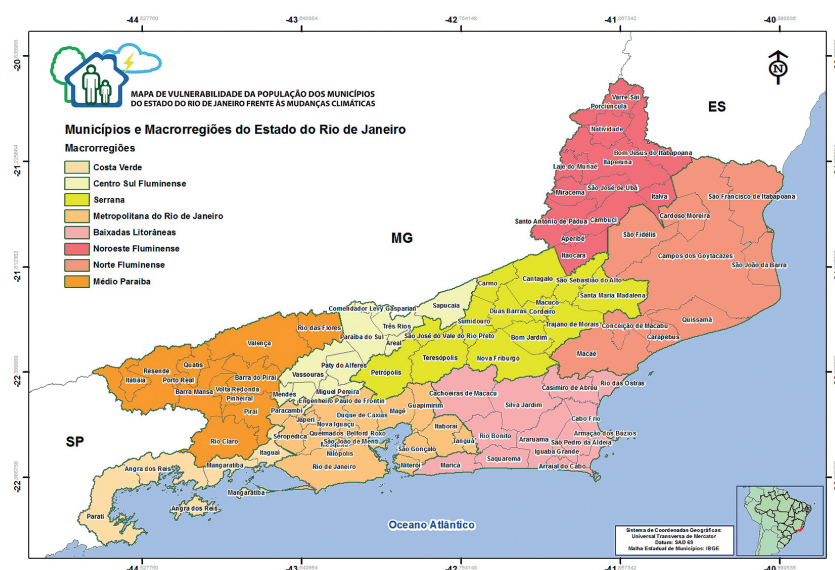


Figura 10.2: A divisão do Rio de Janeiro em 8 grandes regiões.

Fonte: <http://www.agencia.fiocruz.br/munic%C3%ADpio-do-rio-%C3%A9-o-mais-suscet%C3%ADvel-sofrer-os-impactos-das-mudan%C3%A7as-do-clima>

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Apresente os resultados político-administrativos da fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, de modo a explicar a atual divisão territorial fluminense.

Resposta comentada

Os dois estados tornaram-se um só, com o nome de estado do Rio de Janeiro. Niterói perdeu a condição de capital estadual para a cidade do Rio de Janeiro. O antigo estado da Guanabara foi transformado em município do Rio de Janeiro.

A dinâmica populacional fluminense

Num contexto geral, a população brasileira está bem perto de concluir a transição demográfica, ou seja, diminuir as taxas de natalidade e mortalidade a ponto de alcançar uma taxa de crescimento vegetativo bem reduzida. Em relação ao estado do Rio, podemos dizer que está muito mais avançada do que nos demais estados.

Foi na década de 1960/1970 que as taxas de natalidade começaram a cair, devido ao aumento da urbanização em nosso país. A relação entre crescimento demográfico e urbanização fica mais nítida no caso fluminense, visto que o estado do Rio de Janeiro possui o maior percentual de espaço urbano no país.

Assim, a queda na taxa de natalidade durante esses anos deu origem a uma redução na base da pirâmide etária, apontando para um menor número de crianças e jovens. Por outro lado, o número de idosos cresceu bastante, devido ao aumento da expectativa de vida.

Segundo dados do IBGE, o estado do RJ tem 10,64% de seus habitantes na terceira idade, ou seja, acima de 65 anos. Isso nos faz refletir que a expectativa de vida no nosso estado é elevada, relacionando-a com a dos demais estados.

O Rio de Janeiro sempre foi um atrativo demográfico muito forte. Muitas pessoas de outras regiões, e até mesmo de outros países, migraram para cá em busca de condições de vida melhores, além de emprego e infraestrutura. Entre os imigrantes internacionais, ganharam força os africanos – devido à era da escravidão e ao tráfico negreiro – os portugueses e outros europeus. Atualmente, a migração no Brasil – e no estado do RJ – reduziu bastante.

No que diz respeito à migração interna, há um predomínio muito forte de nordestinos em nosso país. Porém, analisando a história de nosso estado, nem sempre foi assim. Os mineiros já foram o maior contingente de fluxo migratório da nossa capital. Aos poucos, as condições de vida no estado de Minas Gerais foram melhorando, fazendo com que essa transição se reduzisse.

A cidade do Rio é o maior polo turístico do nosso país e, entre os dez municípios mais visitados no Brasil, Búzios também se destaca.



Artyominc

Figura 10.3: A cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Christ_on_Corcovado_mountain.JPG.



Figura 10.4: Praia do Ossos, Búzios - RJ.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Buzios-PraiaOssos>.

A paisagem fluminense: um destaque turístico

O litoral do Rio de Janeiro é um dos mais belos do nosso país. Nesse trecho, a natureza desenha uma grande diversidade de formas, esculpidas pelos diversos pontos geográficos que se fazem presentes no litoral do estado.

A Baía de Guanabara se encontra num trecho do litoral formado por escarpas cristalinas (relevo íngreme, muito antigo). As serras e escarpas foram consequência de movimentos tectônicos que deram origem aos maciços.

A degradação ambiental da Baía de Guanabara é um problema que faz parte da pauta política dos impactos ambientais carioca e fluminense, pois além de afetar a paisagem do estado do RJ, afeta a fauna e a flora local. O nível de poluição aumentou demasiadamente com o crescimento e a expansão da malha urbana.

A rede hidrográfica da Guanabara recebe muitos dejetos industriais por dia, além de lixo doméstico. Além disso, existem outros responsáveis pela poluição, destacando-se os terminais marítimos, portos, estações e refinaria.

Grande parte dos resíduos sólidos que são liberados na baía são materiais não biodegradáveis. O grande problema desse material é que, se

ele não for retirado de imediato das águas, o poder de contaminação é enorme, fazendo com que o mesmo possa demorar de 100 a 300 anos para ser decomposto, dependendo do material e do volume que é despejado. A coleta de lixo de forma eficaz e eficiente ajudaria muito nesse aspecto; entretanto, a população também tem um papel fundamental, o de separar o lixo e não lançá-lo aos rios.



Rodrigo Soldon

Figura 10.5: Por trás da beleza da Baía de Guanabara, há uma enorme quantidade de poluição derivada de dejetos industriais, esgoto e lixo doméstico.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/soldon/7045073063>

A destruição dos manguezais

Em nosso país, e especificamente no estado do RJ, a expansão do território teve como consequência a redução abrupta de áreas de manguezal. Esse ecossistema está presente em áreas alagadas do litoral, sujeito aos efeitos da maré. São áreas de depósito de sedimento, integradas tanto pelo mar quanto pelos rios, que são preenchidas de áreas calmas e grande quantidade de matéria orgânica. Suas plantas são halófitas, ou seja, se adaptam a grandes quantidades de sal na água. As raízes dessas plantas são aéreas, visto que elas precisam da presença do oxigênio para fazer a troca de gases entre a planta e o ambiente externo. Essas raízes

são importantíssimas para a redução do assoreamento dos rios - problemas muito frequentes em estruturas fluviais.

O processo de desmatamento fez com que grande parte dos manguezais desaparecessem do nosso litoral, fundamentalmente com o crescimento e expansão das cidades e da especulação imobiliária.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Aponte dois principais processos responsáveis pela degradação da Baía de Guanabara a partir da segunda metade do século XX.

Resposta comentada

A urbanização desenfreada e o processo acelerado de industrialização.

As redes de transporte no nosso estado

Rodovias

Atualmente, o estado do RJ sofre uma carência muito forte no que diz respeito às rodovias, que têm infraestrutura precária, ou seja, que estão em péssimo estado de conservação. Nos últimos 30 anos, os investimentos nesse setor foram ínfimos, e a única rodovia duplicada foi a RJ-124, a Via Lagos. Além dela, outras três rodovias passaram por um processo de melhoria (foram privatizadas na década de 1990): a Rodovia Presidente Dutra, a Rodovia Washington Luiz, além do trecho da BR-116 que vai da BR 040 até a cidade de Além Paraíba, já em Minas Gerais.

Ferrovias

O transporte ferroviário é realizado sobre linhas férreas com o objetivo de transportar pessoas e mercadorias. Grande parte das mercadorias transportadas nesse modal é de baixo valor agregado; além disso, são transportados, em grandes quantidades, minério, produtos agrícolas, fertilizantes, carvão, derivados de petróleo, etc.

Infelizmente, grande parte da malha ferroviária do Brasil está concentrada nas regiões sul e sudeste, com predominância para o transporte de cargas.

Características do transporte ferroviário de carga no Brasil:

- Elevada capacidade de carga;
- Apropriado para grandes distâncias;
- Baixo custo energético;
- Alto custo de implantação;
- Reduzido custo de manutenção;
- Menos agressivo ao meio ambiente.

Portos

O nosso estado possui seis portos oceânicos: Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí, Angra dos Reis, Forno (Arraial do Cabo) e Imbetiba (Macaé). Segundo dados de 2007, o porto mais importante do estado é o de Itaguaí, o terceiro maior do país, com 11,62% do total movimentado nos portos nacionais. O porto de Itaguaí se caracteriza pela atividade de movimentação de matérias-primas, como ferro, carvão, cobre e produtos siderúrgicos. Este porto possui uma estrutura ampla para receber navios de grande porte e, além disso, está um pouco distante da grande aglomeração urbana.

Aeroportos

O estado do Rio de Janeiro tem uma média infraestrutura aeroportuária, em relação ao padrão brasileiro, o que é necessário para a atividade turística e econômica do estado. O aeroporto internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão) é o quarto mais transitado do Brasil, tanto para locomoção de pessoas quanto de carga.

Além disso, a cidade do RJ possui outro aeroporto, o Santos Dumont. Na parte mais interiorana, podemos destacar o de Cabo Frio, com uma pista de 2.560 metros de extensão, atendendo a alguns pontos turísticos locais.

Atividade final

Atende ao objetivo 3

Quais são as características do transporte ferroviário no estado do Rio de Janeiro?

Resposta comentada

O sistema de transporte ferroviário do estado do RJ possui pouca disponibilidade, com característica pouco integradora. Os elevados custos no desenvolvimento e investimento levaram ao sucateamento dos trens. O desenvolvimento ferroviário sofreu poucas alterações no decorrer do século XX.

Resumo

- O atual território do Rio de Janeiro (estado) estendia-se aproximadamente ao que correspondiam às capitanias hereditárias de São Tomé e São Vicente.
- Em 1565, funda-se a primeira cidade da capitania, o Rio de Janeiro, com o intuito de proteger o litoral sul do Brasil, mantendo o litoral sob o poderio português.
- Em 1822, passou a existir a província do Rio de Janeiro, que tinha quase os mesmos limites do atual território do estado do RJ, sem o município do Rio de Janeiro.

- Em 1889, o Brasil se torna uma república federativa; logo, torna-se uma federação.
- No caso do nosso país, as unidades federativas são os estados. Logo, a antiga província do RJ se tornou estado do RJ, e o município neutro tornou-se distrito federal; enquanto isso, Niterói passou a ser a capital do estado do Rio de Janeiro e a divisão municipal foi mantida.
- Em 1960, a cidade do Rio de Janeiro perdeu o posto de capital do país (Distrito Federal) para Brasília e passou a ser um novo estado, a Guanabara.
- Em 1975, durante o governo militar, o antigo estado da Guanabara se fundiu com o estado do Rio de Janeiro e foi transformado no atual município do Rio de Janeiro.
- O estado do Rio de Janeiro é dividido em oito grandes regiões.
- Os municípios são a menor porção do território que possui um governo próprio.
- Foi na década de 1960/1970 que as taxas de natalidade começaram a cair, devido ao aumento da urbanização em nosso país.
- O Rio de Janeiro sempre foi um atrativo demográfico muito forte.
- A cidade do Rio de Janeiro é o maior polo turístico do nosso país.
- Entre os imigrantes internacionais, ganharam força os africanos, os portugueses e outros europeus. Já na migração interna, há predomínio muito forte de nordestinos em nosso país, mas os mineiros já foram o maior contingente de fluxo migratório da nossa capital.
- Atualmente, a migração no Brasil – e no estado do Rio de Janeiro – reduziu bastante.
- A degradação ambiental da Baía de Guanabara é um problema que faz parte da pauta política dos impactos ambientais carioca e fluminense.
- Em nosso país, e especificamente no estado do RJ, a expansão do território teve como consequência a redução abrupta de áreas de manguezal.
- Atualmente, o estado do Rio de Janeiro tem uma infraestrutura pouco eficiente no que diz respeito às rodovias.
- Grande parte das mercadorias transportadas por ferrovias é de baixo valor agregado; além disso, são transportadas em grandes quantidades.

- No nosso estado, há a presença de seis portos oceânicos.
- O estado do Rio de Janeiro tem uma infraestrutura aeroportuária razoável.

Referência

SANTANA; DUARTE. *Geografia do Rio de Janeiro*. Ed. do Brasil.

Aula 11

O fenômeno da globalização e
sua repercussão mundial

Augusto César Pinheiro da Silva

Metas

Apresentar a globalização como fenômeno que modifica as relações e as práticas sociais no mundo. Apresentar alguns autores que se debruçam sobre o tema, porém, em diferentes perspectivas, abordando as questões ambientais e sociais, além dos meios de informação.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. explicar a origem do processo da globalização;
2. analisar a globalização e suas diversas facetas;
3. relacionar meio ambiente e globalização, identificando suas relações.

Introdução

Na aula de hoje, iremos explorar um tema de fundamental importância para a ciência geográfica: a globalização. Esse tema é discutido por uma série de autores dos diversos campos da ciência, sendo eles sociólogos, cientistas políticos, historiadores, economistas e outros.

Nesta aula, optamos por trazer a visão de alguns autores que pensam e refletem a globalização numa perspectiva diferenciada, apresentando o papel da informação e da tecnologia, para entendermos os fenômenos e, sobretudo, as atuais relações sociais. Iremos entender o papel das grandes empresas e da mídia na propagação da informação, além de desmistificar a ideia de aldeia global.

O que é globalização

Primeiramente, precisamos entender que a globalização não é algo acabado, um processo que já alcançou seu fim. Pelo contrário, ele está em andamento e atinge os diversos países de forma diferente e em intensidade diferente. Desta forma, podemos entender a globalização como o atual período que o sistema capitalista passa e as suas diversas consequências na sociedade, no mercado, nas empresas, na natureza e no espaço. Alguns autores destacam que a globalização já existe desde o período das grandes expansões marítimas europeias, com a expansão dos mercados, das relações comerciais, em resumo, da transição do sistema feudalista para o sistema capitalista.

O atual momento é consequência de diversas transformações históricas; para tanto, podemos destacar fatos importantes que contribuíram para que esse modelo fosse, aos poucos, consolidando-se.

Em primeiro lugar, cabe destacar os avanços na tecnologia, desde a facilidade na circulação de capitais, serviços, redes e produtos. A tecnologia é um fator determinante para que o processo de globalização fosse ganhando a forma que tem hoje, atrelado a uma pirâmide composta por três itens principais: informação, comunicação e pesquisa.

Em segundo lugar, há o ponto de vista político, caracterizado pelo fim da Guerra Fria, que leva ao fim da antiga União Soviética, a reunificação da Alemanha e o fim do sistema socialista (a queda do muro de Berlim, o fim do sistema totalitário socialista, a extinção do Pacto de Varsóvia e, principalmente, a inserção dos antigos países socialistas do leste europeu no sistema capitalista).



Sue Ream

Figura 11.1: Foto do Muro tirada em 9 de novembro de 1989, data em que todas as fronteiras entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental foram abertas.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:BerlinWall-BrandenburgGate.jpg>

Além disso, a globalização também está presente e influencia o nosso dia a dia. Percebemos uma grande expansão da ação do capital, de uma forma que os produtos (as mercadorias) chegam a grande parte do mundo, embora não cheguem de forma igual e acessível para todas as sociedades. Grandes marcas de *jeans*, camisas, carros e tantas outras coisas podem ser consumidas em diversas partes do mundo.

Aos poucos, percebemos que a globalização vem carregada de grandes contradições, pois, ao passo que a cultura global se expande a partir de grandes marcas que existem no mercado, alcançando grande parte dos consumidores, a cultura local ganha muita força, tendo em vista que o sentimento de pertencimento a determinado lugar, sua relação com a

natureza ou com algum símbolo presente (pode ser histórico, artístico, cultural) faz com que aquela cultura se torne mais forte, devido à sua unicidade. Justamente por não existir algo semelhante em outra parte do mundo, aquilo se torna único.

Alguns tipos de comida, como os hambúrgueres, que são tradicionais dos Estados Unidos e estão presentes em grande parte dos restaurantes e lanchonetes deste país, hoje fazem parte da alimentação de tantos outros povos, mesmo com suas adaptações à cultura local. Em cidades grandes, como Rio de Janeiro e São Paulo, esse tipo de prato incorporou-se à alimentação de grande parte da população. Todavia, cabe lembrar que as tecnologias que facilitam as comunicações no mundo nem sempre são bem utilizadas e desejadas, devido aos radicalismos de origem ideológica e cultural - o que possibilita também a ampliação dos conflitos entre povos e classes sociais.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Levando-se em conta que hoje estamos conectados com uma rede global de informações e circulação de produtos e ideias, indique um aspecto que favorece a globalização e outro que atrapalha os fluxos de informações e ideias entre as pessoas e lugares.

Resposta comentada

Um aspecto que favorece: as tecnologias de telecomunicações facilitam os contatos imediatos e em tempo real entre bilhões de pessoas no mundo, o que favorecerá o contato entre nações, empresas e mercados.

Um aspecto que atrapalha: os radicalismos ideológicos e religiosos podem reduzir os contatos entre pessoas e nações, devido às incompreensões e não-aceitações de padrões de vida, de consumo e de ideias.

O fenômeno da globalização: fluidez, informação e comunicação

Para Lastres e Albagli (1999), “O entendimento do conceito e das implicações do fenômeno da globalização constitui um ponto de partida na análise das especificidades da Era do Conhecimento.”

Na visão hegemônica, estaríamos indo ao encontro de uma sociedade sem fronteiras e com um vasto mercado (de fluxos de capitais, telecomunicações, tecnologias, e um setor terciário completo), tornando-se, assim, um mundo interligado por um sistema influenciado por forças de mercado, caracterizado por multinacionais, grandes bancos e grandes corporações.

Lastres e Albagli pensam que a atual rapidez do processo de globalização vai muito além da internacionalização da economia. O fenômeno da globalização se apresenta não só pela influência que o mercado externo possui sobre o mundo, mas também pelo tipo de economia que cada nação possui e que se torna fundamental para a conexão das economias nacionais. As autoras destacam dois principais elementos presentes no processo de globalização na segunda metade do século XX e no início do século XXI que consideram de suma importância para entender o fenômeno. A destacar: a inserção de uma gama de países no modelo neoliberal e a grande repercussão que as tecnologias de informação e as telecomunicações alcançaram.

Para Santos (2007), dentre os fatores que compõem a globalização, na sua perspectiva desigual e perversa, destacamos a forma como a informação é divulgada à sociedade e os possíveis acessos aos meios de comunicação. Uma das características que mais se destacam no atual período da globalização é o papel **despótico** da informação. A globalização se destaca por um período de inovações e de novas condições técnicas que deveriam, ao menos, ser disponibilizadas para toda a sociedade e fazer parte da realidade de todos.

De fato, o que é transmitido a grande parte da população é a informação manipulada que, muitas vezes, confunde. Este fato acarreta alguns problemas sociais, pois a informação é um dado fundamental para a população. O geógrafo Milton Santos (2007) afirma que estamos diante de um “novo encantamento do mundo”. Esse período de encantamento é marcado pela retórica e pelo discurso, onde os mesmos são bem articulados e manipulados, a fim de evitar uma reflexão sobre as discussões e acontecimentos no mundo contemporâneo.

Despótico

Próprio de déspota (ex.: *medida despótica*) = absoluto, tirânico. zzz

Fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/desp%C3%B3tico> [consultado em 29-09-2015].

A publicidade tem um papel fundamental na divulgação da informação; entretanto, expressa de forma mais nítida o papel de convencer, na medida em que ela vende o produto antes mesmo de ser produzido. Estabelece-se uma relação intrínseca entre o mundo da confecção das notícias e a produção das normas e regras. Com isso, as mídias ocupam um espaço muito amplo, apresentando notícias e informações da forma que julgam mais pertinentes. Santos (2007) caracteriza esse tipo de produção como fábulas e mitos.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Leia a letra da música “Globalização, o delírio do dragão” e, logo após, responda:

“Globalização é a nova onda
 O império do capital em ação
 Fazendo sua rotineira ronda
 No gueto não há nada de novo
 Além do sufoco que nunca é pouco
 Além do medo e do desemprego, da violência e da impaciência
 De quem partiu para o desespero numa ida sem volta
 Além da revolta de quem vive às voltas
 Com a exploração e a humilhação de um sistema impiedoso
 Nada de novo
 Além da pobreza e da tristeza de quem se sente traído e esquecido
 Ao ver os filhos subnutridos sem educação
 Crescendo ao lado de esgotos, banidos a contragosto pela sociedade
 Declarados bandidos sem identidade
 Que serão reprimidos em sumária execução
 Sem nenhuma apelação
 Não há nada de novo entre a terra e o céu
 Nada de novo
 Senão o velho dragão e seu tenebroso véu de destruição e fogo
 Sugando sangue do povo,
 De geração em geração
 Especulando pelo mundo todo
 É só o velho sistema do dragão
 Não, não há nenhuma ilusão, ilusão

Só haverá mais tribulação, tribulação
Os dirigentes do sistema impõem seu lema:
Livre mercado, mundo educado para consumir e existir sem
questionar
Não pensam em diminuir ou domar a voracidade
E a sacanagem do capitalismo selvagem
Com seus tentáculos multinacionais querem mais, e mais,
e mais...
Lucros abusivos
Grandes executivos são seus abastados serviçais
Não se importam com a fome, com os direitos do homem
Querem abocanhar o globo, dividindo em poucos o bolo
Deixando migalhas pro resto da gentinha, em seus muitos planos
Não veem seres humanos e os seus valores, só milhões e milhões
de consumidores
São tão otimistas em suas estatísticas e previsões
Falam em crescimento, em desenvolvimento por muitas e muitas
gerações
Não há nada de novo entre a terra e o céu
Nada de novo
Senão o velho dragão e seu tenebroso véu de destruição e fogo
Sugando sangue do povo,
De geração em geração
Especulando pelo mundo todo
É só o velho sistema do dragão
Não, não há nenhuma ilusão, ilusão
Só haverá mais tribulação, tribulação
Não sentem o momento crítico, talvez apocalíptico
Os tigres asiáticos são um exemplo típico,
Agora mais parecem gatinhos raquíticos e asmáticos
Se o sistema quebrar será questão de tempo
Até chegar o racionamento e o desabastecimento
Que sinistra situação!
O globo inchado e devastado com a superpopulação
Tempos de barbárie então virão, tempos de êxodos e dispersão
A água pode virar ouro
O rango um rico tesouro
Globalização é uma falsa noção do que seria a integração,
Com todo respeito a integridade e a dignidade de cada nação
É a lei infeliz do grande capital,
O poder da grana internacional que faz de cada país apenas mais
um seu quintal
É o poder do dinheiro regendo o mundo inteiro
Ricos cada vez mais ricos e metidos
Pobres cada vez mais pobres e falidos
Globalização, o delírio do dragão!”
(Tribo de Jah)

Agora, responda:

Qual é a relação que podemos estabelecer entre a fala de SANTOS (2007), destacada ao longo da aula, quando fala da globalização como perversidade, com a letra da música?

Resposta comentada

Para Milton Santos, grande parte da humanidade está sofrendo de maneira intensa a forma com que está sendo imposto o modelo globalizatório. Graves problemas, como o desemprego, que está cada vez mais crescente, está se tornando um câncer na sociedade. Os salários tendem, cada vez mais, a baixar. Além disso, problemas graves, como fome, desnutrição e ausência de moradia estão na pauta de problemas de países ditos subdesenvolvidos.

A letra da música destaca problemas semelhantes ao que Santos nos traz. “ No gueto, não há nada de novo, além de sufoco, que nunca é pouco, além do medo e do desemprego, da violência e da impaciência”. Percebe-se aqui o modelo perverso que a globalização vem impondo à sociedade, destacando-se violência e desemprego.

Atividade 3

Atende ao objetivo 2

“Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação.” (TAVARES, 1999)

“Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta.” (SANTOS, 2007)

Na fala dos autores, percebemos uma realidade e uma utopia. Discuta a globalização como um modelo “perverso” e desenvolva a ideia que Santos propõe como “globalização mais humana”.

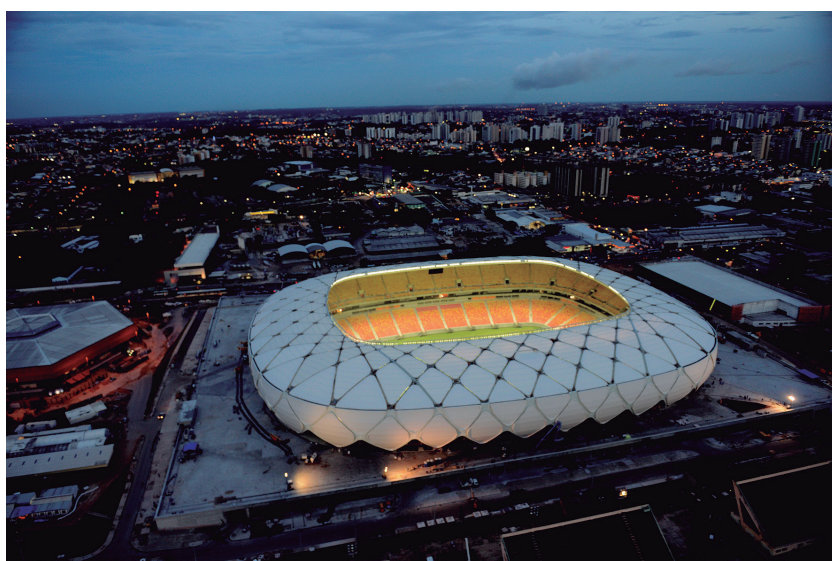
Resposta comentada

As trocas entre pessoas e nações pode ser voltada para os direitos humanos, quando se pode lutar, horizontalmente, por qualidade de vida, proteção ambiental, divisão de recursos, discussões culturais que mudem mentalidades...ou seja, onde a solidariedade e o conhecimento possam provocar ‘empatias coletivas’ sobre problemas locais e globais. Portanto, mais do que financeira, para beneficiar os que sempre são beneficiados, a globalização deveria servir também para que se lute contra a injustiça em vários níveis.

A globalização e suas perspectivas

Uma das fábulas e dos mitos mais constantes que podemos destacar é a ideia de aldeia global (IANNI 1996). Existe um grande equívoco das mídias ao afirmarem que a globalização atingiu o mundo (consequentemente, todas as sociedades), tornando-se homogêneo, a famosa aldeia global. O equívoco está presente no fato de que a comunicação se tornou acessível a todos e que todos os lugares do mundo estão conectados.

Outro mito que podemos destacar é a relação de encurtamento entre espaço e tempo, caracterizado pela velocidade. Apontamos que a velocidade das informações está restrita a determinada parcela da população. É importante nos perguntarmos: existe, de fato, um mercado global? Para quem? Grandes cidades são atrativos de investimentos e projetos. As mídias sociais se voltam para a divulgação da construção dos grandes projetos que permeiam grandes cidades; entretanto, cabe refletir sobre o legado destes projetos e de que forma a sociedade se beneficia com tais investimentos. Apresentar o fato é importante; entretanto, os miúdos que há por trás dos projetos, a “venda” da cidade como mercadoria e as políticas públicas que são implementadas devem ser enxergados de forma mais cautelosa.



Brazilian Government - Portal da Copa

Figura 11.2: Arena Amazônia, estádio construído para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, em Manaus. Sua construção causou bastante polêmica, por ter sido bastante cara para uma cidade que não tem jogos importantes.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Amazonia_Arena.jpg

Seguindo o pensamento do sociólogo inglês Anthony Giddens, na perspectiva econômica atual, grandes gestores de fundos multinacionais, empreiteiras e grandes símbolos financeiros podem efetivar transações comerciais, envolvendo uma grande quantidade de capital, em questão de segundos, com apenas um clique de um botão. Ao fazer isto, inúmeras empresas podem desestabilizar economias, grandes empréstimos podem ser feitos, e potências que pareciam sólidas podem se desfazer em muito pouco tempo. Devemos lembrar que o volume das transações

efetuadas no mundo é, geralmente, medido em dólar, que é a moeda de referência global.

A partir disto, o termo de globalização, trabalhado por Giddens, é marcado pelo intenso fluxo de informações que ocorre em escala mundial, além das relações e práticas sociais que ocorrem nas diferentes esferas do globo terrestre. O que ocorre em escala global reflete de forma intensa em escala local. O maior exemplo que podemos destacar é no âmbito da indústria cinematográfica e da vestimenta. Repare que os filmes produzidos em países como EUA e França têm repercussão nas grandes bilheterias de todo o mundo. Repare que as roupas utilizadas nas grandes potências têm renomados nomes de estilistas em sua confecção. Na indústria alimentícia, reparamos que *fastfoods*, as hamburguerias *gourmet*, a comida árabe e a japonesa ocupam espaço nas grandes cidades e também em cidades médias.

Entretanto, na concepção do sociólogo, o fenômeno globalizatório não possui suas raízes apenas nos fatores econômicos. A globalização perpassa a esfera econômica e alcança a esfera política, informacional e cultural. Sobretudo, é influenciada (e influencia) pelo sistema de informação e comunicação, caracterizando o período da Nova Ordem Mundial.

Analisando o processo pelo qual as dinâmicas comerciais e as relações internacionais passaram nos últimos séculos, percebemos que a competitividade ocupou um espaço muito grande em diversas esferas, eliminando, assim, a compaixão – ou, como chama o autor Amartya Sen, cooperação. A competitividade anula todo o gesto de cooperação, colocando a guerra – fundamentalmente fiscal – como protagonista do cenário global. A segunda metade do século XX destaca-se no cenário comercial e econômico como um período de fusão de grandes empresas, a consolidação dos EUA como potência e o ingresso da China no cenário global.

Grandes empresas multinacionais se implantam em países em desenvolvimento, com o objetivo de usufruir da mão de obra barata que eles oferecem, além das vantagens fiscais, como redução de impostos e da burocracia.

No mundo globalizado, o território e o espaço ganham novos desenhos e novas roupagens, pois os maiores investimentos – consequentemente, os maiores impactos – irão se localizar em territórios que ofereçam vantagens locais para tal. Na atual competitividade em que vivemos,

os lugares disputam os investimentos dos diversos atores com suas devidas propostas. Santos (2007) afirma que “os territórios tendem a uma compartimentação generalizada”; ele exemplifica com o modelo da agricultura moderna, que é imbuída de técnica e ciência, fazendo com que, cada vez mais, o território se torne fragmentado e compartimentado, dominado pela agroindústria, reduzindo o papel do pequeno e do médio produtor.



Figura 11.3: Agroindústria em Lima, no Peru.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/unido/15011575158>

Vivemos hoje em um mundo marcado pela fluidez das informações e pela rapidez da mesma. Essa fluidez e essa rapidez se dão na chamada era virtual – na qual vivemos –, que se tornou viável devido à presença dos sistemas de informação e das técnicas. Como já destacamos, nem todos estão a par desse modelo. Esta fluidez não é para todos e nem todos desfrutam dessa velocidade.

Retomando a perspectiva do sociólogo A. Guiddens, este pensador observa que o fenômeno globalização se torna cada vez mais disperso, ou seja, menos concentrado – centralizado. Guiddens afirma que o controle não está nas mãos de um grupo mais privilegiado e tampouco sob o domínio de grandes empresas. Os efeitos do processo se fazem presentes em todo o mundo, seja no oriente ou no ocidente. Assim, podemos afirmar que a cultura oriental também influencia o ocidente, e vice-versa. Segundo a professora Carolina Vergara, “Pode-se afirmar que a perspectiva adotada por Giddens sobre o fenômeno da globalização tende a ser positiva, pois este afirma que os efeitos produzidos pela globalização considerados relevantes à sociedade se sobressaem aos negativos.”

Podemos afirmar, entretanto, que a competitividade rompeu os laços de solidariedade, fazendo com que, na disputa, os melhores "pedaços" do território fossem ocupados por camadas mais privilegiadas, o que se faz visível, historicamente, na ocupação de territórios e, atualmente, nas guerras fiscais e entre empreiteiras, para disputar a confecção de grandes empreendimentos urbanos.

O meio ambiente em pauta: reflexões sobre políticas públicas no panorama ambiental

As repercussões ambientais do intenso fluxo de capitais que caminham em direção aos países em desenvolvimento, notadamente nas últimas três décadas, são muito complexas. É evidente a necessidade e a obrigação de estabelecer, até determinado ponto, políticas públicas capazes de gerar uma organização dos fluxos de capitais que não deixe de lado a problemática ambiental. Faz-se necessário pensar nos impactos que as indústrias e as grandes empresas causam no meio ambiente, cabendo assim refletirmos de que forma podemos usufruir dos recursos minerais que a natureza nos oferece, sem extingui-la.

French (1999) observa que, para realizar políticas que sejam capazes de associar a demanda dos fluxos de capitais, a industrialização e o meio ambiente, "é necessário ter presente que o poder de influência das agências públicas de ajuda tem-se reduzido na medida em que, por um lado, o volume total dos recursos disponíveis cai em termos absolutos (devido a problemas orçamentários dos países doadores, bem como por motivações ideológicas) e, por outro, o montante dos fluxos de capitais privados fluindo em direção aos países em desenvolvimento cresce exponencialmente na década de 90. Como resultado, observa-se que, enquanto em 1990, cerca de 43% do movimento internacional de capitais em direção aos países em desenvolvimento provinha de fontes privadas, em 1997, essa participação sobe para 85%". (ROMEIRO, 1999 apud FRENCH).

No início da década de 1990, o então gestor da Sociedade Internacional de Economia Ecológica enxergava a mudança cultural como (praticamente) a única possibilidade de repensar o modelo vigente, que seria capaz de provocar a iniciativa de organizações que atuam em prol do meio ambiente, para que tornem concretas as políticas ambientais que se fazem necessárias, assim como vem ocorrendo, de certa forma, a confirmação das identidades culturais pelas populações tradicionais ainda "não influenciadas" pela economia global (Norgaard, 1994).

Segundo Romeiro (1999), “Somente isto tornaria possível romper com a trajetória seguida, condicionada culturalmente pela visão modernista, levando à aceitação da necessidade de outras formas de conhecimento (o senso comum dos povos não ocidentalizados adaptado ao contexto onde evoluíram), bem como à aceitação do fato de que certos conhecimentos só são possíveis através de processos comunitários ou sociais que sintetizam conhecimentos separados em alguma coisa maior que as partes.”

É necessário termos em mente que o processo de conscientização ecológica nada mais é do que um processo que agrega valores e responsabilidades socioambientais. As discussões sobre meio ambiente, impacto na fauna, flora, recursos hídricos, etc. devem ser permanentemente trabalhadas em sala de aula; além disso, é tema que faz parte da pauta de políticas públicas e da esfera civil. Como assinala Romeiro (apud SEN 1995), “este é um tipo de processo em que a racionalidade do comportamento individual é um componente integral das decisões sociais racionais.”

Conclusão

Nesta aula, vimos como a globalização é um fenômeno que se dá em escala mundial; entretanto, de forma desigual. Informação, moda, culturas, comidas, danças e tudo que faz parte de uma determinada sociedade pode ser difundido por todo o mundo. Através da internet, um jovem pode ter acesso a notícias de qualquer parte do mundo; sendo assim, também pode difundir ideias, compartilhar seus gostos e sua rotina através das redes sociais ou *blogs*. A globalização também acentuou as desigualdades, ao passo que muitas indústrias tornaram sua produção robotizada, reduzindo a mão de obra e aumentando o desemprego.

===== **Atividade final** =====

Atende ao objetivo 3

De acordo com a ONU, cerca de 40 milhões de toneladas de lixo eletrônico são gerados anualmente no mundo. Os países ricos são os que mais contribuem para esse número, mas, em países emergentes, como o Brasil, a quantidade desse tipo de lixo tem aumentado significativamente.

Estima-se que, somados, os descartes de computadores, impressoras, celulares, TVs e geladeiras gerem, no Brasil, mais de 350 mil toneladas de lixo por ano. (adaptado do livro Projeto Araribá, ed. Moderna).

O lixo é um problema que impacta todos os lugares do mundo. Lixo orgânico, papel e plástico são um dos grandes problemas encontrados nos últimos anos; porém, mais recentemente, o chamado lixo eletrônico vem ocupando destaque em escala global, pois faz parte da realidade em que vivemos e vem se reproduzindo em larga escala. Cite 2 (dois) impactos da produção excessiva de lixo eletrônico e destaque uma solução para tal problema.

Resposta comentada

Impacto 1: poluição dos mananciais, dos solos e do ar, dependendo de onde o lixo é depositado e/ou reciclado e a forma pela qual ele é tratado;

Impacto 2: ocupação de novas áreas para construção de depósitos, a fim de despejar esse material ou de estabelecer fábricas que o reutilizem.

Solução: Conscientizar a população (através da escola), apontando os problemas do consumo excessivo desse tipo de material e seus impactos à Natureza.

Resumo

- A globalização é um fenômeno concreto (através dos novos meios técnico-científicos e informacionais) e subjetivo (pois coloca ideias, dinâmicas e visões de mundo em circulação), e vem sendo fundamental

para mudar regimes políticos e práticas culturais arcaicas, ajudando a disseminar ideias ligadas aos direitos humanos;

- uma das características marcantes da globalização é a fluidez de ideias, de recursos e de pessoas, e que deve ser debitada pela massificação dos meios tecnológicos de comunicação e circulação no mundo;
- os capitais flexíveis no mundo podem ser aplicados e retirados velozmente, em questão de momentos, através das redes tecnológicas; isso afeta políticas públicas diversas, investimentos e projetos de desenvolvimento, o que torna as finanças globais cada vez mais voláteis e instáveis;
- problemas comuns no mundo podem ser identificados e trabalhados por milhões de pessoas, assim como leis podem ser aceitas e contestadas pelos mais diversos países. Nesse sentido, as questões ambientais acabam sendo discutidas cada vez mais, já que se apresentam como uma das mais importantes questões que envolvem nações com milhões de habitantes preocupados com a preservação ambiental, proteção de reservas hídricas e dos solos, poluição urbana e qualidade de vida através da biodiversidade.

Referências

ROMEIRO, A. *Globalização e Meio Ambiente*. IE/UNICAMP n. 91, nov. 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record Ed. 2007.

GIDDENS, Anthony. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença, 2000.

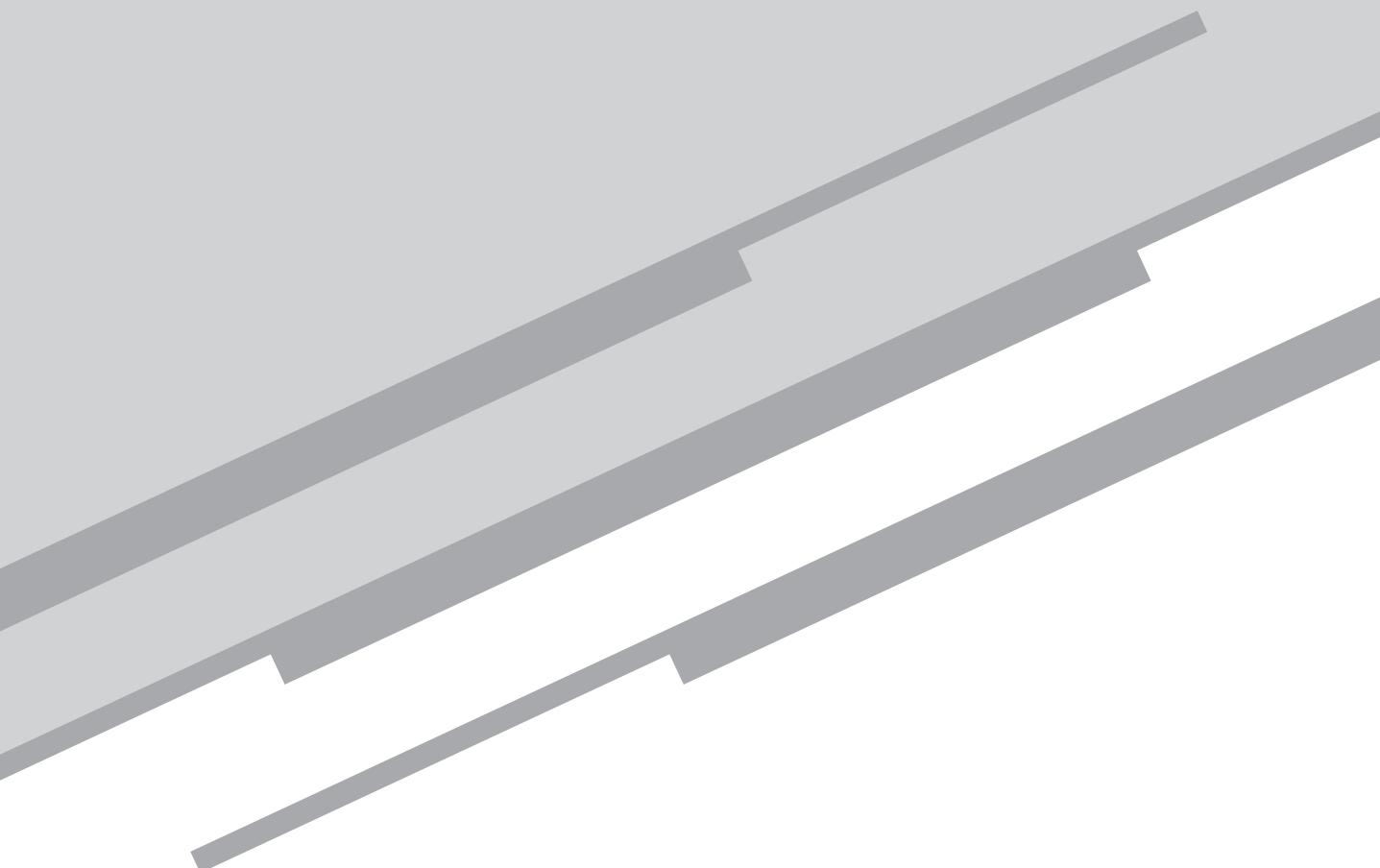
LASTRES, H.; ALBAGRI, S. *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BARBOSA, M. “Meios de comunicação, memória e tempo: a construção da ‘Redescoberta’ do Brasil”. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C.A.M. (Org.). *Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003, p.113 a 133.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Aula 12

Fragmentação e regiões rebeldes



*Alexandre Henrique Asada
Arthur Pereira Santos*

Meta

Apresentar a ideia de globalização/fragmentação e os processos de formação das Regiões Rebeldes.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. refletir e compreender o binômio globalização/fragmentação no mundo contemporâneo;
2. identificar e reconhecer a existência de Regiões Rebeldes em diferentes localidades do mundo.

Introdução: problematizações acerca do conceito de região e regionalização

Não pensamos que a Região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos.
(SANTOS, 1994, p. 102)

A Região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de inividualização e regionalização.
(SANTOS, 1999, p.16)

Devido à abrangência do tema desta aula, optamos por percorrer o caminho que leva da construção da ideia de fragmentação ao reconhecimento do que estamos chamando de Regiões Rebeldes. As perguntas que podem ser colocadas são: de onde vem essa ideia de fragmentação e quais são os diferentes significados a que ela remete? Como compreender, ou mesmo regionalizar, um espaço tão heterogêneo, fluido, dinâmico, como o espaço global contemporâneo? O que seriam as Regiões Rebeldes?

As citações que servem de epígrafe desta aula colocam a Região no centro da discussão sobre o modo como o espaço geográfico vem sendo organizado e sobre os desafios concernentes à análise regional. Os conceitos podem ser entendidos como um manancial de ferramentas utilizados por professores-pesquisadores, além de outros sujeitos, para melhor nos auxiliar a viver no “aqui-agora”, compreendo o mundo na sua complexidade para melhor habitá-lo. Como, então, o conceito de Região e o processo de regionalização, nesta aula entendida sob a luz da ideia de fragmentação, podem nos ajudar a compreender a organização diferenciada de sujeitos que lutam pelo espaço na contemporaneidade? Alguns teóricos afirmam o fim das Regiões e a conformação de um pensamento único; outros dizem que não seria possível decretar a “morte” da Região num mundo tão marcado por diferenças espaciais entre povos e nações. Rogério Haesbart nos ajuda a entender esse processo e afirma:

“É preciso reconhecer que a atual «crise» da Região tem correlatos na Geografia em pelo menos três outros momentos, e que a Região e a regionalização só desapareceriam se desaparecesse o próprio processo de diferenciação espacial – que a globalização, ao contrário do que se afirma, não provocou, pois a diferenciação (cultural) e a desigualdade (sócio-econômica) continuam crescentes. A Região, na verdade, teria se tornado muito mais complexa e, assim, um conceito de mais difícil generalização, resgatando-se, de certa forma, a multiplicidade com a qual ele foi inicialmente proposto” (HASBAERT, 2003, p. 47).

O conceito de Região será tratado ao longo desta aula não somente como uma categoria para análise dos fenômenos espaciais, mas também como uma forma de construção das diversidades territoriais por diferentes sujeitos, notadamente a construção de regionalismos e identidades regionais próprias, relacionadas à política, à cultura, à religião, à língua, à etnia e aos costumes dos diferentes povos. A ênfase será dada à construção política dessas Regiões e associada aos movimentos regionalistas que lutam por autonomia territorial em meio às disputas com o Estado-Nação, à formação de territórios-redes e, ainda, à formação dos aglomerados humanos de exclusão.

Os desafios da problemática regional estão na análise e síntese das múltiplas dimensões que compõem o espaço geográfico, na produção de uma singularidade coerente, delimitando uma porção contínua e estável do espaço. E, por outro lado, configurando espaços de instabilidade ou de territorialização precária, de grupos fortemente afetados pelas dinâmicas de exclusão, ou mesmo da construção de outras racionalidades que se diferenciam da lógica capitalista. Na primeira parte, teceremos algumas considerações a respeito do binômio globalização/fragmentação. Num segundo momento, vamos trazer para o debate alguns exemplos de Regiões Rebeldes em três contextos diferenciados.

Reflexões em torno dos processos de Globalização e Regionalização/Fragmentação contemporânea.

Para se entender a pertinência nos estudos regionais na atualidade, faz-se mister contextualizar o processo de globalização e fragmentação no qual estamos inseridos. O conceito de Região, mais do que nunca, se mostra de maneira complexa, pois estamos numa época caracterizada por grandes contradições da globalização, percebidas em diferentes escalas, tal como as disparidades entre os países do “Norte e do Sul”, a existência de áreas centrais, periféricas e “excluídas” do planeta, o choque de diferentes civilizações e culturas que estariam acirrando os conflitos numa fusão da política com princípios religiosos, ou mesmo a desigualdade e a segregação socioespacial inerente à (re)produção das cidades globais. Dinâmicas essas que contribuem para os sucessivos processos de diferenciação espacial e construção de identidades regionais, organizadas territorialmente em áreas, em redes ou aglomerados humanos dispersos (em meio a vazios) em dada Região. É preciso pensar este processo a partir da dialógica da totalidade e das partes, também vistos na dinâmica do universal ao particular, da(s) ordem(s) e desordem(s) que configuram as relações espaciais locais-globais, regionais-locais, globais-regionais, muitas vezes, de maneira sobrepostas e em constante mudança. De acordo com as ideias de Milton Santos:

“A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. [...] Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representada pela mais-valia globalizada” (Santos, 2005, p. 24).



Figura 12.1: Milton Almeida dos Santos (Brotas de Macaúbas, 3 de maio de 1926 – São Paulo, 24 de junho de 2001) foi um geógrafo brasileiro. Apesar de ter se graduado em Direito, Milton destacou-se por seus trabalhos em diversas áreas da Geografia, em especial, nos estudos de urbanização do Terceiro Mundo. Foi um dos grandes nomes da renovação da Geografia no Brasil, sendo contemplado com os maiores prêmios da Geografia Mundial.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Milton_Santos#/media/File:Milton_Santos_\(TV_Brasil\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Milton_Santos#/media/File:Milton_Santos_(TV_Brasil).jpg). – Acesso 05 de setembro de 2015.

“Milton reunia ao mesmo tempo a capacidade de argumentação e refinamento teórico e a mais sensível intuição. Intuição que lhe permitiu criar e legitimar termos hoje incorporados por vários geógrafos e cientistas sociais, como “acumulação desigual de tempos” e “rugosidades” – para mostrar a história que perdura, materializada no espaço e interferindo, assim, nos processos subsequentes; **“espaços opacos”** e **“espaços luminosos”**, para distinguir a “iluminada” cidade dos ricos e a “opaca” cidade dos mais pobres; “verticalidades e horizontalidades” – para distinguir entre **as lógicas verticalizadas** e espacialmente **descontínuas**, sobretudo, a do grande capital, e **as lógicas mais horizontais**, dos espaços **contínuos**, que seriam também os espaços de todos; o “tempo lento” dos pobres, onde acreditava ser possível a reinvenção do humano nesse **“meio técnico-científico-informacional”** comandado pelos e para os “de cima”, com a velocidade competitiva que nega a solidariedade que o espaço do homem requer. (Grifo nosso)” Fonte: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/402/312>

As técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, das ações e dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam. Essas técnicas (por enquanto) são apropriadas por alguns atores hegemônicos de forma desigual, tal como os Estados e empresas, e, na medida em que chegam as pessoas, já são resultados de uma manipulação, tal como o modo como as informações são transformadas em ideologias ou promovem a reificação (uma das bases da alienação) dos objetos espaciais.

É dentro desta dinâmica que vem acontecendo o processo de integração econômica global permeado pela atuação das empresas multinacionais, pelos pactos do Estado-nação e pelas instituições financeiras que configuram simultaneamente uma fragmentação dos territórios em diferentes escalas: “que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto (Ibidem, p. 80)”. Quando Milton Santos denuncia o roubo do “destino” das comunidades, pode-se associar ao controle dos recursos em diferentes lugares do mundo, da implementação da lógica capitalista, exploração e produção de mais-valia, assim como da gestão dos territórios locais-globais, locais-regionais e regionais-globais. Existe, portanto, a tentativa de construção de um oligopólio mundial de poder, onde alguns países e empresas multinacionais, ou grupos políticos organizados, teriam acesso e controle dos recursos naturais que servem de base de sustentação para a economia local ou global, armas de destruição em massa e aparato tecnológico-militar avançado, um relativo monopólio dos meios de telecomunicação, regulação dos fluxos financeiros internacionais de mercadorias, pessoas e informações. Este conjunto de elementos vem provocando o acirramento da disputa pelo espaço e a fragmentação dos diferentes territórios em nível planetário, compondo e decompondo as Regiões de acordo com interesses específicos.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Observe a imagem e faça o que se pede:



Figura 12.2: Globalização das Multinacionais.

Fonte: <https://leocamati.wordpress.com/2014/06/20/copa-do-mundo-e-a-globalizacao/>.

Conforme visto acima, o processo de globalização pode ser pensado através da atuação de alguns atores, aqui visto pela presença das empresas multinacionais em diferentes lugares do mundo.

a) Explique o que seria a globalização e apresente uma característica política, econômica e cultural desse processo.

b) Escolha uma das empresas multinacionais vistas na figura acima e explique como acontece o processo de fragmentação dos territórios em escala global.

Resposta comentada

b) A multinacional NIKE, umas das maiores empresas de calçados e vestuários do mundo, tem filiais em diferentes países do mundo, principalmente nos subdesenvolvidos. Os fatores que levaram a Nike a migrar dos EUA para os países asiáticos e latino-americanos são os baixos custos de mão de obra associados ao enfraquecimento das atividades sindicais, a oferta de matéria-prima e as isenções fiscais por parte dos governos, elementos que ajudam a compor a maior parcela do lucro empresarial - aquilo a que Milton Santos chamou de mais-valia globalizada. Atualmente, é preciso relacionar os fatores acima com o desenvolvimento tecnológico dos meios de telecomunicação e transporte, que têm possibilitado o aumento desses fluxos em escala global. A busca desenfreada pelo lucro por parte de algumas empresas, de diferentes setores da indústria mundial, tem provocado uma alteração no modo como os territórios locais-regionais são organizados, o que significa dizer que, se existem grupos tradicionais, como povos indígenas, ou etnias que seguem preceitos religiosos e habitam Regiões onde existem grandes quantidades de recursos, como madeira, vegetais utilizados para indústria farmacêutica, água (*blue gold* - ouro azul), minérios, ou mesmo petróleo, é possível dizer que nesses locais vem ocorrendo a desestruturação produtiva das bases locais, mediante a expropriação do seu território através de acordos financeiros ou do uso da força por parte do Estado-Nação em conluio com as grandes empresas multinacionais. Esta dinâmica pode ser percebida na instalação das empresas de energia (Shell), de alimentos (MacDonalds, Starbucks, etc.), de automóveis (Ford), de remédios (Roche) ou das grandes redes de supermercados (Wallmart e Grupo Pão de Açúcar), que têm controlado diferentes nichos de mercado. Esse processo global reflete diretamente na mudança da organização espacial das cidades e Regiões, substituindo ou alterando as dinâmicas locais e compondo a globalização/fragmentação dos territórios e, ao mesmo tempo, a integração precária/exclusão na economia global.

Antes de entrar diretamente na exposição das Regiões Rebeldes, é importante colocar em destaque as três formas de regionalização/fragmentação do espaço geográfico mundial. Rogério Haesbaert (2002) nos ajuda a compreender esse processo a partir das seguintes subdivisões ou formas de organização multiterritoriais:

a) **O caráter zonal ou areal:** esta forma de regionalização pressupõe uma coesão territorial e o estabelecimento dos limites e fronteiras bem demarcados, conforme pode ser visto nas divisões das regiões metropolitanas, do Estado ou da federação. E, ainda, na delimitação de blocos regionais de poder, como o Mercosul, a União Europeia e o Nafta. Estas áreas, além da coesão, também são caracterizadas por sua funcionalidade econômica, pressupondo uma homogeneização de grandes áreas, ainda que estejam conectadas às verticalidades globais. Um exemplo que pode revelar o caráter funcional dessas Regiões é a especialização em determinada atividade produtiva ou ramo da indústria, tal como pode ser visto na regionalização econômica do Estado do Rio de Janeiro. Outro exemplo importante, que será desdobrado mais à frente, é a existência de zonas ou áreas separatistas dentro do Estado-Nação, vista, por exemplo, no território espanhol e na tentativa de separação da Catalunha, que visa a formar um Estado soberano;

b) **O caráter reticular ou dos territórios-redes:** este tipo de organização pressupõe um outro tipo de desenho espacial, caracterizado pela articulação ou a conexão de diferentes pontos do território, os “nós da rede”, através da existência de polos e do aumento dos fluxos decorrentes do aprimoramento tecnológico. Esse tipo de regionalização/fragmentação pode ser encontrado na organização do capitalismo financeiro global, nas grandes diásporas e no fluxo de imigrantes, na atuação das ONGs, ou mesmo nas grandes operações das redes do narcotráfico, interligando as diferentes localidades do planeta em redes políticas territoriais, através de linhas e pontos visíveis e invisíveis;

c) **A formação dos aglomerados de exclusão:** são espaços de instabilidade caracterizados por uma forma de territorialização relativamente precária, que se manifesta na fragmentação efetiva dos seus territórios. Dentro de um determinado recorte territorial, percebe-se a presença de cheios e vazios ou de diferenciações intra-regionais espalhados ou dispersos. Pode-se colocar, a título de exemplo, o processo migratório e a territorialidade dos grupos de refugiados ou religiosos, ou dos grupos diretamente afetados pelas dinâmicas de exclusão territorial nas cidades ou países, ou mesmo os grupos urbanos, camponeses ou guerrilheiros desterritorializados pelo Estado-Nação que, por outro lado, lutam por autonomia e pela reapropriação dos seus territórios, vislumbrando outras racionalidades, para além da lógica do capital.

É importante lembrar que estas variantes da regionalização ora podem ser vistas de forma separada, ora aparecem em sobreposição,

configurando um mosaico globalizado de unidades espaciais fragmentadas ao longo de todo o mundo. Cabe, agora, colocar em relevo a emergência das Regiões Rebeldes e o modo como estas diferentes lógicas refletem na fragmentação do espaço geográfico mundial.

Regiões Rebeldes

A nova ordem mundial, que se inaugura na década de 1990, possibilitou a emergência de outras racionalidades e outros tipos de regionalizações diferentes das tradicionais entre países do primeiro, segundo e terceiro mundo, ou do Norte e do Sul, além de arranjos espaciais que desconstruíram a divisão do mundo bipolar - o que significa dizer que as novas ordens em disputa não estão limitadas às dimensões do capitalismo ou do socialismo, mas sim, da emergência de blocos econômicos financeiros, do choque entre culturas e civilizações (tese de Samuel P. Huntington), de movimentos nacionalistas que lutam pela soberania territorial, da articulação política de grupos religiosos, de organizações insurgentes que lutam contra a opressão de Estados ditatoriais ou terroristas radicais, bem como dos movimentos sociais campestres e urbanos que lutam contra a exploração/opressão/exclusão e reivindicam maior autonomia para gestão dos seus territórios. O mapa abaixo nos ajuda a compreender de forma geral essas dinâmicas.



Em seu livro intitulado “O choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial” Samuel P. Huntington (2010, p. 18-19) afirma que: “A(s) cultura(s) e as identidades culturais – que em níveis mais amplos são as identidades das civilizações – estão moldando os padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo pós-guerra.” Por outro lado, existem teóricos da geopolítica que afirmam que vivemos uma época de hibridismos culturais que impossibilitariam a demarcação clara destas identidades.

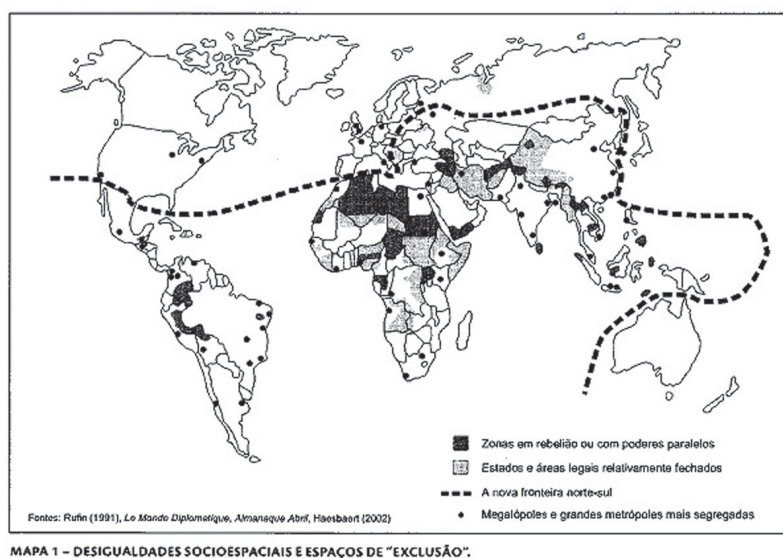


Figura 12.3

O mapa mostra a organização do espaço geográfico mundial com a nova (velha) fronteira norte-sul, que é demarcada considerando, sobretudo, o IDH dos respectivos países, além de indicar quais são as principais metrópoles, a partir do nível de desigualdade e segregação espacial, o que remete já ao apontamento dos aglomerados de exclusão e de muros (visíveis e invisíveis) que separam as áreas ricas e pobres. Contudo, o que gostaríamos de destacar nesta parte da aula são as áreas escuras presentes no mapa, denominadas na legenda **de zonas em rebelião ou com poderes paralelos**. É importante lembrar que estas “Regiões Rebeldes” podem estar relacionadas às grandes metrópoles que centralizam o poder administrativo dos Estados-nações e encontram-se dentro dos limites territoriais, ora se sobrepondo, ora sendo separadas ou excluídas, e ainda sendo incorporadas de forma vertical pelos governos e empresas. Para facilitar a identificação das Regiões Rebeldes e ampliar a percepção destes conflitos, optou-se por fazer a seguinte subdivisão:

1. Regiões e movimentos nacionalistas que lutam por soberania e autonomia territorial;
2. Regiões e movimentos terroristas;
3. Regiões e movimentos sociais insurgentes campesinos e urbanos.

Dentro desse contexto, vamos aprofundar alguns aspectos referentes ao processo de separação da Catalunha na Espanha, os conflitos da rede terrorista Al Qaeda, com apontamentos sobre os conflitos na Síria e a formação do Estado Islâmico e o movimento social Mapuche, presente nos limites do Chile e da Argentina.

A primeira Região a ser trabalhada, apesar de não aparecer explicitamente no mapa acima, é a que traz o processo em curso de separação da Catalunha na Espanha, que pode ser pensado de forma análoga à separação da Região Basca, e dentro do contexto de separatismo de algumas Regiões dos países da União Europeia. O nacionalismo e a criação da identidade catalã têm como pilares a existência da língua e da história mediaval, que remontam ao século XV, período em que teve início as críticas ao reinado de Castela, além do grande potencial econômico da Região. Um dos períodos mais importantes da luta que vem ocorrendo da Região da Catalunha foi do ano da conquista relativa da autonomia política, 1932, seguido de um período de forte repressão, que perdurou ao longo da ditadura franquista, de 1939 até 1976, e a subsequente Constituição Espanhola de 1978, que forneceria as bases de formação de um Estado plurinacional na Espanha. No período que antecede à virada dos séculos XX-XXI, foram aprovadas algumas leis para o uso do catalão no sistema de ensino, em canais de televisão e na administração do governo regional. As lutas atuais culminaram em outra votação para a separação da Região, que vai acontecer no dia 27 de setembro de 2015.



Figura 12.4: Manifestação pela separação da Catalunha.

Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/separatistas-fazem-passeata-vesperas-de-votacao-na-catalunha.html>

No dia 9 de setembro, estima-se que mais de um milhão de pessoas foram às ruas para reivindicar a separação da Região. As lutas atuais estão inseridas no seguinte contexto:

Nos últimos anos, principalmente a partir de meados da primeira década do século XXI, o movimento nacionalista catalão ganha outra característica. Os nacionalistas e independentistas catalães denunciam que a Catalunha está submetida a uma exploração econômica por parte do estado espanhol, principalmente no que se refere ao *déficit* da balança fiscal da Catalunha, entendendo que esta Comunidade Autônoma recebe muito menos do que contribui em matéria de impostos. [...] O discurso independentista se fortalece no momento em que a crise espanhola se aprofunda. Não bastasse a crise da zona do euro, que ameaça dividir o bloco entre os países que souberam administrar suas finanças e os que fracassaram na adoção da moeda única, agora os nacionalismos regionais ganham novo impulso em razão da crise econômica. Regiões como Escócia (que acaba de passar por um referendo separatista), o sul da França (Região de Occitania), o norte da Itália (onde os independentistas lutam pela criação da Padania), as lutas travadas na Bélgica pelo povo de origem flamenga, e a Catalunha, na Espanha, são alguns dos exemplos que apontam que, mesmo após 50 anos de tentativas e ações para a unificação europeia, o continente agora teme passar por um processo inverso, que é a fragmentação (Chagas, 2014, p. 759).

Atividade 2

SEPARATISMO EUROPEU

Regiões que querem independência



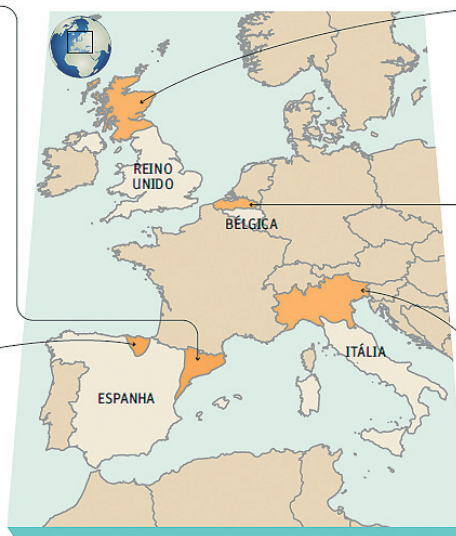
CATALUNHA

O Parlamento espanhol votou no mês de outubro para impedir o referendo de independência na região da Catalunha. Foi o mais recente lance da crescente batalha entre Barcelona e Madri, em meio a uma crise econômica que turbinou o sentimento separatista. Com sua própria língua e uma cultura diferente, a Catalunha tem uma população de 7,5 milhões de habitantes. Na semana passada, o governo espanhol afirmou que a região receberá brevemente € 3,3 bilhões de um fundo voltado para ajudar os governos regionais a pagarem seus débitos



PAÍS BASCO

Com uma população de 2,1 milhões de pessoas, o País Basco, como a Catalunha, tem suas próprias língua e cultura. O grupo separatista basco ETA, responsável por décadas de violência, anunciou em outubro de 2011 "a suspensão definitiva de ações armadas"



ESCÓCIA

O primeiro-ministro britânico finalizou recentemente um acordo que permite à Escócia definir em um referendo em 2014 se quer a independência. Com apenas 5,2 milhões de habitantes, a Escócia tem estado unida com o resto do Reino Unido por 305 anos. Mas, desde que o Partido Nacional Escocês venceu as eleições, a força do movimento pela independência tem crescido



FLÂNDRES

Com uma população de 6,2 milhões de pessoas, Flandres constitui a região norte da Bélgica, com Bruxelas como capital. Com um parque industrial que inclui montadoras, setor químico e farmacêuticas, a taxa de desemprego na região é aproximadamente a metade da Valônia, de língua francesa, no sul do país



PADÂNIA

A Liga do Norte da Itália tenta separar o norte da Itália —mais industrializado e próspero— da parte sul para criar uma nova região chamada Padânia. A liga se opõe às medidas de austeridade do primeiro-ministro Mario Monti e tem criticado, frequentemente, as instituições da União Europeia

Fonte: Reuters

Figura 12.5

Observe a figura acima, escolha uma das Regiões acima (diferente da Catalunha) e aponte os principais fatores que levariam à separação e as possíveis consequências desse processo.

O segundo exemplo de Regiões Rebeldes pode ser percebido nos sucessivos conflitos que vêm ocorrendo na Região do Oriente Médio.

O movimento terrorista Al Qaeda ganhou grande expressão no cenário geopolítico mundial, principalmente após o ataque aos símbolos do capitalismo e poderio bélico-militar dos Estados Unidos, respectivamente, as torres gêmeas em Nova Iorque e o Pentágono, em Washington. O grupo é representativo para entender a complexidade da organização dos territórios-redes, a partir da existência de núcleos ou bases de controle e articulação dos grupos armados, zonas ou áreas contíguas, em paralelo com as sucessivas células espalhadas por todo o mundo. De acordo com as ideias de Haesbart (2002), a estrutura do movimento estaria ancorada no incentivo à participação dos jovens em diferentes lugares do mundo, articulado às redes ilegais de pedras preciosas e nos investimentos na bolsa de valores, que servia para lavagem do dinheiro das organizações e inseria o grupo na rede do capitalismo financeiro mundial. Em seu texto “A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda”, Hasbaert explica o processo de formação das Regiões Rebeldes no Oriente Médio e seu caráter globalizador e fragmentário, de certo modo, retomando as três lógicas de disposição dos arranjos espaciais na atualidade:

Pelo seu caráter muito mais difuso, fragmentado e descontínuo (mas não desarticulado) no espaço geográfico, o terrorismo constitui um dos âmbitos “ilegais” mais perversos da globalização, e seu produto direto. É interessante lembrar que as conexões de uma rede como a da organização de Bin Laden vincula os territórios mais excluídos do processo globalizador, como os do interior afegão, até as “mecas” do capitalismo global, em Manhattan. Embora também possa surgir em áreas centrais do capitalismo mundial, é nas áreas mais pobres e excluídas (os aglomerados humanos de exclusão) que a rede do terrorismo de fundamentação religiosa pode se ver legitimada, como portadora das últimas esperanças de quem simplesmente não tem mais nada a perder. Finalmente, como já afirmamos, a territorialidade se caracteriza hoje pela sobre/superposição de vários tipos de território ou pela possibilidade de acionar estas várias modalidades (Haesbaert, 2002, p. 43).

O mapa abaixo revela a complexidade desse tipo de organização e aponta para os conflitos atuais na Região, particularmente na formação do Estado Islâmico, dentro dos limites da Síria e do Iraque.

LOCAIS ONDE A AL-QAEDA E SUAS RAMIFICAÇÕES OPERAM

**Figura 12.6**

Fonte: <http://oglobo.globo.com/mundo/fantasma-da-retirada-do-iraque-em-2011-volta-para-assombrar-obama-12817395>.

Sobre o processo de formação do Estado Islâmico, pode-se dizer que é um grupo organizado que segue os princípios do islamismo e vem se fortalecendo desde 2010. Ele controla uma região que se estende do noroeste do Iraque ao nordeste da Síria e vêm atuando através de práticas terroristas, como o sequestro e a execução de estrangeiros que são considerados inimigos, além de crimes sexuais contra mulheres de etnias rivais. Estima-se que o grupo tenha um contingente de aproximadamente 60.000 seguidores, e o principal alvo dos ataques é o governo sírio de Bashar al-Assad, presidente que é descendente de uma família que se encontra no poder há 40 anos e que vem sendo considerado ditador pelos críticos do regime. A Síria encontra-se em guerra civil desde 2012, fato que vem provocando uma onda de milhões de imigrantes que tentam chegar à Europa através do mar Mediterrâneo.

Dia após dia, percorrem o mundo imagens de pais chegando às costas da Europa, exaustos e encharcados e segurando seus filhos apáticos e exauridos. O fato de estarem desesperados e vulneráveis depois de uma travessia agonizante no Mediterrâneo em embarcações decrepitas ou superlotadas é inquestionável.

Mas isso faz deles refugiados de guerra ou opressão, com direito à proteção, sob as leis internacionais, ou eles seriam mais bem descritos como imigrantes, pessoas que simplesmente buscam uma vida melhor em outro país?

A FORÇA (E A CONFUSÃO) DAS PALAVRAS

Karl Ritter Associated Press, Estocolmo(Suécia) (28/08/2015) Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/08/1674827-refugiados-ou-imigrantes-a-discussao-sobre-os-termos-para-descrever-a-crise.shtml> - Acesso 06 de setembro de 2015”

Esse conjunto de questões apontam para a complexidade das dinâmicas territoriais globais, para outra forma de fragmentação da região do Oriente Médio e para a formação de novos aglomerados de exclusão.

O terceiro processo de construção das Regiões Rebeldes seria o dos aglomerados humanos de exclusão, mas visto sob a ótica da emergência de movimentos sociais insurgentes. Poderíamos citar como exemplo os diversos movimentos que vêm acontecendo na América Latina desde meados do século XX até hoje, dentre eles, as FARCS – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, movimento de guerrilha da Colômbia, localizada principalmente nas selvas do sudeste e nas planícies localizadas na base da Cordilheira dos Andes, e o EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional, na Região do Chiapas, no México. Optamos por colocar em destaque aqui, como exemplo, um grupo menos conhecido, que está localizado em partes do território chileno e argentino, mais perto de nós.

Os mapuches são um povo indígena, que (por enquanto) compartilha um território, uma língua e uma cultura próprias, e atualmente encontra-se numa região que se divide entre os limites do Chile e Argentina. O movimento mapuche resistiu primeiro à invasão do império inca; depois, à invasão da metrópole espanhola, que finalmente terminou por reconhecer uma fronteira e uma soberania sobre o território mapuche. Contudo, seria somente com a conformação do Estado-nação que o território mapuche seria oficializado. No final do século XIX, os Estados chileno e argentino começaram um processo de colonialismo interno e de anexação dos territórios que, até esse momento, encontravam-se fora da sua soberania. Para o caso chileno, o processo chamou-se Pacificação da Araucânia, enquanto para o caso argentino, falou-se da Conquista do Deserto. Estas duas formas de chamar os processos de colonialismo interno permitem dar conta do imaginário territorial que tinham os

Estados: por um lado, levar a paz aonde habitavam os selvagens e, por outro lado, levar o desenvolvimento aonde não havia “nada”.

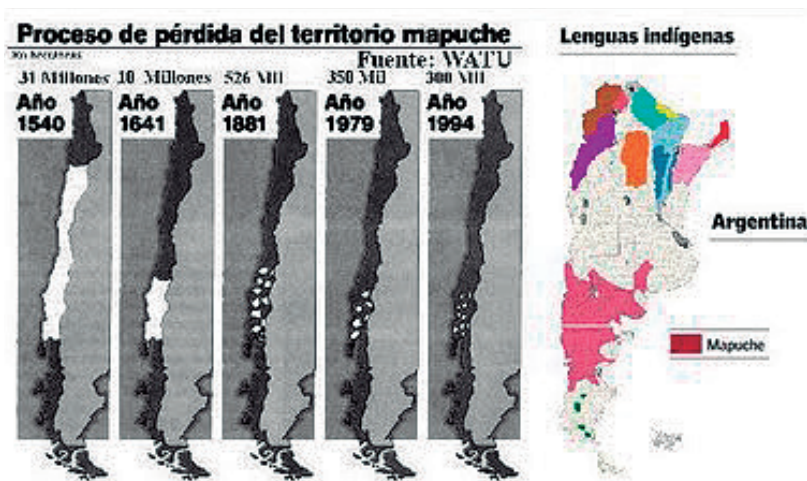


Figura 12.7

Fonte: http://joshuaproject.net/people_groups/13526/CI - Acesso: 06 de setembro de 2015

O processo de colonização de terras do lado chileno se justificou por conta do interesse dos empresários rurais de expandir as fronteiras agrícolas da produção de aveia. Isso esteve intimamente conectado com o sistema-mundo porque, nesse período, os Estados Unidos passavam pela febre do ouro, enquanto o Chile estava interessado em ser o abastecedor de alimentos e cereais do mundo.

O resultado do processo de colonização foi a morte de muitos mapuches e um forte processo de desterritorialização, que deixou muitos deles sem terras, espalhados por todo o território nacional (hoje, um terço dos mapuches mora em Santiago, a capital do país). Os mapuches que ficaram no território ancestral sofreram reduções territoriais similares àquelas que foram feitas com as reservas indígenas em outros lugares no mundo e no Brasil. O território mapuche ficou reduzido de 11 milhões de hectares a uns 5% do original (500.000 hectares).

Paralelamente, o estado chileno motivou o processo de colonização estrangeira em todo o novo território mapuche (principalmente, alemães) - o que gerou a reprodução de uma série de relações coloniais no mundo rural. O processo de desterritorialização se aprofundou durante todo o século XX através de uma série de meios legais que facilitaram os processos de acumulação por espoliação capitaneada pelos latifundiários.

Durante todo o século XX, os mapuches lutaram pelo reconhecimento de seu território, como povo autônomo e contra os processos de usurpação das suas terras. Esta situação mudou no curto período de reforma agrária do Estado chileno de Salvador Allende, entre os anos de 1960-1973, quando os mapuches recuperaram grande parte das suas terras. Contudo, a chegada da ditadura militar proferiu um novo golpe ao grupo mapuche, intensificando o processo de contra-reforma agrária, que levaria novamente à perda de terras e fragmentação do seu território. Além disso, o projeto neoliberal, que teve o Chile como principal protagonista na América do Sul, implicou um processo de profunda reestruturação territorial, criando novas dinâmicas que afetaram diretamente as comunidades, devido à onda de privatizações e à entrada irrestrita das multinacionais no país.

Os interesses e impactos são decorrentes da expansão da indústria florestal de pinho e eucalipto, que foi incentivada pelo governo por meio de subsídios, financiando mais de 70% das operações. Os impactos do extrativismo florestal são imensos, e tiveram como consequência o empobrecimento das comunidades mapuches, a erosão das terras, a perda da biodiversidade, um processo de acumulação por espoliação acelerado e a fragmentação da Região mapuche.

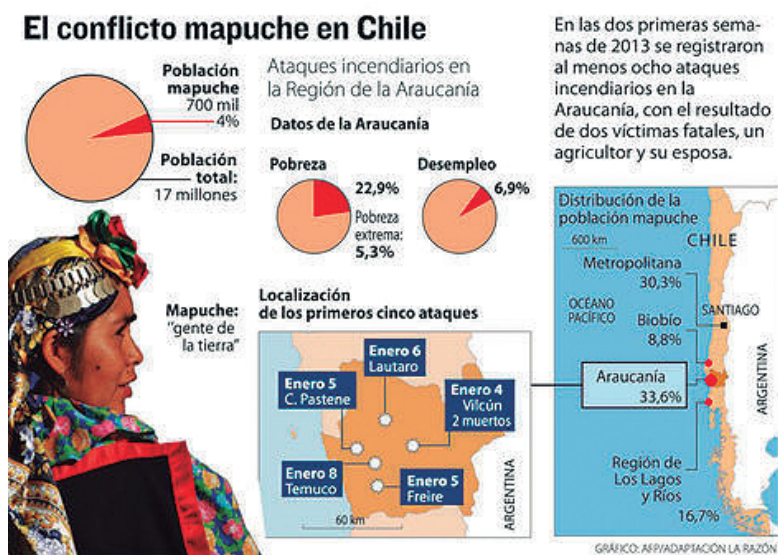


Figura 12.8

Fonte: http://www.la-razon.com/index.php?url=/mundo/Chile-medidas-enfrentar-conflicto-mapuche_0_1771022890.html

Hoje, os mapuches lutam principalmente pela terra, mas também pelo território. O que significa dizer que lutam por possibilidade de exercer suas práticas culturais, políticas, sociais, econômicas e de relação com a Natureza dentro das regiões que habitam.

Referências

CHAGAS, Rodolfo Pereira das. *Catalunha: uma nação sem estado*. Acesso em: <http://www.editoralettera1.com/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p752-760.pdf>. Acesso -06 de setembro de 2015.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *Regional – Global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Região, diversidade territorial e globalização geographia* – Ano. 1 – No 1 – 1999

_____. *A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda*. Terra Livre São Paulo Ano 18, vol. I, n. 18 p. 37 - 46 JAN.-JUN./ 2002.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. Território n. 6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond, 1999.

_____. *Por uma outra globalização do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Aula 13

A regionalização e os modelos
de espaços regionais

*Alexandre Henrique Asada
Arthur Pereira Santos*

Metas

Apresentar diferentes modelos de espaços regionais, aprofundando o tema sobre a prática da regionalização e sobre o conceito de região. Analisar diversos modelos e adentrar a discussão sobre a região como um artefato, ou seja, como um fato e como um artifício, identificando as intencionalidades e as influências das correntes de pensamento da Geografia nos modelos de regionalização.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. aprofundar o estudo do processo de regionalização e sobre a região na sua complexidade, como categoria de análise e categoria da prática;
2. analisar diferentes modelos de espaço regional e seus critérios de regionalização;
3. relacionar as propostas de regionalização do espaço com as várias correntes e escolas de pensamento da geografia.

Introdução

Nesta aula, aprofundaremos o estudo sobre a região e sobre o processo de regionalização, analisando vários modelos de divisão regional do espaço e identificando as filiações teóricas e metodológicas de cada modelo. Nas aulas anteriores, estudamos a importância do conceito de região e as transformações pelas quais este conceito passou ao longo da história do pensamento geográfico até hoje em dia. Vimos que cada escola de pensamento da Geografia, da Geografia tradicional francesa até as vertentes mais recentes, com influência do pensamento pós-estruturalista (passando pelas Geografias teórico-quantitativa, marxista e humanista), teve sua contribuição e acabou dando o seu viés para o conceito de região.

A mudança de sentido não fica somente no conceito, mas na questão de se a região é uma realidade empírica ou um recurso de classificação do observador que pesquisa e divide o espaço segundo algum critério, seja mais econômico, político ou social e cultural. De uma concepção mais empirista da região de discípulos de Lablache, como um fato, até uma visão mais abstrata como a de Hartshorne, como um artifício do pesquisador ou do planejador, a região é melhor compreendida como uma combinação dos dois, ou seja, como um artefato (HAESBAERT, 2010). Desde Lablache, passando pela grande valorização na década de 1950 com a Geografia quantitativa, a análise regional serviu para o planejamento e a intervenção na realidade, principalmente por parte do Estado.

De um ponto de vista histórico, então, todo modelo ou análise regional, por mais que tenha sido construído artificialmente por meio de uma divisão com os critérios e intencionalidades do pesquisador, quando é utilizada para subsidiar uma intervenção na realidade, acaba por transformá-la e, portanto, tornar-se região de fato. Hoje em dia, muitas propostas de análise regional, tanto na academia quanto no âmbito do Estado, carregam influências e têm filiação com alguma das correntes de pensamento da Geografia. Muitas das questões que estiveram presentes desde a discussão clássica sobre a definição de região continuam presentes ainda hoje, como a homogeneidade da área, a articulação interna da região ou a diferenciação com relação a outras regiões de uma mesma totalidade, ainda que de uma forma nova.

Durante a história da disciplina, muitas foram as “mortes” da região, e também muitos foram os renascimentos, como descreveu Haesbaert

(2010) e Lencioni (2005). Na verdade, o que ocorria era a mudança da realidade, que, quando ocorre, sempre exige uma atualização dos conceitos, como destacou Santos (2014 [1985]). Lencioni (2005) defende que estudar a história do conceito ajuda a entendê-lo. Mais do que entender somente o conceito, é necessário entender também como ocorreram as mudanças nos conceitos de acordo com as mudanças na realidade e como, de maneira dialética, a realidade e a teoria se entrelaçam.

As transformações pelas quais passou a sociedade moderna, as metamorfoses do capitalismo na sua expansão para o mundo todo, marcaram transformações no conceito de região e nas práticas de regionalização. Atualmente, a tendência contemporânea à fragmentação e a dificuldade de tratar dos conteúdos cada vez mais complexos do território, os seus conteúdos, como as pessoas o vivenciam, têm tornado mais difícil a identificação e análise regional. Nem por isso significa que ela tenha morrido mais uma vez; é preciso atualizar o conceito de acordo com os novos desafios com que a realidade nos presenteia.

A regionalização com relação a aspectos naturais

A divisão do espaço de acordo com aspectos naturais liga-se à tradição dos estudos dos chamados naturalistas, que marcaram o início da Geografia moderna, que tem em Alexander von Humboldt o seu mais completo exemplo. Ainda contaminados pelo espírito iluminista, cuja ambição de dominar o mundo por meio da razão andava junto com a formação de grandes filósofos que dominavam vários saberes, a época assistiu à formação de grandes intelectuais. Humboldt foi um dos últimos; e foi com esse espírito que conduziu seu projeto de construção de sua obra mais famosa, *Kosmos*, que pretendia ser uma ambiciosa descrição do universo.



Figura 13.1: Alexander von Humboldt, pintura de Friedrich Georg Weitsch, 1806.

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/db/Alexandre_humboldt.jpg/200px-Alexandre_humboldt.jpg. Acesso em 17 set. 2015.

Friedrich Wilhelm Henrich Alexandre von Humboldt foi um naturalista, explorador e geógrafo prussiano (1769-1859), e uma personalidade influente no contexto do Romantismo alemão. Era o irmão mais novo do ministro da Prússia, filósofo e linguista Wilhem von Humboldt (1767-1835). Seu intenso trabalho em Geografia Botânica fundou as bases para a consolidação de uma biogeografia, enquanto ramo de estudos. Também contribuiu com estudos de climatologia, geologia, ecologia e vários estudos que mais tarde viriam a ser os vários ramos das ciências naturais.

Como naturalista viajante, aventurou-se para vários lugares do mundo. Entre 1799 e 1804, realizou uma viagem para a América Latina, adentrando e explorando o interior do território, elaborando uma descrição e uma interpretação científica da Natureza do continente pela primeira vez. Sua descrição da viagem foi escrita e publicada em vários volumes durante 21 anos. Propunha uma interpretação holística da Natureza, e tinha um projeto de escrever um livro que descrevesse todo o universo, chamado de Kosmos, termo grego que ele recupera. Figura paradigmática da busca do iluminismo e do idealismo alemão, é também conhecido como um dos pais da Geografia moderna.

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Alexander_von_Humboldt. Acesso em: 20 set. 2015.

Seu projeto intelectual tinha semelhança com a visão da Geografia enquanto estudo da diferenciação de áreas, na linha definida por Harshorne (HAESBAERT, 2010), na medida em que ele tinha como foco a totalidade da Terra, a Natureza, o Cosmos, mas preocupava-se também em estudar os fenômenos da Natureza em sua especificidade. Enquanto naturalista, Humboldt foi um dos primeiros a estudar e identificar espécies de plantas, pensar a vegetação do mundo, a dinâmica dos mares, e outros fenômenos naturais de maneira espacial, ou seja, porque eram diferentes em cada lugar do mundo. Essa tradição iniciada por Humboldt foi desaguar na Geografia Física, uma das divisões da Geografia que temos hoje, sendo a outra a Geografia Humana, mas desenvolvida por Ritter (CAPEL, 1985).

No período em que predominou a Geografia regional francesa, do final do século XIX até a primeira metade do século XX, como já vimos, a ideia de região incluía uma interligação particular da sociedade local, da cultura local, com o ambiente natural local, de modo que resultasse numa paisagem característica. E, nesse caso, a região era uma síntese, e poderia propiciar a descrição dessa união específica entre Natureza e sociedade numa área, o fim último da Geografia, segundo uma das tradições (LENCIONI, 2005). Nos estudos regionais que seguiram, chamadas monografias regionais, havia sempre a preocupação da descrição natural da região, da região natural, seguida de um estudo da população, da economia e, no final, buscava-se a síntese regional (GOMES, 2006 [1995]).

Ao longo do século XX, as monografias regionais (da Geografia regional francesa) passaram a perder força e sentido, na medida em que avançam os processos de modernização e urbanização, mas não a importância dos estudos sobre o ambiente natural e da relação sociedade/Natureza. Passou, então, a surgir a especialização em Geografia Física, e o escrutínio e descrição dos ambientes naturais dos países passou a ser um conhecimento estratégico, sobretudo nos países que viviam rápidos processo de modernização, como foi o caso do Brasil. Aqui, então, apesar de já ter havido tentativas de classificação dos ambientes naturais,

foi a partir da metade do século XX em diante que começam a haver tentativas de explicação e regionalização da Natureza no Brasil.

No caso brasileiro, uma importante classificação dos ambientes naturais, muito usada hoje em dia, é a do geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber. Depois de realizar estudos sobre ambientes naturais em vários lugares pelo Brasil, ele, enfim, cria uma classificação, dividindo a totalidade do espaço brasileiro, que chamou de domínios de Natureza no Brasil. Na sua classificação, ele se baseia em características do relevo, do clima e da vegetação, enfatizando a fitofisionomia da paisagem, que lhe dava uma familiaridade, uma certa homogeneidade. A região vai ser discutida em outros termos.



Aziz Nacib Ab' Saber (1924-2012)

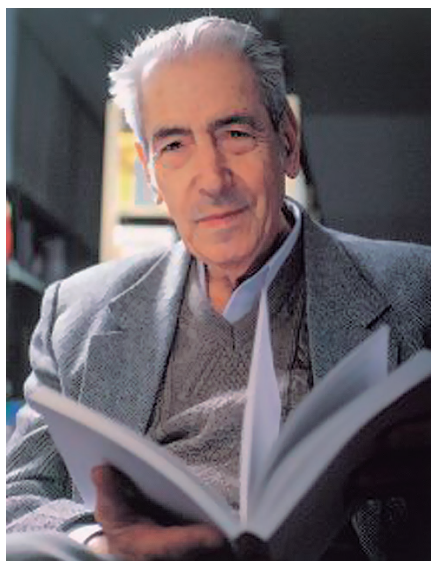


Figura 13.2

Fonte: <https://www.algosobre.com.br/images/stories/Geografia/aziz.jpg>. Acesso em 18 set. 2015.

Aziz Nacib Ab' Saber foi um importante geógrafo brasileiro. Especializado em Geografia Física, tendo produzido grandes avanços na área de geomorfologia, não deixou de fazer contribuições

para a Geografia brasileira como um todo, intervindo sempre na vida política do país, cumprindo o papel que achava ser do intelectual. Nascido em São Luís do Paraitinga, frequentou as primeiras turmas do curso de História e Geografia da Universidade de São Paulo, tendo aula com professores estrangeiros trazidos pela elite paulista para fundar a USP, como a missão francesa.

Realizou vários estudos sobre as diversas regiões brasileiras, tendo inclusive contribuído para a descoberta de petróleo no nordeste brasileiro. Seus estudos dos relevos, das vegetações, das dinâmicas naturais brasileiras, ao longo de muitas décadas, levaram-no a desenvolver uma embasada teoria sobre os domínios naturais do Brasil sobre um enfoque genético e estrutural, considerando os paleoclimas e a teoria dos *reductos* e *relictos*. Professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, também foi membro do Instituto de Estudos Avançados da mesma universidade. Foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e teve intensa participação pública em discussões sobre o meio ambiente no Brasil, como no recente debate sobre as mudanças no Código Florestal brasileiro.

Vejamos, com as próprias palavras do autor:

(...) entendemos por domínio morfoclimático e fitogeográfico um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições do relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Tais domínios espaciais, de feições paisagísticas e ecológicas *integradas*, ocorrem em uma espécie de área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo. A essa área mais típica e contínua – via de regra, de arranjo poligonal – aplicamos o nome de área core, logo traduzida por área nuclear – termos indiferentemente empregados, segundo o gosto e as preferências do pesquisador (AB’SABER, 2003, p. 11-12).

É interessante notar como, na definição dos domínios, o autor não as define como regiões naturais, mas sim como áreas, e se refere a elas como domínios da Natureza no Brasil, ou feições paisagísticas, na medida em que a paisagem, a homogeneidade visual, é um dos critérios. No entanto, trata-se de uma divisão regional, uma vez que trata de estabelecer critérios que dão certa homogeneidade a subespaços de uma totalidade. Subespaços esses que têm uma coerência interna e articulação interna, com relações internas e relações externas, como discute Santos (2014 [1985]). Também cabe lembrarmos que, na Geografia tradicional francesa, a região como síntese também podia ser percebida visualmente, pois a imbricação dos elementos naturais e os gêneros de vida locais a tornavam única, ou seja, ela tinha uma paisagem particular. Mais à frente, quando descreve em detalhes cada subespaço, o autor confirma isso chamando os domínios de região em que domina certo tipo de relevo e vegetação.

Vejamos o mapa da proposta de Ab'Saber (2003):



Figura 13.3

Fonte: <http://marcosbau.com.br/wp-content/uploads/2012/10/dominios-morfoclimaticos.gif>. Acesso em 20 set. 2015.

Por exemplo, quando fala do domínio das Terras Baixas Florestadas da Amazônia: “Região em geral encoberta por um mar de nuvens baixas, fortemente carregadas de umidade. Presença eventual da famosa mata de “igapós”, evocando um ambiente exótico e pleno de interrogações...” (AB’SABER, 2003, p.13). Com as outras regiões, ou outros domínios naturais, é a mesma coisa. A divisão, enfim, proposta por Ab’Saber para o território do Brasil no seu aspecto natural consiste em: 1) Domínios das terras baixas florestadas da Amazônia; 2) Domínio das Depressões Interplanálticas Semiáridas do Nordeste; 3) Domínio dos “Mares de Morros” Florestados; 4) Domínio do Planalto das Araucárias; 5) Domínio das Pradarias Mistas do Rio Grande do Sul.

Por fim, é importante fazer alguns últimos comentários sobre essa divisão. Ela se assemelha muito, por considerar a vegetação, com a divisão em biomas, mas os mapas e limites de cada subespaço não coincidem, na medida em que Ab’Saber (2003) usa outros critérios. Além disso, a classificação deste autor pensa na história natural, nas várias mudanças climáticas do planeta que influenciaram na formação da paisagem tal como ela é hoje, de acordo com as teorias dos redutos e dos refúgios (AB’SABER, 2003). Assim, sua classificação aproxima-se da visão dos biomas, considerando Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica, mas, por exemplo, não inclui o Pantanal, que, para Ab’Saber (2003), trata-se de uma área de transição entre domínios.

Os modelos de região socioeconômica e as disparidades regionais

Na história do Brasil, podemos pensar outros modelos de espaço regional que usam diferentes critérios e têm intencionalidades políticas e sociais mais claras, mas que não deixam de dialogar com esta visão da região enquanto região natural. Assim como a proposta da Geografia tradicional, as propostas que analisam a região social, cultural e econômica não deixam de também considerar o seu aspecto natural. Em alguns casos, ele predomina, mas em outros, não. Podemos pensar até como faz Santos (2012 [1996]) na sua periodização da evolução do meio geográfico, uma fase em que as condições naturais tinham mais influência na Humanidade, o meio natural, e fases posteriores em que elas deixaram de ter tanta influência, no sentido de deixarem de ser determinantes ainda que o condicionem de certa forma, são os meios técnicos, meio científico e o meio técnico-científico-informacional, a nossa atual fase (SANTOS, 2012 [1996]).

Refletindo sobre a ocupação do Brasil, Moreira (2011) indica como a ocupação colonial iniciou-se, respeitando algumas limitações naturais, na medida em que elas facilitavam ou dificultavam certas atividades econômicas. Assim, nas áreas de mata atlântica, ocorreu a lavoura de cana, enquanto no interior, seguindo a caatinga, a atividade foi a pecuária. A divisão natural do Brasil, inclusive, delimitava a ocupação de certos grupos indígenas, os tupis, na mata atlântica, e os jês, na caatinga. Com outras atividades do período colonial, e que continuou no período do Império, também ocorreu fenômeno semelhante, como o ciclo da borracha na Amazônia e o avanço do café nas áreas dos mares de morros florestados do sudeste, na classificação de Ab'Saber (2003), onde havia a terra roxa (latossolo vermelho, fruto de derramamento basáltico), muito fértil e propício para a lavoura do café.

Essa lógica de ocupação, que foi chamada de “economia de arquipélago”, criou um tipo de ocupação mais voltada para o comércio externo, sendo as futuras regiões do Brasil, na verdade, regiões de um mundo colonial. Desta forma, além do aspecto natural, havia um grupo social em dada área, com relações de produção, relações políticas, divididas em classes e com os costumes e a cultura local. A sociedade local vivenciava a Natureza local, e tinha uma ligação simbólica com ela. Mas já era integrada num mundo, antes o mundo colonial, e, depois da independência do país, passou a ligar-se ao mundo por meio do Estado-nacional, do qual era um subespaço. A economia, entretanto, continuou agrário-exportadora até o começo do século XX, período em que começa a se industrializar, tendo como foco a região do café e os excedentes que este produto gerava (OLIVEIRA, 1981).

Durante os anos de modernização do Brasil, quando se intensifica a industrialização e urbanização, a partir da década de 1950, surge o problema da integração das várias partes do país que ainda carregavam heranças de um espaço colonial. Assim, constituiu-se o espaço brasileiro e suas regiões. Durante o século XX, começaram a surgir, por demanda do poder central, várias propostas de regionalização. Entretanto, tendo a modernização do território iniciado em um ponto, a integração econômica e social do território vinha em conjunto de um acirramento das desigualdades entre as regiões.

A primeira regionalização do Brasil, no início do século XX, data de 1913, e tinha como referência principal as regiões naturais. As regionalizações que seguiram, de 1940, 1945 e 1950, ainda baseavam-se em critérios fisiográficos e foram realizadas pelo recém-criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado durante o Estado

Novo, no contexto de centralização política e busca de planejamento. Mas foi a partir da regionalização de 1960 que passaram a basear-se mais em critérios econômicos, sociais e culturais.

Essa divisão regional do país carregava já uma situação de desigualdade econômica e de poder, na medida em que, na região sudeste, começava a se desenvolver a indústria, e esta, por sua vez, passava a subordinar todo o espaço nacional aos seus interesses. O modelo de divisão regional neste momento, então, depois da década de 1950, passa a ser outro. Não se tratava nem de basear-se em critérios naturais, nem tratava-se de uma divisão das regiões com paisagens rurais bem características, em que as técnicas e o “gênero de vida” regional proporcionavam uma síntese única, como na Geografia regional francesa. Tratava-se, isto sim, de uma divisão regional em que as partes do todo se diferenciavam por sua função na produção nacional, tratava-se de uma regionalização que levava em conta a divisão territorial do trabalho nacional, como esclarece Santos (2014 [1985]).

Vejamos um mapa que representa a evolução das regionalizações realizadas pelo IBGE:

Divisões regionais do Brasil, IBGE (1940, 1945, 1950 e 1960)

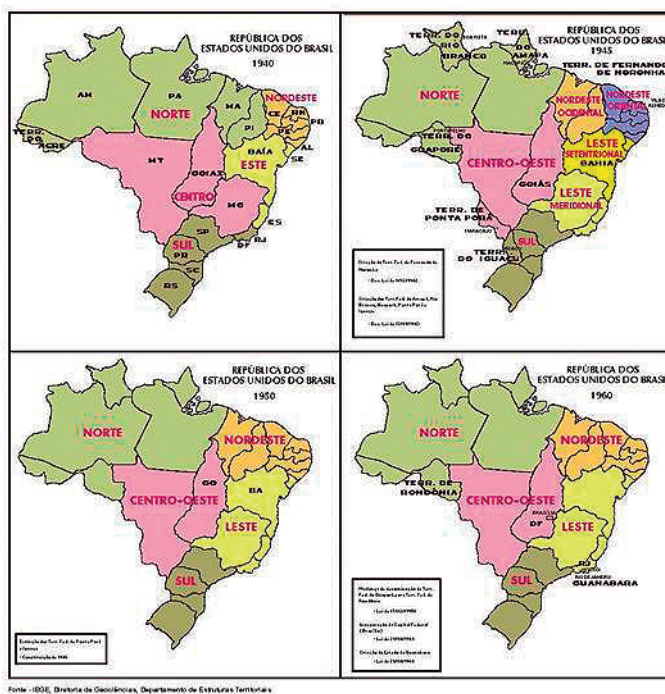


Figura 13.4

Fonte: <http://www.sohistoria.com.br/mapas/mapasmodernos/>. Acesso em: 18 set. 2015.

Observando os mapas, podemos perceber que eles respeitam os limites dos estados, limites que são administrativos, mas que também não deixam de ter uma história de formação que leva em conta o histórico da ocupação e certos limites naturais. Certas áreas ainda não são estados da federação, nos mapas, mas pertencem à antiga categoria de “territórios federais”, como o território de Rondônia, território do Amapá, território de Ponta-Porã, território do Iguaçu. Alguns desses foram sendo integrados aos estados da federação, outros conquistaram o *status* de estado. O fim dessa categoria de “território federal” só se dá em 1988, quando os últimos “territórios federais”, do Amapá, de Rondônia e de Roraima, tornaram-se estados autônomos.

Cabe lembrar que, entre 1940 e 1960, vivemos o fim do Estado Novo e o governo de Juscelino Kubitschek, sendo que o primeiro iniciou a modernização do estado brasileiro, segundo Oliveira (1981), tendo a elite industrial imposto seus interesses ao Estado para a modernização e integração do território. O governo de Juscelino, com o plano de metas e a integração do território, por meio de construção de rodovias e a construção de Brasília, prosseguiu a integração do território.

Sendo o desenvolvimento geográfico desigual, próprio da modernização capitalista, seletivo, não é de se estranhar que as indústrias tenham se estabelecido em uma região, enquanto as outras se integravam de maneira subordinada. A elite agrária do nordeste ainda conseguiu se manter no poder, com a estrutura social do nordeste arcaico, mesmo depois do início da industrialização, mas os excedentes da economia da região passaram a ser recolhidos pelo Estado e destinados ao apoio das atividades industriais. A elite agrária passou a explorar mais os trabalhadores pobres do campo, e essa exploração, assim como as promessas de emprego e de um modo de vida melhor na região industrial, acabou levando com que o nordeste se tornasse uma região fornecedora de força de trabalho para a região industrializada (OLIVEIRA, 1981).

Vejamos os mapas da regionalização do IBGE, de 1970, e, depois, com a atualização da Constituição de 1988, que criou os estados de Tocantins, Rondônia, Amapá e Roraima, o mapa da regionalização do Brasil atual, de 1990.



Figura 13.5

Fonte: http://www.Geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal_13710626581970.JPG. Acesso em 20 set. 2015.



Figura 13.76

Fonte: http://www.Geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal_13710627291990.JPG. Acesso em 20 set. 2015.

Em meados da década de 1950, enquanto o país se modernizava, o mundo via o crescimento da ideologia do desenvolvimento. A situação de pobreza do terceiro mundo, em contraste com a situação dos países industrializados do primeiro mundo, e dos países socialistas, do segundo, foi seguida por estratégias de resolução das desigualdades com busca de mais desenvolvimento. Foi a época também em que surge e

se espalha a prática do planejamento estatal, planejamento econômico, sobretudo, muito devido à crise de 1929 e a ascensão do keynesianismo.

Na economia e na Geografia, surgem teorias que passam a tentar entender a lógica das localizações das indústrias e dos centros urbanos (por isso, são teorias locacionais) e o surgimento de áreas de influência desses grandes centros urbanos. As teorias e modelos sobre localizações de atividades econômicas, depois do pioneiro Von Thünen, no século XIX, foram desenvolvidas por vários autores no século XX, como Alfred Weber, Walter Christaller, August Losch e Walter Isard (LIBERATO, 2008). Tentava-se entender as localizações de maneira racional, seja pela proximidade de fontes de matérias-primas, dos consumidores, levando em consideração o transporte, etc. Christaller, em 1933, criou a teoria dos lugares centrais, que pensava áreas de influência de cidades (suas hinterlândias), e estas, por sua vez, estavam também integradas numa rede de cidades hierárquica. Vejamos abaixo o modelo de Christaller.

Modelo de Christaller

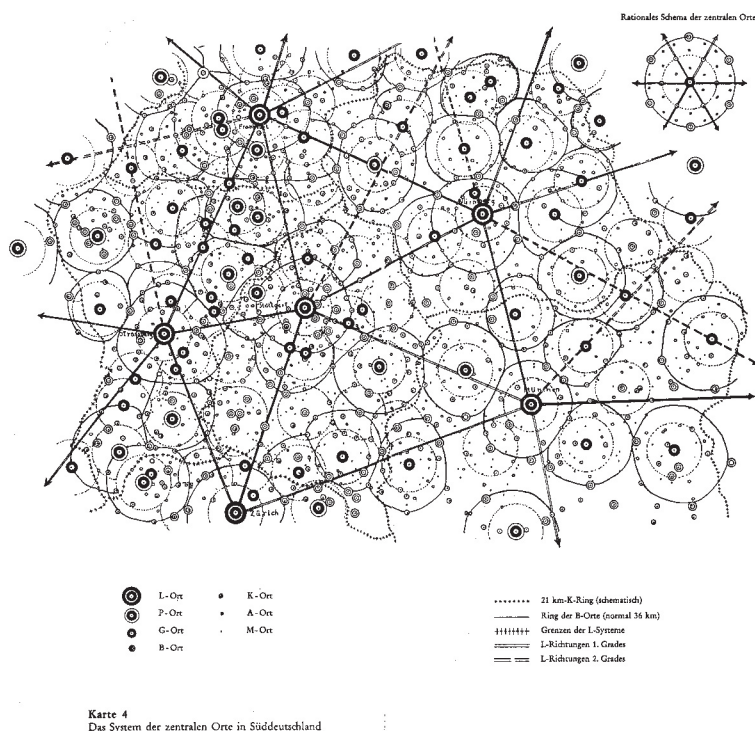


Figura 13.7

Fonte: <https://skfandra.files.wordpress.com/2008/06/christaller.gif>. Acesso em 18 set. 2015.

Segundo este modelo, as maiores cidades, as metrópoles, teriam uma área de influência maior, sua *hinterlândia*, que incluía vários espaços rurais e urbanos de pequenas cidades, que, por sua vez, influenciavam as áreas rurais no seu entorno. As pequenas cidades se ligavam a cidades maiores, que se ligavam entre si, formando uma complexa e hierárquica rede urbana. Aqui é interessante voltar à conceituação de Haesbaert (2010) sobre o conceito de região. Na discussão do autor, chega-se à questão sobre a homogeneidade da região, que se diferenciaria de outras regiões. Mas, para o autor, uma região não precisa ser completamente homogênea, e deve-se levar em consideração também a articulação e coesão internas e a articulação externa, sobretudo, se pensarmos que o processo de urbanização e industrialização significou uma reorganização do território nacional, mudando as formas de articulação, as densidades, o espaço urbano. A região no mundo urbano moderno não era uma entidade típica, até exótica, como as diversidades encontradas com os diversos “gêneros de vida”, mas sim uma paisagem cheia de articulações, com cidades, espaços urbanos e espaços agrários, que tinham uma conexão e formavam uma região agora por conta da divisão social do trabalho. Como diz Santos (2012 [1985]), a região era definida de acordo com a sua produção; eram regiões produtoras, que tinham uma funcionalidade dentro de um mundo que começava a se interligar de maneira mais incisiva, para formar o que o autor chamou de meio técnico-científico.

No Brasil, a industrialização e a formação de uma região moderna ocorreu no antigo espaço do café, aproveitando-se da infraestrutura de ferrovias que tinham sido construídas para levar o café das áreas de produção até os portos. Essa rede foi refuncionalizada pela nova realidade das indústrias e, para muitos autores, explica o porquê da primazia de São Paulo nesse processo (OLIVEIRA, 1981). Vejamos um mapa da rede ferroviária de São Paulo, do começo do século XX.

**Figura 13.8**

Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferrovitarios/1954-ibge/ferrovias-do-brasil-em-1954-ibge-centenario.gif>. Acesso em 18 set. 2015.

Por meio desses caminhos, foi possível se formar uma rede de cidades, hierarquicamente estabelecidas, e uma articulação e coesão para que essa região se modernizasse. Aos poucos, foi isso o que aconteceu. A industrialização se concentrou em uma região do território brasileiro, enquanto as outras serviram como região fornecedora de força de trabalho para a área industrializada ou como fonte de recursos, ou ainda como “vazio territorial” por onde podia avançar a fronteira agrícola e uma agricultura de exportação. Para entender esse novo país que se modernizava, o geógrafo brasileiro Pedro Geiger, em 1967, propôs uma regionalização, considerando complexos regionais ou regiões geoeconômicas do país. O autor dividiu, então, o Brasil em três regiões, sem seguir exatamente as divisões administrativas dos estados: 1) a Amazônia, 2) o Centro-Sul; 3) o Nordeste, como representado na figura abaixo.

Complexos Regionais (regiões geoeconômicas), de Pedro Geiger (1967)

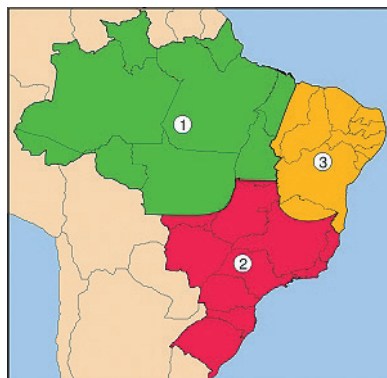


Figura 13.9

Fonte: http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/08/c1de300px-Brazil_Geoecons.svg.jpg. Acesso em 20 set. 2015

Essa regionalização de Pedro Geiger, um retrato do Brasil na década de 1960, era, ao mesmo tempo, resultado de ações passadas, um fato, mas também serviu como plataforma e projeto de futuras ações, na medida em que serviu para o plano de desenvolvimento regional das duas regiões consideradas atrasadas, a Amazônia e o Nordeste. E, nesse sentido, a regionalização construiu regiões como artefato, como discute Haesbaert (2010), na medida em que não via a pluralidade de formas de ocupação que a região já possuía. Isso porque a década de 1950 viu surgir a ciência regional e a multiplicação de estudos e políticas de desenvolvimento regional, que visavam à correção das desigualdades regionais desenvolvidas no decorrer do processo de desenvolvimento capitalista no território. Foi com esse espírito que surge a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, tendo à frente o economista Celso Furtado, com o intuito de promover o desenvolvimento dessa região empobrecida.

A região de atuação da SUDENE incluía quase todos os estados da região nordeste, segundo a classificação do IBGE atual, com exceção do estado do Maranhão, que era cortado no meio, e da parte norte do estado de Minas Gerais, pertencente à região sudeste. Isso porque a região de atuação da SUDENE seguia, quase totalmente, a região natural do sertão nordestino, e inclusive tem origens no antigo Departamento Nacional de Obra contra as Secas (DNOCS), cujo foco era a região semi-árida nordestina. As atuações, entretanto, não foram pontuais como as do DNOCS, mas, sim, ocorreram de modo sistêmico, com a construção

de áreas com irrigação, construção de infraestruturas, fornecimento de crédito (com a criação do Banco do Nordeste), entre outras ações.

No mesmo sentido, mas um pouco antes, a outra região geoeconômica, a da Amazônia, também tinha passado por processo semelhante. A região da Amazônia havia ganhado um órgão de planejamento durante o governo Getúlio Vargas, que criou, em 1944, um órgão para o desenvolvimento da Amazônia: a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), que inclusive teria sido exemplo para a criação da SUDENE. Mas foi um pouco mais tarde, já no governo militar, com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, que as ações na região tiveram uma explosão. Os recursos foram levantados, mapeados, inclusive com uso de fotografias aéreas e imagens de satélite, por meio de uma parceria com o governo estadunidense. Região internacional estratégica, é formada pela área da floresta amazônica, que transcende até o espaço nacional brasileiro. Aqui recebeu o nome de Amazônia Legal. Vejamos, no mapa abaixo, a região norte, a Amazônia Legal e a Amazônia Internacional.

Mapa região Norte, Amazônia e Amazônia Legal



Figura 13.10

Fonte: <http://www.portalamazonia.com.br/editoria/files/2014/06/amazonia-legal-brasileira-regiao-norte-2.jpg>. Acesso em 20 set. 2015

Enquanto o mundo já vivia a ascensão do movimento ambientalista, que culminou com o Encontro das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em Estocolmo (1973), no Brasil, avançava-se o processo de integração da Amazônia ao capitalismo internacional. As ações de construção de estradas interligando pontos estratégicos da região, a criação de uma zona de livre comércio e polo de industrialização em Manaus, a Zona Franca de Manaus, a constituição de vários projetos de exploração mineral e de construção de zonas industriais, como o projeto Grande Carajás, no Pará, abriram as portas para o desenvolvimento da região.

O resultado, como podemos perceber, analisando a realidade atual, não foi o fim das desigualdades regionais. Os grandes projetos de exploração mineral resultaram em formação de grandes desigualdades internas, intensa degradação ambiental e conflitos com populações tradicionais. As estradas abertas na floresta viraram foco de desmatamentos e caminho por onde avançava uma fronteira agrícola, cuja franja, mais perversa e exploradora de uma forma que relembra o roubo da chamada “acumulação primitiva”, alia a exploração de camponeses com a produção de uma pecuária extensiva. Contribuiu sim para uma urbanização na região, mas com geração de muitos conflitos e desigualdades, com lucros e dividendos não ficando na região.

Podemos refletir sobre essas experiências de regionalização aliada a práticas de intervenção estatal com a justificativa de busca de um desenvolvimento regional como faz o sociólogo Francisco de Oliveira, que em seu livro *Elegia para uma re(li)gião*, faz um balanço crítico da experiência da SUDENE. Interessante dizer que sua crítica é embasada, dado que o próprio autor participou da criação da SUDENE, juntamente com Celso Furtado, e acompanhou o cotidiano e as práticas de perto, e conclui que as práticas de intervenção e de planejamento do Estado não são nada mais do que uma forma do Estado garantir o estabelecimento e o desenvolvimento das relações capitalistas de produção naquela região (OLIVEIRA, 1981).

Vemos como a regionalização e a intervenção do Estado, segundo essa interpretação, não é neutra e acaba servindo a certos interesses. Um importante geógrafo brasileiro, Carlos Walter Porto-Gonçalves, conhecedor da Amazônia, escreveu um livro em que reflete sobre como a concepção de uma região vista de fora pode escamotear a realidade, de acordo com interesses de grupos dominantes da sociedade. Em seu livro: *Amazônia, amazônias* (PORTO-GONÇALVES, 2001), o autor desconstrói a ideia de que a Amazônia é uma região homogênea,

denunciando a estratégia de quem a via de fora, de outras regiões, perceber a Amazônia como uma região com um vazio populacional, uma reserva de recursos a serem explorados (recursos minerais e vegetais).

Na verdade, esse aspecto cultural da região, deixado de fora por muitas abordagens e regionalizações que levam mais em conta os aspectos econômicos e políticos, que são os grupos sociais que vivenciam aquela porção do espaço, e portanto, constroem uma identidade regional. Se a realidade do mundo de hoje é diferente do que há 100 anos atrás, em que os territórios e regiões são destruídos e reestruturados com mais facilidade, de acordo com os ventos da economia globalizada, a identidade, a ligação simbólica com a região não deixa de existir. No caso da Amazônia, discutido acima, além de a própria região natural ser bem mais diversa internamente, com várias subdivisões, enclaves de cerrado e de campos no meio da floresta, existem diversos grupos sociais, com seus modo de vida seculares que habitam a região de tal forma diversa que poderia se falar não em uma Amazônia, mas de diversas amazônias (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Assim, voltamos à definição de região como uma entidade que existe de fato, como elaboração da cabeça do pesquisador/planejador, ou como um isto entre uma e outra destas concepções. Isso porque, uma vez que a região, de fato, é a base sobre a qual o pesquisador realiza sua regionalização, e esta, quando posta em prática e servindo como chão de futura intervenção, pode também influenciar a região, o modo de vida da população e as próprias formas simbólicas com que os grupos sociais constroem suas identidades. Assim, a concepção do nordeste como região e a mudança de seu papel na economia nacional é carregada, para quem é do sudeste, de tom pejorativo e de preconceito. Da mesma forma, para quem é da Amazônia, da região do Acre, “paulista” é tido o mundo que vem do sul do país, e devido à experiência histórica deles, não é vista com bons olhos.

Essas diferenças regionais têm sido valorizadas recentemente, entretanto, como trunfo para uma nova fonte de recursos, que é o turismo cultural, na nova fase da globalização em que vivemos. As mudanças trazidas com a globalização neoliberal, como a denomina muitos autores, nas últimas décadas, têm causado profundas transformações no território brasileiro. Isso levou a transformações no interior das regiões e permitiu que Santos e Silveira (2008 [2001]) realizassem uma nova regionalização do país, tentando interpretar essas mudanças. Sua regionalização, no começo do século XXI, identifica a existência de quatro

“Brasis”. Eles identificam a Amazônia e o nordeste, que apesar das tentativas de desenvolvimento regional, permaneceram desiguais com relação à região moderna, que os autores chamaram de região concentrada (o sul-sudeste). Além destas, os autores separam uma região central formada pelos estados do Centro-Oeste, que seriam a região de avanço da agricultura moderna que, desde a década de 1970, avança pelo Brasil.

Vejamos o mapa proposto pelos autores:

Regionalização de Santos e Silveira (2001) – Os quatro “Brasis”



Figura 13.11

Fonte: http://brunoalverde.no.comunidades.net/imagens/brasil_2.jpg. Acesso em 20 set. 2015.

A região amazônica, o nordeste e uma parte da região concentrada, que junta as regiões sudeste e sul da divisão do IBGE, assemelham-se à divisão de Geiger, já vista. Teria ocorrido, entretanto, nesse intervalo de tempo, uma transformação tão intensa no interior do Brasil, que justificasse essa divisão. Essa transformação foi econômica, política ou cultural? Ou todas ao mesmo tempo?

Vejamos um outro mapa, abaixo, construído por geógrafos da UNESP, que representa o avanço do plantio de soja no Brasil.

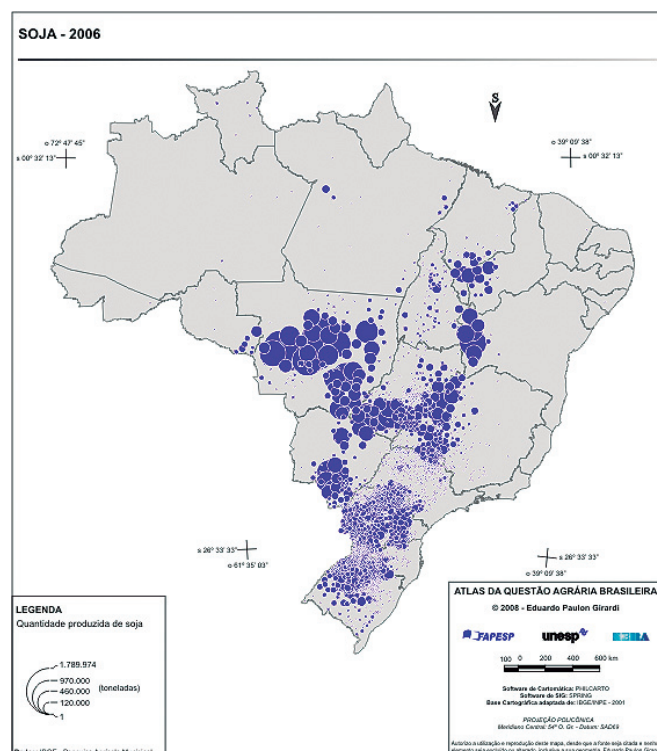


Figura 13.12

Fonte: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/arq_capitulos/cgc/mapa_10.2.png. Acesso em 20 set. 2015

O avanço da fronteira agrícola nesse período justifica essa transformação, que envolveu também mudanças culturais e políticas, uma vez que são os “gaúchos” que migraram pelo Brasil, vindos do sul, e a própria política estadual passou a ser comandada pelos grandes latifundiários modernos. As mudanças no espaço geográfico nacional, com desconcentração da indústria a partir da década de 1980, não alteraram o padrão da região, apesar de novas regiões urbanizadas em algumas capitais de outras regiões. Por fim, a tendência a voltar a depender de produtos primários tem afetado muito o avanço da fronteira agrícola e vem aumentado os conflitos no interior do Brasil. Futuras reorganizações territoriais podem ter a ver com essas transformações, como as propostas de divisão dos estados do Pará e do oeste da Bahia, onde avançou uma transformação econômica e social, seja por conta do extrativismo mineral, seja por conta da introdução de uma moderna agricultura.

Atividade 1

Veja os dois mapas abaixo. Uma proposta de regionalização do estado do Rio de Janeiro, proposta pelo estado em busca do desenvolvimento, e outra, sobre as populações locais no campo. Em seguida, reflita e escreva um texto analisando os pressupostos teóricos a partir dos quais ela foi construída, as consequências de uma ação de planejamento regional baseado nesta regionalização para a população que vive no estado.



Figura 13.13

Fonte: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/270-84/image01.gif>. Acesso em 21 set. 2015

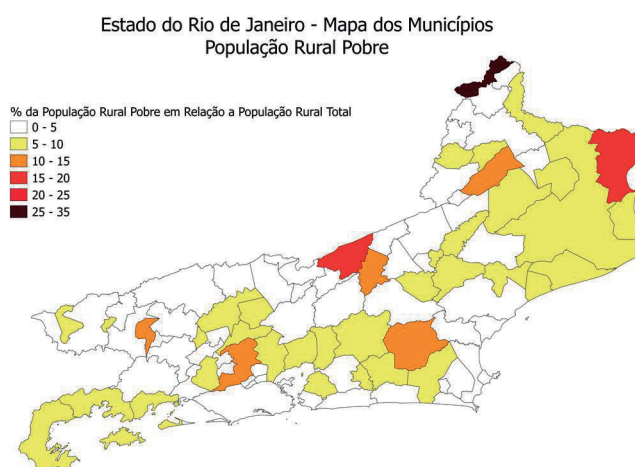


Figura 13.14

Fonte: http://www.incra.gov.br/images/fotos/2013/abr_2013/RJ_Mapa%20Munic%C3%ADpios%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Rural%20Pobre.jpeg. Acesso em 20 set. 2015

Resposta comentada

A proposta de regionalização do estado do Rio de Janeiro foi baseada numa divisão econômica, pensando, sobretudo, nas vocações econômicas ou, melhor dizendo, possibilidades de exploração de alguma atividade econômica em busca de desenvolvimento. Visando à modernização do interior do estado, a proposta esquece que já existem populações rurais vivendo no interior do estado. Assim, como nas ações de intervenção regional e da construção de propostas de desenvolvimento como as da SUDAM e da SUDENE, a proposta, uma vez que desconsidera a população que já vive nas regiões, pode levar a conflitos políticos e transformações sociais e econômicas na região. A região com vocação para a produção de petróleo e gás, por exemplo, é uma região em que vive uma alta porcentagem de população pobre rural.

Atividade final

Uma divisão regional é fruto de teorias e métodos utilizados para a regionalização. Ela apresenta uma espécie de fotografia do estágio da organização do espaço geográfico nacional feita a partir das lentes dessas teorias e desses métodos. Com base nesse fragmento e nos mapas a seguir, apresente uma diferença para cada uma das regionalizações estabelecidas, identificando o critério principal utilizado. Em seguida, explique para que serve a regionalização.

Mapa das Regiões Hidrográficas brasileiras



Figura 13.16

Fonte: <http://portal.dop professor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000001694/0000020865.jpg>. Acesso em 21 set. 2015

Mapa de regionalização do Brasil – Santos e Siveira (2001)

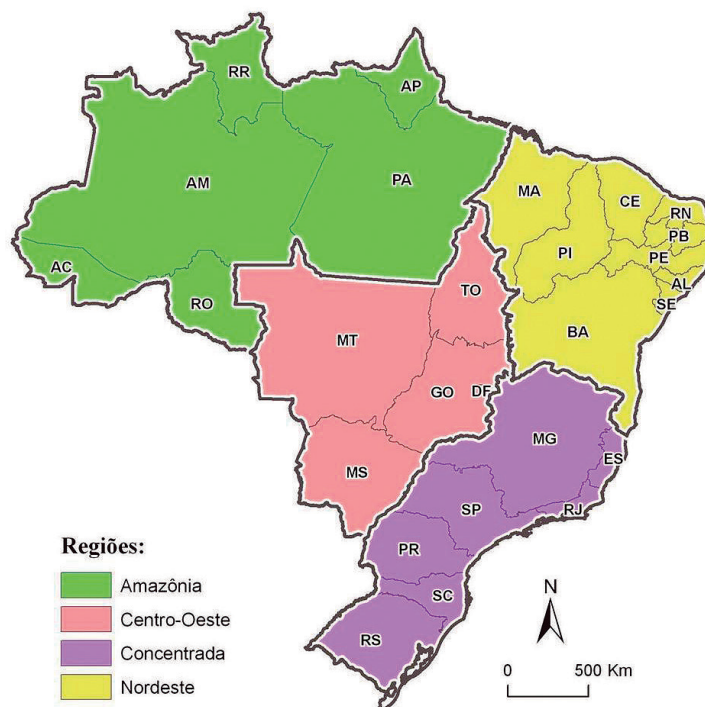


Figura 13.17

Fonte: http://brunovalverde.no.comunidades.net/imagens/brasil_2.jpg. Acesso em 20 set. 2015

Resposta comentada

A primeira divisão regional, representando as regiões hidrográficas do Brasil, divide o país em 11 regiões e tem como critério principal as bacias hidrográficas dos principais rios brasileiros. Podemos perceber que essa divisão não respeita os limites administrativos dos estados, pois tem como referência critérios naturais. A sua identificação pode ser muito útil e proveitosa no sentido de planejar a ocupação e o uso dos recursos, até evitando possíveis ações de grande impacto e degradação, que poderiam afetar a mesma região natural por conta da própria dinâmica da hidrografia.

Já o segundo mapa representa uma regionalização cujo critério é econômico e social, sobretudo. É uma divisão que leva em conta as modificações do território de acordo com a divisão territorial do trabalho e com as transformações no território para cumprir determinadas funções. A região concentrada, onde se localizam a maior parte das indústrias, possui alta articulação e densidade técnica; por isso, recebeu o nome de região concentrada. As outras regiões acabam se subordinando a essa função de comando da região concentrada. A centro-oeste representa a área de avanço da agricultura moderna, enquanto a região nordeste e a amazônica permanecem como regiões mais “atrasadas”, que conservam modos de vida tradicionais.

Referências

AB’SABER, Aziz Nacib. *Os Domínios de Natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas*. 6. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia em la Geografía contemporánea*. Barcelona: Ed. Barcanova, 1985.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LIBERATO, Rita de Cássia. *Revisando os modelos e as teorias da análise regional*. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, 2º sem. 2008. p p. 127-136.

MOREIRA, Ruy. *Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, amazônias*. 2001

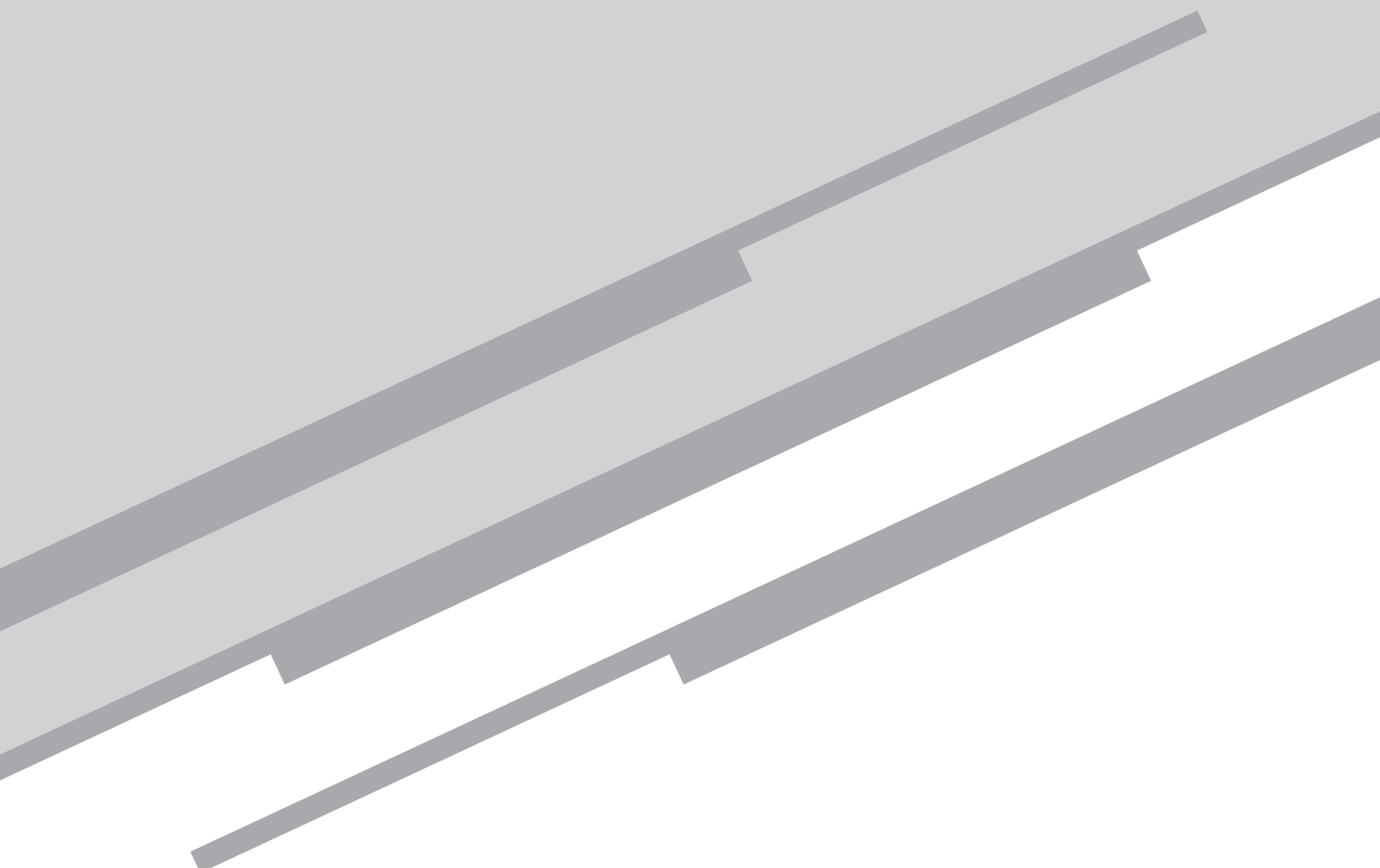
SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 (1996).

_____. *Espaço e Método*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014(1985).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008 (2001).

Aula 14

A região em sala de aula: um
instrumento pedagógico



*Alexandre Henrique Asada
Arthur Pereira Santos*

Meta

Apresentar a ideia de região como instrumento pedagógico, elucidando suas formas de utilização em sala de aula.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. refletir e compreender a ideia de região como instrumento pedagógico;
2. reconhecer os usos da região para o ensino da Geografia em sala de aula.

Introdução

Problematizações acerca da ideia de região e de seu uso como instrumento pedagógico

Conforme visto na Aula 3, existem várias perspectivas e abordagens para o estudo regional, dentre eles, a região como instrumento de análise para a Geografia (que será aprofundada ao longo desta aula), como meio para compreensão e/ou intervenção na realidade e como fato concreto a partir da delimitação de determinada área ou recorte espacial. O problema recorrente nessa subdivisão são os dualismos ou dicotomias que tendem a separar a dimensão real-concreta e dimensão teórica-ideal. Foi visando a elucidar e superar esta problemática que o professor Rogério Haesbaert construiu uma proposição de um outro tipo de regionalização ou sugeriu que entendêssemos a região como *artefato*, ao afirmar que a sua construção poderia ser feita:

não simplesmente como um “fato” (concreto), um “artifício” (teórico) ou como instrumento de ação, mas da região como “artefato”, tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política [...] “construto” ao mesmo tempo de natureza ideal simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação do espaço, seja de uma construção identitária do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classe sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada). “Arte-fato”(com hífen) também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, auto fazer-se (arte) e como construção já produzida e articulada (fato) (HASBAERT, 2010, p.109-110).



Rogério Hasbaert



Figura 14.1

Fonte: <http://www.ffyh.unc.edu.ar/boletin/463.html>. Acesso 14/10/2015

Rogério Haesbaert é um geógrafo brasileiro que aprofundou o estudo sobre os conceitos de território e região. Nascido no interior do Rio Grande do Sul, realizou seu curso secundário e sua formação universitária em Geografia (bacharelado e licenciatura) em Santa Maria. Mudou-se para o Rio de Janeiro nos anos 1980 para cursar o mestrado em Geografia na UFRJ, orientado por Bertha Becker, onde foi aluno e realizou pesquisas com o geógrafo Milton Santos. Seu doutorado foi no programa de Geografia Humana da USP, sob orientação de Heinz Dieter Heidemann, com “bolsa sanduíche” de um ano no Instituto de Ciências Políticas de Paris, com o geógrafo francês Jacques Lévy. Seu pós-doutorado foi realizado na Open University, na Inglaterra, sob supervisão da geógrafa inglesa Doreen Massey, de quem traduziu para o português o livro *For Space* (Pelo Espaço).

Têm experiência nas áreas de Geografia Regional e Teoria da Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: território e des-territorialização, identidade territorial, região e regionalização. Entre suas publicações, destacam-se os livros “O Mito da Desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade”, “Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na

Geografia contemporânea”, “Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção”, “Des-Territorialização e Identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste” e “Territórios Alternativos”.

Fonte adaptada:https://pt.wikipedia.org/wiki/Rogério_Haesbaert
– Acesso 14 de outubro de 2015.

“Num sentido bastante amplo, de forma análoga aos historiadores em relação à questão de “recortar o tempo”, isto é, da periodização, os geógrafos também têm no “recortar do espaço”, ou seja, na regionalização, um dos seus grandes dilemas. Com a intensificação dos processos globalizadores, chegou-se a propagar até mesmo uma “desregionalização” do mundo em função da relativa homogeneização promovida pela mercantilização – econômica e cultural – mundializada. No entanto, o que se viu foi uma proliferação de movimentos regional-localistas diferenciadores, pelo próprio fato de que a globalização se alimenta da diferenciação ou, então, através das lutas de resistência por maior autonomia de determinados espaços de vida. “Estados-região”, “bio-regiões”, “cidades-regiões”, “regiões como buracos”... várias foram as proposições – conceituais ou quase conceituais – que tentaram dar conta dessas novas realidades regionais. (Regional-Global, 2010)”

Colocados os pressupostos teórico-metodológicos, a teoria entendida como ato de contemplação, análise, observação e construção de um pensamento sobre algo ou alguém e a metodologia, como caminho encontrado para alcançar determinados objetivos teóricos e práticos de um trabalho, vamos trabalhar a dimensão específica da região em sala de aula: como instrumento pedagógico, sem perder de vista a complexidade dos processos de construção da região e regionalização na contemporaneidade. Um dos desafios que se colocam para o professor-pesquisador de Geografia é promover o traslado ou tradução dos saberes acadêmicos para os saberes escolares e, ainda, articulá-los ao conjunto de saberes que os estudantes trazem do seu espaço vivido. Colocar em tensão as diferentes visões espaciais, desconstruir alguns preconceitos e construir uma experiência que desenvolva o raciocínio espacial e o pensamento crítico sobre o mundo aparecem na esteira desse processo como objetivos centrais do ensino da região em sala.

É nesse sentido que se colocam as seguintes questões: o que se entende por região enquanto instrumento pedagógico? E de que forma nós, professores-pesquisadores de Geografia, podemos usar e trabalhar a região em sala de aula?

A região como instrumento pedagógico

As duas questões elucidadas estão inter-relacionadas e precisam ser pensadas na relação dialógica dos saberes - o que significa dizer que, ao se trabalhar com as diferentes dimensões do ensino da Geografia, é preciso levar em consideração os modos de organização do espaço geográfico, em paralelo com a dimensão ontognosiológica da relação Homem/Natureza e, sobretudo, construir reflexões e ações que possibilitem o ensino-aprendizagem dos saberes espaciais dentro da sala de aula. Daí, a mediação do conceito de região para construção de ferramentas, ou servindo de instrumento pedagógico para leitura do mundo, compreensão dos múltiplos significados da realidade em diferentes escalas, tal como da construção de um pensamento crítico que promova o questionamento e o desenvolvimento da autonomia para pensar e agir no mundo, a partir das suas diferenciações espaciais.

As construções sociais e o desenvolvimento das capacidades motoras e intelectuais dos indivíduos, tal como das suas potencialidades para pensar e agir no mundo dependem do modo como se relacionam com o meio e apreendem tal realidade. Para tanto, é preciso colocar em tensionamento os significados da experiência dos estudantes, sua experiência imediata e cotidiana, o conhecimento científico e os sistemas conceituais que servem de base para a ação e compreensão do real, de modo a promover sua construção intelectualativa (CAVALCANTI, 2005). O centro de reflexão, portanto, que vai colocar o conjunto de problemas relacionados ao espaço geográfico, é o conceito de região que possui uma dimensão existencial concreta, mas sem cair nas armadilhas do objetivismo, que advoga para a Geografia o papel de ciência empirista que simplesmente descreve os lugares, calcadas no imperativo categórico da visão e, por outro lado, sem cair no mero uso da região como categoria analítica dos fenômenos espaciais, e não deixar de estabelecer relações com as ações dos sujeitos e a materialização das suas práticas regionais. A ênfase dada pressupõe pensar o conceito de região como mediação, ou seja, meio e ação para sua interpretação e criação (HASBAERT, 2010, p. 116), articulada a reflexão sobre o lugar do estudante nos con-

textos sociais locais-regionais e regionais-globais, abrangendo as dimensões funcionais, naturais, econômicas, políticas e simbólicas (culturais) do espaço vivido.

O primeiro aspecto da discussão sobre a ideia de região como instrumento pedagógico não é somente o questionamento a respeito da matéria ou do conteúdo que se ensina, mas o modo como se ensina ou o caminho que será traçado para se trabalhar as diferentes dimensões do conceito de região como uma forma de leitura e/ou intervenção da realidade. Refletindo sobre a proposta de construção de uma “alfabetização espacial”, é preciso se indagar sobre os procedimentos e os modos de abordagem do conceito de região, para que os estudantes compreendam a relação entre a localização/distribuição dos elementos na superfície terrestre, tal como dos elementos que compõem as estruturas objetivas/subjetivas da sociedade e, ao mesmo tempo, construam relações do conceito com as suas vivências sensíveis/corpóreas.

É nesse contexto que propomos uma breve suspensão e um mergulho na Atividade 1.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

1. Tendo em vista os conhecimentos adquiridos por você ao longo de sua formação (inicial e continuada), faça um breve comentário sobre os significados de região e das diferentes formas de regionalização.

2. Elabore três formas de se trabalhar a ideia de região atreladas aos critérios utilizados para se fazer as regionalizações, e pense em ferramentas a serem utilizadas para se problematizar as representações espaciais das regiões em diferentes escalas.

3. Pense na construção de uma atividade dentro de sala de aula que coloque em tensão as perspectivas trabalhadas por você e as ideias que os estudantes possuem sobre os processos de formação da região e da regionalização.

Resposta comentada

1. A primeira atividade tem como objetivo uma autorreflexão a respeito daquilo que você aprendeu na disciplina ao longo do semestre e da sua formação; daí, o caráter pessoal. É importante que você considere a região no sentido integrado, ou seja, que abarque as dimensões econômicas, políticas, sociais, naturais e culturais, as mudanças que aconteceram da Geografia clássica (os precursores do conceito) às Geografias que apareceram na modernidade (teorético-quantitativa, marxista ou radical, cultural e fenomenológica), o uso da região como meio, fato e instrumento (ARTEFATO).E, ainda, é importante pensar sobre as regionalizações feitas a partir da imbricação entre teoria e prática, com destaques para o trabalho feito pelo IBGE, tal como os dos teóricos da Geografia, como Pedro Pincha Geiger, Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, Aziz Ab' Saber e Jurandir Ross, tal como nas distintas formas de

regionalização no contexto atual que parecem compor uma espécie de síntese das discussões regionais ao longo da história do pensamento geográfico. É importante compreender suas múltiplas práticas e significados, vistos, por exemplo, na coexistência dos aspectos zonais, reticulares e/ou dos aglomerados humanos em diferentes partes do mundo.

2. Sobre os critérios adotados para a construção de uma análise regional, é importante rever as abordagens tradicionais das escolas sobre as divisões das ordens mundiais bipolares e multipolares, a separação dos países do Norte e do Sul, em paralelo com a utilização dos índices de desenvolvimento humano e a perspectiva do choque entre grandes civilizações e culturas. Você pode trabalhar também as diferenças culturais relacionadas à divisão do território brasileiro em cinco macrorregiões em seus múltiplos aspectos (naturais, sociais...) ou da divisão regional do Estado do Rio de Janeiro, calcada sobretudo nos aspectos funcionais e econômicos. Para fins de trabalho com a escala e as representações, você poderia utilizar mapas e imagens que revelassem a sobreposição das regiões na cidade, nos limites do Estado, nos países, nos continentes e no globo. É importante refletir sobre outros materiais a serem utilizados em sala de aula, como música, poesia, filmes, de modo a sensibilizar os alunos e mostrar de que maneira acontece a coexistência de diferentes marcas e características regionais em uma dada localidade, com rebatimento em nossas práticas cotidianas.

3. Nessa atividade, você poderia pedir para os estudantes construírem uma regionalização própria (pessoal) do Brasil ou do mundo, explicitando os critérios que eles utilizaram para tal divisão e, paralelamente, produzir um texto com o resumo das abordagens trabalhadas, pedindo para eles identificarem os tipos de regionalização que a turma utilizou. É importante que façam o movimento que leve do pensamento à ação, de modo que eles se tornem os sujeitos da sua própria prática, ainda que isso aconteça de forma ideal (em sala de aula), projetando e se colocando nos papéis dos “planejadores” de determinado espaço geográfico.

O segundo ponto importante para o trabalho da região como instrumento pedagógico é a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico do conceito. Partindo da ideia de Paulo Freire - que a educação pode servir para mudar a realidade e construir as condições para que

o ensino-aprendizagem aconteça mas, por outro lado, pode servir para mascará-la e reproduzir os processos de dominação -, é preciso questionar os caminhos percorridos e as ferramentas utilizadas pelos professores-pesquisadores da Geografia ao trabalhar os conceitos de região e regionalização. Conforme afirma Cavalcanti (2011, p. 198):

“Muitos trabalhos propõem metodologias “alternativas”, por exemplo, com o uso de diferentes linguagens – músicas, poesias, charges, filmes, vídeos; da linguagem cartográfica – desenhos, mapas mentais, representações; de recursos tecnológicos – computador, jogos digitais, geoprocessamento; todos eles “antena-dos” com o mundo e com as formulações contemporâneas sobre os processos cognitivos. Esses trabalhos tem o mérito de apontar a potencialidade desses recursos para a mobilização necessária à aprendizagem, de possibilitar uma comunicação mais “realista” dos professores com os jovens escolares e de permitir uma identificação do aluno com os conteúdos estudados, sendo assim adequados a uma aprendizagem significativa.”

Contudo, um dos grandes problemas identificados nas práticas pedagógicas é a utilização do livro didático como “bíblia” do ensino. Nesse contexto, é preciso pensar o livro como ferramenta importante para o ensino, dada a sua reprodução em massa e sua ampla utilização no universo das escolas privadas e públicas de todo o Brasil, mas sem esquecer os interesses políticos e ideológicos que estão na base da sua construção - o que significa dizer que a lógica do mercado atua diretamente na produção, na edição e na distribuição do material que chega aos estudantes, utilizando-se de um vocabulário simples (tecnicista, em vez de crítico), encobre, por vezes, os conflitos e contradições espaciais e trazem uma abordagem enciclopédica direcionada à fixação de conteúdos (e não da reflexão). O problema maior não está nos livros em si, mas na utilização exclusiva e irrestrita dos livros por parte dos professores-pesquisadores de Geografia. É nesse contexto que a complexidade da discussão regional vem sendo reduzida e tem acontecido a mera reprodução dos conteúdos e parâmetros presentes nos livros didáticos. O afastamento das discussões e o fosso que se abre em torno do diálogo dos saberes acadêmicos e escolares têm contribuído para construção de abordagens demasiadamente superficiais, para o esvaziamento das reflexões acerca das origens do conceito e ausência de atualizações teórico-metodológicas que possibilitem a interpretação dos modos de organização do mundo contemporâneo.

Os estudantes, a partir disso, conseguem identificar as regiões e regionalizações tradicionais, como a do IBGE, dos teóricos Pedro Pinchas Geiger, de Milton Santos, de Aziz Ab' Saber, dentre outros, mas reduzem sua dimensão aos aspectos ilustrativos das características naturais, culturais, sociais, políticas e econômicas. Ao invés de um posicionamento crítico-reflexivo, que estimule o desenvolvimento e a criatividade dos estudantes, as metodologias utilizadas acabam por reproduzir as usuais dicotomias do conhecimento geográfico, descrevendo e memorizando os aspectos de cada região, apontando a localização e apresentando suas características.

Além de pensar as metodologias utilizadas para se trabalhar o conceito de região em sala de aula, faz-se mister construir um balanço e uma revisão das suas diferentes abordagens, de modo que se conjugue e se compreenda a região na sua dimensão de instrumento analítico relacionado aos processos históricos e geográficos que levaram à produção de determinado mapa ou visão de mundo, por exemplo, tal como na sua dimensão de instrumento prático ou dos usos que são feitos por determinados sujeitos, ao construírem suas identidades e práticas socioespaciais. É nesse contexto integrado que a região aparece como instrumento pedagógico do pensamento e da ação na Geografia.

Para refletir e, de certa maneira, evitar as recaídas nos problemas supracitados, elencamos uma série de questões que acabam por influenciar o trabalho dos professores-pesquisadores em sala de aula: quais são as consequências da ausência de reflexões e do aprofundamento teórico-metodológico dos professores-pesquisadores de Geografia acerca da nossa própria ciência? Como acontece o processo de ensino-aprendizagem que não leva em consideração a construção de pontes entre os saberes cotidianos, escolares e acadêmicos? Como compreender a complexidade do mundo em meio à fragmentação da formação dos professores-pesquisadores e seu enquadramento em subáreas da Geografia?

Gostaríamos de concluir esta parte com uma atividade que perpassasse os diferentes sujeitos e ações envolvidos no processo de construção das regiões.

Atividade 2

Atende ao objetivo 1

Retomando alguns aspectos trabalhados na aula sobre regiões rebeldes, é importante destacar o conjunto de características das três formas de regionalização/fragmentação do espaço geográfico mundial. Rogério Haesbaert (2002) nos ajuda a compreender esse processo a partir das seguintes subdivisões ou formas de organização multiterritoriais:

a) O caráter zonal ou areal

Esta forma de regionalização pressupõe uma coesão territorial e o estabelecimento de limites e fronteiras bem demarcados, conforme pode ser visto nas divisões das regiões metropolitanas, do Estado ou da federação e, ainda, na delimitação de blocos regionais de poder, como o Mercosul, a União Europeia e o Nafta;

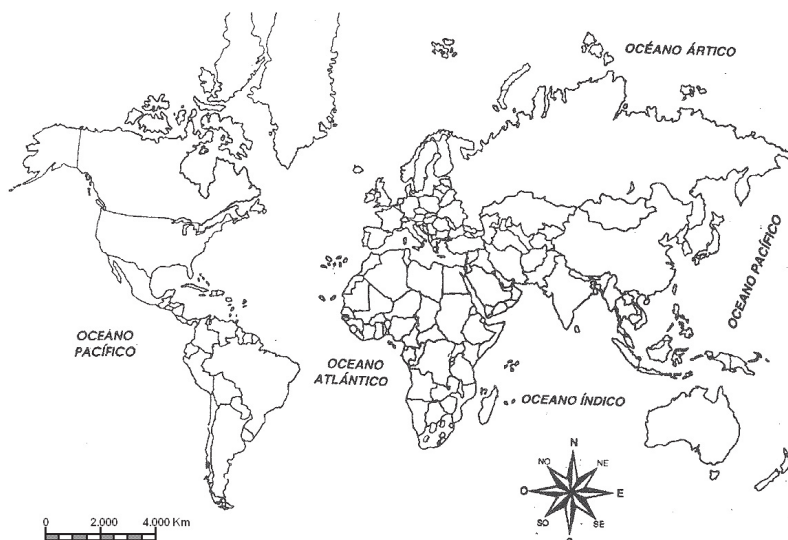
b) O caráter reticular ou dos territórios-redes

Este tipo de organização pressupõe um outro tipo de desenho espacial, caracterizado pela articulação ou conexão de diferentes pontos do território, os “nós da rede”, através da existência de polos e do aumento dos fluxos decorrentes do aprimoramento tecnológico;

c) A formação dos aglomerados de exclusão

São espaços de instabilidade caracterizados por uma forma de territorialização relativamente precária, que se manifesta na fragmentação efetiva dos seus territórios. Dentro de um determinado recorte territorial, percebe-se a presença de cheios e vazios ou de diferenciações intrarregionais espalhados ou dispersos.

O desafio posto nesta atividade é tornar inteligível para os estudantes estas dimensões e problematizá-las a partir dos usos que são feitos por diferentes pessoas.

**Figura 14.2**

Utilize o mapa acima e construa regionalizações para o mundo, explicando os critérios utilizados para tal recorte espacial e construindo uma relação com o esquema proposto pelo professor Rogério Haesbaert, de acordo com a proposta dos tópicos abaixo:

- a) Regionalização feita pelo Estado, IBGE ou teóricos do Brasil;
- b) Regionalização mundial feita pelos organismos internacionais e teóricos da Geografia Política;
- c) Regionalização feita por professores em sala de aula;
- d) Regionalização livre dos alunos.

Os usos da região em sala de aula

Nesta parte da aula, vamos abordar alguns dos possíveis usos do conceito de região e regionalização em sala, dando ênfase à sua utilização nos 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. As abordagens do conceito de região e regionalização nestas séries permitem uma reflexão acerca dos seus diferentes usos, dando ênfase às dimensões locais-regionais e regionais-globais e servindo de base para algumas análises e práticas que são aprofundadas no Ensino Médio, relacionados às dimensões da

sociedade/Natureza, as regionalizações do mundo atual em meio ao processo de globalização, tal como das dimensões do ordenamento territorial e do planejamento regional no Brasil e no mundo.

Repensar o papel da escola e da Geografia em sala de aula pode servir como primeiro plano para construção dos usos da região em sala de aula. Parodiando uma das obras de Milton Santos, pode-se dizer que ensinar Geografia é pensar o espaço do Homem. A escola, nesse sentido, muitas vezes, aparece como primeiro local de controle e “disciplinari-zação” dos homens e mulheres, ainda que, por outro lado, possa servir para construção do pensamento crítico-reflexivo e para o desenvolvimento da sua autonomia espacial.

Cavalcanti (2005) questiona a ideia da autoridade dos docentes detentores do conhecimento (posse) e a passividade dos estudantes (consciência vazia). O espaço da sala de aula aparece como exemplo emblemático das técnicas subjetivas de poder institucional e da reprodução dessa hierarquia. A disposição enfileirada das cadeiras dos estudantes e a centralidade da mesa dos professores é o primeiro enquadramento na lógica de mandantes e subordinados. Pode-se fazer uma analogia desta arrumação como o regimento de uma orquestra, que tem o maestro à frente, com total visibilidade dos corpos, com plenos poderes para modificar o ritmo e os gestos, determinando todos os movimentos que podem ser feitos pelo grupo. O professor, por sua vez, pode dividir em sala em microrregiões ou reorganizá-la de acordo com a proposta da aula, seja para realizar uma atividade em grupo, abordando as divisões regionais do Brasil, ou mesmo fazer a manutenção do poder espacial através da separação dos indivíduos que estejam desobedecendo às regras e normas preestabelecidas. Cabe a nós, professores-pesquisadores, optar por metodologias que levem à transformação ou à reprodução dos saberes necessários ao processo de ensino-aprendizagem.

O desenvolvimento do raciocínio geográfico e a formação dos conceitos no ensino fundamental precisam levar em consideração a experiência dos estudantes em tensão com o conhecimento científico. Segundo Cavalcanti (2003, p.139), “no ensino/aprendizagem há uma relação de interação entre o sujeito (aluno em atividade) e os objetos do conhecimento (saber elaborado) sob a direção do professor, que conduz a atividade do sujeito ante o objeto, para que possa construir seu conhecimento”. O fio de Ariadne para o trabalho no sétimo ano é a formação do território relacionada à diferenciação das áreas do Brasil, vistas através da mediação dos conceitos de território e região. Poder-se-ia abordar o

processo histórico e as modificações da formação territorial à organização das regiões do espaço brasileiro atual, levando em consideração o poder como núcleo do conceitual. Partindo dos conflitos e disputas pelo espaço, poder-se-ia trabalhar as dimensões dos processos de colonização associados aos confrontos e miscigenações decorrentes da coabitação de diferentes matrizes étnicas e culturais; abordar os aspectos ambientais (naturais), políticos, sociais e culturais de forma integrada; a ocupação e as sucessivas transformações dos limites estatais, regionais e nacionais. O uso de elementos da cartografia e de mapas poderia ajudar na visualização desse processo, tal como imagens dos diferentes grupos e paisagens de cada região.



Mapas temáticos e imagens que podem ser trabalhados no 7º ano

1. Mapas: história e economia



Figura 14.3

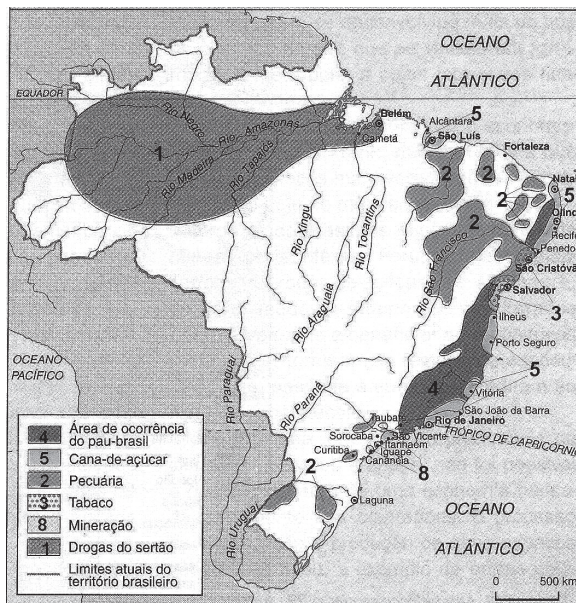


Figura 14.4

Fonte: <http://rede.novaescolaclub.org.br/planos-de-aula/de-arquipelago-continente-constituicao-do-territorio-brasileiro>. Acesso em 15 de outubro de 2016

2. Tipos de regionalização

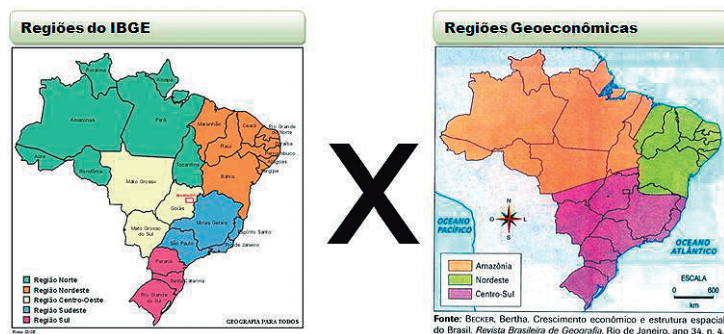


Figura 14.5

Fonte: <http://hystorya-historiando.blogspot.com.br/2012/08/as-regionalizacoes.html>. Acesso em 15 de outubro de 2016

3. Figura 1: Relação Homem/Natureza nas diferentes regiões do Brasil



Ilustrações de PERCY LAU

Figura 14.6

Fonte: <http://www.partes.com.br/cultura/musica/identidadeegeograficidade.asp>. Acesso em 15 de outubro de 2016

4. Figura 2 – Aspectos culturais da culinária regional brasileira



Figura 14.7

Fonte: <http://pt.slideshare.net/Bombokado/comidas-tpicas-regionais>. Acesso em 15 de outubro de 2016

5. Figuras: espaços de tradições regionais – Nordestinos (Rio de Janeiro - RJ) e Gaúchos (Rio Branco - AC)



Figura 14.8

Fontes: http://www.apontador.com.br/local/rj/rio_de_janeiro/centros_culturais/F22D6G62/feira_de_sao_cristovao_centro_luis_gonzaga_de_tradicoes_nordestinas.html e <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/09/mantemos-tradicoes-diz-fundador-de-centro-gaucha-no-ac.html>. Acesso em 16 de outubro de 2015

Abordados os aspectos gerais dos tipos de região e regionalização, é importante que se faça uma atividade que leve em consideração as reflexões e diferenciações do Brasil e, ao mesmo tempo, promova a percepção das escalas locais-regionais e suas influências no espaço vivido

pelos estudantes. E nada melhor que utilizar o próprio espaço da sala de aula para tal dinâmica!

Atividade 3

Atende ao objetivo 2

Desenvolvimento da atividade com os alunos:

1. O professor deve partir do conhecimento prévio dos alunos, isto é, do conhecimento que eles já têm construído sobre o conceito de região. Para isso, sugere-se uma conversa, questionando os conceitos de região e regionalização, registrando-os no quadro, a partir das respostas dadas pela turma;
2. Associar o conceito de região ao espaço da sala de aula e construir uma regionalização que leve em consideração os aspectos culturais das macrorregiões do Brasil;
3. Dividir espacialmente o território da sala de aula em cinco regiões;
4. Distribuir e posicionar os alunos por afinidade e pedir para eles pesquisarem nos livros ou na internet as características de cada uma das regiões, relacionadas à cultura (música, culinária, etc.);
5. Pedir para eles pesquisarem sobre a influência das diferentes regiões na cidade do Rio de Janeiro;
6. Construir um quadro coletivo com uma breve apresentação de cada grupo, que resuma a atividade e permita elucidar os possíveis critérios utilizados para a divisão do Brasil daquela forma.

Quanto aos usos e abordagens da região e regionalização com as turmas de 8º e 9º anos, poder-se-ia ter como norte a estruturação e diferenciação de áreas no mundo contemporâneo, ou seja, os sucessivos processos de região e regionalização, pensados na perspectiva do binômio globalização-fragmentação. O trajeto a ser construído passaria pela compreensão dos processos de formação do mundo contemporâneo,

dos diferentes critérios utilizados para regionalização (sociais, econômicos, políticos e culturais) e as particularidades dos diversos continentes do mundo. Em termos gerais, a ênfase no 8º ano recai sobre a inserção do Brasil no contexto geopolítico mundial e da América Latina, o trabalho com os continentes africano e asiático (Oriente Médio e tigres asiáticos). E no 9º ano, trabalham-se questões específicas relacionadas à América do Norte, Europa, China e Japão, abordando seus aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais.

As abordagens da região e da regionalização devem abarcar os critérios físico, socioeconômico, considerando as diferenças entre países do norte e do sul, centro e periferia, desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos, tal como a dimensão cultural do Ocidente e do Oriente. Os estudantes (principalmente, os do 9º ano) também devem ser capazes de compreender e analisar as diferenças do mundo pós-II Guerra Mundial e a bipolaridade, as grandes organizações internacionais, a crise do socialismo real e as fragmentações territoriais decorrentes desse processo, o mundo pós-guerra fria e a (uni)multipolaridade.

Devido à abrangência e à complexidade do conteúdo abordado, é importante pensar em metodologias alternativas para se trabalhar os diferentes aspectos das regiões e regionalizações. É nesse sentido que propomos a construção da Atividade 4.

══════════ **Atividade 4** ══════════

Atende ao objetivo 2

Ao se trabalhar com filmes em sala de aula, é de suma importância que o professor-pesquisador não faça o uso meramente ilustrativo, que sirva de trampolim didático ou simples entretenimento. Para tanto, sugerimos que se faça um comentário prévio sobre os tópicos e temas da região e regionalização que poderão ser trabalhados, além da produção de um material que envolva os estudantes no debate e na construção de ações a serem desdobradas a partir do final. Segue abaixo o exemplo de uma atividade realizada com o 8º ano, para o trabalho com a região da América Latina.

a) Dados gerais sobre o filme

“Diários de Motocicleta”

“Um filme simplesmente inesquecível! Daqueles que, depois de visto, fica em nossa memória como referência obrigatória. Essa é a sina de “Diários de Motocicleta”, a elogiadíssima e premiada produção internacional dirigida pelo brasileiro Walter Salles. Filme inspirado nos diários de viagem de Alberto Grando e Ernesto ‘Che’ Guevara, experiência essa vivida antes do surgimento do emblemático líder revolucionário que comandou, ao lado de Fidel Castro, a Revolução Cubana. E é justamente nesse ponto específico da vida de Guevara que vemos surgir a centelha revolucionária que irá alimentar os sonhos do guerrilheiro que lutou na América Latina e no continente africano. A viagem, iniciada em Buenos Aires, percorre as trilhas e caminhos belíssimos de um continente pouco conhecido pela maioria das pessoas que mora por aqui, na América do Sul.”

João Luís de Almeida Machado

[<http://WWW.planetaeducação.com.br/portal/artigo.asp?artigo=376>]

b) Atividade desenvolvida

1. Cite os fatos e cenas abordados no filme, que, na opinião de vocês, motivaram Ernesto a se tornar um revolucionário após a sua viagem pela América Latina;
2. No filme, os dois personagens principais encontraram outras pessoas que viajavam pela América do Sul por necessidade ou buscando melhores condições de vida. Comente, de forma crítica, sobre uma situação dessas, presente no filme;
3. Qual o motivo que levou Ernesto e Alberto Granado a viajarem pela América Latina?
4. Na sua opinião, como seria a América Latina, se não tivesse sido colonizada e explorada pelos europeus desde o século XVI? E se descobríssemos um novo continente hoje, seria diferente?
5. Quais aspectos socioeconômicos da América Latina mais lhe chamaram atenção?
6. Apresente as diferentes paisagens apresentadas no filme e diga quais são os “elementos naturais” relacionados ao clima, ao relevo e à vegetação que teriam ajudado na sua formação;

7. De acordo com as ideias presentes no filme, dê as principais características do Socialismo, associando a dinâmica dos povos da América Latina.

É importante ressaltar a construção de atividades de caráter interdisciplinar, criativo e de integração para a formação discente e docente, para além da sala de aula. O saber contido nos programas e conteúdos é essencial para ampliar os conhecimentos geográficos; todavia, motivar o estudante a pesquisar, criar, construir um pensamento crítico e fazer ações colaborativas e lúdicas pode ajudar a preparar para a vida, para o trabalho e para as relações sociais de forma geral.

Nesse contexto é que se propõe a construção e o desenvolvimento de uma Feira dos Blocos Regionais do Mundo Contemporâneo. Os países do Mercosul e os da Comunidade Econômica Africana serão trabalhados pelos alunos do 8º ano, e os países do NAFTA e da União Europeia, pelos alunos do 9º ano. A atividade consiste em pôr em prática o conteúdo trabalhado em sala de aula, aprofundando os conhecimentos sobre as regiões pesquisadas.

A atividade poderá ser aberta para estudantes de séries diferentes, pais ou responsáveis. É importante a mediação do professor-pesquisador de Geografia ao longo do desenvolvimento dos trabalhos e através das discussões teóricas sobre o tema. A feira pode ser aberta à participação dos professores de outras disciplinas: Artes, Ciências, Sociologia, História, Ciências Sociais, Desenho, Educação Física, Matemática, Inglês. Além disso, é de suma importância a participação dos coordenadores pedagógicos, dos diretores da escola, dos técnicos e, de modo geral, de toda a comunidade escolar.

Atividade final

Atende ao objetivo 2

O objetivo geral é promover a integração entre teoria e prática, trabalhando a internalização de conceitos e a compreensão das diferenças entre os blocos regionais e países do mundo globalizado.

A Feira poderá ser realizada na quadra da escola, em período a ser combinado. Para cada turma, serão formados grupos, geralmente 4 a 6 grupos, de 3 a 5 pessoas; cada um pesquisará sobre dois ou três países de blocos diferentes. No momento da Feira, todos os grupos, de todas as turmas participantes, vão construir estandes na quadra da escola, representando cada bloco. A Feira é aberta a toda a comunidade escolar, que poderá visitar os estandes e acompanhar os desfiles.

Para a realização da pesquisa, será importante utilizar livros didáticos, sites educativos, vídeos, entrevistas, visitas a consulados. Uma semana antes do evento, faremos uma pré-avaliação, chamada de trabalho preliminar, na qual os alunos deverão apresentar ao professor o que já foi pesquisado e como está sendo planejado o seu estande.

O que cada grupo deverá fazer:

1. Cartazes – com muitas imagens, contendo:
 - Aspectos econômicos e sociais: PIB, IDH (taxa de natalidade, taxa de mortalidade [longevidade], escolaridade, renda); pobreza; doenças...
 - Aspectos políticos e históricos – conflitos, desigualdades sociais;
 - Aspectos culturais;
 - Curiosidades;
 - Personalidades importantes (ex.: Nelson Mandela).
2. Maquete (aspectos naturais, especialmente) e artesanatos (objetos que representem o país)
3. *Folder*/Folheto sobre o país;
4. Bandeira simples e estilizada;
5. Comida típica;
6. Vestimenta - roupa típica ou cores da bandeira;
7. Trazer músicas do país para desfile.

Será realizado um desfile com músicas e roupas típicas de cada um dos países. Alguns grupos poderão apresentar danças típicas também.



Esperamos que, neste final de aula, você possa ter compreendido a ideia de região como instrumento pedagógico de forma integrada, que possui dimensões crítico-analíticas e, ao mesmo tempo, materiais concretos referentes à organização espacial de diferentes sujeitos. É importante também refletir sobre os usos e as metodologias aplicadas na sala de aula para o trabalho conceitual, buscar sempre uma atualização teórica e atividades práticas que promovam o diálogo dos saberes acadêmicos, escolares e cotidianos.

Referências

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *Ensino da Geografia: Caminhos e Encantos*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos*. São Paulo: Papirus Editora. 5ª edição 2003.

_____. *Ensinar Geografia para a autonomia do pensamento: o desafio de superardualismos pelo pensamento teórico crítico*. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 193-203, out. 2011.

HAESBAERT, Rogério. *Regional – Global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

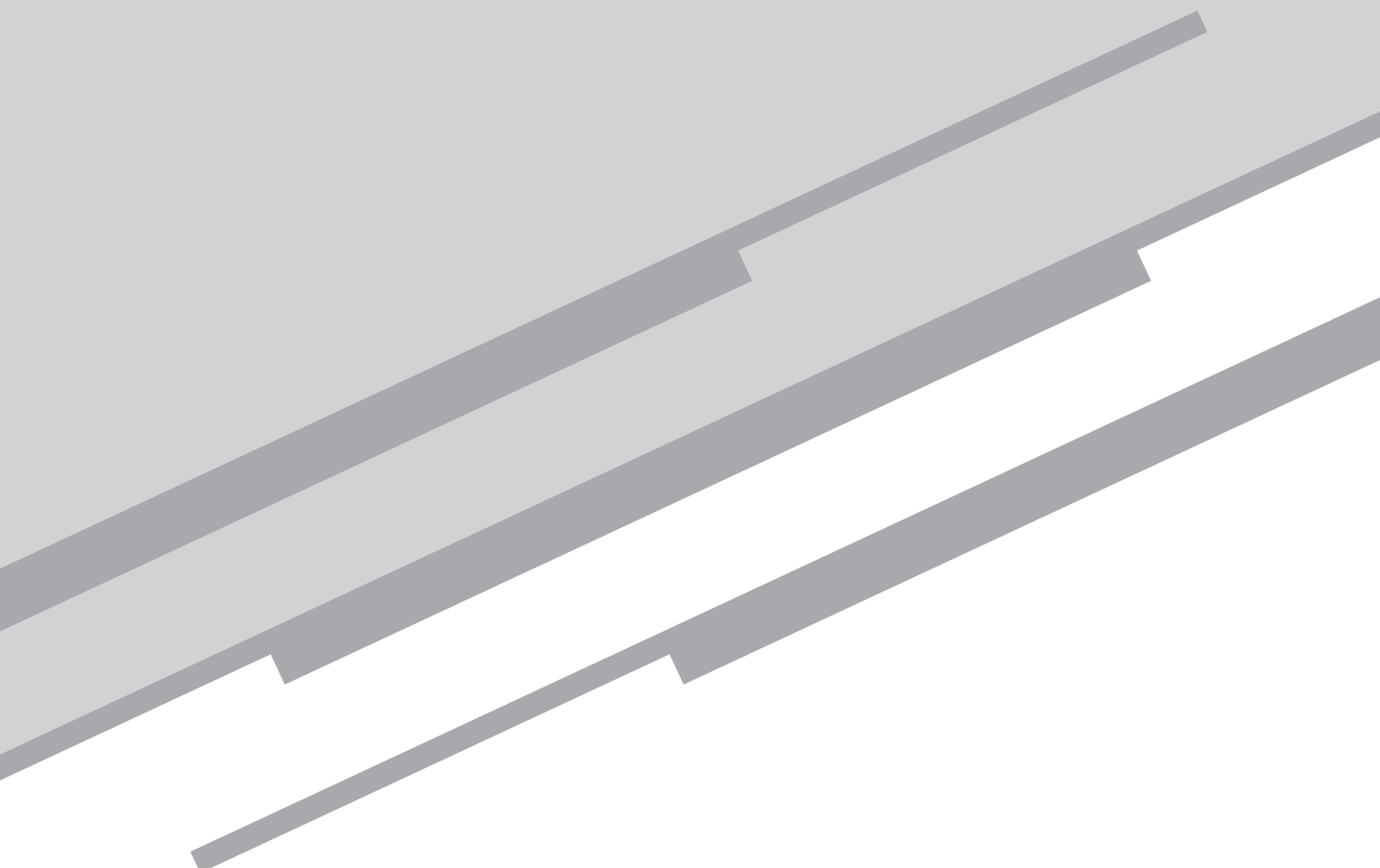
_____. *Região, diversidade territorial e globalização*. Geographia – Ano. 1 – No 1 – 1999.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

VIERIA, Noemia Ramos. *O conceito de região e o ensino de Geografia: desencontros entre o saber escolar e o saber acadêmico*. In: Revista Formação, n.20, volume 1, Ano 2013 – p. 21-37

Aula 15

Revisão: resgatando os estudos regionais



*Alexandre Henrique Asada
Arthur Pereira Santos*

Meta

Retomar e comentar as várias abordagens de diferentes autores e escolas de pensamento sobre o conceito de região e relacioná-los com o contexto atual, aplicando o conceito às novas situações e novas propostas de regionalização ao redor do mundo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. retomar e aprofundar as discussões sobre os conceitos de região;
2. reconhecer as filiações de propostas de regionalizações recentes com os tipos de abordagens regionais e os diferentes usos do conceito;
3. aplicar os conhecimentos aprendidos até o momento sobre a região e o ato/processo de regionalização na realidade atual;
4. compreender de que forma as condições atuais do mundo têm provocado transformações nas antigas regiões e propiciando o surgimento de novas realidades regionais.

Introdução

Esta aula tem a intenção de fazer um balanço, uma revisão do que foi estudado até aqui sobre a região e as regionalizações, as várias teorias e os vários sentidos possíveis para este conceitotão caro à Geografia. Ao mesmo tempo, tentaremos discutir a nova conjuntura do mundo e apresentar exemplos de como, nesse novo contexto, a região ainda permanece um conceito importante para desvendar e intervir de maneira mais consciente na realidade. Serão comentados novamente alguns temas e teorias já discutidos, mas brevemente, e, na sua aplicação atual, esperamos que ocorra uma fixação e acomodação dos conhecimentos e teorias.

Lembremos primeiramente que, nas ciências humanas e na Geografia, em particular, muitos conceitos vêm de palavras de uso corrente no senso comum. A região é um deles, mas também outros principais conceitos da Geografia, como espaço, lugar e paisagem são palavras usadas no cotidiano em múltiplos sentidos, às vezes, até como sinônimos. E uma das características das ciências humanas é justamente a construção rigorosa de conceitos, a construção de definições e de articulações desses conceitos e a junção disso tudo com um método científico. Haesbaert (2014), comentando essa saligação entre vários conceitos, identifica a possibilidade de construção de sistemas e teorias, mas prefere usar a proposta de Deleuze, de uma constelação de conceitos, segundo o primeiro, menos pretensiosa. A região seria, então, um ponto de uma constelação de conceitos que teriam também o território, a paisagem, o lugar, a escala e o espaço como um conceito-chave, uma categoria principal em torno da qual girariam esses outros astros-conceitos.

Se é verdade que ela pode tanto estar inserida em um sistema de pensamento ou encontrar-se em uma constelação de conceitos, o fato inegável é que, no conhecimento científico, os conceitos têm mais precisão e operacionalidade do que no senso comum. Gomes (2004) diz que o termo região, como usamos na fala coloquial, pode significar uma determinada área, que pode ser tanto do mundo, de um país ou de uma cidade, onde ocorre certo fenômeno ou tem características similares. Por exemplo, a região da Europa onde vivia tal povo, a região da Mata dos Cocais, a região pobre da cidade. Nesse sentido, ela não precisaria ter limites rígidos, nem precisaria se referir a uma determinada escala, maior do que estados e províncias e menor do que a escala dos Estados nacionais. Nesses termos, a região tem que ver com a localização e a

extensão de algum fenômeno com relação à totalidade de um espaço maior do qual ele faz parte.

Na Geografia, enquanto saber científico, esse sentido genérico permanece, mas, dependendo de cada escola de pensamento geográfico, o conceito de região sofreu algumas modificações, recebendo mais ênfase em certos aspectos do que em outros e, por vezes, até com sentidos contraditórios, como já vimos nas aulas anteriores. A busca de um conceito de região mais correto, identificando erros e descartando as abordagens propostas pelos autores e escolas, como destacaram Gomes (2006), Haesbaert (2014) e Lencioni (2005), não é um objetivo tão proveitoso quanto tentar compreender cada visão sobre a região e como a contribuição de cada uma dessas visões pode ajudar a entender o mundo atual.

Se, de fato, a região foi um dos conceitos fundantes da Geografia na sua fase de institucionalização acadêmica no final do século XIX e começo do século XX, as mudanças nos contextos sociais nos quais elas surgiram e estavam intimamente ligados não impediram que ela “morresse” e “renascesse” várias vezes. É que a região sempre esteve entre a análise da realidade e a proposta de intervenções na realidade ou, como destacou Haesbaert (2014), relembrando uma discussão de Bourdieu, variava entre uma ‘categoria de análise’ e uma ‘categoria da prática’. Assim, ainda que não seja o conceito da Geografia que trata especificamente das relações de poder, sempre esteve ligado, de alguma forma, ao poder. Por isso, Gomes (2006) comenta a etimologia e o histórico do termo, que vem do latim, “regere”, e se referia às áreas do Império Romano que estavam sob o domínio central de Roma, ainda que tivessem alguma autonomia local. No final do século XIX, quando surge a Geografia regional francesa, a questão era conhecer e classificar as diferentes áreas do mundo dominado pelos imperialismos europeus. Hoje, como antes, então, a região sempre esteve ligada a poder e administração do território.

O surgimento, mortes e renascimentos do conceito de região, assim como ocorre com todo o conhecimento de uma sociedade, está intrinsecamente ligado ao seu contexto social, de modo que a mudança na realidade provocava a perda de sentido de uma visão e a necessidade de sua atualização. Dessa forma, podemos relacionar as diversas escolas de pensamento com as práticas políticas, sociais e econômicas de cada época. A modernização e a urbanização do mundo, a integração de cada vez mais partes na economia capitalista ocidental e no mundo, que, no fim do século XX, atinge a fase da globalização, vão provocar mudanças durante

o século XX. A ascensão da ideia de planejamento e a busca do desenvolvimento em certa época marcam a necessidade de controle racional por meio de indicadores e a posterior ascensão do planejamento regional.

A região como meio de intervenção na realidade e a região como meio de análise, criada pelo professor-pesquisador, ainda que esta análise sirva em algum outro momento para subsidiar intervenções nessa realidade, são discutidas pelas escolas de pensamento como distintas posturas epistemológicas: a região como fato da realidade, que pode ser percebida por meio de observação empírica e descrição, ou a região como construção teórica, que pode ser definida pela habilidade do profissional, por meio da definição de certas categorias e indicadores, como um artifício do intelecto.

A proposição de Haesbaert (2014), de entender a região enquanto um artefato, ou seja, ao mesmo tempo como arte e como artifício, permite-nos condensar esse movimento, um movimento histórico, de recíprocas influências entre a sociedade e o espaço, ou entre povos e sociedades, uma vez que o espaço é a sociedade e os sistemas técnicos, novos e antigos, as rugosidades, como diria Santos (2012). Na medida em que uma proposta de regionalização serve como subsídio de uma intervenção na realidade, ela modifica as práticas de classes e grupos e/ou acrescenta estruturas físicas nessa realidade - o que também alterará as práticas, que, mudando, também acabam acarretando transformações na forma como os próprios grupos se identificam, nos símbolos, nos discursos regionais.

Relembrando as escolas de pensamento da Geografia e seu conceito de região

Como já discutimos nesse curso, uma mirada atenciosa pelas especificidades das escolas de pensamento da Geografia nos permitiria entender melhor o conceito, como justifica Lecioni (2005), a opção pelo seu percurso histórico. Podemos ainda ir mais além na afirmação e dizer que esse caminho pode nos possibilitar adquirir melhor capacidade de articular os conhecimentos para desvendarmos os desafios atuais e utilizar esses conhecimentos de maneira mais consciente e profícua. Vamos relembrar agora o que você lembra sobre o conceito de região e as escolas de pensamento geográfico.

Atividade 1

Vejamos, então, alguns mapas. Vamos tentar nos lembrar de como cada escola de pensamento da Geografia pensava as regiões. Qual era o sentido deste termo? Quais as características que faziam a região: a homogeneidade, a extensão, a articulação interna? Ela tinha alguma escala própria? Dentro de uma cidade, dentro de um país, no mundo todo, qual a escala em que existem as regiões para cada escola? Ela tinha uma existência real, concreta, ou era uma construção intelectual do analista que regionaliza? Ela possui uma dimensão concreta ou é subjetiva?

Preencha o quadro abaixo, relacionando as imagens, a noção de região, a escola de pensamento da Geografia, um autor principal dessa escola de pensamento e o critério principal que essa escola adota para definir a região.

a)



Figura 15.1: Paisagem rural do norte do Vietnã

Disponível em: <<http://msalx.viajeaqui.abril.com.br/2014/09/01/1551/5tY2z/470832337.jpeg?1409597608>>. Acesso em: 18 out. 2015.

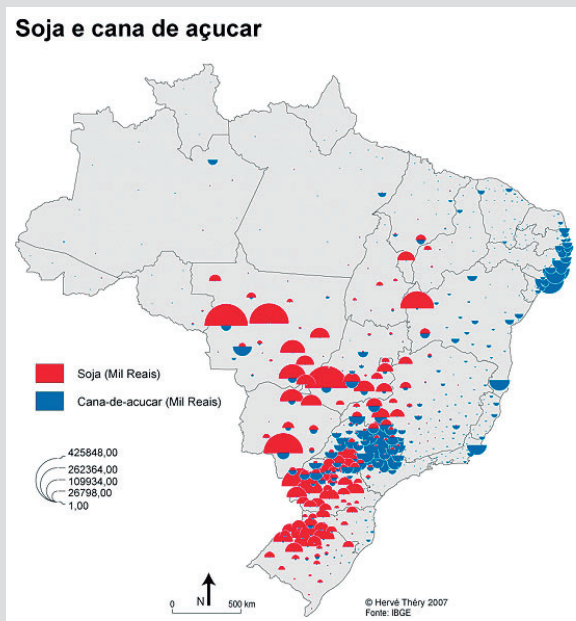
Conceito de região:

Escola de pensamento da Geografia:

Crítérios para definição da região:

Período: Do final do século XIX até a primeira metade do século XX

b)

**Figura 15.2:**

Disponível em: <<https://confins.revues.org/docannexe/image/3483/img-8-small580.png>>. Acesso em 15 ut. 2015.

Conceito de região:

Escola de pensamento da Geografia:

Critérios para definição da região:

Período:

c)

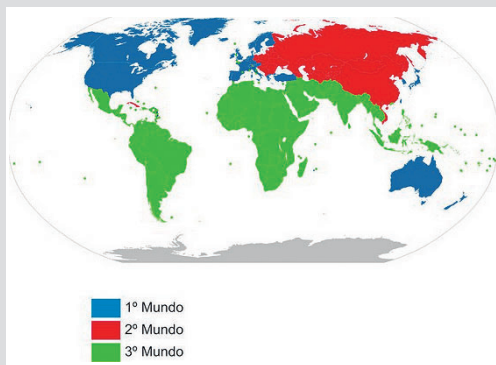


Figura 15.3

Disponível em: <http://images.slideplayer.com.br/12/3764155/slides/slide_7.jpg>. Acesso em: 18 out. 2015.

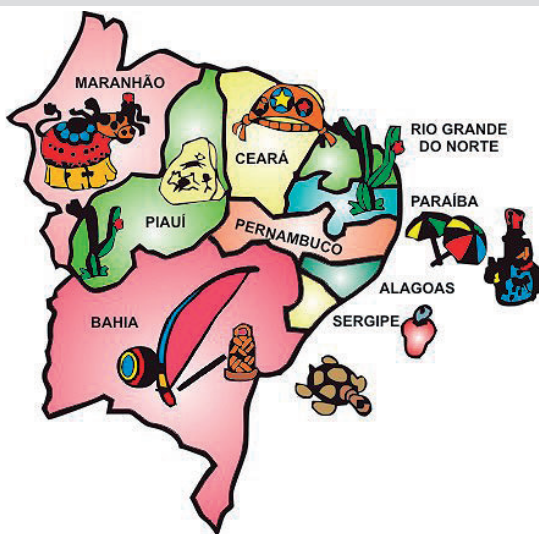
Conceito de região:

Escola de pensamento da Geografia:

Critérios para definição da região:

Período:

d)

	<p>Conceito de região:</p>
<p>Figura 15.4</p> <p>Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/_3G7J9PopnVA/TDqPIVwii6I/AAAAAAAAHGk/6fu-fq4O3J0/s1600/AB8.jpg>. Acesso em: 8 out. 2015.</p> <p>Escola de pensamento da Geografia:</p> <p>Período:</p>	<p>Critérios para definição da região:</p>

Resposta comentada

a) A região do item “a” é uma região que se identifica com a paisagem, uma paisagem rural, no caso, do norte do Vietnã. Esse conceito de região entendia a região como uma síntese entre a cultura, o gênero de vida, e a natureza, de modo que isso transparecia numa forma bem característica na paisagem. O início do século XX era um momento em que as técnicas ainda não haviam uniformizado os modos de vida no mundo, de modo que cada lugar podia ter essa paisagem peculiar, com características particulares referentes a cada gênero de vida.

Era a região da Geografia clássica francesa, que surgiu e se tornou hegemônica em alguns países europeus, como a França e a Alemanha, do fim do século XIX até a primeira metade do século XX.

O método regional permitia a construção da síntese da sociedade com a natureza de cada lugar e, por isso, era o método da Geografia por excelência. A região era considerada uma realidade de fato, vivenciada pelos povos que viviam nela e, por isso, deveria ser descrita. A busca da síntese regional envolvia a descrição das características naturais, da população e das atividades produtivas, o ficou conhecido como as monografias regionais, estudos que se espalharam pela Europa no período;

b) O mapa do item “b” representa as áreas de plantação de cana e de soja no Brasil. É um mapa recente, mas representa uma concepção de uma escola de pensamento específica: a Geografia teórica-quantitativa, ou Nova Geografia. Foi uma escola de pensamento que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, influenciada pelo positivismo lógico, e valorizava a possibilidade de quantificação como critério de verdade científica. No Brasil, chegou somente na década de 1960 e cresceu durante a década de 1970. Tendo como influência geógrafos como Alfred Retner e Richard Hartshorne, a Geografia Nova desenvolveu-se bastante nos Estados Unidos e caracterizou-se por propor modelos matemáticos e uso da estatística.

A concepção de região dessa escola de pensamento era uma criação para fins de análise proposta pelo pesquisador, que escolhia um critério, uma variável, e identificava como a mesma se distribuía no espaço. Uma concepção diferente do empirismo da Geografia regional francesa, que valorizava a descrição, na Nova Geografia, valorizava-se o raciocínio lógico, e a região como uma abstração. A Geografia próxima do Estado vivia o momento do planejamento de tal forma que era necessário conhecer quantitativamente as variáveis, a medição e o fornecimento de dados confiáveis;

c) O mapa do item “c” é um mapa que divide o mundo entre países do primeiro, do segundo e do terceiro mundo. Essa divisão geopolítica lembra a discussão de Yves Lacoste, no seu livro *Geografia do Subdesenvolvimento*, e toda a discussão sobre a desigualdade econômica, política e social entre os países do mundo. O grupo da Geografia ativa francesa, Pierre George, Yves Lacoste, Raymond Guglielmo e BernarKayser, com influências de Marx, primeiro faz uma Geografia de denúncia das desigualdades sociais; em seguida, vem uma nova geração, que constitui a chamada Geografia radical, nos EUA, e a Geografia crítica, no Brasil.

Autores como David Harvey, Milton Santos, Neil Smith, Ruy Moreira, entre outros, marcam essa nova geração.

Usando do arsenal da teoria crítica marxista, essa Geografia passou a fazer uma crítica ao modo de produção capitalista, e seu conceito de região passou a agregar a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Assim, a questão da divisão territorial do trabalho, da exploração de força de trabalho, as técnicas de produção, os conflitos de classes e as formas de acumulação do capital passaram a ser essenciais para entender a dinâmica do espaço e da divisão das regiões.

Marcas dessa corrente na Geografia agrária e na Geografia urbana são fundamentais para entender os processos da expansão do capitalismo pelo mundo. Recentemente, o processo de globalização e de desenvolvimento geográfico desigual, como consequência da reorganização do espaço, tem sido uma preocupação central;

d) O mapa do item “d” é uma representação com símbolos e características próprias do espaço vivido. Trata-se de uma corrente de pensamento que se desenvolveu logo após a Geografia teórico-quantitativa, durante a década de 1970. Era a Geografia cultural e humanista.

A proposta dessa corrente era recuperar a experiência dos grupos sociais na sua vivência com o espaço, ou seja, recuperar o aspecto simbólico e próprio da cultura, que era pouco valorizado. Foi uma corrente que se nutria da fenomenologia, da percepção e da antropologia. Autores como Arman Fremont, com seu livro *Região, espaço vivido*, e Yu Fu Tuan, com seu livro *Topofilia*, são importantes autores dessa escola. A região é concebida, neste sentido, como um espaço vivenciado por grupos sociais nas suas práticas e, por isso, apropriado simbolicamente e reproduzido simbolicamente.

Retomando: a importância dos estudos regionais hoje

Depois de realizarmos essa breve revisão das escolas de pensamento e suas diferentes concepções do conceito de região, como propõe Lencioni (2005), para entendermos esse conceito da nossa disciplina, podemos avançar na reflexão e nos indagarmos se é relevante estudarmos a região ainda hoje em dia. Se continuarmos pensando como propusemos

no início, de relacionar sempre a teoria com o contexto social, e lembrarmos que a região sempre morreu e renasceu à medida que o mundo também ia passando por transformações, hoje em dia, seria o caso de rever se o conceito ainda faz sentido e, se for o caso, renová-lo. Se pensarmos que a região, como lembrou Gomes (2006), tem relação com a administração de um império, a necessidade de realizarmos uma divisão desse todo, para entendermos os lugares e a própria totalidade, ainda é fundamental. Isto porque vivemos na era da globalização, caracterizada pelas políticas neoliberais, onde alguns atores hegemônicos têm distribuído as cartas e definindo as regras do jogo.

Nesse mundo globalizado, que Santos (2012) chamou de meio técnico-científico-informacional, os atores hegemônicos globais utilizam as redes informacionais de comunicação e de telemática para organizar a sua produção e transferir capitais e produtos. O mundo organiza-se em rede, os territórios mudam a sua configuração, tanto externamente como internamente, e Haesbaert (2104) propõe chamá-los de territórios-rede. Esse mundo em rede, na verdade, não é homogêneo, não são todos que conseguem participar das redes globais, somente os atores hegemônicos o conseguem, de tal modo que estes últimos acabam produzindo uma fragmentação dos territórios nacionais em seu benefício. Grandes firmas globais sobrepõem-se aos limites e domínios dos Estados-nações e provocam um rearranjo nas antigas regiões, promovendo instabilidades, desordens e a necessidade de novas regionalizações. Conflitos étnicos, desigualdade social e política, lutas de classes passam a ser comuns nesse mundo que ideologicamente se dizia caminhar para uma aldeia global. É na contramão desse processo que surgem regiões rebeldes em meio às fragmentações e exclusões.

A crise que o mundo viveu durante a década de 1970, segundo Egler (2006), provocou transformações também na questão regional e na forma de gestão do território. É o momento que Harvey (2011) chamou de transformação do padrão de acumulação, do fordista-keynesiano para o padrão de acumulação flexível. Essas transformações na economia e na política em escala global provocaram transformações internas nos territórios dos Estados. Com a facilidade do fluxo de capitais, mudam as hierarquias urbanas e se reorganiza toda a rede de cidades, o que quer dizer também que as regiões onde se situam essas cidades também passam por transformações.

Em escala global, essas transformações marcaram a passagem de uma ordem internacional bipolar, do contexto da Guerra Fria, para uma ordem multipolar, em que o mundo passa a estar dividido em grandes blocos econômicos mundiais. Grandes regiões passam a estar excluídas dessa globalização neoliberal e outras passam a se incluir, numa dinâmica agora comandada por capitais especulativos, ligados pelos mais modernos sistemas de comunicação, que têm o poder de destruir economias nacionais em poucas semanas. Tal conjuntura foi chamada por Haesbaert e Porto -Gonçalves (2006) de *A nova des-ordem mundial*, tamanha é a proximidade entre a ordem e a desordem.

Primeiramente, comecemos pela análise de transformações no território brasileiro. Comentamos já que a globalização neoliberal e o fluxo mais intenso e fácil de capitais pelo mundo provocam um enfraquecimento dos Estados-nações, não exatamente na sua ação, mas na sua capacidade de impor seus interesses (SANTOS,2012). Interesses econômicos se impõem aos interesses das nações e provocam internamente, entre as cidades dos territórios nacionais, o que Santos (2012) chamou de “guerra dos lugares”. Na conjuntura anterior à globalização, as cidades organizavam-se numa rede urbana, com grandes metrópoles, e sua hinterlândia, formada por uma rede hierarquizada de metrópoles nacionais, metrópoles regionais, cidades médias e pequenas cidades. A influência entre as cidades e as hinterlândias é o que compõe a articulação interna das regiões, como destaca Egler (2006). Se as cidades médias, então, em novo contexto, deixam de ter que se relacionar com as metrópoles regionais e passam a se relacionar diretamente com metrópoles nacionais e até mesmo com outras cidades do mundo, a organização interna das regiões se redefine.

Vamos analisar um mapa do Brasil atual das cidades e suas regiões de influência. Em seguida, podemos comparar com o mapa dos complexos regionais do Brasil, elaborado na década de 1960, e perceber as diferenças.

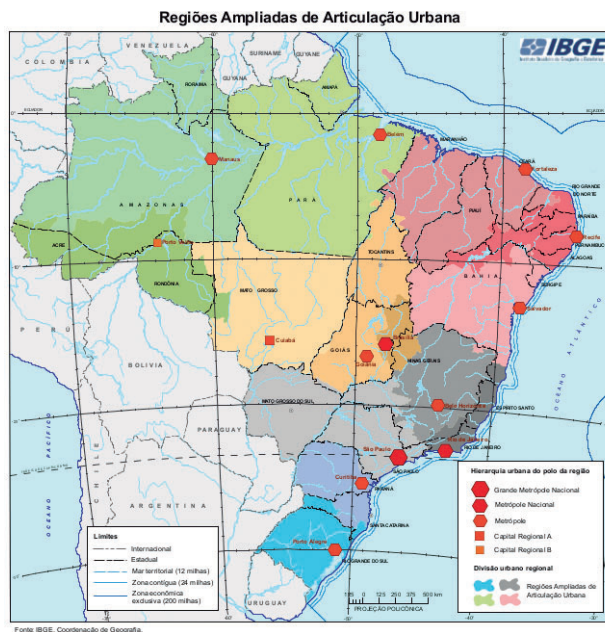


Figura 15.5

Regionalização do Brasil, de Pedro Geiger

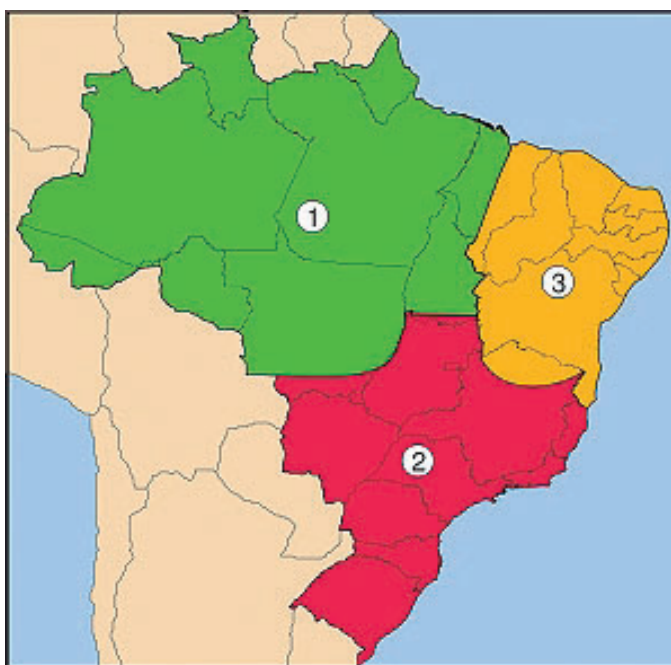


Figura 15.6

Disponível em: <http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/08/c1de300px-Brazil_Geocons.svg.jpg>. Acesso em 10 set. 2015

Podemos perceber uma complexificação na análise regional, vista no mapa recente do IBGE e comparada com a proposta de Pedro Geiger, identificando as novas relações das metrópoles regionais e das metrópoles nacionais com suas áreas de influência. Essa visão parece somente econômica, ou urbana e regional, mas é importante ressaltar que, hoje em dia, é útil usarmos dos vários aspectos separados para entender a complexa dinâmica socioespacial, o natural, o econômico, o cultural, o social e o político. Elas se inter-relacionam de tal forma que mudanças econômicas podem andar juntas com mudanças culturais, e que ajudam a entender transformações políticas.

Atividade 2

Vamos em frente e observemos agora mais dois mapas, tentando relacionar os dois processos representados em cada um deles. O primeiro mostra o mapa de avanço da soja no Brasil. O segundo mostra as propostas separatistas, de divisão dos estados da federação.

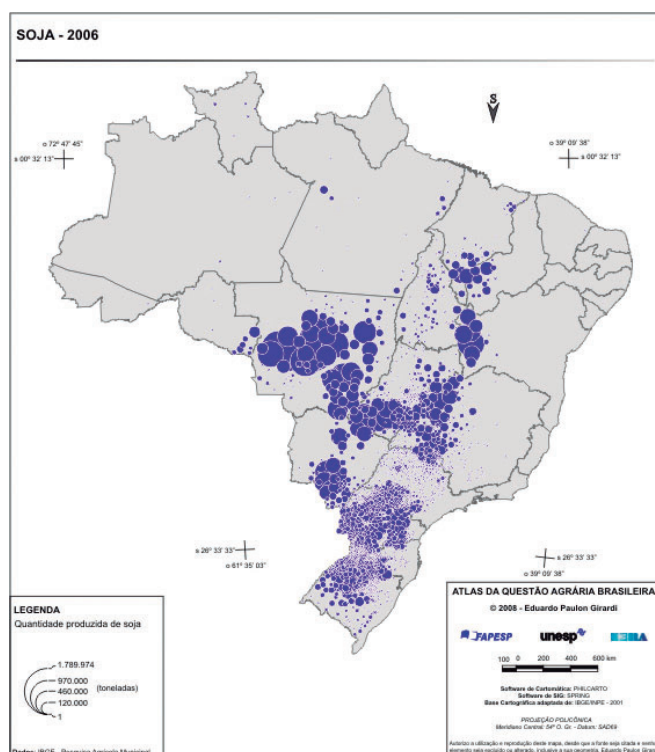


Figura 15.7

Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/arq_capitulos/cgc/mapa_10.2.png>. Acesso em: 20 set. 2015.

Regiões separatistas no Brasil



Figura 15.8

Disponível em: <<https://marcosbau.files.wordpress.com/2011/01/brasil-estados-separatistas.jpg>>. Acesso em: 20 set. 2015.

a) Considerando a análise e o cruzamento das informações contidas nesses dois mapas do Brasil, que representam fenômenos diferentes, tente fazer uma análise de como o primeiro mapa pode conter informações sobre fenômenos que podem influenciar no que ocorre no segundo mapa. Escreva o que você entende que possa estar ocorrendo.

b) Em seguida, responda: se os estados do sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia se tornassem independentes, eles possuiriam características semelhantes que possibilitariam incluí-los na região centro-oeste? Justifique sua resposta.

[illegible]

Resposta comentada

a) O primeiro mapa que mostra as áreas com plantação de soja no Brasil em 2006 representa duas áreas diferentes. Uma das áreas, na região sul do país, tem uma produção menor em toneladas do que as áreas de plantio da região centro-oeste. As áreas do sul do Maranhão, do sul do Piauí e do oeste da Bahia também se assemelham com as áreas do centro-oeste na produção de soja. Considerando que as áreas do centro-oeste são de agricultura moderna, que cresceu nos terrenos planos do cerrado, as áreas de soja no nordeste também avançaram sobre áreas naturais semelhantes e provocaram a ascensão de uma “nova classe” de proprietários rurais, que agora disputam o poder de administração dos seus respectivos Estados. Isso pode explicar os movimentos separatistas nessas regiões;

b) Se ocorresse a criação de novos Estados da federação nessas áreas, seriam muito semelhantes aos do centro-oeste, em termos de ambiente e estrutura política, pois são as áreas onde avança a agricultura moderna no Brasil. O caso do oeste da Bahia foi estudado na tese de doutorado do professor Rogério Haesbaert, que discutiu a constituição de uma rede de gaúchos no nordeste. Com relação à adesão à região centro-oeste, também, além da semelhança social e natural, juntar-se-iam e formariam um bloco histórico na região, como discutiu Oliveira (1981), com relação ao nordeste do país.

Retomaremos a discussão sobre a importância dos estudos regionais ainda hoje, mas agora partindo para um escala global. Com foi discutido anteriormente, no mundo globalizado, vimos a ascensão de uma

ordem mundial multipolar, formada por vários blocos econômicos, mas que também é marcada pelo surgimento de desorganizações de territórios, fragmentações e conflitos. Esses blocos econômicos visam à construção de áreas sem tarifas alfandegárias e áreas de livre comércio entre os países. Assim, a competição global se daria entre regiões mundiais, e não mais somente entre países. Vejamos um mapa do IBGE que mostra os atuais blocos econômicos mundiais nos vários continentes.

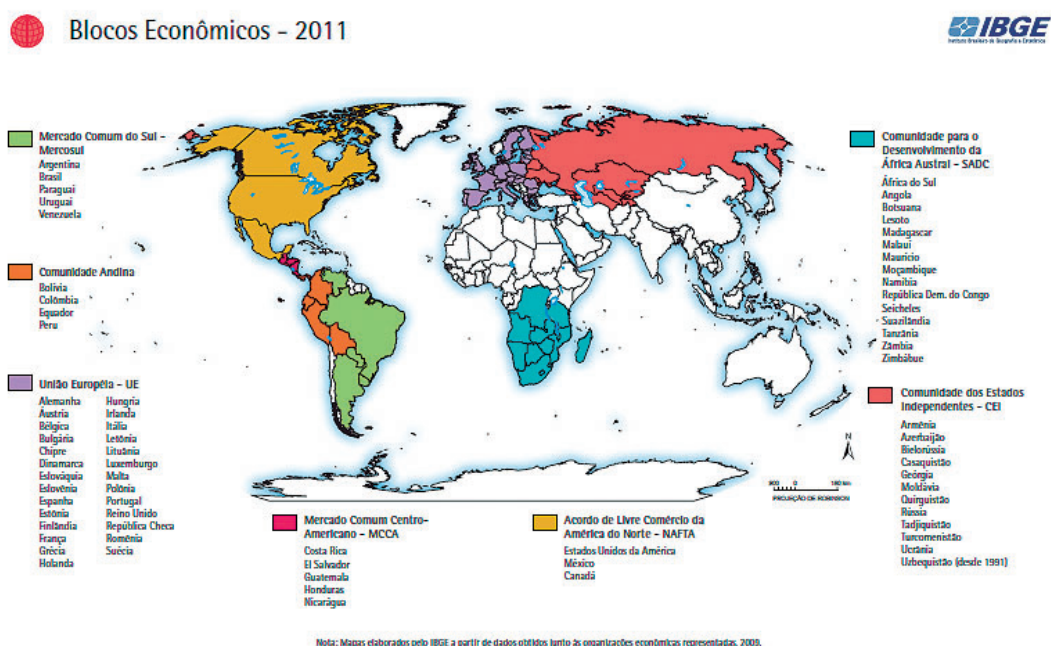


Figura 15.9

Disponível em: <<http://meioambiente.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/blocos-economicos-e-organizacoes-internacionais-1/blocos-economicos-e-organizacoes-internacionais-6.png>>. Acesso em 22 set. 2015.

Em seguida, vamos comparar com o mapa de regionalização do mundo, proposto por Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), que difere da proposta do IBGE, indicando também redes e territórios. Vejamos a seguir.

Regionalização do mundo atual, identificando redes e territórios (2006).

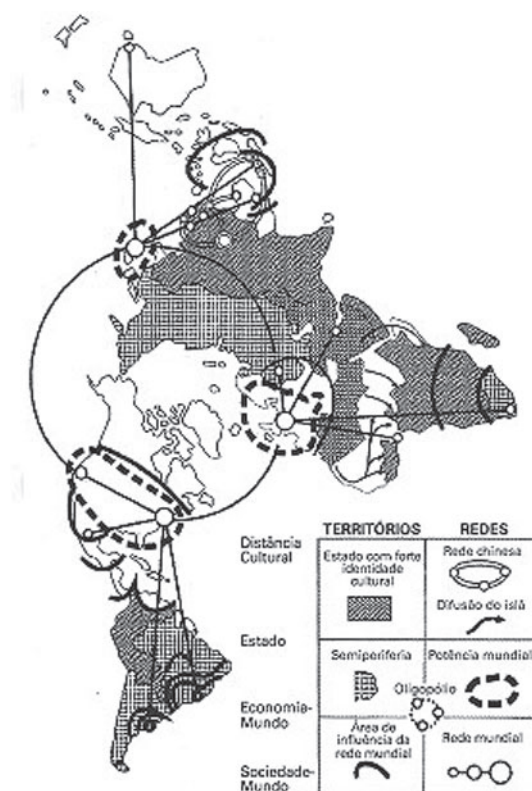


Figura 15.10

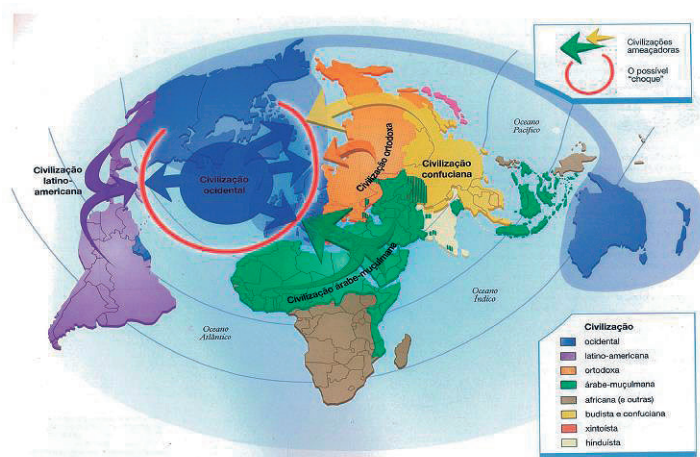
Fonte: Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006).

Comparando os dois mapas, é possível perceber que o mapa do IBGE não identifica hierarquias de poder, como se não houvessem diferenças econômicas, políticas e culturais entre os diferentes blocos econômicos. Já o mapa de Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) encara de maneira mais detalhada os processos e mostra as regiões organizadas de acordo com as novas dinâmicas do território, proporcionadas pela valorização das redes. Essas redes, entretanto, são controladas e usadas pelos centros de poder mundial para controlar as semiperiferias e as periferias do capitalismo. Neste último mapa, podemos ver a inter-relação entre as dinâmicas culturais, políticas e econômicas, além de uma hierarquia de poder, mostrando inclusive os conflitos entre oligopólios de grandes empresas e os Estados-nações, com sua força e soberania abaladas.

Atividade final

Por fim, vamos refletir sobre um último mapa, de Samuel Huntington, que propôs uma regionalização do mundo de acordo com as tensões culturais que gerariam os conflitos nesse século XXI. Segundo o autor, os conflitos nessa nova ordem mundial seriam decorrentes dos embates entre civilizações, revelando outro tipo de regionalização que considera, sobretudo, o critério cultural. Vamos observar o mapa e comparar com o mapa proposto por Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006).

Mapa choque de civilizações, de Samuel Huntington



Fonte: BONIFACE, Pascal e VÉDRINE, Hubert. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Figura 15.11

Disponível em: <<https://preprova.s3.amazonaws.com/imagem/3137>> Acesso em 25 set. 2015

Agora tente responder qual seria a relação que poderíamos inferir com uma informação contida nesses mapas e os recentes conflitos entre terroristas islâmicos e o mundo ocidental.

Resposta comentada

Indicar uma causa única para um fenômeno social é sempre complicado, e corremos o risco de parecer precipitados e de cometer equívocos. Contudo, é importante notar na comparação desses dois mapas o choque de civilizações e a indicação de possíveis conflitos entre países e regiões do mundo ocidental e o resto do mundo. O mundo ocidental é um dos centros da hierarquia do poder no sistema-mundo indicado no mapa de Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), e todas as outras civilizações se adequariam ou tentariam destruir os traços e marcas culturais do Ocidente. A crítica é endereçada a Samuel Huntington, devido à pouca relevância que foi dada ao poder econômico e político que a civilização ocidental exerceu no resto do mundo desde as grandes navegações, passando pelo (neo)colonialismo e pelo imperialismo, até hoje os dias atuais. A perda da hegemonia norte-americana e a ascensão da China como potência, além dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que chegam a alterar um pouco as relações de forças entre esses centros de poder, todavia, mantendo as tensões geopolíticas.

O objetivo principal desta aula foi revisar e aprofundar algumas das discussões sobre os conceitos de região e regionalização. Destacaram-se algumas das filiações de propostas de regionalizações recentes com os tipos de abordagens regionais, tal como os diferentes usos do conceito de região. Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de identificar os elementos importantes concernentes aos processos de formação de regiões e regionalizações ao longo da história do pensamento geográfico e de aplicar alguns dos conhecimentos apreendidos até o momento, tendo em vista a continuação e a complexificação dos debates e ações na atualidade.

Referências

EGLER, Cláudio A. G. *Questão regional e gestão do território no Brasil*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 207-238.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 49-76.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.